UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA
LABOPLAN - Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental

TESE

DOUTORADO EM GEOGRAFIA HUMANA

Versão corrigida

Rigidez normativa e flexibilidade tropical
Investigando os objetos técnicos no período da globalização

Fábio Tozi

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Adélia Aparecida de Souza

São Paulo
2012

FÁBIO TOZI

Rigidez normativa e flexibilidade tropical

Investigando os objetos técnicos no período da globalização

Versão corrigida

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Adélia Aparecida de Souza

São Paulo

2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

T757r

TOZI, Fábio

Rigidez normativa e flexibilidade tropical:
Investigando os objetos técnicos no período da
globalização / Fábio TOZI ; orientadora Maria Adélia
de SOUZA. - São Paulo, 2012.
262 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

1. pirataria. 2. patentes. 3. história das
técnicas. 4. economia urbana. 5. meio técnico-
científico-informacional. I. SOUZA, Maria Adélia de,
orient. II. Título.

*Dedico este trabalho à memória das minhas Professoras
Ana Clara Torres Ribeiro e Samira Peduti Kahil.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Maria Adélia de Souza, minha mestra e companheira nesse caminho. Espero estar à altura do seu rigor e da sua generosidade com o mundo.

Gostaria de agradecer especialmente ao Prof. Dr. Marcio Cataia e à Prof^a. Dr^a. Maríia Laura Silveira pela participação na banca de qualificação deste trabalho.

Agradeço ao Prof. Dr. Alain Musset por ter me acolhido em meu estágio doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS- Paris).

Agradeço enormemente aos amigos e colegas pelos debates prazerosos e pelas sincronias que a vida permite.

Agradeço igualmente à FAPESP e CAPES pelos financiamentos, exíguos, mas que possibilitaram a realização desta pesquisa.

Um agradecimento particular à minha família pelo apoio e pelo amor.

RESUMO

A noção de *pirataria*, pertencente ao vocabulário humano desde a Antiguidade, ganha novos sentidos no atual período histórico. Neste período da globalização, o modo de produção capitalista e o meio técnico-científico-informacional se tornaram planetários. Consolida-se, portanto, uma mesma base técnica do funcionamento das sociedades nos distintos territórios, acompanhada da globalização de normas de controle cada vez mais rígidas, como se procura mostrar, neste trabalho, a partir da expansão do sistema de patentes e de proteção de direitos intelectuais. Entretanto, as novas tecnologias informacionais e comunicacionais são progressivamente mais flexíveis e possibilitam, nos lugares onde se instalam, usos não previstos e, por isso mesmo, classificados como *ilegais*.

Nesta pesquisa, defende-se que a expansão do meio técnico-científico-informacional no Brasil engendra novas formas de piratarias, sejam aquelas praticadas pelos agentes do circuito superior da economia urbana, sejam aquelas características do circuito inferior, de acordo com a proposição de Santos (1971; 2004 [1975]). A pirataria não pode, portanto, ser analisada como uma aberração ao processo de globalização em curso, mas, ao contrário, uma de suas manifestações mais notáveis. Assim, análises econômicas e jurídicas sobre o fenômeno, mesmo predominantes, não permitem a compreensão da totalidade dos agentes e situações envolvidos.

O processo de urbanização do território combina a seletividade de objetos e informações, a desigualdade de renda e a manutenção de baixos salários, associados à ampla difusão de novas mercadorias cujo consumo é incentivado pela propaganda. Nesta situação brasileira, a pirataria, contraposta ao elevado preço das mercadorias ditas *originais*, tem uma função central no processo recente de modernização do território.

Finalmente, almejando revelar a pirataria como um uso das técnicas e informações contemporâneas a partir dos lugares, são analisadas situações geográficas reveladoras de formas de vida e de produção baseadas na desapropriação como fonte de criação de novas economias urbanas, especialmente em São Paulo, Belém do Pará e Foz do Iguaçu - Ciudad del Este.

Palavras-chave: pirataria; meio técnico-científico-informacional; patentes; desigualdades socioterritoriais; economia urbana; história da técnica.

ABSTRACT

By Jorge Luiz Freneda

The notion of piracy, which has been used by human vocabulary since old times, acquires a new sense during the historic period. At this globalization period, the way of capitalist production and the informational scientific technical environment have become worldwide. It consolidates, therefore, on the same technical basis of the society functioning in distinct territories, followed for the more and more rigid world rules of control, as it is presented, on this essay, on the expansion of legal right system and the protection of the intellectual rights. However, the new informational and communicational technologies are progressively more flexible and they allow, where they are set on, non-predict uses and, for that, classified as illegals.

This research takes into consideration the expansion of the informational scientific technical environment in Brazil cause new ways of piracy, those that are practiced by the agent of higher circuit of the urban economy, or those whose features of the lower circuit, according Santos proposition(1971; 2004 [1975]).

The piracy cannot, therefore, be analyzed as nonstandard to the globalization process in course, but, on the contrary, one of the most remarkable manifestations. So, economic and juridical analysis on the phenomenon, predominant or not, do not allow the comprehension of the totality of the involving agents and situations.

The process of urbanizing of the territory combines the selectivity of objects and information, the social inequalities and the maintenance of low incomes, combined to the enormous diffusion of the new goods whose consumption is stimulated by propaganda.

In this Brazilian situation, the piracy, contrasting to the higher price of goods so called originals, has a central function on the recent process of modernization of the territory.

Finally, getting into the point to reveal piracy as a use of the up-to-date technics and information from the places, they are analyzed as revealed geographical situations of life style and of the production based on embezzlement as source of creation of an urban economy, especially in São Paulo, Belém do Pará and Foz do Iguaçu - Ciudad del Este.

Keywords: counterfeiting; piracy; informational scientific technical environment; legal rights; territorial social inequalities; urban economy; technic history.

RESUME

Par Maria do Fétal

La notion de *piraterie*, qui appartient au vocabulaire humain depuis l'Antiquité, s'est enrichie de nouveaux sens lors de l'actuelle période historique. Pendant cette période-ci de la globalisation, le mode de production capitaliste et le milieu technico-scientifico-informationnel y sont devenus planétaires. On assiste, alors, à une consolidation d'une même base technique du fonctionnement des sociétés dans leurs divers territoires, accompagnée d'une mondialisation de normes de contrôle de plus en plus rigides. Celles-ci se réalisent, comme on va chercher à le démontrer lors de ce travail, à partir de l'expansion du système de brevets et de protection des droits intellectuels. Par ailleurs, les nouvelles technologies informationnelles et communicationnelles sont progressivement devenues plus flexibles et elles ont rendu possibles, dans les lieux où elles se sont installées, des usages non prévus à leur origine, et qui, pour cela même, y sont classifiés d'*illégaux*.

Lors de notre recherche, nous défendons que l'expansion du milieu technico-scientifico-informationnel au Brésil a engendré de nouvelles formes de pirateries, qu'elles y soient pratiquées par les agents du circuit supérieur de l'économie urbaine, ou celles caractéristiques du circuit inférieur, selon la proposition de Santos (1971 ; 2004 [1975]). La piraterie ne peut, donc, plus être seulement analysée comme une aberration liée au processus de globalisation en cours. Mais, bien au contraire, comme étant l'une de ses manifestations les plus notables. De ce fait, les analyses économiques et juridiques sur le phénomène, même si elles en sont prédominantes, ne permettent, en aucun cas, d'acquérir une compréhension de la totalité des situations ni des agents impliqués.

Le processus d'urbanisation du territoire est la combinaison de toute une sélectivité d'objets et d'informations, d'inégalités de revenus et du maintien de bas salaires, associés à une plus large diffusion de nouvelles marchandises dont la consommation est stimulée par la publicité. Dans cette situation brésilienne, la piraterie, par contre-position au prix élevé des marchandises dites *originales*, a une fonction centrale dans le tout récent processus de modernisation du territoire.

Finalement, souhaitant dévoiler la piraterie comme étant un usage des techniques et des informations contemporaines, réalisé à partir et en faveur des lieux, des situations géographiques révélatrices de formes de vie et de production basées sur la désappropriation comme source de création d'une économie urbaine, vont également être ici analysées. Tout spécialement dans les villes de São Paulo, Bélem do Pará et Foz do Iguaçu - Ciudad del Este.

Mots-clés : contrefaçon ; piraterie ; milieu technico-scientifico-informationnel ; brevets ; inégalités socioterritoriales ; économie urbaine ; histoire de la technique.

RESUMEN

Por Marcela Cornejo

La noción de “piratería”, pertenece al vocabulario humano desde la antigüedad y adquiere un nuevo significado en el período histórico actual. En esta época de globalización, el modo de producción capitalista y el medio técnico-científico-informacional se tornan universales. Se consolida, por lo tanto, la misma base técnica de funcionamiento de las sociedades en los distintos territorios, acompañada de la mundialización de las normas de control que se hacen cada vez más rígidas. Esto se pretende mostrar en este trabajo, a partir de la expansión del sistema de patentes y de protección de los derechos de propiedad intelectual. Sin embargo, las nuevas tecnologías informativas y comunicacionales son progresivamente más flexibles y hacen posible, en los lugares donde se instalan, usos no previstos y, por lo tanto, clasificados como ilegales.

En esta investigación, se argumenta que la expansión del medio técnico-científico-informacional en Brasil genera nuevas formas de piratería, ya sean las practicadas por los agentes del circuito superior de la economía urbana, o por aquellas características del circuito inferior, de acuerdo con la propuesta de Santos (1971, 2004 [1975]). La piratería no puede considerarse como una aberración en el proceso de globalización, sino más bien como una de sus manifestaciones más notables. De esta forma, los análisis económicos y jurídicos sobre este fenómeno, aún predominantes, no permiten la comprensión de la totalidad de los agentes y situaciones involucrados.

El proceso de urbanización del territorio combina la selectividad de los objetos y la información, la desigualdad de ingresos y la manutención de los bajos salarios, asociados a la amplia difusión de nuevas mercancías, cuyo consumo es incentivado por la propaganda. En este escenario brasileño, la piratería, se contrapone al elevado precio de las mercancías llamadas “originales”, lo que juega un papel central en el reciente proceso de modernización del territorio.

Por último, con el objetivo de revelar la piratería como el uso de técnicas e informaciones contemporáneas a partir de los lugares, son analizadas situaciones geográficas reveladoras de formas de vida y de producción, basadas en la expropiación como una fuente de creación de una economía urbana, sobre todo en *São Paulo, Belém do Pará y Foz do Iguaçu* - Ciudad del Este.

Palabras-clave: piratería; medio técnico-científico-informacional; patentes; desigualdades socioterritoriales; economía urbana; historia de la técnica.

SUMÁRIO

Agradecimentos	V
Resumo	VI
Abstract	VII
Résumé	VIII
Resumen	IX
Sumário	X

Geografia e pirataria, uma introdução	1
--	---

PRIMEIRA PARTE

PERÍODO HISTÓRICO, MEIO GEOGRÁFICO, PIRATARIA: DAS TÉCNICAS RÍGIDAS ÀS TÉCNICAS FLEXÍVEIS

Capítulo 1 Uma discussão necessária: o território, a pirataria e outros conceitos	9
Capítulo 2 Os conceitos e seus lugares na Geografia e na História: a pirataria marítima	12
Capítulo 3 Criar, reproduzir, copiar — o meio técnico e os estádios da técnica	17
Capítulo 4 A produção e a reprodução dos objetos no período técnico-científico-informacional	27
Capítulo 5 O consumo exacerbado: mote da reprodução	34
Capítulo 6 Pirataria: elemento constituinte e explicativo do meio geográfico	38
Capítulo 7 Pirataria e circuitos da economia urbana: uma aproximação teórico-metodológica. A pirataria imitativa e a pirataria adaptativa	47

SEGUNDA PARTE

RIGIDEZ NORMATIVA E FLEXIBILIDADE TÉCNICA: PATENTES E PIRATARIAS GLOBAIS

Capítulo 8

Do uso à lei: da autoria como direito moral ao direito autoral como propriedade – a bússola que aponta para o Norte 71

Capítulo 9

Autores, editores, livros e leitores. A lei e o direito autoral, o território e o direito à informação 97

Capítulo 10

Do “paraíso da pirataria” ao santuário das corporações. A concessão de patentes a medicamentos no Brasil 110

Capítulo 11

Territórios em conflito: Brasil e Estados Unidos e a normatização corporativa do território 118

TERCEIRA PARTE

SITUAÇÕES E USOS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO: PIRATARIA E MEIO GEOGRÁFICO NO BRASIL

Capítulo 12

O controle da fronteira Brasil - Paraguai: o país de portas fechadas à pirataria? 158

Capítulo 13

A Feira da Madrugada: a infra-estrutura ociosa é abrigo 167

Capítulo 14

Convencimento e opressão: a municipalização das políticas de combate à pirataria e a militarização do território paulistano 173

Capítulo 15

O território como cultura: a flexibilidade das tecnologias da informação, a rigidez da organização do território em São Paulo 193

Capítulo 16

Meio técnico, tecnologia e tecnobrega: a cidade e a pirataria em Belém do Pará 224

CONSIDERAÇÕES FINAIS 235

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 239

ANEXOS 254

ÍNDICE DE MAPAS, GRÁFICOS, IMAGENS, QUADROS, TABELAS E FIGURAS

MAPAS

MAPA 01 - SÃO PAULO (Município): Acerco de livros em bibliotecas ou Pontos de Leitura, por Subprefeitura (2010)	107
MAPA 02 - SÃO PAULO (Município): Acervo de livros em bibliotecas ou pontos de leitura, por habitante, por subprefeitura (2010)	108
MAPA 03 - BRASIL E ESTADOS UNIDOS: Fluxo de patentes concedidas por cada país (2011)	139
MAPA 04 - PAÍSES SELECIONADOS: Pedidos de patentes demandados ao The United States Patent and Trademark Office (USPTO) (1997-2011)	141
MAPA 05 - PAÍSES SELECIONADOS: concessão de patentes pelo The United States Patent and Trademark Office (USPTO) (1997-2011)	141
MAPA 06 - BRASIL: Patentes depositadas por estado da federação de residência do inventor (2009)	143
MAPA 07 - BRASIL: Transferências financeiras (USD mil) para o exterior relativas à Propriedade Intelectual (2007 - 2011)	147
MAPA 08 - MUNDO: Países detentores de Bônus do Tesouro Americano (2008)	152
MAPA 09 - SÃO PAULO (Município): Estratégias de resistência de vendedores de produtos piratas à Operação Delegada - venda de filmes especializados na Rua Augusta (2010 - 2011)	186
MAPA 10 - SÃO PAULO (Município): Subprefeitos e Chefes de Gabinete militares (2012)	188
MAPA 11 - BRASIL: Distribuição das salas de cinema por Unidade Federativa (2007)	202
MAPA 12 - BRASIL: Percentual de municípios com salas de cinema por Unidade Federativa (2007)	203
MAPA 13 - BRASIL: Percentual de municípios com lojas de discos, CDs, DVDs e fitas K7 (2008)	204
MAPA 14 - SÃO PAULO (Município): População por Subprefeitura (2010)	205
MAPA 15 - SÃO PAULO (Município): Salas de cinema por Subprefeitura (2010)	206
MAPA 16 - SÃO PAULO (Município): Salas de teatro por Subprefeitura (2010)	207
MAPA 17 - SÃO PAULO (Município): Salas de shows e concertos por Subprefeitura (2010)	208
MAPA 18 - BRASIL: Apreensões de CDs e DVDs piratas por Região (2008)	211
MAPA 19 - BRASIL: Domicílios com microcomputador e internet, por Região (2008)	214
MAPA 20 - BRASIL: Meio técnico-científico-informacional e as Regiões do Brasil	216

GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - SÃO PAULO: Formas de pagamento praticadas pelos consumidores de produtos piratas entrevistados (2012)	53
GRÁFICO 02 - SÃO PAULO: Entrevistados que comprem produtos piratas, fazem downloads ilegais e sabem que a pirataria é crime (2012)	55
GRÁFICO 03 - BRASIL: Operações conjuntas ANVISA - Ministério da justiça (2007-2010)	116

GRÁFICO 04 - ESTADOS UNIDOS: Número de Pedidos de patentes depositadas e concedidas pelo The United States Patent and Trademark Office (USPTO) (1980-2011)	124
GRÁFICO 05 - BRASIL: Número de pedidos de patentes depositadas e concedidas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (1998-2011)	125
GRÁFICO 06 - BRASIL: Total de pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), segundo a origem do depositante (1998-2011)	127
GRÁFICO 07 - BRASIL: Total de concessões de patentes segundo a origem do depositante pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (1998-2011)	128
GRÁFICO 08 - BRASIL: Pedidos de Patentes de Invenção (PI) segundo a origem do depositante pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (1998-2011)	130
GRÁFICO 09 - BRASIL: Concessões de Patentes de Invenção (PI) segundo a origem do depositante pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (1998-2011)	131
GRÁFICO 10 - BRASIL: Pedidos de Patentes de Modelo de Utilidade (UM) segundo a origem do depositante pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (1998-2011)	132
GRÁFICO 11 - BRASIL: Concessões de Patentes de Modelo de Utilidade (UM) segundo a origem do depositante pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (1998-2011)	133
GRÁFICO 12 - BRASIL: Pedidos de Patentes de Certificados de Adição de Invenção (C) segundo a origem do depositante pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (1998-2011)	134
GRÁFICO 13 - BRASIL: Concessões de Patentes de Certificados de Adição de Invenção (C) segundo a origem do depositante pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (1998-2011)	135
GRÁFICO 14 - BRASIL: Pedidos de Patentes pelo Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), segundo a origem do depositante pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (1998-2011)	136
GRÁFICO 15 - BRASIL: Concessões de Patentes pelo Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), segundo a origem do depositante, pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (1998-2011)	137
GRÁFICO 16 - BRASIL: Maiores depositantes estrangeiros (%) de patentes junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) (1990 - 2003)	138
GRÁFICO 17 - BRASIL: Pedidos de patentes depositadas e concedidas pelo The United States Patent and Trademark Office (USPTO) (1980-2010)	139
GRÁFICO 18 - BRASIL: Transferências Financeiras para o Exterior (USD mil) relativas à Propriedade Intelectual (1993 - 2005)	145
GRÁFICO 19 - SÃO PAULO: Local principal de compra de produtos piratas pelos entrevistados (2012)	179
GRÁFICO 20 - SÃO PAULO (Município): Orçamento anual da Secretaria Municipal de Segurança Urbana (2009-2012)	182
GRÁFICO 21 - SÃO PAULO: Entrevistados que compram e assistem a filmes piratas e uso dado aos DVDs piratas depois de assistidos (2012)	200
GRÁFICO 22 - BRASIL: Venda (%) de CDs originais e piratas (1997-2002)	210
GRÁFICO 23 - SÃO PAULO: Posse de objetos informacionais, prática de download e compra de produtos piratas entre os entrevistados (2012)	219
GRÁFICO 24 - SÃO PAULO: Métodos de download e utilizados pelos entrevistados (2012)	220

GRÁFICO 25 - SÃO PAULO: Entrevistados que compreendem um segundo idioma e realizam downloads (2012)	221
GRÁFICO 26 - SÃO PAULO: Conteúdos baixados pelos entrevistados que realizam downloads (2012)	222

IMAGENS

IMAGEM 01: A cópia como destreza: a Mona Lisa e algumas de suas cópias	22
IMAGEM 02: A cópia como destreza: Van Gogh reproduz Gustave Doré (1890)	23
IMAGEM 03 - SÃO PAULO: Estratégias de venda de piratarias adaptativas	57
IMAGEM 04 - SÃO PAULO (Município): Estratégia de venda de piratarias adaptativas	58
IMAGEM 05: Pequena iconografia da pirataria imitativa	63
IMAGEM 06 - BRASIL: iPhone e HiPhone (2010)	64
IMAGEM 07: Alguns veículos e suas cópias chinesas	65
IMAGEM 08 - FOZ DO IGUAÇU: Estrutura de fiscalização da PIA (2010)	162
IMAGEM 09 - FOZ DO IGUAÇU: Ponte Internacional da Amizade - PIA (2010)	164
IMAGEM 10 - CIUDAD DEL ESTE: Meio construído deteriorado e vista geral de algumas ruas e galerias (2010)	166
IMAGEM 11 - SÃO PAULO: Feira da Madrugada (2010)	168
IMAGEM 12 - SÃO PAULO: Placa alertando para a ilegalidade da compra de produtos piratas na Feira da Madrugada (2010)	170
IMAGEM 13 - SÃO PAULO: Logotipos e máquinas Visa e Mastercard na Feira da Madrugada (2010)	171
IMAGEM 14 - SÃO PAULO (Município): Estratégia de resistência de um vendedor de filmes piratas à Operação Delegada - caixa de papelão (2011)	183
IMAGEM 15 - SÃO PAULO (Município): Estratégias de resistência de vendedores de produtos piratas à Operação Delegada - o uso de lonas plásticas (2011)	184
IMAGEM 16 - SÃO PAULO (Município): Estratégias de resistência de vendedores de filmes piratas e detalhe do sistema técnico empregado nas lonas plásticas (2011)	186
IMAGEM 17 - SÃO PAULO (Município): Especialização do lugar para a pirataria - Rua Augusta (2010 - 2011)	201
IMAGEM 18 - BELÉM DO PARÁ: Estúdio da aparelhagem Nova Dimensão (2010)	225
IMAGEM 19 - BELÉM DO PARÁ: Aparelhagem Rubi (2010)	231

QUADROS

QUADRO 01: Características distintivas entre a pirataria imitativa e adaptativa	60
QUADRO 02: BRASIL - Classificação do país no Special 301 Report (1989 - 2012)	94

TABELAS

TABELA 01 - UNIÃO EUROPÉIA: Principais países beneficiados pelas remessas brasileiras relativas ao pagamento de direitos de Propriedade Intelectual (2007 - 2011)	148
TABELA 02 - BRASIL: Expansão do programa Cidade Livre de Pirataria (2007-2012)	176
TABELA 03 - PAÍSES SELECIONADOS: Comparação entre o preço (USD) oficial e pirata do CD Viva la Vida (EMI Music) (2008/2009)	197
TABELA 04 - PAÍSES SELECIONADOS: Comparação entre o preço (USD) oficial e pirata do DVD Batman, o cavaleiro das trevas (Warner Bros.) (2008/2009)	198

FIGURAS

FIGURA 01: Sistemas de troca de informações pela internet	217
FIGURA 02 - BELÉM DO PARÁ: Híbridez entre agentes sociais e objetos técnicos no tecnobrega	228

Geografia e pirataria, uma introdução

Em sua opereta *Diálogo da Natureza e de um islandês*¹, Giacomo Leopardi (1824) narra as aventuras de um homem que passa a vida a fugir da onipresente Natureza. O islandês migra incessantemente de país em país, de clima em clima, sem, no entanto, conseguir se colocar ao abrigo dos inconvenientes naturais: o inverno demasiado longo de seu país, o calor extremo dos verões, os terremotos e os vulcões, as ventanias e o medo das tempestades.

No interior da África, o islandês se depara com a Natureza ela mesma, a quem conta não ter vivido um único dia de sua vida sem constrangimentos e sofrimentos. A Natureza lhe responde que não se ocupa jamais em pensar se sua obra agredirá ou dará prazer aos homens. Enfrentando a frieza da Natureza, o islandês retruca: a quem beneficia, então, essa vida profundamente infeliz no universo?

O homem é, portanto, um descontente com o Mundo, como afirma Ortega y Gasset (1963 [1939]). Poderia, entretanto, o homem escapar ao meio técnico que ele mesmo criou para suprir os constrangimentos e os sofrimentos impostos pela Natureza? Do simples utensílio improvisado aos complexos sistemas informacionais, os objetos que o homem inventou, em toda sua história, apresentam-se disponíveis e se impõem ao uso. Homem, técnica e bem-estar são, para Ortega y Gasset (*idem*, *ibidem*, p.22), sinônimos.

Como se procura mostrar ao longo deste trabalho, a sucessão dos meios geográficos e a planetarização de um *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1994a, p. 121 e seguintes) são poderosas matrizes contemporâneas de desigualdades. Tentar jogar algumas luzes sobre o que se denomina pirataria, atribuição que assumimos mesmo sabendo de nossas limitações, é compreender um pouco como o mundo se torna concreto e como, nas palavras Prigogine (2002 [1998], p.51), vamos todos na mesma direção, já que “*a flecha do Tempo é a propriedade comum a tudo que existe no universo*”.

Nada existe fora do seu lugar e do seu tempo. O período histórico e o meio geográfico são condições não apenas da produção, mas da vida em sua totalidade. Se o caminhar humano mostrou-se até aqui produtor de abundâncias, da engenhosidade humana em criar o inexistente e o antes apenas pensado — ousando não somente nas

¹ *Dialogo della Natura e di un Islandese*, de Giacomo Leopardi. In: GETTO, 1966 [1824].

funções, mas nas formas e nas matérias-primas —, a escassez também assume maneiras inéditas e se torna, ela mesma, abundante.

Para Sartre (2002 [1960], p. 238), é a escassez que fundamenta a possibilidade da história humana e, sobretudo, *“embora a escassez seja universal, ela varia, no mesmo momento histórico, segundo as regiões consideradas”* (*idem, ibidem*, p. 236). A escassez é a tensão real e perpétua entre o homem e o meio e entre os homens (*idem, ibidem*, p. 239).

Historicamente desigual, o território brasileiro combina distintas manifestações da fartura e da carência. Com a globalização, uma nova intimação a modernizar-se se lhe apresenta, mesmo que etapas anteriores estejam ainda longe de se democratizarem. Os usos hegemônicos do território predominam, mas os usos hegemonzados, constituídos pela maioria, não cessam. Ao contrário, revelam sua criatividade na capacidade de manter e reinventar a vida.

Milton Santos (2000, p. 119) e Maria Adélia de Souza (2008, p. 52) ensinam que um novo período, demográfico ou popular, está florescendo e nele a Política, e não mais a economia, se faz liderança. Trata-se de uma era de *flexibilidade tropical* (SANTOS, 1991), isto é, uma imensurável diversidade de foras de agir e de pensar sustentadas pelo próprio entorno. Qual será o meio geográfico que permitirá esse novo período? Acreditamos que estudar a pirataria no Brasil é uma contribuição para mostrar os usos que os seus habitantes fazem, a partir dos seus lugares, das tecnologias da informação e da comunicação. Para Santos (1996),

os pobres abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes. É assim que eles reavaliam a tecnoesfera e psicoesfera, encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva. Diante das redes técnicas e informacionais, pobres e migrantes são passivos, como todas as demais pessoas. É na esfera comunicacional que eles diferentemente das classes ditas superiores, são fortemente ativos (SANTOS, 1996, p. 261).

A análise das situações do território brasileiro tem permitido expandir a espessura do que normalmente o discurso comum define como pirataria. Como adverte Kosik (2002 [1963]), essência e aparência não são coincidentes, pois o fenômeno, ao mesmo tempo em que indica a essência, esconde-a. Por isso,

captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e

como ao mesmo tempo a esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência (*idem, ibidem*, p. 15).

Considerar a pseudoconcreticidade (o aspecto fenomênico) como a coisa mesma é um erro metodológico.

Inspirados nas idéias desse autor temos buscado compreender a pirataria como um elemento da realidade total e não como um dos seus apêndices e, para tanto, o pensamento dialético é fundamental, uma vez que seu método permite a distinção entre a representação e o conceito da coisa.

Caso contrário, reafirmar-se-iam as interpretações corriqueiras e insuficientes acerca da pirataria, incapazes de responder a uma das questões centrais desta pesquisa: como criminalizar as ações num meio geográfico no qual os objetos técnicos se impõem à sociedade e, por estarem à disposição, deixam-se usar? O meio técnico-científico-informacional é um dado do mundo que se naturaliza, no sentido proposto por Simondon (1969), e permeia, a despeito das proibições legais, as relações socioterritoriais.

Por isso, concordamos com Latour (1999; 1993, p. 53 e seguintes): os objetos são atores, e alguns deles são extremamente dóceis. O humano e o inumano precisam ser considerados em suas funções específicas, mas sem separá-los. Ou, nas palavras de Simondon (2006, p. 345), a realização técnica envolve a regulação – ou as falhas de regulação – entre os vivos, humanos ou não humanos. Para a geografia, esse desafio é latente uma vez que não é de outra coisa que se trata quando se analisa o espaço geográfico como um híbrido, um sistema indissociável de objetos e ações (SANTOS, 1996, p. 72).

Algumas notas metodológicas se fazem necessárias. Inicialmente, é preciso explicitar a dificuldade no uso de estatísticas vinculadas às diferentes piratarias, o que nos levou a reduzir sua utilização: grosso modo, evitou-se o uso de bancos de dados de empresas e associações por serem pautados em critérios ideológicos, com metodologias desconhecidas e encomendadas pelos principais interessados em alardear que a pirataria domina o território nacional e, portanto, todos os esforços devem ser organizados para combatê-la.

Um dos erros metodológicos mais comuns dessas pesquisas é a estimativa de perdas financeiras para as empresas cujos produtos são copiados. Considera-se que aqueles que compram o produto falso deixaram de comprar o original, falácia que procuramos contestar neste trabalho a partir da análise da concretude do território e de suas situações locais.

Esse foi também um dos motivos da elaboração de entrevistas totalizando 50 questionários que foram aplicados no ano de 2012 entre alunos da Universidade de São Paulo (USP). A escolha do lugar foi motivada pelo interesse em conhecer quais eram as práticas piráticas comuns entre um público universitário, com maior facilidade de acesso às informações e objetos contemporâneos. Mesmo tendo uma amostragem restrita, essas pesquisas possibilitaram a criação de um banco de dados primários cujos resultados são utilizados ao longo de todo o texto.

Além de entrevistas com praticantes de piratarias e funcionários públicos, foram realizados trabalhos de campo principalmente em São Paulo, Belém do Pará e Foz do Igauço - Ciudad del Este. Cada um desses lugares foi escolhido por apresentar situações geográficas específicas da pirataria: a metrópole de São Paulo é o centro nacional da rede de distribuição de produtos piratas nacionalmente, além de abrigar um enorme mercado de consumo e venda desses produtos. A especialização do município é destacada em diferentes momentos do texto para comprovar a relevância da pirataria e do seu combate na atualidade. Foz do Igauço - Ciudad del Este nos permitiram compreender a relevância das fronteiras nacionais e de suas porosidades para comércio mundial de mercadorias, piratas ou não, comprovando que a rigidez das normas do mercado global necessita de fragmentações territoriais. Finalmente, Belém do Pará apresenta uma das situações concretas mais notáveis de como a pirataria permite a constituição de economias e autonomias territoriais, a partir da produção do estilo musical *tecnobrega*.

Outra nota metodológica importante refere-se ao uso de citações. Optou-se por traduzir as citações em língua estrangeira, mantendo, contudo, os excertos originais em notas de rodapé. Espera-se, assim, facilitar o acesso ao texto desta tese a um público mais amplo, especialmente em relação às obras não traduzidas ou aquelas cujas traduções não foram consideradas as mais adequadas. No caso das diversas citações de fontes primárias, especialmente documentos, textos e leis, alguns com séculos de idade, a manutenção do texto original buscou reproduzir fielmente a escrita do período histórico e do meio geográfico correspondentes, permitindo ao leitor o acesso às idéias originárias. Excertos estrangeiros antigos não foram traduzidos, pois tal tarefa exige conhecimentos especializados nas línguas originais. Os conteúdos principais destes trechos são, todavia, destacados e referenciados. Igualmente, algumas citações em notas de rodapé são apresentadas apenas na língua original, possuindo, contudo, a paráfrase correspondente no corpo do texto principal.

O trabalho está dividido em três partes. A primeira delas, intitulada “Período histórico, meio geográfico, pirataria: das técnicas rígidas às técnicas flexíveis”, reconstitui as formas de vida e de organização, de produção e de reprodução que tomaram lugar na vasta história humana. Discute-se a indissociabilidade antes existente entre técnica e arte e as diferentes concepções de autoria e de cópia que aí se apresentavam. Procura-se assim alargar o entendimento da técnica como fenômeno de longa duração na história humana e não como objetos e fazeres isolados. Para tanto, uma definição geográfica da pirataria faz-se necessária.

A história é trazida como método para compreender os processos que levaram o *pirata*, agente das águas e dos navios a ser o *pirata* das cópias e reproduções físicas ou imateriais. A expansão de novas camadas técnicas no planeta, constituindo um novo meio e período geográficos são apresentadas nos Capítulos 3 e 4 como fundamento analítico da expansão contemporânea de piratarias. Finalmente, lidando com o território urbanizado, apresenta-se, no último capítulo desta Primeira Parte, um diálogo intelectual entre a proposta dos dois circuitos da economia urbana, de Milton Santos (1971; 2004 [1975]) e as manifestações concretas da pirataria. Propõe-se, então a relação entre piratarias *imitativas* e piratarias *adaptativas*. Esta proposta procura compreender o uso desigual da desapropriação pelos diferentes agentes sociais e lugares.

Na Segunda Parte do trabalho, intitulada “Rigidez normativa e flexibilidade técnica: patentes e piratarias globais”, os processos de normatização que acompanham os temas relativos à propriedade intelectual, direito autoral e direito de reprodução são reconstituídos como eventos explicativos das situações presentes. A passagem de normas locais ou nacionais para normas mundiais, fato recente na história, é analisada a partir da planetarização do meio técnico-científico-informacional.

A importância crescente da proteção de patentes desenvolve-se em três Capítulos (Capítulos 9, 10 e 11), cada um dedicado a compreender situações da nova geopolítica fundada em argumentos corporativos que impregna as relações entre os países. As políticas estadunidenses de proteção à propriedade intelectual são analisadas a partir dos Relatórios anuais produzidos pelo país e suas repercussões no Brasil, além de uma discussão, no Capítulo 11, sobre a disputa, na OMC, acerca dos subsídios algodoeiros estadunidenses que se transforma em uma cizânia relativa aos direitos intelectuais.

Finalmente, a Terceira Parte desta tese, “Situações e usos do território brasileiro: pirataria e meio geográfico no Brasil”, dedica-se a empiricizar, a partir das situações geográficas, os eventos elencados no conjunto do trabalho. As *situações geográficas* (Santos, 1999a, p. 15; Silveira, 1999) são entendidas como

a ordem, sempre diversa, com que os objetos técnicos e as formas de organização chegam a cada lugar e nele criam um arranjo singular, que define as situações, permitindo entender as tendências e as singularidades do espaço geográfico (SILVEIRA, 1999, p. 25).

Essas situações procuram unir as condições do mundo concretamente existentes nos lugares a partir da mediação da *formação socioespacial brasileira*². Dessa forma, a normatização e uso da técnica são discutidos a partir dos diferentes agentes sociais, públicos ou privados, usando o território. A fragmentação das fronteiras, par dialético da globalização, e sua vinculação com o mercado global de produtos piratas é apreendida a partir da fronteira Brasil - Paraguai, no Capítulo 12.

O Capítulo 13 discute a Feira da Madrugada, em São Paulo, e sua centralidade no comércio de produtos piratas apoiada num meio construído anteriormente ocioso. O capítulo seguinte apresenta a municipalização das políticas de combate à pirataria em São Paulo e, especialmente, a militarização recente do território. Finalmente, discutindo a vinculação entre território e cultura, o Capítulo 15 trata da distribuição territorial dos equipamentos públicos de cultura em São Paulo contraposta à pujante pirataria no município. Nesse mesmo sentido, o último capítulo desta tese apresenta uma reflexão acerca do papel central da pirataria no *tecnobrega* em Belém do Pará.

Não foi o objetivo deste trabalho a elaboração de um levantamento exaustivo e descritivo do que possa ser a pirataria. Ao contrário, acreditamos poder contribuir com um olhar complementar para entender sua existência no Brasil e no mundo contemporâneos. Espero que este trabalho seja compreendido como a manifestação da liberdade do pensar que a universidade, a geografia e minha orientadora permitiram, com a devida responsabilidade que me cabe. Quiça este trabalho possa, humildemente, pelos seus acertos ou erros, contribuir para o debate sobre o Brasil e o Mundo, hoje e no futuro.

² O conceito de *formação socioespacial* foi elaborado por Santos (1977) reconhecendo que a *formação econômica e social*, elaborada por Marx e Engels, apresenta inevitavelmente uma dimensão espacial quando historiciza o modo de produção, ou seja, “os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada” (SANTOS, 1977, p. 87).

Cobogó, Ricardo Aprigio Fonseca, 2012.

PRIMEIRA PARTE

PERÍODO HISTÓRICO, MEIO GEOGRÁFICO, PIRATARIA: DAS
TÉCNICAS RÍGIDAS ÀS TÉCNICAS FLEXÍVEIS

*“Celui qui pille avec um petit vaisseau se nomme pirate ; celui
qui pille avec um grand navire s’appelle conquérant.”*

*Dictionnaire Marin des sentiments et des comportements - les mots issus de
la mer & et de l’eau. Saint Malo: Éditions Cristel, 2009.*

Capítulo 1

Uma discussão necessária: o território, a pirataria e outros conceitos

A noção de *pirataria* possui uma genealogia: nasce em momento e lugar específicos para responder a uma combinação exclusiva entre técnica e intenção. Durante alguns séculos, a pirataria foi conhecida e caracterizada (tornando-se hoje um estereótipo) como uma atividade criminosa realizada no mar, com navios. Entretanto, o caminhar do mundo até o presente levou a uma nova definição da pirataria, especialmente na armadura dos elementos técnicos e normativos que caracterizam o período da globalização, distinguido, de acordo com Santos (1996, pp. 121-159), pela técnica, pela ciência e pela informação. Esse movimento é acompanhado *pari passu* pelo desenvolvimento do capitalismo até a sua definição como modo de produção dominante no planeta, ou motor único da produção, nas palavras de Santos (2000, p. 29).

É nesse contexto que pretendemos refletir sobre a pirataria como um fenômeno revelador das contradições do período já que, ao mesmo tempo em que as práticas a ela vinculadas utilizam, em seu benefício, as condições técnicas e normativas criadas pelos agentes hegemônicos (os Estados nacionais, as grandes empresas mundiais e as instituições transnacionais) como sustentáculos da globalização, ocorre simultaneamente uma criminalização e uma aversão à pirataria, como se ela existisse apartada dos processos contemporâneos de uso da técnica e da informação. Defendemos tratar-se, portanto, de uma nova combinação entre as bases técnicas e os desejos sociais, agora em um acontecer distendido à escala mundial.

Vulgarizou-se, no atual período da vida humana, uma mesma base técnica intercomunicante que cobre todo o planeta, como já abordado por Friedmann (1968 [1960], p. 107) e por Richta (1974 [1968]), incorporada a uma tendência à homogeneização cultural que permite a um grande número de pessoas, empresas e instituições reproduzir objetos e informações sem autorização e sem pagamento pelos direitos de criação, ou seja, diversos agentes sociais procedem a piratarias a partir dos usos da técnica e da informação nos lugares. A idéia mesma de invenção e

criação redefine-se, afinal, como propõe Latour (1993, p. 61), um projeto nunca pára de tornar-se realidade.

Assim, independentemente de sua definição como crime, a pirataria é geograficamente reveladora das disputas existentes entre os distintos projetos sociais de uso do território. Esse fato, capital, é ignorado pelas instituições (públicas e privadas) de combate à pirataria que, mantendo-se restritas ao quadro jurídico e aos interesses econômicos preponderantes, alheiam-se do território como totalidade, ou seja, do *espaço banal*³.

A expansão de um senso comum ou, melhor dizendo, de uma psicoesfera acerca da pirataria possui importante foco irradiante nas instituições públicas e privadas que se organizam ativamente no seu combate, tendo na mídia seu meio emissor. A psicoesfera, de acordo com a definição de Kahil (2010, p. 476) pode ser entendida como o modo de vida ou espírito de uma época. Hoje, a definição sedimentada da pirataria é aquela que circunscreve determinadas ações e objetos numa perspectiva criminal. O pirata é o culpado *a priori*, mesmo antes de seu julgamento. Nesse sentido, Durkheim (2002 [1895], p. 12) traz uma reflexão fundamental ao entendimento mais amplo do que se define socialmente como crime:

Solamente el sentido común, partiendo del hecho de que el delito es detestado y detestable, llega equivocadamente a la conclusión de que debería desaparecer erradicado por completo. Con su simplismo ordinario, no concibe que una cosa que repugna pueda tener alguna razón de ser útil (DURKHEIM, 2002 [1895], p. 12).

De nossa parte, propomos como definição científica da pirataria toda ação que reproduza objetos ou informações, sem pagamento de direitos autorais ou de propriedade, acarretando uma desapropriação da criação e do conhecimento como subsídio para uma nova apropriação criadora.

Uma definição ortodoxa da pirataria poderia incorrer numa redução não desejada da complexidade do presente a estruturas simplistas. Por outro lado, uma definição ampla e abarcante, pode incluir tanto a complexidade de formas de uso da técnica e do território que já se manifestam quanto outras que possam vir a concretizar-se. Assim, os ‘piratas’ não são, a princípio, os criminosos, mas os

³ O conceito de espaço banal é central à renovação da disciplina geográfica, pois exige um esforço de análise do espaço como totalidade. É definido por Milton Santos, a partir da idéia de F. Perroux, que advoga: “[...] *além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns*” (SANTOS, 1994b, p. 16).

homens, empresas e instituições que, para transformar uma intenção em realidade, apropriam-se de algo e, assim, desapropriam outrem. As análises empíricas da segunda e terceira partes desta tese procuram esmiuçar as diversas situações de desapropriação dos direitos intelectuais e autorais.

Numa análise geográfica, a pirataria é um uso do território, ou seja, uma coerência a partir de um projeto (desígnio) entre o sistema de objetos e o sistema de ações que compõem a totalidade espacial, conforme definida por Santos (1996, p. 51). Sendo consideradas *usos*, as *piratarias* contemporâneas podem ser compreendidas como processos. Os diversos usos do território revelam as desigualdades nele existentes e, simultaneamente, a coexistência, nada harmônica neste caso, entre os diferentes projetos sociais. Dizendo de outra maneira, as formas de produção, circulação, distribuição e consumo da pirataria navegam entre o legal e o ilegal, não se enquadrando apenas no segundo caso e, portanto, não pertencendo exclusivamente a um idealizado setor *ilegal* ou *informal* cuja existência se daria apartada da totalidade espacial.

Tal setorização do espaço pode ser perigosa, pois além de eliminar a complexidade dos processos envolvidos, faz supor que não há forma, organização e estruturação específicas à pirataria. Ademais, as análises pautadas nas noções de *legalidade-ilegalidade*, *formal-informal* partem das definições (normas) estatais e corporativas dos usos do território, dando a elas uma primazia na análise que consideramos equivocada para compreender a complexidade e a totalidade das situações da formação socioespacial brasileira. Igualmente, a necessidade analítica de definir, a cada momento e lugar, o que seria o legal, o ilegal, o formal e o informal revela-se um entrave metodológico para uma compreensão dialética dos processos socioespaciais⁴.

⁴ Este debate pode ser ampliado com a leitura de Santos 2004 [1975]), Montenegro (2006; 2011, especialmente o Capítulo 1) e Pinheiro Machado (2008).

Capítulo 2

Os conceitos e seus lugares na Geografia e na História: a pirataria marítima

O transporte marítimo de cargas é o principal meio de transporte dos objetos da globalização. Não surpreende, portanto, o fato do mundo conviver, ainda hoje, com uma pujante pirataria marítima. No entanto, renovada. Localizando-se especialmente no Golfo de Ádem, rota privilegiada entre países asiáticos e europeus, essa prática é criminalizada e pouco compreendida. É na Somália, país que possui localização privilegiada às portas do Golfo, que essas ações, majoritariamente, tomam lugar⁵.

Essas circunstâncias revelam, como se procurará mostrar, o domínio de certos países sobre o comércio mundial, afinal, por essas águas passam as mercadorias (sejam as legítimas, sejam as piratas) representativas de uma economia globalizada. Aliás, o transporte marítimo em contêineres é o principal meio de transporte do comércio global de mercadorias, respondendo, em 2005, segundo Frémont & Soppé (2005), por 80% do total de produtos transportados por via marítima. O uso dos contêineres, associado ao gigantismo dos navios foi essencial, segundo Monié (2011, p. 307), para reduzir os custos de transporte e suavizar a gestão das interfaces intermodais. Ao mesmo tempo, a situação somali revela um país pauperizado, que não participa ativamente deste sistema logístico, mas, ao contrário, é um caminho de passagem que busca, ainda, defender suas fronteiras e, de alguma forma, captar alguns recursos financeiros.

Há uma política exclusiva da União Européia para a proteção dessa rota comercial, denominada *Operação Atalanta*, que agrega as Forças Armadas de vários países membros e comando rotativo entre os países, mobiliza artefatos bélicos como grandes navios e porta-aviões, além de helicópteros, modernas lanchas e centrais de rastreamento e controle, para evitar que pequenos barcos e traineiras somalis, com cordas, escadas e algumas armas, interceptem navios pesqueiros ou cargueiros. A

⁵ Os dados sobre ataques a navios são organizados, a partir do registro de ocorrências (*Piracy Reporting Centre*), pelo *International Maritime Bureau* (IMB), uma divisão especial da Câmara Internacional de Comércio (em inglês, ICC - *International Chamber Of Commerce*). Dos 439 ataques ocorridos em 2011, 160 ocorreram na Somália, 46 na Indonésia, 39 no Mar Vermelho, 37 no Golfo de Ádem, 20 em Benin e 16 na Malásia (ICC, 2012, pp. 05-06).

desproporcionalidade técnica e financeira existente entre esses dois agentes sociais é latente, bem como a inexistência, nos discursos institucionais, de qualquer preocupação com as condições de vida na Somália: a preocupação é com a preservação das rotas, dos navios, das mercadorias. Por isso, defendemos que a definição técnica de pirataria marítima legalmente empregada e verticalmente imposta, a partir de certos países ao restante do mundo, não dialoga com as existências dos lugares, especialmente nos países mais pobres⁶.

Há abundantes informações que relatam que os ataques somalis aos navios são uma das poucas alternativas de defesa de um país que sequer possui Força Marítima estruturada. Esse esforço seria também uma forma de proteção à pesca predatória praticada por países europeus e asiáticos e uma intimidação ao descarregamento ilegal, nas águas somalis, de lixo tóxico de empresas européias. Há relatos de que o dinheiro dos resgates pagos pela devolução de navios seqüestrados seria, em parte, dividido com os habitantes do país⁷.

Fato notável é a não classificação como *pirataria* o uso de navios no tráfico ilegal, porém globalizado, de armas, drogas e equipamentos militares. Neste ramo do comércio global, as ocorrências dos últimos 20 anos revelam que mais de 60% dos navios envolvidos eram de propriedade de companhias sediadas em países da União Européia, Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) ou OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). A Alemanha era o país dos proprietários de 19,5% dos navios envolvidos em ocorrências, seguida pela Grécia,

⁶ A definição de pirataria marítima em questão é aquela originária da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982, que traz em seu Artigo 101: "Definition of piracy:

Piracy consists of any of the following acts: (a) any illegal acts of violence or detention, or any act of depredation, committed for private ends by the crew or the passengers of a private ship or a private aircraft, and directed: (i) on the high seas, against another ship or aircraft, or against persons or property on board such ship or aircraft; (ii) against a ship, aircraft, persons or property in a place outside the jurisdiction of any State; (b) any act of voluntary participation in the operation of a ship or of an aircraft with knowledge of facts making it a pirate ship or aircraft; (c) any act of inciting or of intentionally facilitating an act described in subparagraph (a) or (b)". (United Nations Convention on the Law of the Sea, 1982).

⁷ ICC, 2009; União Européia. *Chefe da Operação Atalanta: a UE na luta contra a pirataria*, 19/11/2009, disponível em <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?language=PT&type=IM-PRESS&reference=20091113STO64429>, acesso em 12/03/2011; International Maritime Bureau (IMB): www.icc-ccs.org, acesso em 02/02/2010; HARI, J. "You are being lied to about pirates". In: *The Independent*, 05/1/2009, disponível em <http://www.independent.co.uk/opinion/commentators/johann-hari/johann-hari-you-are-being-lied-to-about-pirates-1225817.html>, acessado em 11/03/2009; APPLEBAUM, A. "Somali pirates meet the law - Captured Somali pirates cause a legal dilemma" In: *Washington Post*, 18/05/2010, disponível em <http://www.annapplebaum.com/2010/05/18/somali-pirates-meet-the-law-captured-somali-pirates-cause-a-legal-dilemma-2/> acesso em 19/05/2010; "Premiê da Somália diz que pirataria é 'medida desesperada de sobrevivência'". In: *Folha de São Paulo*, 28/10/2009.

com 10,6% e Estados Unidos, com 7,8%⁸. Estes crimes e estes navios não estão, todavia, entre os objetivos da Operação Atalanta.

Embora o interesse desta pesquisa não seja a caracterização dessa prática igualmente denominada *pirataria*, é relevante apresentar, mesmo que brevemente, tal discussão, uma vez que ela oferece subsídios para a compreensão da adoção e difusão do termo *pirata* na contemporaneidade e colabora no esclarecimento da criminalização a ele vinculada. Desde sempre alinhadas à criminalização de algumas ações, as denominações de *pirata* e *pirataria* representam hoje, na linguagem, o pensamento unidimensional, anticrítico e antidialético denunciados por Marcuse (1967 [1966]). A criminalização *a priori* adéqua-se às políticas de controle do território e da vida social disseminadas por Estados, empresas e instituições internacionais.

Um breve resgate do que foi a pirataria marítima revela seu tratamento diverso e a classificação de diferentes práticas como “piratas”. Nesse sentido, Duran (2000) alerta que

o fato é que a própria discussão sobre o conceito de pirataria acabou por se revelar uma árdua tarefa porque mesmo entre os especialistas da matéria não encontramos uma análise bem definida a esse respeito, e as discussões sobre o que seria isso que chamamos de ‘pirataria’ e quem seria esse ‘pirata’ ainda estão em aberto (DURAN, 2000, p. 13).

O pirata e a pirataria são conceitos históricos, portanto, geograficamente datados. Sua definição mais disseminada, de acordo com Duran (*ibidem*, p. 33), surge de uma leitura do século XIX acerca da pirataria incentivada pela colonização inglesa e francesa do Caribe⁹ no século XVII, tendo então se difundido sem grande rigor geográfico e histórico, levando a análises anacrônicas. Entretanto, o termo *pirata* remonta à Antiguidade como prática greco-romana (SOUZA. P., 2002 [1999]; GOSSE, 1933). Bosi (1992, p. 11) ensina que começar pelas palavras talvez não seja tarefa vã. Etimologicamente a palavra *pirata* provém do latim *pirata* (*praedō* ou *praedō maritimus*) no sentido de “navegador que intercepta navios para pilhá-los”.

⁸ A pesquisa, realizada pelo *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI, 2012, pp. 19-23), organizou as ocorrências entre 1991 e 2011 envolvendo navios com mais de cem toneladas que transportavam drogas, armas e/ou equipamentos militares.

⁹ Numa abordagem geográfica da pirataria marítima, Musset (1995) discute sua importância na ocupação do território e da configuração de uma rede urbana entre as cidades de colonização espanhola na América Latina.

Entretanto, a palavra latina foi tomada do grego *peiratês* (πειρατής) que significava saqueador, ladrão, malfeitor¹⁰.

Posteriormente, durante a Idade Média européia e sua organização predominantemente rural, a pirataria deixa de fazer parte das práticas sociais e, portanto, do próprio vocabulário. Apenas a partir do século XII, com o aumento progressivo das relações comerciais com base marítima, a pirataria ressurge, mesmo que numa situação na qual um quadro normativo das relações marítimas ainda não se fizesse presente. Ao contrário, são os navegantes-mercadores, organizados em guildas, os responsáveis pelos primeiros códigos de condutas no mar.

O século XIII permite o nascimento do *corsário* que, de certa maneira, é uma institucionalização da pirataria pelos Estados. Azcárraga y de Bustamante (1950 *apud* DURAN, 2000) assim o define:

empresa naval de un particular contra los enemigos de su Estado, realizada con el permiso y bajo la autoridad de la potencia beligerante, con el exclusivo objeto de causar perdidas al comercio enemigo y entorpecer al neutral que se relacione con dichos enemigos (AZCÁRRAGA Y DE BUSTAMANTE, 1950, p. 27 *apud* DURAN, 2000, p. 55).

O corso era um instrumento para enfraquecer os concorrentes comerciais e o corsário o agente privado portador de uma carta de corso. Diferentemente do pirata, carrega os símbolos do Estado, entre eles a bandeira, uma autorização oficial e seu conjunto legal.

O corsário e o pirata têm, a partir de então, tratamento jurídico diferenciado: o primeiro é considerado parte da sociedade e é julgado; ao segundo tal recurso não se aplica e a força acabava sendo sua punição. No entanto, há outra diferença fundamental entre ambos, destacada por Duran (2000, pp. 157-163): enquanto o corsário mantinha e reproduzia a rígida hierarquia militar e mercante, os piratas apresentavam um ‘ideal democrático’ que abarcava um ‘Conselho Pirata’ no qual o capitão, eleito pela tripulação, não tomava decisões alheias aos seus comandados. Igualmente, não havia privilégios a bordo e os açoites e punições físicas eram raros.

¹⁰ De acordo com: *Dictionnaire étymologique de la langue latine. Histoire des mots*. Paris: Klincksieck, 2001 [1932]; CHANTRAINE, P. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque. Histoire des mots*. Paris: Klincksieck, 1999 [1968] e CORVEZ, P. *Dictionnaire Marin des sentiments et des comportements - les mots issus de la mer & et de l'eau*. Saint Malo: Éditions Cristel, 2009.

Certa igualdade econômica se fazia presente na partilha coletiva do que fosse capturado¹¹ e de um fundo comum para indenizações aos feridos.

A eliminação do corso ocorreu em 1856, com o *Tratado de Paris*, fruto de um momento histórico no qual os Estados nacionais fortificados puderam abdicar dessa prática como política nacional. A pirataria, todavia, segue existindo e, em 1958, a *United Conference on the Law of the Sea*, também nominada “Constituição dos Mares”, define-a como crime internacional, ou seja, com estatuto superior às legislações dos territórios nacionais.

Esses são os dois primeiros acordos internacionais aos quais, no anos subseqüentes, se apresentarão outros, ampliando o sentido da noção de pirataria ao mesmo tempo em quem aperfeiçoam a normatização de objetos e práticas nos distintos territórios, constituindo parcela significativa da base normativa do processo de globalização, como se verá adiante.

¹¹ O capitão, o contramestre, o cirurgião e o carpinteiro recebiam uma parte maior do que fosse pilhado, não por conta de uma hierarquia de mando, mas sim por possuírem maiores responsabilidades no sucesso da empresa (DURAN, 2000, p. 161).

Capítulo 3

Criar, reproduzir, copiar — o meio técnico e os estádios da técnica

“A obra de arte, por princípio, foi sempre suscetível de reprodução”. Com essa assertiva, Benjamin (1975 [1961], p. 11) inicia sua discussão sobre a obra de arte na história. O autor reconstitui e mostra o longo processo de adensamento técnico que levou ao que ele denomina de *época das técnicas de reprodução*. Consideramos que o partido de método do autor, para quem as descobertas técnicas são apenas aspectos isolados de um fenômeno geral (*idem, ibidem*, p. 15), permite-nos aproximar sua análise de um procedimento geográfico que considere o espaço como totalidade e as técnicas em seu conjunto.

Procura-se mostrar aqui que a autoria, em diferentes manifestações e formas de reconhecimento, sempre existiu. O seu reconhecimento e privilégio dentro de certos quadros legais, ao contrário, não resultam da existência de *autores*, mas da expansão do meio técnico (posteriormente científico e informacional), isto é, o surgimento e aprimoramento de técnicas que, nos diferentes lugares e momentos, revolucionaram as capacidades produtivas, especialmente porque a idéia de *produção* passou a equiparar-se à idéia de *reprodução*.

Os processos artísticos criativos e reprodutivos permitem mergulhar em esferas das atividades humanas fundamentais mesmo que postas em segundo plano pela predominância de um certo discurso economicista da vida. Para Kosik (2002 [1963], p. 121), a arte é uma realidade humana, tal qual a economia, porém com tarefa e significados diferentes. No entanto, não é a economia que gera a arte, nem direta nem indiretamente: é o homem quem cria a economia e a arte como produtos da sua *práxis*.

Para os gregos, retoma Benjamin (1975 [1961]), apenas dois processos técnicos reprodutivos eram conhecidos: a fundição e a cunhagem. Assim, as únicas obras de arte que puderam produzir em série foram as moedas, as terracotas e os bronzes; o restante era composto por um conjunto de peças únicas, irreproduzíveis.

Gaudin (2005 [1978], p. 132) informa que a Idade Média¹² herdou do Império Romano duas técnicas principais: a fundição do ferro (controlada pelo poder vigente, pois era estratégica na produção de armas) e os moinhos à água. Nessa fase da história, as próprias dificuldades técnicas de reprodução eram limitantes do número de cópias e mantinham um escudo protetor ao redor dos originais.

Com a gravura em madeira (xilogravura) iniciou-se a reprodução de imagens muito antes da imprensa de tipos móveis possibilitar o mesmo para a escrita (tipografia) – adicionada, durante a Idade Média, da placa de cobre e da água-forte. Maës (2006, p. 9) afirma que a impressão de gravuras constituiu uma revolução capital na história da cultura visual e da percepção da obra de arte, pois gravar um tema sobre uma matriz e reproduzi-lo em múltiplos exemplares abalou as noções de originalidade e de unicidade normalmente ligadas às obras: os editores imprimiam centenas e às vezes milhares de cópias a partir de uma matriz¹³. Além do mais, o autor destaca o papel catalisador das cópias de algumas gravuras sobre o trabalho daqueles que hoje são considerados mestres da gravura (*idem, ibidem*, p. 135).

Gestava-se, concomitantemente, o mercado de arte. No século XIX, avanços na impressão e a litografia¹⁴ agregam fidelidade e rapidez ao processo reprodutor e, fato novo, permite a comercialização de obras em série. A facilidade e a qualidade dos desenhos derivados dessa técnica permitiram a representação da vida cotidiana, aproximando a obra de arte da imprensa.

A relação entre arte, reprodução e autoria sofre, neste momento, uma guinada fundamental, introduzindo uma mudança que se enfatizou até os dias atuais: a exposição da autoria. Enquanto na Idade Média européia a identidade do artista dissolvia-se na predominância comunitária das instâncias cotidianas da vida, a Modernidade cria, afirma e delega ao futuro o *sujeito* como categoria e como direito à individualidade. Para Sibilia (2008, p. 152),

é por isso que muitas obras medievais são anônimas, pois o importante era mesmo o objeto criado e de modo algum seu autor, o sujeito criador. [...] o artista daquela época era um artesão, cuja

¹² A literatura principal sobre o tema apóia-se numa periodização européia do mundo. Entretanto, sabemos que outros lugares apresentavam, em momentos anteriores aos eventos europeus, conjuntos técnicos e conhecimentos mais amplos e organizados, mas é a partir da racionalidade européia (posteriormente denominada ocidental) que certo conjunto técnico-normativo ganha novo sentido e impulso, chegando ao Brasil e desenhando as bases do capitalismo que culminará na globalização.

¹³ O autor prossegue dizendo que menos custosa e menos frágil que o desenho ou a pintura, a gravura impressa teve aplicações extremamente variadas, nobres e simples, atingindo um público amplo (MAËS, 2006, p. 09).

¹⁴ Na litografia o desenho é obtido a partir do entalhe da pedra calcária.

perícia o definia pela capacidade de produzir certos objetos e não pela distinção de ostentar uma subjetividade especial¹⁵.

Como será apresentado adiante, essa reflexão acerca da genealogia da autoria é fundamental para compreender os dias atuais nos quais certa denominação de direito autoral, e mais que isso, de propriedade sobre o direito autoral (que não é mais necessariamente do autor, mas daquele que dele se apropriou), domina o debate não só sobre a arte mas sobre os objetos, seus conteúdos e seus usos. Embora recente na história humana, essa definição é resguardada, pelos agentes hegemônicos, como natural e, portanto, eterna, ou seja, inquestionável¹⁶.

É ainda o século XIX quem proporciona o surgimento da fotografia que suplantaria a função da litografia na imprensa. Para Benjamin (1975 [1961], p. 105), no que tange à reprodução de imagens, a partir desse momento *“a mão encontrou-se demitida das tarefas artísticas essenciais que, daí em diante, foram reservadas ao olho fixo sobre a objetiva”*. A rapidez do olho perante a mão e dessa técnica nova sobre sua antecessora impõem novo ritmo à imprensa, aproximando a imagem da palavra. Um novo meio e período tecnológicos ganham forma: para Gaudin (2005 [1978], p. 146), é no século XIX que a cultura técnica da população é elevada com a invenção dos objetos que constituem o mundo moderno: a fotografia, a aviação, o automóvel, o cinema, a construção metálica, entre outros, enquanto Hobsbawn (2007 [1962], p. 72) define esse século como uma era de velocidade na qual mesmo técnicas novas, como as primeiras ferrovias, já apresentavam maturidade técnica.

A banalização das técnicas integra os lugares e permite a comunicação mais rápida: cultura, técnica, espaço e informação aproximam-se. O longo processo de ecumenização do planeta aproximou os homens e, com essa proximidade, idéias, técnicas e objetos foram sendo trocados e reinventados. As decorrências desse processo no presente são contraditórias, revelando o conflito entre banalização e controle das técnicas e informações.

No século XX um novo conjunto de técnicas amplia a experiência humana na lida com os objetos e com a arte. Benjamin (1975 [1961], p. 15) sustenta que as

¹⁵ Ainda sobre a Idade Média, diz Sibilia (2008, p. 152): *“naquele período da civilização ocidental, a função explícita do artista consistia em copiar, de uma maneira sempre condenada à imperfeição, a beleza da obra divina encarnada na Natureza. Sua missão não era criar algo novo mas apenas imitar o mundo já existente, e tentar fazê-lo de forma habilidosa embora neutra, com o menor grau possível de distorções subjetivas”*.

¹⁶ Um autor como Assis Zanini (2011, p. 115) espanta-se com essa constatação histórica, pois considera *“bastante surpreendente”* que durante muitos séculos as *“criações do espírito humano permaneceram ao largo do sistema jurídico”*. Ou seja, a propriedade é natural, como será discutido em capítulo ulterior.

novas técnicas de reprodução permitiram não apenas a dedicação a todas as formas de arte do passado, mas também alterá-las e, mais que isso, elas mesmas se impõem como formas originais de arte. No cinema, é a sua própria técnica de produção que funda a sua técnica de reprodução; o que era meio torna-se exigência.

Demais, esse mesmo século presencia a difusão, trazida pelas grandes empresas já globais, da fotocopadora (lançada pela estadunidense Xerox, que se populariza progressivamente a partir dos anos 1970), da fita Cassete (analógica, lançada pela holandesa Philips em 1963), da fita analógica Betamax (a primeira a se popularizar, lançada pela japonesa Sony em 1975) e de sua concorrente VHS (*Video Home System*, também analógica, lançada pela japonesa JVC em 1976). Simultaneamente à expansão do uso de microcomputadores, o final do século atesta a chegada da tecnologia digital: decidia-se a base material do período informacional da humanidade. O *Laserdisc* (disco óptico¹⁷) é lançado pela Philips em 1978. Seu sucessor, o CD (*Compact Disc*), patenteado pela Philips e pela Sony, é disseminado a partir de 1982 e o DVD (*Digital Versatile Disc*, desenvolvido por Philips, Sony, Panasonic e Toshiba) a partir de 1995. Em um curto espaço de tempo, as versões graváveis e regraváveis de ambos (CD-R, CD-RW, DVD-R, DVD-RW) banalizam-se e, mais recentemente, o *Blu-ray Disc* (2006), confirma-se como técnica sucessora das anteriores.

Torna-se possível, mesmo para os agentes não hegemônicos, utilizar, armazenar e distribuir dados em quantidades cada vez maiores que podem ser replicados com maior segurança. O aumento progressivo das capacidades de armazenamento dos discos rígidos de computadores, a invenção da memória *flash* (utilizada, entre outros, em telefones celulares, *pen drives*, computadores e outros artefatos informacionais portáteis) e a utilização da rede *internet* como banco de dados global de acesso onipresente revelam uma nova fase, de nova relação entre a informação e suas bases materiais. As formas de funcionamento dos novos equipamentos caminham para a facilidade acelerada da troca de informações.

As técnicas de produção, mais do que nunca, tornam-se técnicas de reprodução. Como será discutido adiante, o direito de reproduzir transformar-se-á numa peleja judicial e geopolítica vinculada ao monopólio das técnicas e seus usos nos lugares. A decisão sobre os novos formatos técnicos dos objetos não se restringe mais exclusivamente à sua tecnicidade, visto que, depois de tomada, torna-se norma

¹⁷ Trata-se, de fato, de um arsenal de tecnologias ópticas de memória de dados das quais mencionamos algumas que julgamos mais relevantes para os objetivos de nossa pesquisa.

da vida cotidiana, exigindo mudanças nas ações de todos os lugares e agentes sociais concernidos.

Ao longo da história da arte, entretanto, a reprodução de uma obra aparece mais como honraria do que como crime, ou seja, a reprodução é uma destreza. A *Mona Lisa* (entorno de 1503-1506), de Leonardo da Vinci (1452-1519), possui várias 'cópias', de autoria de diferentes artistas¹⁸. Ostrower (2003, pp. 27-28) comenta uma delas, do século XVI, de autoria de Bernardino Luini (1480-1532), feita em homenagem a Leonardo da Vinci — com o qual teria trabalhado — o que, longe de ser qualquer tipo de plágio, era uma prática difundida (IMAGEM 01). Ou seja, reproduzir a obra de outro era, além de uma homenagem ao autor, uma prova da própria habilidade (como Van Gogh inspirando-se em Gustave Doré, IMAGEM 02), tanto que se tornará um princípio educacional das escolas de artes. Nessa direção, é expressiva a análise de Kant (1990 [1785], p. 48), que defendia que apenas as obras escritas possuíam autoria, enquanto as obras de arte poderiam ser apropriadas sem que isso fosse imoral ou criminoso. Esta proposição será retomada oportunamente.

Maës (2006, pp. 150-151) acrescenta que, além de uma homenagem, a reprodução era também um desafio e apensa que os “empréstimos” de composições de outros autores era prática corrente, constituindo uma parte essencial da produção de imagens durante a época Moderna¹⁹. A Modernidade européia, portanto, ainda convive com as heranças do período anterior no que concerne à definição de autoria²⁰. A concepção de técnica então presente não era apartada da de arte.

Em oposição à racionalidade hoje predominante, sabe-se que em grego *techné* (τεχνικόν, aquilo que pertence à τέχνη) era empregado tanto para a arte como para a habilidade técnica, enquanto a cultura latina efetuou a tradução desse termo

¹⁸ Gaudin (2005 [1978]) destaca que entre os séculos XV e XVI, particularmente na Itália, os artistas eram também engenheiros: “*Esses engenheiros se tornavam ilustres pela qualidade de seus desenhos: eram, ao mesmo tempo, pintores (o papel dos pintores na criação técnica é permanente. A luta permanente com a matéria leva à invenção)*” (GAUDIN, 2005 [1978], p. 143. Tradução nossa). Lê-se, no original: “*Ces ingénieurs s’illustraient par la qualité de leur dessin : c’étaient en même temps des peintres (le rôle des peintres dans la création technique est permanent. Le combat avec la matière entraîne à l’invention)*” (GAUDIN, 2005 [1978], p. 143). Neste sentido, a análise de Condé (2009, p. 117) é inspiradora, pois para este autor, em importante medida, a história da arte é a história das suas técnicas. Do mesmo modo, a técnica e a ciência de uma época influenciam a arte.

¹⁹ Homburg (1996, p. 07) acrescenta que as cópias tinham também a função essencial de reprodução de trabalhos já célebres, fazendo-os conhecidos de um público mais amplo.

²⁰ Para Maës (2006, p. 150), a cópia, aqui, implica a sua realização com os mesmos materiais que o original, mas, além disso, outros elementos devem ser levados em conta, como o sentido da cópia (em relação ou não ao original), suas dimensões (que podem ser próximas ou muito distintas) e o fato da cópia retomar a totalidade da composição original ou somente um de seus motivos rearranjado.

decompondo-o em técnica (*technica*) e arte (*ars*)²¹. Heidegger (2007 [1953], p. 395) afirma que “as artes não decorriam do artístico. As obras de arte não eram fruídas esteticamente. A arte não era um setor da produção cultural”. Pode-se igualmente dizer que na tradição confucionista chinesa, na qual a destreza e a repetição, verdadeiras manifestações de método, são valorizadas e difundidas na totalidade da vida cotidiana, as idéias de autoria, propriedade intelectual e de pirataria eram inexistentes até recentemente²².

Ainda Durant (1990, p.51) assinala que, no percurso de três mil anos de história do que se denomina “Oriente Próximo Antigo”, a noção de autor, seu possível *status* e o respeito ou desrespeito à sua obra são inexistentes. Pelo contrário, a personificação é inútil uma vez que se trata de uma literatura anônima na qual o dever de todo escriba é o de multiplicar as cópias dos textos ou cartas existentes que assim perduram: “...la notion d’interdit à la reproduction est donc une chose abominable. Le mauvais scribe est celui qui ne duplique pas (*idem, ibidem*, p. 51). Na América, anterior à colonização européia, também não há relatos de autoria de obras, o mesmo valendo para as civilizações Africanas anteriores às invasões européias. Os objetos de arte eram os objetos da vida cotidiana.

IMAGEM 01: A cópia como destreza: a *Mona Lisa* e algumas de suas cópias

Da esquerda para a direita: Mona Lisa, de Leonardo da Vinci (Museu do Louvre, Paris), seguida de duas versões da Mona Lisa de autoria de Bernardino Luini (Câmara dos Deputados, Roma) e, finalmente, a Mona Lisa atribuída a Salai, aluno de Leonardo da Vinci (Museu do Prado, Madri). Fontes das imagens: <http://www.abm-enterprises.net/artgall2/monalisa.jpg>, e <http://www.renaflacaria.com/MonaLisa/oslo.JPG&imgrefurl>. Acessos em 21/02/2009.

²¹ Heidegger (2007 [1953]); Leopoldo e Silva (2007); Ortega y Gasset (1963 [1939], p. 81); Condé (2009). Na *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers...*, obra emblemática da expansão da concepção moderna e Ocidental de técnica no séc. XVIII, Diderot e D’Alembert definem o verbete *técnica (technique)* como algo das Belas Artes, qualquer coisa que tem relação com a arte (*quelque chose qui a rapport à l’art*), formado a partir do grego *τεχνικὸς*, *artificial*, ou *τέχνη*, *arte* (DIDEROT & D’ALEMBERT, 1751-1765, V. XVI, p. 02).

²² Mamigonian (2008); Pinheiro Machado (2008, p. 121); Bonnain-Dulon (2006, pp. 184-185).

IMAGEM 02: A cópia como destreza: Van Gogh reproduz Gustave Doré (1890)

À esquerda, *Newgate - The exercise yard* (1872), de *Gustave Doré*. Gravura originalmente publicada em *London, a Pilgrimage*, de Blanchard Jerrold. À direita *La Ronde des prisonniers* (Óleo sobre tela, 1890), de Vincent van Gogh (Museu Pouchkine, Moscou).

Fonte das imagens, respectivamente: <http://www.fromoldbooks.org/Doree-London/pages/138-Newgate-Exercise-yard/>; <http://www.blue.fr/vangogh/p12.htm>. Acessos em 06/10/2010.

Hoje, pode-se afirmar que são basicamente duas as concepções sobre a autoria nas obras de arte. Uma delas, mais vinculada ao “mercado de arte”, estabeleceu-se a partir da valorização de originais e séries numeradas, e tem, na notoriedade do artista, um elemento central. Podem-se encontrar séries numeradas de xilogravura, litografias, fotografias e esculturas. Quanto a estas últimas, considera-se como norma que nove cópias numeradas e identificadas, a partir do original do artista, são consideradas igualmente originais. Esse critério é especialmente recorrente nas obras plasmadas em bronze, que, assim, podem ter seu mercado multiplicado por nove.

Outro caminho que se afirma nos dias atuais é o da institucionalização da autoria de obras de períodos anteriores. Museus e especialistas divergem e disputam entre si sobre o tema: muitas instituições asseguram serem possuidoras de obras autênticas, o que as permite valorizar a importância de seus acervos, mesmo que a autenticidade destas obras seja, muitas vezes, contestada. O método de atribuição de autoria apóia-se em análises estéticas e estilistas, mas cada vez mais, em métodos técnico-científicos para definir se uma obra foi ou não produzida por

determinado artista²³. O peso da institucionalização da obra de arte produz um anacronismo: busca-se atribuir autoria a quadros de pintores cujos períodos históricos são caracterizados pelo anonimato ou pelo trabalho coletivo organizado em ateliês. É sintomático constatar, como apresenta Perrig (1991), que no período de cem anos o número de desenhos atribuídos a Michelangelo passou de cerca de 250 para 630²⁴. A noção de autenticidade torna-se preponderante quando a falsificação se torna factível e lucrativa.

Todavia, a autenticidade da obra de arte não diz respeito à sua unicidade e não cessa, mesmo com sua reprodução, pois, como propõe Benjamin, ela é dada pela sua aura, o seu *hic et nunc* (aqui e agora), ou seja, *“à mais perfeita reprodução falta sempre algo: a unidade de sua presença no próprio local onde se encontra. É a esta presença, única no entanto, e só a ela que se acha vinculada toda a sua história”* (BENJAMIN, 1975 [1961], p. 13). A cópia jamais afetou a originalidade dos objetos técnicos, pois *“diante da reprodução feita pelo homem e, em princípio, considerada como uma falsificação, o original mantém a plena autoridade”* (*idem, ibidem*, p. 13).

Entretanto, para Benjamin (1975 [1961]), o processo histórico, mesmo deixando intacto o conteúdo da arte, desvalorizou o seu *hic et nunc* por duas razões: a primeira é o fato de que a reprodução técnica tornou-se independente do seu original, como é caso da fotografia, que é capaz de ressaltar aspectos do original (a situação captada) que a olho nu seriam imperceptíveis; a segunda é que a técnica permite a reprodução de situações em lugares onde o autêntico jamais seria encontrado. A fotografia e o disco são manifestações desse fato, já que permitem maior aproximação da obra com o público: *“a catedral abandona sua localização real a fim de se situar no estúdio de um amador; o musicômano pode escutar a domicílio o coro executado numa sala de concerto ou ao ar livre”* (*idem, ibidem*, p. 13).

A expansão de um meio geográfico suporte da globalização parece ser o ápice da reprodução dos objetos técnicos potencialmente em qualquer lugar do planeta, independentemente do seu lugar original. Aliás, na formação socioespacial brasileira

²³ Um dos casos exemplares dessa discordância entre especialistas é uma obra de Rembrandt pertencente ao MASP (Museu de Arte de São Paulo). Considerada original pelo Museu, ela foi dada como falsa por uma comissão que analisou o conjunto de obras do pintor. A falsidade é contestada pelo MASP. Conforme entrevista realizada com a Sra. Eunice Sophia, Coordenadora do Acervo do MASP, em 05 de setembro de 2012. O Museu também possui duas cópias de telas de Paolo Veronese, produzidas por François Boucher, consideradas peças importantes do acervo. Para Silva (SILVA, M. A. C., 2003) a relevância dessas cópias para a compreensão de um momento importante da história da arte desmistifica a noção pejorativa contemporânea vinculada às cópias.

²⁴ A discussão sobre o mercado de arte animado por reproduções tidas como verdadeiras pode ser ampliada em: Faille (1930) e Wynne (2008 [2006]).

a reprodução daquilo que estava distante sempre esteve presente, como destaca Cataia (2001; 2003), constituindo um processo de *alienação do território*, ou seja, sua organização e regulação como forma de suprir um projeto alheio.

Torna-se evidente, portanto, que o problema da reprodução pela falsificação não é um dado relativo ao conteúdo ou à autenticidade da obra de arte original, mas sim uma sobrevalorização econômica relativa ao pagamento de direitos autorais. Tanto o disco de vinil quanto a fita K7, o CD, o DVD ou os arquivos sonoros digitais são apenas manifestações distintas de um mesmo sentido: o de deslocalizar a obra de seu lugar e tempo autênticos, independentemente de que o agente da ação seja a empresa detentora de direitos de autoria ou um indivíduo que, de sua casa, os desapropria.

Benjamin (1975 [1961]) também ressalta que as técnicas de reprodução do cinema ou da fotografia apresentam implicações que vão além do terreno da arte, tendo em vista que

multiplicando as cópias, elas transformam o evento produzido apenas uma vez num fenômeno de massas. Permitindo ao objeto reproduzido oferecer-se à visão e à audição, em quaisquer circunstâncias, conferem-lhe atualidade permanente (BENJAMIN, 1975 [1961], p. 14).

Ou seja, *“reproduzem-se cada vez mais obras de arte, que foram feitas justamente para serem reproduzidas”* (*idem, ibidem*, p. 17).

Ostrower (1987 [1977], p. 43) assinala que, na arte, a forma é conteúdo, ou seja, um é indissociável do outro. A autora dialoga com categorias fundamentais da disciplina geográfica, considerando que os objetos são portadores de conteúdos e, nesse sentido, transportam informações. Assim, arte e uso tornam-se, nesse caso, sinônimos, pois o ato de criar é indissociável a ambos: criar é dar forma a algo novo, respondendo, subjetivamente, pela instituição de novas conexões que se estabelecem para a mente humana, novas relações e nova compreensão, como sugere Ostrower (*idem, ibidem*, p. 9), bem como, objetivamente, oferecendo novas coerências aos objetos e às normas.

Essa compreensão promovida pelo ‘ato criador’ que *relaciona, ordena, configura e significa* (*idem, ibidem*, p. 9), é uma dimensão não apenas individual, mas geográfica, posto que se dá com o indivíduo em sua condição espacial da existência: o lugar. Ademais, as consequências do ato criativo não se resumem ao

indivíduo como agente social isolado, influenciando o sistema de relações dos lugares. Ou seja, o lugar exerce um dado ativo na criação e na criatividade.

Esse longo processo de tecnificação do território, ou seja, a criação de novas condições para a reprodução material da vida em sociedade, impede-nos de falar das técnicas em si mesmas. Comungando da opinião de Sorre (1984 [1954]), reafirmamos que o que nos interessa é a busca dos *fundamentos técnicos* da geografia do homem. O apelo à tecnologia, ensina o autor, não se traduz numa preocupação com pormenores: *“a descrição minuciosa dos dispositivos instrumentais não é da alçada do geógrafo. A ele compete apenas utilizar a curva geral do desenvolvimento das grandes técnicas e fixar seus pontos críticos”* (idem, *ibidem*, p. 91).

Na proposição de Ortega y Gasset (1963 [1939], p. 43), o homem começa quando começa a técnica. Em decorrência, há diferentes *estádios da técnica*. Se inicialmente, para esse autor, a técnica não era percebida como tal, sendo considerada, portanto, um acaso da vida, ela é posteriormente compreendida como um dom (as habilidades dos artesãos) para, finalmente, o homem aperceber-se da técnica como um fato técnico, como um conhecimento sistemático e uma capacidade intelectual.

A reprodução e sua perfeição eram antes dependentes da habilidade individual herdada ou adquirida. O apogeu da técnica permitiu que a reprodução fosse coordenada pelos métodos técnico-científicos e, especialmente, informacionais. Inicialmente vinculada ao indivíduo, como extensão de seu corpo, o fazer torna-se industrial para novamente apresentar-se ao homem, com as tecnologias da informação, se não concretamente, ao menos como possibilidade. É esse percurso, impuro e não linear, que se procura aqui percorrer para desvendar a pirataria como uma manifestação do atual estágio das técnicas, ou seja, a própria humanidade da pirataria.

Capítulo 4

A produção e a reprodução dos objetos no período técnico-científico-informacional

Há uma racionalidade dominante na produção dos objetos que inclui desde a sua maior ou menor capacidade de suprir necessidades, sua presença ou ausência nos lugares, seu ciclo de vida, sua forma, suas funções, seus conteúdos. Desvendar esse complexo sistema é fundamental para compreender a pertinência e a eficácia da pirataria nos territórios: em grande parte reproduzindo essa mesma racionalidade, a pirataria não é, conseqüentemente, um dado estranho à produção dos objetos, como se procurará provar.

No quadro geral da vida e no conjunto das disciplinas científicas, cabe à Geografia destacar o papel ativo do território contribuindo para uma análise que, além das ações, das imaterialidades, valorize a dimensão material como um dado explicativo. Os objetos que suportam a vida humana e que por isso são, também eles, humanizados, permitem a reconstrução da totalidade desde que considerados nos seus usos lugarizados, dentro dos contornos das formações socioespaciais que os abrigam e do modo de produção que os atravessa.

Aliás, nesse mundo, aprofundado em seu período capitalista, é o próprio modo de produção, a partir das formações socioespaciais, que embrenha a escassez e sua contradição fundamental, a superprodução, como denomina Sartre (2002 [1968], p. 250). Dessa maneira, para o autor, a escassez é também uma expressão de um fato quantitativo: tal substância natural ou produto manufaturado existe em número insuficiente em uma região (*idem, ibidem*, p. 240). Como resultado, é lógico a tal sociedade eliminar parte de seus membros ou de seus produtos porque a produção é excedente em relação ao consumo, mesmo que nem todos possam consumir. Há uma escassez do consumidor em relação ao objeto produzido, relativamente a uma rigidez material da produção por um lado e a uma hierarquia dos consumidores por outro (*idem, ibidem*, p. 251).

Baudrillard (2006 [1968], pp. 168-175) propõe a existência de um *sistema de objetos* no qual se combinam a fabricação em série, a coerção para compra através

do crédito facilitado²⁵ e a construção de um discurso sobre o objeto: a publicidade. Tal combinação, irresistível, não é privilégio dos países, lugares e classes mais ricas e prolifera-se nos países mais pobres e desiguais, como o Brasil.

Esse sistema, no entanto, é possível apenas com a adoção de uma nova forma de produzir os objetos que se define a partir da era industrial e que apresenta, como tendência, a standardização com diferenciações marginais, ou seja, desnecessárias. Pretensamente personalizados, estes artefatos são, de fato, *séries*²⁶, objetos imperfeitos produzidos em massa, mera justaposição, combinação fortuita, discurso inarticulado: “*destotalizado, não é mais que soma de detalhes que levam mecanicamente às séries paralelas*” (*idem, ibidem*, p. 156).

A moda, que induz à substituição dos objetos e de seus usos, trabalha para tornar a vida dos objetos mais curta, mesmo que eles ainda cumpram suas funções. Essa *fragilidade organizada* é para o autor uma manifestação da relação entre abundância e escassez, pois “*em um mundo de abundância (relativa) é a fragilidade que sucede à raridade como dimensão da carência*” (*idem, ibidem*, p. 154). Confundidos pela nova e artificial abundância, torna-se impossível para os consumidores comprar um objeto simplesmente por sua função de uso.

A moda e o mercado também são, para Simondon (1969), obstáculos que se impõem sobre o avanço do objeto rumo à sua *concretude técnica*²⁷. Para o autor (*ibidem*, p. 40), há ingerência de ambos sobre a essência do progresso técnico dos objetos, já que os mais recentes necessariamente são apresentados como superiores aos mais antigos. Esse esquema conduz a uma falsa consciência de um avanço técnico contínuo quando, na verdade, os aperfeiçoamentos se dão em pequenos detalhes (*perfectionnements mineurs*) e não no sentido do aprimoramento da própria tecnicidade dos objetos (*perfectionnements essentiels*). Essa situação revela a perda da tecnicidade ótima dos objetos, pois as inovações e a moda tornam o objeto mais frágil e efêmero já que a renovação acelerada influi, por si só, na sua qualidade (*idem, ibidem*, pp.153-154).

²⁵ Para Baudrillard (2006 [1968]), a compra a crédito permite a apropriação total de um objeto por uma parcela de seu valor. Essa ação mantém ou ressuscita características de sistemas sociais anteriores, como o feudal ou escravista, já que uma fração do trabalho é devida antecipadamente: “... *todo o sistema resulta nisto, em que se compra primeiro para em seguida se resgatar o compromisso por meio do trabalho*” (BAUDRILLAR, 2006 [1968], p. 169).

²⁶ Para o autor, há *séries* e *modelos*. Estes últimos apresentam harmonia, unidade, homogeneidade, coerência de espaço, forma, substância, função — uma sintaxe — e se destinam ao consumo da minoria.

²⁷ A concretude técnica diz respeito aos objetos técnicos concretos, ou evoluídos, com grande coerência interna e sistema fechado de causas e efeitos que os tornam similares aos elementos naturais (SIMONDON, 1969, pp. 46-49).

É lícito falar, portanto, de uma redução da longevidade dos objetos tida por Gaudin (2005 [1978], p. 168-169) como um fenômeno profundo das economias modernas. A durabilidade menor dos produtos²⁸, em geral associada aos objetos piratas, não é, portanto, uma exclusividade deles, mas uma forma geral da organização da produção em seu estágio atual, com a convergência, à uma mesma ordem, dos objetos e técnicas dos distintos territórios nacionais e lugares.

Para o autor (*idem, ibidem*, p. 60), a produção de objetos por uma sociedade é tão importante quanto a influência deles sobre a sociedade. Se os objetos são, por um lado, introduzidos de forma ‘selvagem’ numa sociedade, por outro lado a sociedade lhes dá usos originalmente não intencionados.

No seu sistema de idéias, então, o autor propõe dois modos de existência das técnicas que, desde a Antigüidade, alternam-se: *elitista* e *popular*. O primeiro, especializado, responde às “demandas do príncipe”, ou seja, ao poder instituído, mobilizando meios consideráveis, recrutando especialistas e priorizando não a invenção, mas, ao contrário, o prolongamento, até seu limite, das técnicas vigentes em cada período. Para o autor, “*ele guarda sempre o odor do poder. É difícil para ele produzir objetos simples que libertem o homem*”²⁹ (*idem, ibidem*, p. 147. Tradução do autor).

Já o modo *popular* resulta do contato entre o *savoir-faire*³⁰ e a imaginação das massas, responsável pela invenção dos objetos do cotidiano, seja pela *bricolagem*, seja pela *autoprodução* (*idem, ibidem*, p. 148). Esses dois modos não existem em estado puro: coexistem e enfrentam-se em cada sociedade; rivalizam entre o confisco institucional por um lado e a curiosidade, a necessidade e, acrescentaríamos, a criatividade, por outro.

Da mesma forma, Gaudin (*idem, ibidem*, p. 210) propõe a existência de *tecnologias duras (technologies dures)* e de *tecnologias doces (technologies douces)*.

²⁸ Evidentemente não se trata de uma regra ou lei, mas de uma tendência geral para a qual há exceções. Pode-se mencionar, entre eles, objetos de consumo dito ‘de luxo’ ou certos objetos cuja função e características específicas exigem qualidade e durabilidade maiores, como pode ser o caso de um avião ou de um trem. Por outro lado, os pequenos objetos da vida cotidiana se adequam com maior tranquilidade à discussão aqui apresentada.

²⁹ “*Il garde toujours l’odeur du pouvoir. Il lui est difficile de produire des objets simples qui libèrent l’homme*” (GAUDIN (2005 [1978], p. 147).

³⁰ Um significado aproximado para *savoir-faire* seria “habilidade, ou destreza, para executar algo”. Segundo o *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2012), *savoir-faire* significa “*habilidade de obter êxito, graças a um comportamento maleável, enérgico e inteligente; tino, tato*”. De acordo com o dicionário *Le Nouveau Petit Robert* (2001), *savoir-faire* tem como significados:

1. Habilidade à faire réussir ce qu’on entreprend, à résoudre les problèmes pratiques; compétence, expérience dans l’exercice d’une activité artistique ou intellectuelle. 2. adresse, art, dextérité.
2. (trad. de l’angl. *know how*) Ensemble des connaissances, expériences et techniques accumulées par un individu ou une entreprise. *Savoir-faire industriel, commercial. Exploiter, valoriser un savoir-faire.*

As primeiras são típicas das arquiteturas do poder e contribuem para a domesticação do homem, aprisionando-o. Um vasto movimento de endurecimento tecnológico (*durcissement technologique*), nas palavras do autor, segue seu curso implacável no período mais recente do percurso humano a partir da construção de grandes instrumentos técnicos, das fábricas de produção em série, do crescimento da vigilância e do esvaziamento do trabalho qualificado de seu lugar na produção. A *máquina urbana e industrial* (*idem, ibidem*, p. 210) instrumentaliza o homem numa difícil adaptação da sociedade.

Nesse movimento — que se acentua no período atual, como se verá, graças ao apoio estatal às ações corporativas —, o Estado financia, para Gaudin (*idem, ibidem*, pp. 174-175) a compra de empresas em dificuldades em uma certa região por outras empresas. Esse processo exige uma racionalização que se traduz em demissões e eliminação da fabricação de produtos não rentáveis que também deságua num endurecimento tecnológico por meio da redução da diversidade de tecnologias e de técnicas produtivas. Cabe destacar que essa diversidade que se elimina é, outrossim, a da divisão territorial do trabalho e da produção baseada em *solidariedades orgânicas*, que são substituídas por *solidariedades organizacionais*³¹. Nessa direção, De Masi (2005 [2003], p. 364) sustenta que nos últimos dois séculos as organizações industriais privilegiaram as capacidades executivas, rígidas, repetitivas, formulistas e padronizadas ao invés daquelas inventivas, flexíveis, inovadoras e caprichosas.

Por seu turno, as *tecnologias doces (technologies douces)*, entre as quais se encontram os objetos portadores de convivialidade e geradores de cumplicidade, evitam o centralismo e permitem superar a domesticação. Essas são as tecnologias que se harmonizam com os lugares por serem autárquicas, ou seja, de utilização local e capazes de oferecer autonomia local, como defende Gaudin (2005 [1978], p. 204 e outras)³².

Santos (1996), dialogando com Gaudin, acrescenta que o endurecimento tecnológico se dá também quanto ao método de sua utilização, por isso,

³¹ As *solidariedades orgânicas*, de acordo com Santos (1996, pp. 225-226), são aquelas baseadas nas *horizontalidades*, ou seja, que dizem respeito às racionalidades de origem local. Por sua vez, as *solidariedades organizacionais* fundam-se em *verticalidades*, isto é, provêm de racionalidades alheias.

³² Para o autor (2004 [1978], p. 204), que demonstra preocupação com a relação entre sociedade, técnicas utilizadas e recursos disponíveis, as fontes de energia eólica e solar são casos de tecnologias doces, que podem fornecer autonomia a uma fazenda ou uma aglomeração urbana (*village*), em oposição à adoção das endurecidas técnicas de produção de energia elétrica super-consumidoras de recursos.

quando tanto se fala em flexibilização e flexibilidade como características do presente modelo de acumulação, defrontamo-nos com um verdadeiro endurecimento organizacional, devido à indispensabilidade das normas de ação, tanto mais rígidas quanto mais se pretende alcançar a produtividade e a sacrossanta competitividade (SANTOS, 1996, p. 144).

Assim, Gaudin defende que as tecnologias periféricas (*technologies périphériques*) podem restaurar uma certa autonomia perante o processo de centralismo tecnológico das técnicas dominantes. O que ele denomina “países novos” teriam um lugar central nessa decisão:

as escolhas estão agora nas mãos dos países novos. Se eles optarem pelo endurecimento, o século seguinte corre o risco de ser aquele dos espasmos, como o outono da Idade Média³³ (GAUDIN, 2005 [1978], p. 206. Tradução do autor).

Como será discutido na Segunda Parte deste trabalho, o endurecimento tecnológico acompanhou uma rigidez normativa ascendente.

O processo de endurecimento tecnológico auxilia na compreensão da redução da diversidade tecnológica que acompanha a universalização do capitalismo. O seu esquema de idéias propõe os seguintes tempos:

1. Escolha do modelo mais rentável.
2. Sua produção em série, a fim de substituir os modelos concorrentes. Constroem-se objetos específicos que eliminam as intervenções humanas.
3. Restaura-se uma diversidade artificial, criando linhas de um mesmo objeto e adicionando-lhes acessórios, modismos e embalagens chamativas.

Aparecem, então, as consequências:

1. Um crescimento desestimulante da inovação: multiplicação de um objeto com a redução da diversidade de técnicas.
2. Um aumento da especificidade dos equipamentos de produção em detrimento de sua flexibilidade: tornam-se duros, não fazem mais do que uma só linha de produtos.
3. Uma contribuição à evacuação do homem de seu lugar na produção ao

³³ “... les choix sont maintenant entre les mains des pays neufs. S'ils optent pour le durcissement, le siècle suivant risque d'être celui des spasmes, comme l'automne du Moyen Age” (GAUDIN, 2005 [1978], p. 206).

mesmo tempo em que há uma transformação das qualificações: substituição das tarefas de vigilância e de programação pela de fabricação qualificada.

Por isso, para o autor (*idem, ibidem*, p. 211), o endurecimento tecnológico é improdutivo e, ao contrário do que prega a tradição econômica, acaba levando ao desemprego mesmo nos períodos de crescimento econômico uma vez que liquida a diversidade da divisão do trabalho e se funda numa concentração – uso não popular – do *savoir-faire*; assim, cada vez mais a produção industrial é voltada para o inútil e não para o socialmente útil (*idem, ibidem*, pp. 163-166).

Finalmente, a atual escala planetária da produção industrial é destacada por Sennett (2006 [2004]) graças à sua habilidade na construção em plataforma de variados bens, como automóveis, computadores e roupas:

a plataforma vem a ser um objeto básico ao qual são aplicadas pequenas mudanças superficiais para transformar o produto numa marca específica. O processo industrial não é exatamente o conhecido processo industrial de produção de bens em massa. As tecnologias modernas são capazes de transformar rapidamente a forma e o tamanho de garrafas e caixas; os conteúdos também podem ser maquiados com mais rapidez na produção eletrônica do que na antiquada linha de montagem, na qual as ferramentas serviam de maneira fixa a uma mesma finalidade (SENNETT, 2006 [2004], p. 133).

Essas mudanças menores, conhecidas como *laminagem a ouro* (*idem, ibidem*, p. 134), corroboram a tese de Gaudin (2005 [1978]) de um endurecimento tecnológico. Como, para Sennett (2006 [2004]), há uma padronização mundial dos objetos industriais³⁴, a exaltação de pequenas alterações rápida e facilmente desenvolvidas é essencial para escamotear a alta uniformização. A forma dos objetos se torna, nesses casos, mais importante do que o seu conteúdo, e essa opção é também apropriada por muitas práticas piratas *imitativas* ou *adaptativas*³⁵. Aliás, parece ser esse o processo socioespacial que permite à mesma fábrica criar o produto original e suas cópias piratas com algumas alterações nos materiais

³⁴ Os agentes e eventos desta padronização técnica planetária são discutidos na Segunda Parte deste trabalho.

³⁵ Propomos como práticas piratas *imitativas* aquelas típicas dos grandes agentes sociais normalmente vinculados ao circuito superior da economia urbana. As piratarias *adaptativas*, por sua vez, dizem respeito às práticas localmente sustentadas pelo meio geográfico, mormente vinculadas ao circuito inferior da economia urbana. Esse tema é debatido no Capítulo 7.

utilizados, no acabamento e na marca, como mostra a pesquisa de Pinheiro Machado (2009) realizada na China.

De fato, a separação entre forma e conteúdo é aqui apenas analítica, ou seja, não existe na realidade dos objetos, mas, como quadro intelectual, é um recurso importante para destacar as especificidades dos processos produtivos.

Capítulo 5

O consumo exacerbado: mote da reprodução

O consumismo, característica do presente, encontra a sua realização material também na pirataria. O meio geográfico abriga, em sua diversidade, a produção, distribuição, circulação e consumo, atendendo tanto os mais pobres quanto os mais ricos, uma vez que, como esta pesquisa procura desvendar, o consumo de produtos falsos ou pirateados não se resume aos mais pobres. O aumento do consumo é generalizado, pois *“a participação num consumo ‘moderno’ tem a tendência de atingir mais e mais indivíduos, mesmo se essa participação é parcial ou ocasional nas camadas menos favorecidas”* (2004 [1975], p. 37).

Benjamin (1975 [1961]) já notara que a expansão da cultura de massas trabalhava eliminando o papel ritualístico da obra de arte, aproximando-a da multidão:

Encontramos hoje, com efeito, dentro das massas, duas tendências igualmente fortes: exigem, de um lado, que as coisas se lhe tornem, tanto humana quanto espacialmente, ‘mais próximas’, de outro lado, acolhendo as reproduções, tendem a depreciar o caráter daquilo que é dado apenas uma vez. Dia a dia impõe-se gradativamente a necessidade de assumir o domínio mais próximo possível do objeto, através de sua imagem e, mais ainda, em sua cópia ou reprodução (BENJAMIN, 1975 [1961], p. 15).

Ainda segundo Santos (1996, p. 153), o consumo e a informação são denominadores comuns universais desse período, daí o sucesso das ações verdadeiramente globais, sendo premissas das análises de outros cientistas sociais, como Sennett (2006 [2004], p. 142), para quem *“a simples massa de objetos estimula o consumo”*, ou Baudrillard (2006 [1968]), ao afirmar que, diferentemente de momentos anteriores, cada vez mais os objetos *“se apresentam antes de terem sido adquiridos, antecipam-se à soma de esforços e do trabalho que representam, seu consumo, por assim dizer, precede sua produção”* (BAUDRILLARD (2006 [1968]), p. 169). Por isso, o consumismo, mais do que um atributo individual de personalidade, é um elemento originado do período e do meio técnico-científico-informacional e torna-se, portanto, fenômeno de massa.

Pode-se falar, juntamente com Santos & Silveira (2001, p. 280), que a urbanização promovida pelo meio geográfico modernizado difunde um *consumo produtivo*, mas, acima de tudo, um *consumo consumptivo*, isto é, o consumo de bens e serviços que se esgota em si mesmo. Sennett (2006 [2004], p. 128 e seguintes), nessa direção, chega a falar em uma *paixão consumptiva* e seus dois indícios:

1. Enquanto o desejo por algo é ardente, com a sua posse o entusiasmo por ele é decrescente³⁶;
2. A *potência* é algo que pode ser comprado: o apelo para a venda dos objetos é o fato de possuírem possibilidades que jamais serão utilizadas.

A idéia de *potência* está mais presente nos aparatos técnico-informacionais, pois há uma consonância na indústria eletrônica de que os consumidores comuns são motivados a comprar equipamentos com possibilidades que jamais utilizarão: discos de memória com capacidades gigantescas, programas de computador jamais utilizados, carros *offroad* que nunca saem das ruas asfaltadas das cidades. Isso significa que se trata de uma potência divorciada da prática³⁷, uma potência incapaz de ser controlada.

Aqui, a indução para o consumo mistura-se com a redução da vida útil dos objetos que, como já foi debatido, é causada pelo mercado e pela moda, mas também conta com o apoio estatal. Esse é o caso da legislação brasileira dedicada à Zona Franca de Manaus ao tributar diferentemente as peças vendidas isoladamente em relação às que compõem o produto montado. As primeiras são taxadas integralmente enquanto as segundas recebem isenções de impostos (Imposto sobre Produtos Industrializados, Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços e Imposto de Importação).

³⁶ “Nesse caso, a imaginação é mais forte na expectativa, tornando-se cada vez mais débil no uso” (SENNETT, 2006 [2004], p. 128).

³⁷ Sennett (2006 [2004], p. 140) considera a compra e a venda da potência um elemento essencial do iPod, o tocador de músicas digitais da Apple, um objeto técnico que se tornou, de certa maneira, uma referência para todos os demais. O iPod vende a possibilidade de guardar mais de 10.000 canções, no entanto, questiona o autor, quem teria tempo de escolher essas 10.000 canções? Ou, quem poderia lembrar-se delas para saber qual deseja ouvir naquele momento específico? Seu apelo de potência é oferecer mais do que uma pessoa possa usar. Uma pesquisa realizada por Lamer (2006) parece reforçar esses argumentos: a partir de dados de 5.600 usuários, fornecidos pela Apple, o autor constatou que da média de músicas contidas nos aparelhos (3.542 músicas), apenas 23% correspondiam a 80% de todas as canções ouvidas. Além disso, 64% das canções nunca tinham sido ouvidas (LAMER, P. *What's on your iPod*). 2006. Disponível em http://blogs.sun.com/plamere/entry/what_s_on_your_ipod. Acesso em 08/03/2011.

O resultado é que as peças para reposição e conserto custam caro, o que os desestimula em benefício da compra de um aparelho novo. O preço para consertar equipamentos de som, impressoras e TVs (especialmente as mais modernas, em plasma, LCD ou LED), dependendo do defeito apresentado, chega a ser entre 60% e 80% do preço de um equivalente novo, com garantia³⁸. Assim, a legislação incentiva a aceleração da substituição dos objetos. Como não consumir num sistema como este, no qual os elementos se orquestram afinadamente? O quadro normativo, as inovações na aparência, os modismos, a publicidade e o crédito: essas substâncias centrais na compreensão da pirataria como fenômeno no território brasileiro.

Todavia, aquilo que é deixado para trás acaba sendo novamente inserido, graças ao dinâmico mercado dos consertos, num consumo de segunda classe dos mais pobres, que dão novos usos às gerações ‘antigas’ dos aparelhos. Assim, a modernização dos objetos chega, mesmo com defasagem, aos lugares e às pessoas mais pobres, contribuindo para uma banalização de segunda ordem dos artefatos contemporâneos.

Pode-se finalmente questionar: os objetos nos enganam com suas aparências pseudoconcretas? A resposta certamente não poderia ser a de que apenas os objetos piratas enganam, mas todos eles, particularmente neste período histórico no qual, como protesta Santos (1996),

todos os dias o mundo está inventando uma novidade, cada dia somos ignorantes do que são e do que valem as coisas novas. Essa criação cotidiana do homem ignorante também leva regiões inteiras a ignorar o que elas são sempre que não conhecem os segredos do funcionamento dos respectivos objetos e ações (SANTOS, 1996, p. 181).

A criação de uma esfera autônoma para tudo que é pirateado, estratégia típica do discurso opressor das instituições públicas e privadas, apenas reforça, em nossa opinião, a separação, criticada por Simondon (1969, p. 104) e Latour³⁹ (1993, p. 8), entre cultura e técnica, indo também de encontro à proposta sartreana (2002 [1968] p. 291) da humanidade e contrafinalidade dos objetos.

³⁸ De acordo com levantamentos realizados no município de São Paulo pela Abrasa (Associação Brasileira das assistências técnicas e autorizadas do Brasil), Comunicado 10/2010, disponível em <http://www.abrasa.com.br/ab2012b.html>. Acesso em 18/03/2011.

³⁹ Latour (1993, p. 8), questionando a separação ocorrida entre ciência e tecnologia, propõe serem os objetos tecnológicos o centro das narrativas científicas, uma vez que eles exigem, por sua constituição híbrida, a reconciliação entre os universos da cultura e da tecnologia.

Geograficamente, seria um reforço a uma concepção já envelhecida da disciplina na qual os objetos estão apartados das ações ou, ainda, uma alusão a um sub-reino de objetos, inferior ou menos significativa. A especificidade das cópias piratas nada mais é que um rearranjo da própria maneira como o período presente, hegemonicamente, produz e elimina objetos com voracidade. Na sua velocidade de nascimento e morte, pode-se afirmar que as cópias piratas são semelhantes aos objetos originais.

Capítulo 6

Pirataria: elemento constituinte e explicativo do meio geográfico

Geograficamente, os objetos não são, portanto, existências isoladas, mas, como alerta Santos (1996, pp. 52-56), dão-se em sistemas nos quais um objeto necessita dos demais para funcionar. Um carro ou um telefone, uma semente ou uma plantação são objetos assim como uma estrada, uma ferrovia, uma hidrelétrica e uma cidade. Na opinião de Simondon (1969, p. 69), os objetos são estruturas técnicas paralelas e sincronizadas⁴⁰.

Sartre (2002 [1960], p. 272) afirma que “*em uma sociedade histórica em grau de desenvolvimento, o objeto produzido reflete a coletividade inteira*”. Diríamos que o espaço é a face geográfica da existência, ou seja, o espaço é o que a sociedade é, o que a economia, a cultura e a política são. A pirataria (ou toda forma de desapropriação ou reprodução não autorizada) não é uma exceção, mas uma manifestação dos projetos sociais rearranjando o sistema dos objetos.

Se antes havia *coisas naturais*, hoje há *objetos técnicos* (SANTOS, 1996, pp. 52-53), e é possível dizer, concordando com Braudel (2005 [1979], p. 303), que “*tudo é técnica*”⁴¹. No entanto, que tudo seja técnica não significa que a técnica seja tudo.

A centralidade da técnica reúne as categorias internas e externas, permitindo empiricamente assimilar coerência externa e coerência interna. A técnica deve ser vista sob um triplice aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um método unitário (afastando dualismos e ambigüidades) e, finalmente, como garantia de conquista do futuro, desde que não nos deixemos ofuscar pelas técnicas particulares, e sejamos guiados,

⁴⁰ Pra Simondon (1969), “*o dinamismo do pensamento é o mesmo que aquele dos objetos; os esquemas mentais reagem uns com os outros durante a invenção como os diversos dinamismos do objeto técnico reagirão uns com os outros no funcionamento material*” (SIMONDON, 1969. p. 58. Tradução do autor). Nas palavras originais do autor: “*Le dynamisme de la pensée est le même que celui des objets techniques; les schèmes mentaux réagissent les uns sur les autres pendant l'invention comme les divers dynamismes de l'objet technique réagiront les uns sur les autres dans les fonctionnement matériel*” (SIMONDON, 1969. p. 58).

⁴¹ “*Tudo é técnica: o esforço violento, mas também o esforço paciente e monótono que os homens exercem sobre o mundo exterior; estas mutações vivas a que chamamos um pouco precipitadamente revoluções (da pólvora, da navegação de longo curso, da imprensa, dos moinhos de água e de vento, da primeira máquina-ferramenta), mas também o lento melhoramento dos processos e das ferramentas e esses gestos sem conta, se bem que sem importância inovadora: o marinheiro esticando o cordame, o mineiro cavando uma galeria, o camponês atrás de uma charrua, o ferreiro à bigorna... Todos estes gestos são fruto de um saber acumulado*” (BRAUDEL, 2005 [1979] p. 303).

em nosso método, pelo fenômeno técnico visto filosoficamente, isto é, como um todo. (SANTOS, 1996, p. 20).

Tal inspiração é guia, dentro das competências geográficas, na escolha desta pesquisa por não tratar, como ponto de partida, tal ou qual produto pirateado ou uma ou outra técnica de reprodução, mas, ao contrário, a possibilidade técnica atualmente operante e suas diversas concreções geográficas. Dessa forma, defende-se que o meio geográfico, mais do que base inerte da pirataria, é um incentivador da sua existência. Ou seja, o espaço, como totalidade, permite usos diversos dos territórios, habilita *piratarias*.

Mesmo sem mencioná-lo explicitamente, é a idéia de meio geográfico, como condição da vida em comum, que permite a Baudrillard (2006 [1968], pp. 168-169) afirmar que, antes, gerações de homens sucederam-se em um cenário estável de objetos, enquanto hoje, gerações de objetos se sucedem em uma mesma existência individual. Num segundo momento (*idem, ibidem*, p. 121), a categoria meio se torna explícita, pois a difusão da industrialização, para o autor, leva à existência de um *meio neotécnico*, bastante retórico, no qual os objetos funcionais e os acessórios desnecessários se confundem.

Já para Simondon (1969. pp. 50-52), a *hipertelia dos objetos técnicos* (*hipertélie des objets techniques*), ou seja, a sua especialização exagerada e, por conseguinte *desadaptada*, exige um novo meio para o seu funcionamento, uma vez que nem sempre seu ajustamento ao meio geográfico existente é possível. O objeto tecnicamente aperfeiçoado é então o ponto de encontro entre um meio geográfico e um meio técnico; é o promotor de um meio técnico-geográfico (*milieu technogéographique*) que também aparece, mais adiante, como um ‘meio mental’ (*milieu mental*) associado às formas (*idem, ibidem*, p. 55).

O meio técnico é um dado inalienável da civilização tecnicista, assevera Friedmann (1968 [1960], p. 135), e, nesse sentido, está presente mesmo em modos de produção não capitalistas. Daí reside uma constatação fundamental de sua tese: a alienação é uma condição gerada e gerida por esse meio técnico, já que a dicotomia entre pensamento e execução do trabalho é seu fato essencial, também responsável por um condicionamento psicossociológico do homem (*idem, ibidem*, pp. 145-146).

A base espacial comum da existência também é destacada por Sartre (2002 [1968], p. 247) como o elemento material de união de um grupo social, definido ao mesmo tempo por uma certa configuração material, um certo estágio das técnicas e,

singularmente, das comunicações. Nesse sentido, o meio geográfico é uma *circunstância*, ou seja, aquilo com o qual os objetos e os homens têm de se ver.

Para Sorre (1984 [1954]),

isso significa que os elementos que ele [o meio] comporta não constituem um quadro inerte no âmbito do qual se situa a atividade do Ser. Ele representa mais do que um valor topográfico, pois seus constituintes estão estritamente associados à execução de todas as funções vitais, uma vez que exercem, sobre qualquer forma de atividade, uma pressão ora de limitação, ora de orientação e uma que é, primeiramente, às suas expensas que se constrói a matéria viva (SORRE, 1984 [1954], p. 31).

Igualmente, Castro (1973) salienta que

o meio não é apenas o conjunto de elementos materiais que, interferindo continuamente uns nos outros, configuram os mosaicos das paisagens geográficas. O meio é algo mais do que isso. As formas das estruturas econômicas e das estruturas mentais dos grupos humanos que habitam os diferentes espaços geográficos também são partes integrantes dele. Considerado globalmente, o meio tanto compreende fatores de ordem física ou material quanto fatores de ordem econômica e cultural (CASTRO, 1973, p. 1).

Finalmente, Santos (1996) propõe uma periodização que toma como ponto de partida o meio natural rumo a um meio cada vez mais técnico, científico e informacional que, atualmente, está sob a égide do mercado.

Portanto, *“nesse período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação”* (idem, ibidem, p. 190). Justamente por isso, ao contrário de momentos anteriores, esse meio contemporâneo tende a ser universal, uma vez que é o suporte geográfico da globalização, mesmo se apresentando seletivamente nos lugares.

Essa constatação é essencial para compreender a introdução da pirataria em distintas formações socioespaciais ao redor do globo, ou seja, como fenômeno não isolado, mas mundial, digno de um período e meios mundializados:

junto com a unicidade das técnicas e a convergência dos momentos, a mais-valia no nível global contribui para ampliar e aprofundar o processo de internacionalização, que alcança um novo patamar. Agora, tudo se mundializa: a produção, o produto, o dinheiro, o crédito, a dívida, o consumo, a política e a cultura. Esse conjunto de mundializações, cada qual sustentando, arrastando, ajudando a impor a outra, merece o nome de globalização (SANTOS, 1996, p. 163).

Verdadeira reformulação dos usos hegemônicos do território, a pirataria é também esclarecedora, em algumas de suas manifestações, de novas hegemonias, explicitadas por suas ligações com o crime, a lavagem de dinheiro e o tráfico de pessoas e drogas, como mostra Naím (2006 [2005]) ao descrever as vantagens da globalização para o que ele denomina *mercado ilícito*: maior abertura das fronteiras às mercadorias, novos métodos de carga e descarga, logística, refrigeração, rastreamento global de entregas, mudanças no câmbio ou controle de moedas estrangeiras, redução do controle sobre a procedência do dinheiro pelos bancos.

Todavia, a indústria tida como legítima se aperfeiçoa com a pirataria, descobre demandas de mercado, gostos e hábitos, novas brechas para novos produtos e, pelo barateamento e generalização de novidades tecnológicas, permite que a substituição dos objetos técnicos seja ainda mais rápida, isto é, acelera o ciclo produtivo e substitutivo das mercadorias. Na verdade, como mostra Chang (2004 [2002]), na história do capitalismo a pirataria sempre foi uma estratégia das grandes empresas e um dado fundamental das políticas nacionais de vários países⁴². Indo ao limite desse raciocínio, Béaur, Bonin & Lemercier (2006, p. 14) consideram que a contrafação e a fraude são os lubrificantes necessários a todos os sistemas econômicos. Na mesma direção, Stanziani (2006, p. 577) argumenta que, se a inovação é o motor do crescimento econômico, a fraude e a falsificação são seus pistões (*soupapes*).

A dialética perversa do presente histórico revela-se no fato de que são os mesmos países e empresas que se apoiaram na pirataria que difundem, especialmente aos países pobres, o discurso falacioso, de que a pirataria é empecilho ao desenvolvimento. Já para Mason (2008), a questão se inverte: as empresas multinacionais podem (e devem) se beneficiar das novas e criativas formas de produção pirata. Ou seja, o autor defende uma nova institucionalização dos saberes e, conseqüentemente, um novo endurecimento tecnológico.

O meio técnico-científico-informacional mostra-se simultaneamente como reproduzidor dos desígnios dos agentes hegemônicos, mas também é a base, material e

⁴² A Lei de Direitos Autorais dos Estados Unidos, de 1790 (*Copyright Act of 1790*), p. ex., oferecia proteção limitada aos autores nacionais e nenhuma proteção a obras daqueles que não fossem cidadãos americanos. O objetivo da lei era preservar o interesse público e do Estado, facilitando a difusão, em território nacional, de livros e outros materiais impressos em outros países. Esta peculiaridade será discutida adiante.

imaterial, dos usos não hegemônicos, já que intenção e matéria estão em constante tensão dialética no território. Nas palavras de Sartre (2002 [1960]):

há, portanto, um movimento dialético e uma relação dialética, no interior da *práxis*, entre a ação como negação da matéria (em sua organização presente e a partir de uma reorganização futura) e a matéria, enquanto suporte real e dócil da reorganização em andamento, como negação da ação (SARTRE, 2002 [1960], p. 269).

Nesse sentido, Latour (1993) afirma que para a tecnologia, a existência também precede a essência, ou seja, apenas ao final do percurso, e localmente, o projeto adquirirá a sua essência: *“o corpo de um objeto técnico é feito de invólucros, camadas, sucessivas faixas. Um projeto nunca pára de tornar-se realidade”* (*idem, ibidem*, p. 61). Finalmente, é nas palavras de Simondon (1998 [1992], p. 261) que reside um argumento fundamental da condição humana das práticas de desapropriação, *“pois existe em torno de cada produto uma margem de liberdade que permite utilizá-lo com finalidades não previstas”*. As práticas piratas estão inscritas no manual de uso dos objetos na medida em que, uma vez tendo sido criados, eles se tornam disponíveis.

Se por um lado a pirataria apóia e incentiva uma standardização e uma normatização tendencialmente globais (como no caso das patentes e normas ISO adiante discutias) corolárias da homogeneização do modo de produção capitalista, a existência das tecnologias da informação, ensina Simondon (1969, p. 110), dá à tecnologia uma universalidade infinitamente maior. Essa verdadeira tecnologia reflexiva é, para o autor, condutora de uma unificação reflexiva entre técnica e ciência teria como consequência o fim da oposição entre o saber teórico e o saber prático.

As técnicas contemporâneas, particularmente as técnicas da informação, a despeito de sua idealização subserviente a certos projetos hegemônicos, ganham usos, nos lugares, impregnados de racionalidades diversas, muitas vezes contrárias à racionalidade original. Trata-se de uma desinstitucionalização ou abrandamento técnico, para seguirmos com o vocabulário de nossos autores. Assim, às novas tecnologias correspondem novas piratarias.

Nesse sentido, Santos (2000) advoga que

a grande mutação tecnológica é dada com a emergência das técnicas da informação, as quais — ao contrário das técnicas das máquinas — são constitucionalmente divisíveis, flexíveis e dóceis, adaptáveis a

todos os meios e culturas, ainda que seu uso perverso atual seja subordinado aos interesses dos grandes capitais. Mas, quando sua utilização for democratizada, essas técnicas doces estarão ao serviço do homem (SANTOS, 2000, p. 174).

Sua rápida difusão revoluciona a vida dos lugares, uma vez que essas tecnologias *“conhecem uma difusão mais generalizada e mais rápida do que as precedentes famílias de objetos”* (*idem, ibidem*, p. 191)⁴³.

Um computador é dotado de gravadores de CDs e DVDs, que lá estão, numa inércia prática, disponíveis e dispostos; dispositivos de memória estão ativamente ao dispor para receber *Gigabites* de informações, criadas ou recriadas; tocadores de música pedem milhares de canções para serem preenchidos. Máquinas copiadoras, domésticas ou profissionais, aguardam e demandam, na sua contrafinalidade, pelos livros a serem copiados. Um simples cabo ligado a um computador em uma extremidade e ao mundo noutra, ativa os homens a criar ou recriar. Nessas situações, que se realizam incalculáveis vezes no cotidiano dos lugares, *“...é o objeto que designa seu homem como aquele de quem se espera uma certa conduta”*⁴⁴ (SARTRE, 2002 [1960], p. 295).

Simondon (1969) já professava, ainda no nascimento das tecnologias informáticas, que *“o homem se libertaria, pela técnica, da coerção social; pela tecnologia da informação, ele torna-se criador desta organização de solidariedade que anteriormente o aprisionava”*⁴⁵ (SIMONDON, 1969, p.104. Tradução nossa) e, numa leitura científica e otimista do homem e sua obra, afirma que nesse sentido, a tecnologia reduz a alienação (*idem, ibidem*, p. 106)⁴⁶.

⁴³ Para Castells, a *“... Revolução Industrial estendeu-se para a maior parte do globo durante os dois séculos seguintes”* [ao seu início na Inglaterra] ao passo que *“... as novas tecnologias da informação difundiram-se pelo globo com a velocidade da luz em menos de duas décadas, entre meados dos anos 70 e 90...”* (CASTELLS, 2000, p. 52).

⁴⁴ *“O objeto manufaturado propõe-se e impõe-se aos homens; ele os designa, indica-lhes as instruções de uso”* (SARTRE, 2002 [1960], p. 272). Aqui, para o autor, o objeto é um *significante* e o homem um *significado*.

⁴⁵ *“L’homme se libérait, par la technique, de la contrainte sociale; par la technologie de l’information, Il devient créateur de cette organisation de solidarité qui jadis l’emprisonnait”* (SIMONDON, 1969, p.104).

⁴⁶ Nessa direção, Schaff (1990) propõe que a difusão planetária das novas tecnologias da informação e comunicação levará a uma nova socialização da vida pela impossibilidade de se manter os sistemas políticos e os modos de produção atuais mediante um crescimento vertiginoso da produtividade econômica. O autor chega a defender uma tese que parece adequar-se à pirataria: *“Nenhum avanço do conhecimento humano é em si reacionário ou negativo, já que tudo depende de como o homem o utiliza como ser social [...] Mas em hipótese alguma podemos permitir que o temor de que se abuse do conhecimento humano leve à proibição desse conhecimento”* (SCHAFF, 1990, p. 24).

Mas, como adverte Souza (2003, p. 02), as promessas iluministas de um mundo melhor a partir do desenvolvimento científico e tecnológico nunca se realizaram⁴⁷. Com intenção similar, Hobsbawm (1979, pp. 74-75) questiona os resultados humanos da Revolução Industrial questionando se a posse de objetos industrializados tornou as pessoas mais felizes. Será, no entanto, que o período-meio informacional repete a história do período-meio anterior? Se as novidades de cada dia renovam a ignorância, também é verdade que os processos de desapropriação das dóceis tecnologias da informação permitem, pelo uso e não pela posse, questionar a definição e a difusão corporativa do conhecimento que nos últimos dois séculos se estabeleceram:

É preciso, portanto, livrar-se, em termos de inovação industrial, da concepção de que apenas a idéia conta, pois é a maneira pela qual ela se realiza, se difunde, se transmite que transforma a sociedade⁴⁸ (GAUDIN, 2005 [1978] p. 15. Tradução nossa).

Afinal, os objetos nunca estão definitivamente prontos, suas possibilidades de uso estão tanto neles próprios como nos lugares que os abrigam e que os usam.

Quando pensada para além da esfera produtiva restrita ou da sua ilegalidade, o que a pirataria traz à cena são novas relações que subvertem as anteriores. Não haveria aqui uma possibilidade de reconduzir o homem ao seu lugar central na produção? Tratá-la somente dentro das esferas jurídica e criminal não impedirá sua continuidade, não permitirá compreendê-la em seu presente e muito menos possibilitará pensar na criação de novas relações socioterritoriais a partir do que hoje se dá. Enquanto o sistema normativo procura castrar os usos, a base material e o conjunto de relações sociais incentivam novas maneiras de lidar com as coisas e as idéias.

Assim, é fundamental mostrar, simultaneamente, a pirataria dentro da lógica da *viração popular* que, de acordo com Telles & Hirata (2007, p. 178), ganha outras dimensões conectada aos circuitos da face moderna-moderníssima da vida urbana. A pirataria amplamente praticada no Brasil nos dá pistas para responder à inquietante indagação de Furtado (2001):

⁴⁷ Yázigi (1997b, p. 31) defende que a história é rica de exemplos nos quais civilizações de alta tecnologia não tiveram continuidade nem em seu próprio contexto nem em outras civilizações que poderiam ter se valido de conhecimentos delas adquiridos. O autor apresenta um exemplo ilustrativo: a máquina a vapor já era utilizada como brinquedo na Alexandria do século III; embora o salto para tornar-se verdadeira máquina produtiva fosse mínimo, ele só foi realizar-se mais de mil e quinhentos anos depois.

⁴⁸ “Il faut donc se défaire, en matière d’innovation industrielle, de la conception que seule l’idée compte, alors que c’est la manière dont elle se réalise, se diffuse, se transmet qui transforme la société” (GAUDIN, 2005 [1978] p. 15).

Como preservar o gênio inventivo de nossa cultura em face da necessidade de assimilar técnicas que, se aumentam nossa capacidade operacional, são vetores de mensagens que mutilam nossa identidade cultural? Simplificando: como apropriar-se do *hardware* da informática sem intoxicar-se de seu *software*, os sistemas de símbolos que com frequência ressecam nossas raízes culturais? (FURTADO, 2001, p. 24).

Nesse sentido, pode-se dizer que muitas das manifestações da pirataria postas em ação pelos mais pobres, com se procura mostrar neste trabalho, são manifestações daquilo que Santos (1996) denominou de *flexibilidade tropical*, ou seja:

nas grandes cidades, sobretudo no Terceiro Mundo, a precariedade da existência de uma parcela importante (às vezes a maioria) da população não exclui a produção de necessidades calcadas no consumo das classes mais abastadas. Como resposta, uma divisão do trabalho imitativa, talvez caricatural, encontra as razões para se instalar e se reproduzir. Mas aqui o quadro ocupacional não é fixo: cada ator é muito móvel, podendo sem trauma exercer atividades diversas ao sabor da conjuntura. Essas metamorfoses do trabalho dos pobres nas grandes cidades cria o que [...] denominamos de ‘flexibilidade tropical’. Há uma variedade infinita de ofícios, uma multiplicidade de combinações em movimento permanente, dotadas de grande capacidade de adaptação e sustentadas no seu próprio meio geográfico, este sendo tomado como uma forma-conteúdo, um híbrido de materialidade e relações sociais (SANTOS, 1996, pp. 259-260).

Ademais, a flexibilidade tropical é contígua à idéia de um “*mercado socialmente necessário*”, tal como define Ribeiro (2005), ou seja, a noção ancestral de mercado, anterior à sua definição capitalista, na qual, entre outros elementos, predomina a negociação, a linguagem, a solidariedade, a cooperação e o valor de uso sobre o valor de troca, a conquista e a destruição do outro.

Esse mercado atenta contra o sistema de desigualdades atual, pois “*o mercado socialmente necessário, calcado em trocas solidárias e realmente inteligentes, pode favorecer o conhecimento do Outro, valorizando a sua humanidade, ou melhor, a igualdade entre todos [...]*” (RIBEIRO, 2005, p. 108). Como as necessidades básicas da vida contemporânea incluem uma diversidade de itens técnico-científicos-informacionais, são a flexibilidade tropical, o *circuito*

*inferior da economia urbana*⁴⁹ e a pirataria que suprem, com outros modos e custos, tais demandas.

Acredita-se, finalmente, que os usos das técnicas nos lugares, vinculados à pirataria ou não, politizam-nas, servindo de barreira ao tecnicismo que predomina no debate político contemporâneo, portador tanto de uma naturalização do fato técnico como de uma crescente criminalização de práticas que, a despeito de suas possíveis ilegalidades, podem revelar-se legítimas.

⁴⁹ Há, para Santos (2004 [1975]), dois circuitos intercomunicantes e interdependentes da economia urbana, como discutiremos adiante: circuito superior e circuito inferior, tema do Capítulo 07 deste trabalho.

Capítulo 7

Pirataria e circuitos da economia urbana: uma aproximação teórico-metodológica. A pirataria *imitativa* e a pirataria *adaptativa*

Considerando o urbano como o modo de vida enquanto a cidade a sua materialidade (como definem Santos, 1996, p. 69; Beaujeu-Garnier, 1997 [1980], pp. 11-18), evita-se confundir as formas e os conteúdos do território. Da mesma maneira, urbano e cidade também se diferenciam do município, entendido como um dos recortes políticos (institucional) do território. Cada categoria analítica permite, assim, aproximar-se um pouco mais das expressões territoriais da pirataria⁵⁰.

A tese de Nurkse (1953, p. 58-59), debatida por Santos (2004 [1975], p. 36), revela um dado novo da produção de necessidades contemporâneas, vinculando urbanização, consumo e informação: para o autor, ter contato ou simplesmente saber da existência de novos objetos e maneiras de consumir estimula a imaginação em direção a novos desejos de consumo em níveis superiores aos anteriormente existentes⁵¹. O autor questiona, finalmente, se as funções de consumo dos diferentes países não estariam interligadas (NURKSE, 1953, p. 61). Esta idéia desenvolve-se naquela de ‘efeito demonstração internacional’ (HIRSCHMAN, 1964, p. 179 *apud* SANTOS, 2004 [1975], p. 37), que se torna uma poderosa alavanca do consumo em todos os continentes (SANTOS, 1971, p. 16).

Assim, nesse período que começa a se desenhar na segunda metade do século passado, novos consumos impõem novas produções. O território urbaniza-se. A vida rural que predominava na primeira metade do século⁵² possibilitava que grande parte

⁵⁰ Tal distinção também é destacada por Lefebvre (2006 [1968], p. 49), que considera a cidade como o dado prático-sensível, a realidade presente e imediata, enquanto o urbano é a morfologia social. O autor destaca, entretanto, que essa distinção é analítica, uma vez que o urbano não pode dispensar uma base prático-sensível.

⁵¹ “O conhecimento ou o contato com novos padrões de consumo abre os olhos para possibilidades anteriormente desconhecidas. Ele amplia o horizonte da imaginação e dos desejos. Não é apenas uma questão de status social” (Nurkse, 1953, p. 61. Tradução nossa). Nas palavras originais do autor: “Knowledge of or contact with new consumption patterns opens one’s eyes to previously unrecognized possibilities. It widens the horizon of imagination and desires. It is not just a matter of social snobbishness” (NURKSE, 1953, p. 61).

⁵² De acordo com o IBGE, o grau de urbanização, ou seja, a porcentagem da população que vive na área institucionalmente urbana, era de 31,3% em 1940, 81,2% em 2000 e de 84,35% m 2010 (IBGE, 2007, p. 19; Censo Demográfico de 2010). O conceito de ‘urbano’ adotado pelo IBGE é sinônimo de habitar áreas

das necessidades fosse suprida local ou regionalmente. Souza (1994) manifesta que, se em 1930 o Brasil era um imenso cafezal, em 1980 já era a oitava economia industrial do mundo capitalista⁵³. Hoje, no Brasil, mesmo o campo urbanizou-se, como mostram, entre outros, os trabalhos de Santos (2008 [1993]), Castillo (1999), Elias (2003), ou seja, o modo de vida antes exclusivo das cidades existe também no Brasil agrícola e torna-se mesmo, muitas vezes, o motor propulsor da nova etapa modernizadora do país. A urbanização do mundo rural, nas palavras de Beaujeu-Garnier (1997 [1980], pp. 15-18), é a responsável pela banalização da instrução, da industrialização, dos meios de comunicação e dos objetos técnicos em geral.

Uma vez que a divisão territorial torna-se mais complexa, a “garganta da cidade”, nas palavras de Montanari (2003 [2000], p. 71), não pode mais ser satisfeita localmente. A integração do território, passo seguinte da sua urbanização, criou as bases de um mercado nacional ao mesmo tempo em que intensificou suas relações com o resto do mundo. Inicialmente guiada pelo Estado, criou as bases nacionais dos modos de produzir internacionais. A camada seguinte da integração, ainda organizada pelo Estado, é gerida pelas corporações. Esta nova integração corporativa e informacional do território⁵⁴ é necessária à globalização e apressa a capilarização, nos lugares, dos objetos e conteúdos exógenos, assim com a *normatização corporativa* do território, tema da Segunda Parte deste trabalho.

Portanto, enquanto na escala do mundo a inovação concentra-se em alguns países a partir dos quais se difunde, na escala nacional, num território em urbanização, a sociedade é dividida entre aqueles que têm acesso permanente aos bens e serviços e aqueles que, tendo as mesmas necessidades que estes primeiros, não têm, entretanto, o mesmo acesso a tais bens e serviços. Assim, enquanto para Sassen (1998 [1994], p. 20) as cidades são lugares estratégicos na teorização sobre a globalização, para Silveira (2007, p. 152) a expansão do meio e do período técnico-científico-informacional leva ao crescimento das cidades e à difusão da urbanização, com o concomitante aumento do consumo e da pobreza.

institucionalmente definidas pelos perímetros urbanos municipais. De um ponto de vista geográfico, o modo de vida urbano passa a existir mesmo nas áreas onde a materialidade do urbano (a cidade) não está presente, ou seja, a amplitude do fenômeno é ainda mais amplo.

⁵³ “Em 1930 o Brasil era um imenso cafezal! Em 1980 é a oitava economia industrial do mundo capitalista! As implicações dessa dinâmica na vida do nosso país foram fantásticas e incomparáveis, pois essa tremenda riqueza, paradoxalmente, reverte-se a cada dia em um cruel, persistente e agravante sistema de pobreza, com todas as suas consequências desumanas: a fome, o analfabetismo, as epidemias, a violência, que afeta toda a população brasileira, mas sobretudo os mais pobres” (SOUZA, 1994, p. 26).

⁵⁴ Castillo (1999).

É dessa maneira que a pirataria auxilia na compreensão da imersão brasileira na globalização na qual se acentua uma padronização técnico-normativa mundial, já que *“a civilização tecnicista, através de todos os setores evoluídos do planeta, tende a criar um meio cujos traços essenciais, mais ou menos acentuados, são homólogos”* (FRIEDMANN, 1968 [1960], p. 107). A tendência à standardização da produção e do consumo beneficia não apenas as empresas que seguem as regras do comércio e das patentes, mas também aquelas que as decodificam pela imitação e reprodução.

Entretanto, como se pretende mostrar neste Capítulo, que toda reprodução não autorizada seja, hoje, entendida como pirataria não significa que todas as práticas piráticas sejam equivalentes, em todos os lugares, pois nem todos os agentes possuem a mesma escala de ação e a mesma possibilidade de mobilizar os elementos materiais e imateriais dos territórios. A produção menos sofisticada ou doméstica cuja venda é destinada à sobrevivência, representando uma forma de trabalho, expressa claramente um uso do território como abrigo, enquanto a produção industrial de cópias destinadas ao mercado global, dedicada a auferir lucros, usa os territórios nacionais como recurso⁵⁵.

O presente, geograficamente, pode ser visto como o acúmulo, diversificação e dispersão dos artefatos e modos de produzir vindos do passado mais ou menos distante. A dispersão é um dado tanto da expansão do capitalismo como do meio geográfico, graças às revoluções dos transportes, das energias e, particularmente, da informação. Embora planetário, este período de modernização tecnológica é seletivo. Uma das contribuições para compreender este processo é a teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana, de Milton Santos (1971, p. 396 e seguintes; 2004 [1975]), uma vez que, segundo o autor, o fenômeno dos dois circuitos é contemporâneo ao atual período tecnológico (*idem*, 2004 [1975], p. 78).

Sendo a banalização de práticas piráticas outro dado deste período, buscamos pensar, neste capítulo, inspirados na teoria dos circuitos, a relação entre pirataria e os circuitos da economia urbana, acreditando que esta proposição permita avançar no entendimento das existências da pirataria em comunhão com a economia concreta, qual seja, aquela que se dá com o território em urbanização. Não se trata, todavia, de uma transposição direta de variáveis e categorias de análise, mas de um exercício intelectual para desvendar o pertencimento da pirataria, entendida em seu sentido amplo, a tal ou qual circuito da economia urbana.

⁵⁵ As noções de território como *recurso* e como *abrigo* são desenvolvidas por Milton Santos (1997a; 2001) a partir do que propõe Jean GOTTMAN (1975).

Para Santos (2004 [1975], p. 22 e seguintes), o circuito superior da economia implica que porções da cidade sejam modernizadas, criando uma divisão do trabalho especializada, enquanto outras, características do circuito inferior, convivem com um meio urbano não renovado, no entanto apto a abrigar uma multiplicidade de divisões do trabalho menos específicas e rapidamente mutantes. Os modernos fundamentos técnicos da sociedade pulverizam-se por todo o território e, mesmo com configurações menos sofisticadas, permitem novas relações sociais e revelam outras formas de interação entre técnica e valores sociais. A dispersão de novos objetos informacionais incentiva não apenas o consumo, mas também novas maneiras de produzir. Arroyo (2008) destaca que

existem circuitos espaciais da produção extremadamente dispersos, e outros altamente concentrados no território. Há circuitos totalmente extrovertidos, vinculados ao mercado externo e, portanto, muito influenciados por uma lógica mundial, enquanto outros começam e terminam num único subespaço, que vai desde a produção até o consumo no mesmo distrito de uma cidade (ARROYO, 2008, p. 30).

Entretanto, o circuito superior é inapto e incapaz de solidarizar-se com a pobreza, o que leva ao explosivo crescimento do circuito inferior. Assim, como a multiplicação cotidiana de objetos e de desejos é maior que a capacidade de aquisição de cada um, o endividamento e a pirataria, entre outros, aparecem como formas de satisfação dessas necessidades.

Ainda de acordo com a definição de Santos (2004 [1975], p. 42), cada circuito pode ser definido por:

1. O conjunto das atividades realizadas em certo contexto;
2. O setor da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo.

As combinações entre capital, tecnologia e organização permitem decifrar o pertencimento a tal ou qual circuito. Como, entretanto, não se trata de uma teoria estanque, tampouco dualista, as existências intermediárias e combinantes são freqüentes. A diversidade urbana das formas de vida levou o autor a incorporar, na sua proposta analítica, um circuito superior marginal, no qual a presença de formas menos modernas é mais latente.

Enquanto o circuito superior da economia urbana utiliza tecnologia avançada, de alto nível, do tipo *capital intensivo*, constata-se, no circuito inferior, uma tecnologia do tipo *trabalho intensivo* adaptada pelos contextos dos lugares onde ele se realiza. Nossa pesquisa tem comprovado que essas características também podem ser encontradas nas existências técnicas piratas e diferenciam as piratarias globais de alto nível técnico daquelas resultantes de combinações e necessidades predominantemente locais ou regionais.

Reduz-se progressivamente, de acordo com Santos (*idem, ibidem*, p. 37), a demanda por produtos locais ou passíveis de serem produzidos com dependência estrangeira mínima. Esse processo se constata tanto pela importação de produtos e conhecimentos como por meio das licenças à produção, simbolizadas pelas patentes e *royalties*. Pode-se dizer que, hoje, a demanda nacional alimenta tanto uma pirataria que denominamos *imitativa*, típica do circuito superior, quanto aquela que chamaremos *adaptativa*, mais característica do circuito inferior. A primeira é um conjunto denso e organizado de conhecimentos técnico-científicos-informacionais que exigem grandes investimentos territoriais e econômicos, isto é, insere-se nos espaços corporativos da globalização; a segunda vincula-se às condições do meio geográfico nos lugares onde se manifesta, adotando técnicas de produção, distribuição, circulação e consumo menos modernas ao mesmo tempo em que incorpora, pelas cidades do país, lugares e pessoas cujas existências atrelam-se muito mais à sociodiversidade do circuito inferior do que à especialidade do circuito superior⁵⁶. Este é o motivo que conduz Montenegro (2011) a considerar que o circuito inferior

compreende o resultado indireto da modernização e constitui-se de formas de fabricação não-capital intensivo, serviços não modernos fornecidos a varejo, comércio não moderno e de pequena dimensão, voltados sobretudo ao consumo da população de baixa renda. Este circuito pode ser compreendido, assim, como as formas de trabalho urbanas assumidas pela pobreza nas grandes cidades (MONTENEGRO, 2011, pp. 1-2).

O comando mais centralizado (hierarquizado) típico da organização do circuito superior manifesta-se igualmente na pirataria de tipo imitativo e, como consequência, os preços das mercadorias são decisões centralizadas e menos

⁵⁶ O circuito inferior da economia não é sinônimo de informalidade, como destaca Silveira (2007, p. 157), e tampouco de pirateiros, acrescentaríamos, permitindo, portanto, uma visão totalizadora do espaço e, em especial, das cidades e da economia urbana.

flexíveis. Há transações comerciais para vendas em grandes quantidades, mas não pechinchas, que, por sua vez, caracterizam um costume do circuito inferior e da pirataria adaptativa, nos quais as solidariedades e a negociação tendem a se estabelecer localmente. Nota-se, dessa maneira, a presença marcante de elementos daquilo que Ribeiro (2005) define como sendo o *mercado socialmente necessário*, quais sejam, a variação dos preços dependente de negociação, a comunicação se sobrepondo à norma e a proeminência das necessidades (de vendedores e compradores) sobre os aspectos organizacionais.

Ainda de acordo com Santos (2006 [1996]), há duas divisões do trabalho na economia urbana:

A primeira divisão do trabalho, aquela que procede de cima para baixo, é rígida, depende de normas implacáveis; enquanto a segunda divisão do trabalho está sempre recriando as suas normas. E esta segunda é a mais complexa e, finalmente, a mais rica, feita de baixo para cima. A partir da variedade infinita de ofícios, do fato de que cada ator é muito móvel, de que um quadro ocupacional não é fixo - um mesmo ator desempenhando diversos papéis dentro da cidade - e dando lugar a divisões do trabalho que são proteiformes. É um movimento permanente, fundado nas metamorfoses do trabalho, produzindo a flexibilidade tropical com grande adaptação à conjuntura e respeito ao papel das ecologias urbanas - materiais e sociais - do próprio meio geográfico (SANTOS, 2006 [1996], p. 23).

No circuito inferior, as quantidades de mercadorias com as quais se lidam são menores e o crédito bancário é praticamente inexistente. O dinheiro líquido e a venda a crédito destacam-se, pois aquilo que é ganho destina-se muito mais à reprodução da existência do que à reprodução do capital. Dentre os entrevistados de nossa pesquisa de campo que compram produtos piratas, o pagamento em dinheiro e à vista destacam-se como a principal forma de pagamento, conforme o GRÁFICO 01:

GRÁFICO 01 - SÃO PAULO: Formas de pagamento praticadas pelos consumidores de produtos piratas entrevistados (2012)

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2012. Elaboração própria.

O dinheiro é a modalidade de pagamento mais praticada entre os entrevistados que compram produtos piratas. O cartão de débito é igualmente utilizado por sete deles, enquanto o cartão de crédito foi citado duas vezes. Nenhum deles mencionou o pagamento por cheques.

Por seu turno, a presença da publicidade, característica distintiva entre os dois circuitos segundo a análise de Santos (2004 [1975]) é um elemento sensível para a venda de produtos piratas: a ilegalidade no país, seja dos produtos, seja da sua venda ou compra faz com que a publicidade não seja utilizada que em contextos muito específicos. Enquanto a pirataria imitativa pode realizá-la oficialmente, como por exemplo para a venda de carros cujos desenhos são copiados, a propaganda das empresas e marcas ‘originais’ é fundamental à pirataria, mesmo que indiretamente: a pirataria imitativa pode não contratar publicidade, mas tira proveito do *marketing* das grandes empresas das quais copia os objetos: como o lançamento de um novo produto é acompanhado de intensa campanha publicitária, cria-se e difunde-se a base primária - o conhecimento - alavanca do desejo de consumo.

Esta especificidade está presente no circuito inferior, considerando-se que a relação com os clientes é direta e *“as despesas de publicidade são igualmente menores ou mesmo nulas: os produtos, freqüentemente de qualidade inferior, beneficiam-se indiretamente com a propaganda feita pelos produtos similares de nível mais elevado”* (SANTOS, 2004 [1975], p. 105). Nota-se que a pirataria adaptativa não a utiliza que ocasionalmente, prevalecendo, por outro lado, relações mais orgânicas e territoriais como substrato da notoriedade de algo. A presença

freqüente de um vendedor num lugar assegura uma forma de propaganda que, todavia, pode não ser do produto em si, considerando que estes podem variar. Esta estratégia complementa-se pela propaganda boca a boca. Ademais, situar-se nos arredores de lugares especializados da cidade assegura uma segunda notoriedade: na Rua Augusta, os vendedores de filmes piratas se beneficiam das salas de filmes existentes (MAPA 09); na Santa Ifigênia, os vendedores de programas de computador e *pen drives* falsos complementam a venda de *hardwares* realizada nos comércios; na região da Rua 25 de Março, caracterizada pela venda de roupas, brinquedos, acessórios e bijuterias, os vendedores de produtos de mercadorias contrafeitas são favorecidos pela visibilidade nacional da região como centro de compras.

Há também uma diferença de qualidade entre os diferentes tipos de pirataria: algumas, mais elaboradas, de tipo imitativo, utilizam materiais de melhor qualidade enquanto as cópias adaptativas dependem muito mais dos recursos disponíveis localmente a baixo custo. Em decorrência, os preços de ambas diferenciam-se. Entre os entrevistados durante a pesquisa de campo realizada em São Paulo, o preço mais baixo da cópia em relação ao original foi declarado como o principal motivo de compra, obtendo 34 menções, seguido da relação preço/durabilidade do produto, com sete menções.

Entretanto, a *renda* não é o único elemento definidor da *pobreza*. A *necessidade* também o é, e sua manifestação geográfica se dá nas circunstâncias: a explosão do número de objetos, a publicidade onipresente, a difusão do crédito e dos elementos técnicos, científicos e informacionais nos lugares. O estreitamento do que é nacional daquilo que é internacional ou multinacional torna o circuito superior agente controlador da macroeconomia nacional. Mas, se a pobreza, geograficamente entendida, aumenta no período atual, as contradições também se acirram. Os processos de globalização, como assinalam Souza (1994, p. 25) e Santos (2002b, p. 47), geram processos de fragmentação.

Cada período propõe, portanto, um quadro moral para o conjunto da vida e para a lida com os objetos (*idem*, 2004 [1975], p. 31). Nesse campo, acreditamos, desvenda-se outra contemporaneidade da pirataria, pois a sua definição como crime, resultado da lei, é sempre uma decisão pautada na moral de um país, de um período. Configura uma psicoesfera. Igualmente, a sua aceitação pelas pessoas também é um dado da moral de um lugar num determinado período. Este conflito explicita-se nos usos e na regulação do território: alguns lugares abrigam piratarias que em outros são repelidas da mesma forma como a compra de mercadorias piratas nem sempre é a

mesma entre as diferentes classes sociais. A situação paulistana, por exemplo, retomada no Capítulo 14, permite compreender a relação entre a municipalização da opressão à venda de produtos piratas e a expansão do circuito superior da economia urbana.

Essa dimensão moral relativa à compra de cópias ou descarregamentos ilegais de arquivos também foi objeto de questionamento em nossas entrevistas. Na amostragem trabalhada, a maioria dos entrevistados que consome produtos contrafeitos (33 pessoas) ou pratica *downloads* ilegais (46 pessoas) está ciente de que tais ações são criminosas. Aliás, parte significativa das pessoas que cometem esses crimes concorda que tais ações sejam consideradas criminosas, como apreendido no GRÁFICO 02.

GRÁFICO 02 - SÃO PAULO: Entrevistados que compram produtos piratas, fazem *downloads* ilegais e sabem que a pirataria é crime (2012)

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2012. Elaboração própria.

É possível, portanto, refletir sobre os elementos de uma relação dialética entre legislação e vida cotidiana. Os usos da técnica, mesmo aqueles incriminados sob o nome de pirataria, politizam o debate acerca da normatização do território, pois escancaram a diversidade e a desigualdade do país. Dentre os 36 entrevistados que compram produtos piratas, 19 disseram conhecer campanhas de combate à

pirataria, especialmente governamentais e empresariais e, entre as 46 pessoas que descarregam arquivos ilegalmente, esse número sobe para 27.

Levando adiante a análise sobre a banalização das tecnologias de informação e da comunicação, constata-se que ela promove o surgimento e a organização de novas formas de economia⁵⁷. A pirataria imitativa apresenta elevado grau de internacionalização, já que ela baseia-se, grosso modo, na reprodução quase simultânea de objetos, componentes ou técnicas, antecedendo, em muitos casos, o ineditismo anunciado por grandes empresas.

Entre os modos de existência das técnicas que podemos denominar como pirataria adaptativa incluem-se aqueles que devem sua manifestação às modernizações menos avançadas ou menos custosas, muitas vezes originalmente criadas para usos mais domésticos do que profissionais, como é o caso de computadores, impressoras, *scanners*, telefones celulares, redes de telecomunicação. Em meio aos agentes e atividades ligadas a essa pirataria pode-se destacar trabalhadores domésticos em geral, vendedores ambulantes, camelôs, pequenas empresas dedicados à produção de falsificações, mas também atividades realizadas em comércios variados que oferecem serviços de fotocópia (copiadoras e bancas de jornais, por exemplo), incluindo também a venda de mercadorias ou componentes falsificados, não raramente compartilhados com produtos originais, em boxes de galerias comerciais e feiras.

Como destaca Nascimento Jr. (2011, p. 07) muitas atividades praticadas pelos “de baixo” (os mais pobres, as vítimas do desemprego estrutural, os excluídos das benesses da globalização), são dotadas de significativa expressão econômica, e apresentam uma contra-racionalidade ao controle hegemônico das técnicas e seus usos.

Para Santos (2004 [1975], p. 216), os vendedores do circuito inferior ocupam pouco espaço na cidade, qualidade marcante daqueles que lidam com itens contrafeitos. Como se pode notar na IMAGEM 03, trabalhadores utilizam, num dos casos, uma bicicleta para o transporte, exposição e venda de discos falsificados, enquanto na imagem da direita, caixas de papelão cumprem essa função. O uso destas caixas também é apreendido na IMAGEM 04, que mostra um vendedor de DVDs piratas no centro de São Paulo. Na imagem à esquerda, ele cumpre normalmente sua função. No entanto, com a passagem de dois policiais pela calçada ele recolhe, nos

⁵⁷ Esta análise está detalhada, a partir de situações geográficas específicas, na Terceira Parte desta tese.

braços, suas mercadorias e sua barraca, que nada mais é do que algumas caixas de papelão empilhadas sobre as quais se apóia outra caixa que serve de bancada e mostruário. Ele simplesmente atravessa a rua para evitar a fiscalização, ação que se repete inúmeras vezes ao longo do dia. Na imagem da direita, após a passagem dos policiais, o vendedor retorna ao seu lugar de trabalho. Evidentemente, os policiais o viram, mas o seu deslocamento impede, na maioria das vezes, a apreensão das mercadorias. Como se verá detalhadamente no Capítulo 14, o aumento da fiscalização vinculado à municipalização do combate à pirataria tornaram essas cenas corriqueiras no dia a dia da cidade de São Paulo.

IMAGEM 03 - SÃO PAULO: Estratégias de venda de piratarias adaptativas

À esquerda, a bicicleta é, ao mesmo tempo, meio de transporte, de exibição e depósito dos discos piratas, em Santos (SP). À direita, os discos ficam expostos em caixas de papelão, na Rua Augusta, São Paulo. Autoria: Fábio Tozi, 2010 e 2012, respectivamente.

IMAGEM 04 - SÃO PAULO (Município): Estratégia de venda de piratarias adaptativas

Vendedor na Rua Coronel Xavier de Toledo, Centro de São Paulo, 08/05/2011. Autoria: Fábio Tozi.

Ora, essas paisagens são a expressão da oposição, de acordo com SANTOS (1996), entre a razão global, na qual a solidariedade é produto da organização, e a ordem local, na qual a organização é produto da solidariedade. “No primeiro caso, *prima a informação que, aliás, é sinônimo de organização. No segundo caso, prima a comunicação (ibidem, p. 272).* YÁZIGI (1997a, p. 115), estudando o uso de espaço público pelo circuito inferior da economia, também caminha neste sentido, já que para este autor, “na rua ninguém age sozinho. *A solidariedade é condição sine qua non da sobrevivência*”. A calçada, nas palavras do autor, é o mundo.

A flexibilidade tropical é, no Brasil, uma das respostas do território, ou um *grito do território*, nas palavras de SOUZA (2000), à tentativa de autonomia de certa economia em relação a essa totalidade:

Isto se dá porque os números, como contas públicas, índices inflacionários, saldos de balança comercial, podem apresentar-se ‘equacionados’ a partir das negociações que o país mantém com seus credores, mais precisamente com o Fundo Monetário Internacional. Mas, a geografia escancara o que os números escamoteiam, ou seja, a paisagem geográfica e os seus significados (sua essência) são reveladores das desigualdades sócio-territoriais (SOUZA, 2000, p. 5).

Em sua análise sobre os “veículos dos sem-teto” (*Homeless Vehicles e Poliscar*⁵⁸), Neil Smith (1992, p. 54) destaca que antes e além da conotação desses objetos como obras de arte, ou seja, como objetos simbólicos, há que se destacar sua dimensão vital, cabida à sua funcionalidade, representando uma verdadeira política espacializada. Esses veículos, para o autor, não são soluções, mas bens imobiliários ilegais, necessários à manutenção da vida na cidade desigual.

As formas encontradas para a venda não autorizada de produtos ilegais em locais proibidos no Brasil mostram-se, igualmente, uma obra de arte no momento em que a forma e a funcionalidade são cabidas a uma destreza que é totalmente resultante da inventividade combinada aos elementos disponíveis no meio geográfico. Essa verdadeira “*arquitetura provocada pela pobreza*”, nas palavras de Papo Colo (*apud* SMITH, 1992, p. 57) impõe uma crítica à organização e à normatização do território. Como no caso dos veículos analisados por Smith, esta crítica se revela somente na medida em que a estratégia se torna funcional, facilitando as necessidades básicas: vender, ocultar-se, fugir, abrigar-se de intempéries, e, em alguns casos, algum tipo de repouso. São formas provisórias, muitas vezes apoiadas em materiais igualmente descartáveis, que, no entanto, reproduzem-se incalculáveis vezes.

Considerando a idéia de hibridez como central na metodologia de trabalho, o quadro seguinte propõe uma sistematização analítica das características e manifestações da pirataria. Apresenta-se, todavia, muito mais como uma proposta de debate do que como uma classificação que se deseje definitiva.

⁵⁸ Trata-se de obras de arte cuja pertinência apenas se realiza no seu uso pelos moradores sem domicílio fixo. Para mais informações, vide Patrick Wright (1992): *The Poliscar - not a tank but a war machine for people-without-apartments*. Disponível em <http://patrickwright.polimekanos.com/wp-content/uploads/pwright-wodiczkos-poliscar.pdf>. Acesso em 15/08/2011.

QUADRO 01: Características distintivas entre a pirataria imitativa e adaptativa

	Pirataria imitativa	Pirataria adaptativa
Conhecimento técnico-científico-informação (conhecimento de mercado, gestão, acesso)	Alto. Conhecimentos especializados aplicados em diferentes etapas (concepção, produção, distribuição, escolha de fornecedores, materiais, produtores). Conhecimentos das escalas nacionais ou mundial.	Baixo ou inexistente. Conhecimentos empíricos parciais surgidos da necessidade produtiva ou comercial. Conhecimentos lugarizados. Escolhas se baseiam no que se oferece nas circunstâncias.
Capitais	Importantes. Financiamentos lícitos e ilícitos em grandes quantidades.	Reduzidos. Financiamentos lícitos e ilícitos em pequenas quantidades. Utilização de recursos próprios é importante.
Propaganda e marketing	Rara. Apóia-se na publicidade das marcas, objetos e modismos que copia. Alguns objetos copiados possuem campanhas de <i>marketing</i> (celulares, automóveis, p. ex.).	Inexistente. Local ou lugarizada, apoiada no “boca a boca” e seguidora de modismos. Papel secundário na difusão, nos lugares mais pobres, das modernizações.
Escala territorial de ação	Global, nacional e regional, principalmente.	Regional e local, principalmente.
Capacidade de adaptação às mudanças do mercado	Alta, mas o caráter imitativo é característica industrial.	Alta, mas baseada na adaptação às mudanças do circuito superior, da pirataria imitativa ou do meio geográfico próximo.
Apoio estatal	Existente. Apoiado por políticas estatais.	Inexistente. Não recebe apoio das políticas estatais.
Repressão estatal	Existente, mas seletiva.	Normalmente alta. A repressão ocorre no nível municipal, estadual e federal.
Meio geográfico necessário à existência	Modernizado. Exige redes modernas para a produção, distribuição e circulação. Compartilha as redes e fluxos globais de mercadorias.	Adapta-se e utiliza o meio geográfico existente. Beneficia-se dos lugares modernizados embora se vincule, com a mesma facilidade, ao entorno menos modernos ou deteriorados.

Fonte: elaboração própria com base em Santos, 1971; 2004 [1975].

Um dos elementos mais simbólicos das piratarias imitativas é o mimetismo, isto é, a capacidade de reproduzir as características de outro objeto ou conteúdo. Essa reprodução se dá em diferentes níveis, não necessariamente puros:

1. reprodução das formas;
2. reprodução dos conteúdos, com outras formas;
3. reprodução das formas e dos conteúdos.

A reprodução como falsificação das formas se dá geralmente vinculada à reprodução do conteúdo, com maior ou menor grau de semelhança. Poucos são os objetos replicados encontrados durante esta pesquisa que se enquadram puramente numa reprodução das formas, o que, aliás, é um argumento empírico da indissociabilidade entre forma-conteúdo, isto é, de que a pirataria não é a simples imitação de um objeto, embora sua face visível, seu aspecto fenomênico, possa revelar isso. Há uma espessura imensurável, conforme o lugar e o produto, no que diz respeito à pirataria.

Mesmo assim, enquadram-se nessa primeira situação artefatos que ganham novas funções, como os aparelhos eletrônicos imitativos de outros na forma, mas desprovidos das funções equivalentes: um celular ou um tocador digital de músicas cujos desenhos famosos se tornam, no mercado das imitações, brinquedos infantis. Igualmente, os modelos, na acepção de Baudrillard (2006 [1968]), também ganham outros conteúdos: um telefone antigo adota a função de luminária e o carro vira cofre ou lanterna. Neste reino amplo a cópia é um crime lesivo aos detentores dos direitos a partir da reprodução de formas (desenhos) que não estão protegidos legalmente.

A valorização dos conteúdos a partir das possibilidades dadas pelas tecnologias da informação marca um dos aspectos mais crescentes e também mais combatidos da pirataria. Novas tecnologias como telas sensíveis ao toque em celulares ou leitores de arquivos digitais de música e vídeos difundem-se rapidamente a partir do momento, extremamente próximo ao lançamento pelas grandes empresas, em que são difundidos pelo circuito espacial produtivo⁵⁹ apoiado

⁵⁹ Trabalham-se as noções de circuitos espaciais da produção e círculos espaciais de cooperação, de acordo com Santos (1986). Conforme Santos & Silveira (2001, p. 144), “*circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação mostram o uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial*”.

na pirataria. A marca aparece aqui mais como conteúdo, por sua vinculação à psicoesfera, do que como forma e é utilizada aleatoriamente em relação às suas acepções originais, pelo seu significado social: adota-se o nome ou o signo (ou suas variações) de tal ou qual marca famosa para agregar conteúdos aos objetos.

As situações mais notáveis da reprodução dos conteúdos ausentes de suas formas originais são encontradas no livre trânsito de arquivos digitais de filmes, músicas e livros, entre outros, seja em computadores, celulares, pranchetas digitais, leitores digitais, chaveiros de memória e discos ópticos. A facilidade com que os conteúdos migram de um desses meios para qualquer outro, particularmente através da rede mundial de computadores e da telefonia, é um desafio para as empresas e para as legislações nacionais e internacionais e um recurso infinito aos procedimentos de desapropriação.

Os programas, conjuntos de instruções responsáveis pelo desempenho de atividades específicas dos artefatos informacionais, são também conteúdos que, mesmo não tendo utilidade desvinculados de um equipamento informático, desencanaixam-se deles quando copiados. Nessas manifestações, a réplica aproxima-se com perfeição dos originais, ou seja, não há alteração ou perda das características do produto, graças, sobretudo, à digitalização da informação que lhe permite ser usada, manipulada e replicada sem perda de conteúdo. Ao contrário, o que ocorre é a possibilidade de modificar o original, dando-lhe novas funções ou usos antes inexistentes.

Assim, há uma grande parafernália de objetos técnicos oferecida ao consumo que é representativa da pirataria imitativa (IMAGEM 05): a cópia de eletrodomésticos, vestuário, acessórios (bolsas, óculos, bijuterias, *etc.*), objetos tecnológicos e informáticos (de relógios a computadores), veículos, brinquedos, entre outros.

IMAGEM 05: Pequena iconografia da pirataria imitativa

Objetos de uso cotidiano cuja reprodução pirata exige conhecimentos técnico-científico-informacionais na desapropriação de formas e conteúdos.

Fonte: www.apcm.org.br; Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP).

Hoje, quando uma nova tecnologia é lançada, ela tende a ser rapidamente imitada. Um exemplo explícito são os telefones celulares com telas sensíveis ao toque, cujos modelos inicialmente portadores de tal inovação, criados por empresas como Apple, Nokia, Sony ou LG, custavam entre R\$ 1.500,00 e R\$2.000,00 enquanto os seus genéricos, como o VAIC, em referência ao modelo VAIO, da Sony, ou o *HiPhone*, parônimo do *iPhone* da Apple (IMAGEM 06), com a mesma função em outra carcaça custavam entre R\$ 300,00 e R\$ 400,00⁶⁰. A pirataria imitativa fornece inovações tecnológicas a menores preços, banalizando-as.

O *HiPhone*, no entanto, apresenta alterações de conteúdo em relação ao original que o inspira, oferecendo mais funções que o aparelho da Apple: antena para recepção de TV (analógica), permite instalar aplicativos na linguagem Java, aceita

⁶⁰ Preços médios observados em agosto de 2010 em trabalhos de campo respectivamente em lojas credenciadas e galerias das ruas Santa Ifigênia e 25 de Março em São Paulo (SP). Em março de 2010, enquanto os preços do artefato da Apple continuavam praticamente os mesmos, o do *HiPhone* 4 era de R\$ 180 nas lojas da Galeria Pagé, arredores da Rua 25 de Março.

dois *chips*⁶¹ telefônicos, possui bateria removível e entrada para cartão de memória externa. O HiPhone está disponível também nas versões *Nano* e *Mini*, com tamanhos menores, diversidade que a empresa estadunidense não oferece.

A grande expansão e penetração da telefonia celular na vida cotidiana brasileira (em outubro de 2010 havia mais de 191 milhões de linhas⁶²) mostram as possibilidades de alcance de tal mercado e é um elemento explicativo da difusão da pirataria dos aparelhos. Fenômeno semelhante ocorre com os leitores de arquivos digitais de música (conhecidos como *Mp3*⁶³ *players*) que, a partir do seu lançamento por algumas empresas (Apple e Sony, especialmente), pôde-se presenciar a sua imediata proliferação pirática.

IMAGEM 06 - BRASIL: iPhone e HiPhone (2010)

Da esquerda para a direita: iPhone (frente e costas) e HiPhone (frente e costas).
Fontes: www.apple.com; info.abril.com.br (acessos em 23/08/2010).

No que se refere à cópia de veículos, prática especialmente encontrada em algumas indústrias chinesas como a Dadi, Chery, Geely, Laibao e Hongqi, encontra-se uma impressionante proximidade entre o objeto original e o copiado, como pode ser visto na IMAGEM 07. Tal habilidade utiliza-se do recurso da espionagem industrial ou da *engenharia reversa* na qual o processo de produção de algo é feito ao contrário,

⁶¹ Nossa pesquisa de campo mostra uma preferência por aparelhos que aceitam dois ou mais *chips*, ou seja, múltiplos números de telefone. Essa possibilidade atende aos anseios de uso das promoções de diversas operadoras de telefonia sem a necessidade de dois aparelhos. Um aparelho (imitativo de outro) com quatro *chips* custa em média de R\$ 300 a R\$ 400 na Rua 25 de Março (em março de 2011). Esse fenômeno existe no contexto da política de telefonia celular brasileira guiada por interesses privados e não públicos, ou seja, baseada na manipulação da escassez e não no direito à comunicação.

⁶² De acordo com a ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações): <http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do#> acesso em 26/11/2010.

⁶³ MP3 é a abreviação de *MPEG-1/2 Audio Layer 3*. É um formato de gravação de áudios que permite grande compressão (criando arquivos menores) e manutenção da qualidade sonora.

ou seja, parte-se do resultado final (produto acabado) para o inicial (formas de produzir): a partir daquilo que se deseja copiar, criam-se os mecanismos industriais que permitam tal ação.

IMAGEM 07: Alguns veículos e suas cópias chinesas

Da esquerda para a direita: Toyota Prado (acima) e Dadi Shuttle (abaixo); Mercedes C (centro, acima) e Geely Merrie 300 (centro, abaixo); Daewoo Matiz (canto direito, acima) e Chery QQ (canto direito, abaixo). Fonte: <http://indianautosblog.com/2008/07/chinese-are-the-best-xerox-machines-in-the-world> Acesso em 19/04/2009.

Uma vez que um veículo hoje, nada mais é do que um conjunto de informações e normas organizadas e postas em produção, a cópia de bancos de dados torna-se tarefa simplificada. A standardização automobilística pelo planeta torna a linguagem dos projetos, antes segredos mais bem codificados, de fácil leitura, compreensão e duplicação, onde quer que seja. Mesmo que, ocasionalmente, apenas a forma seja copiada.

No mercado da *moda*, a propriedade intelectual relativa à marca e aos desenhos podem ser passíveis de proteção, mas não a indumentária em si, uma vez que as idéias que se concretizam em roupas não apresentam inovação e ineditismo suficientes para que a proteção seja concedida pelos escritórios responsáveis. Ademais, a velocidade das “tendências” da moda, intercalando “coleções de estações” que não podem se repetir, tornam a idéia de proteção (como inibição da cópia) algo perigoso à própria velocidade desejada. Poderia imaginar-se os empecilhos à proliferação de uma cor ou de um corte graças às pendências judiciais decorrentes. Além disso, tecidos, estampas e cores são produzidos em escala global. Uma escala menor de produção é inviável a não ser para um mercado exclusivo,

restrito ao consumo de luxo. Portanto, há que se difundir as “tendências” o mais rápido possível, para substituí-la rapidamente.

O exemplo das ações da C&A, obtido de um informante, auxilia na compreensão desse processo: o responsável de moda não cria, mas escolhe as roupas que serão copiadas entre as marcas existentes. Os modelos, cortes e tecidos serão copiados nos ateliês de costura (modelagem e corte, que não são protegidos por direitos autorais). Por exemplo, em se tratando de uma linha para jovens, copiam-se marcas como Quiksilver, Element, Volcom, Onbongo e Mormaii. No que se refere às estampas, fotos dessas roupas são enviadas ao *designer* de estampas para criar algo inspirado no original, mas suficientemente diferente para não representar uma cópia, pois os desenhos são protegidos, assim como a própria marca. Em 2009 a empresa pagava, por cada estampa de tecido ou desenho para *silkscreen*, R\$ 80,00, enquanto o preço de um único casaco de moletom na loja variava entre R\$ 40,00 e R\$ 50,00. O contrato assinado dava a propriedade dessas criações à C&A, ou seja, o desenhista vendia seus desenhos e não poderia mais utilizá-los.

Em seguida, os desenhos eram mandados, em arquivos digitais, para a China, onde as roupas eram confeccionadas. Cada uma em milhares de exemplares. O que estava na moda numa estação para um grupo de consumidores que pagava mais caro tornava-se, no ano subsequente, a moda vendida nas lojas da C&A⁶⁴.

Entretanto, as piratarias imitativas nem sempre tiram o mercado das empresas “vítimas”. O mercado de produtos de luxo exemplifica bem essa situação: os compradores de bolsas Chanel ou Louis Vuitton falsificadas não são provavelmente, os compradores das bolsas originais. Durante nosso estágio na França, solicitamos entrevistas ao grupo Louis Vuitton Malletier e à Chanel que, no entanto, negaram os pedidos, alegando que as informações sobre o tema eram sigilosas. Entretanto, essas empresas, entre outras, são ativas mundialmente no combate à falsificação de seus produtos, embora se beneficiem, simultaneamente, da notoriedade conquistada graças às cópias dos seus produtos. Nesse sentido, a política utilizada pela Nike para evitar a falsificação de seus calçados por empresas

⁶⁴ Em 2007, a C&A foi judicialmente condenada a indenizar a marca de biquínis Poko Pano em R\$ 103,7 mil por plagiar sua coleção de 2003. A C&A havia copiado o desenho de uma boneca estampado nos biquínis. Fonte: COSTA, Priscyla. “Ao tomar forma, idéia é protegida por direito autoral”. In: *Revista Consultor Jurídico*, 25 de agosto de 2007. A rigidez da C&A (entre outras grandes lojas varejistas) sobre as oficinas de costura no Brasil, no que tange a controle de qualidade e prazos de entrega é discutida por SILVA (2012, pp. 66 e seguintes).

chinesas é sintomática : cada pé do calçado é fabricado numa fábrica diferente para dificultar a pirataria de um par completo⁶⁵.

Já a empresa BigChampagne⁶⁶ coleta informações sobre os vídeos, músicas, jogos e programas mais populares na *internet* em *sites* oficiais mas também monitora o compartilhamento não autorizado de músicas e vídeos entre computadores. Os dados dessas piratarias são tratados e vendidos às grandes empresas de entretenimento, que assim podem aprimorar suas políticas de uso do território como recurso, sabendo como e onde, ao redor do mundo, se dá a popularidade de artistas e produtos, e a partir daí, direcionam seus projetos e ações.

Outra forma de pirataria imitativa de grandes marcas globais de celulares e máquinas fotográficas é a imitação da forma dos equipamentos (como Sony ou Samsung), adotando uma marca nova e desconhecida (como Dotcom) no lugar da original. O objeto resultante é apresentado ao público com desenho semelhante, funções e configurações próximas, mas com preço muito menor.

Por sua vez, a importância da pirataria adaptativa para a venda de alguns produtos ‘originais’ evidencia-se no comércio de videogames, um dos produtos mais comprados por “sacoleiros” em Ciudad del Este, tema que será retomado oportunamente. Entre os principais aparelhos que se oferecem ao consumo (Playstation 2 e 3, da Sony, Wii, da Nintendo e XBOX 360, da Microsoft), a capacidade de aquisição de jogos piratas em território brasileiro é um dos elementos definidores das suas vendas em território paraguaio e, portanto, fator decisivo de sua importação e fabricação no país de origem.

É a facilidade de ser pirateado que explica o fato de que a procura e, em decorrência, as vendas do Playstation 3, mais moderno, sejam menores que a de seu antecessor, Playstation 2. Os jogos dessa versão, em DVD, podem ser facilmente comprados por R\$ 5 no Brasil, enquanto os jogos da versão mais moderna adotam outra base física, o *Blu-ray Disc*, que custa mais caro (de R\$ 50 a R\$ 200) e ainda não pode ser pirateado⁶⁷. Nossas entrevistas com vendedores registraram que a opção da Sony em querer blindar-se da pirataria em seu videogame mais recente tem conduzido-a à perda de sua participação no mercado para os concorrentes.

⁶⁵ Conforme informações fornecidas pelo Presidente da ContrAtak, empresa francesa especializada em consultorias a empresas vítimas de pirataria, Sr. Philippe Van Eeckhout. Entrevista realizada em 28 de junho de 2012.

⁶⁶ Sítio oficial: www.bigchampagne.com. Acesso em 10/10/2008.

⁶⁷ Os discos piratas com tecnologia *Blu-ray* começam a banalizar-se em 2011.

Verifica-se, portanto, que dadas as condições concretas da economia urbana do território brasileiro, a pirataria é elemento inexpugnável. Nas palavras de Silveira (2007, p. 163), a força do mercado concreto dos mais pobres contrasta com o poder do mercado abstrato do circuito superior, aqui especialmente tratado a partir do sistema financeiro globalizado, seus agentes e suas práticas perversas. Esse é o duelo cotidiano, brilhantemente revelado nas grandes cidades do Brasil, entre um dinheiro concreto, que atrita e se insere nos meandros dos lugares e um dinheiro em estado puro, liso e fugidio, cuja localização é cada vez mais seletiva.

São incalculáveis os trabalhadores que, produzindo, distribuindo ou vendendo mercadorias piratas têm nessa prática criminalizada uma fonte de renda. Esses pequenos e pulverizados vendedores, ao mesmo tempo oprimidos e discriminados por suas situações geográficas, acabam servindo como elementos fundamentais da capilaridade de grandes corporações. Num circuito produtivo que envolve também grandes empresas de falsificação, esses trabalhadores são a linha de frente, aqueles que nas ruas cumprem a função menos nobre: a distribuição. Para Ribeiro (2006),

é a presentificação do comércio nas e, ainda, com as ruas que transparece nos circuitos que articulam o vendedor, que corre e apanha da polícia, a interesses envolvidos com a produção de CDs piratas, com o contrabando de uma real parafernália eletrônica, com a produção mimética de artigos destacados pelo ritmo da moda e com o recolhimento das sobras da seletiva, e ansiosamente globalizada, sociedade de consumo instalada nas grandes cidades do país (RIBEIRO, 2006, p. 21).

São esses trabalhadores, ocupando os lugares impróprios e inoportunos, de um ponto de vista legalista e corporativo do território que acabam, dialeticamente, aprofundando a ação das corporações do circuito superior da economia nos lugares. A psicoesfera atrelada a *Hollywood* não seria a mesma, no Brasil, sem esses agentes sociais praticantes da pirataria, tampouco os sucessos musicais da cultura de massa.

Como se discutirá na próxima parte deste trabalho, a flexibilidade de usos vulgarmente denominada como “pirataria” foi acompanhada pela intensificação das normas, nacionais e globais, de proteção à autoria e à propriedade intelectual sobre técnicas e artefatos. O acirramento das oposições dialéticas entre uso e normatização do território e dos objetos, entre normatização e flexibilização, institucionalização (centralismo) e banalização é, para utilizarmos o vocábulo de Ortega y Gasset (1966 [1933]), um imperativo do nosso tempo.

Cobogó, Ricardo Aprigio Fonseca, 2012.

SEGUNDA PARTE

Rigidez Normativa e flexibilidade técnica: patentes e piratarias globais

*“Le livre n’est plus ‘ma pensée’ puisqu’elle est
devenue un objet au milieu du monde qui
appartient aux autres et m’échappe.”*

André Gorz. *Lettre à D.* p. 54.

*“A fotocópia de qualquer folha deste livro é ilegal e
configura uma apropriação indevida dos direitos
intelectuais e patrimoniais do autor.”*

Verso da primeira página de um livro qualquer
da Editora 34.

Capítulo 8

Do uso à lei: da autoria como direito moral ao direito autoral como propriedade — a bússola que aponta para o Norte

Rediscute-se, com a ascensão das múltiplas piratarias, a função dos direitos autorais. Como apresentado anteriormente, os novos conjuntos técnicos agregados aos lugares permitiram novas maneiras de produzir e reproduzir. Concomitantemente, surgem formas de controle que de modo progressivo definem-se como leis inicialmente das metrópoles, posteriormente nacionais e finalmente internacionais. Esse processo permite uma periodização na qual os eventos geram novas situações e se constitui, igualmente, no processo de mutação dos modos de produção que culminam na preponderância global do capitalismo.

Se na maior parte da história a idéia de autoria é inexistente, presenciam-se, num passado mais próximo, as disputas filosóficas e ideológicas entre as concepções de autoria como qualidade moral do indivíduo e, portanto, inalienável, em oposição à idéia de propriedade privada da autoria. Embora coexistam em diferentes domínios da vida contemporânea, notadamente nas artes e na literatura, a segunda concepção se alargou *pari passu* à expansão de meios geográficos cada vez mais técnicos, científicos e informacionais e do capitalismo em suas fases mercantil, industrial e informacional. Em decorrência, aquilo que se define como crime de pirataria é revisitado.

Convive-se, hoje, com um linguajar globalizado e hegemônico, embora não abrangente, do que seja a autoria em sua totalidade, submetida esta ao conjunto do que se define como “Propriedade Intelectual”, aos quais foram agregados os elementos jurídicos de proteção a patentes, direitos autorais e industriais, marcas, modelos e *copyrights*. A propriedade intelectual, como pretendemos apresentar no debate que se segue, tornou-se verdadeiro pivô das relações diplomáticas e econômicas entre os países, revelando uma nova geopolítica fundamentada na expansão do meio técnico-científico-informacional.

No Brasil, a idéia de combate à falsificação é de nascimento prematuro à unificação do território e, portanto, à existência de um Estado centralizado. O Brasil,

como território alienado⁶⁸, nasce respondendo a um projeto alheio, especialmente aquele relativo à expansão e colonização portuguesas. Formas e normas foram impostas como elementos que asseguravam a posse das terras e o sistema colonial. Quanto às normas, de fato, estas estavam em vigor num território cujas fronteiras, ou limites, como afirma Machado (2000, p. 11 e seguintes), ainda não estavam claros. Portanto, o que se definia como *crime* ou *ilegal* (falsificações, contrabando e outras práticas) eram atentados à metrópole, isto é, à possessão portuguesa sobre as terras brasileiras.

Assim, destaca-se, nessa primeira incursão forçada do Brasil na mundialização, a transposição das Ordenações Filipinas⁶⁹, reforma das Ordenações Manuelinas, que entram em vigor em 1603. Essas Ordenações são fundamentais por representarem a imposição de um quadro normativo externo (legislação administrativa, fiscal, civil, comercial, criminal, militar e relações entre Estado e Igreja) da metrópole às colônias e feitorias⁷⁰. Outra característica importante desse evento é a sua extensão temporal: a substituição completa das citadas Ordenações ocorre apenas em 1916 (quando Portugal já as havia revogado), quase cem anos após a independência do Brasil, com a promulgação do primeiro Código Civil Brasileiro⁷¹.

Nessas Ordenações há diversas referências à falsificação de artigos, caracterizada como crime grave, punida com a morte ou o “banimento para o Brasil”. A respeito da licença para impressão de livros, diz o texto:

Que não se imprimão Livros sem licença del Rey

Por se evitarem os inconvenientes, que se podem seguir de se imprimirem em nossos Reinos e Senhorios, ou de se mandarem imprimir fóra delles Livros, ou obras feitas per nossos Vassallos, sem primeiro serem vistas e examinadas, mandamos, que nenhum morador nesses Reinos imprima, nem mande imprimir nelles, nem fóra obra alguma, de qualquer materia que seja, sem primeiro ser vista e examinada pelos Dezembargadores do Paço, depois do ser vista e approvada pelos Officiaes do Santo Officio da Inquisição.
[...]

E qualquer Impressor Livreiro, ou pessoa, que sem a dita licença imprimir, ou mandar imprimir algum Livro, ou obra, perderá todos os volumes, que se acharem impressos, e pagará cincoenta cruzados,

⁶⁸ Na definição de Cataia (2001), inspirada em Max Sorre, Hildebert Isnard e Milton Santos.

⁶⁹ “Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recopiladas por mandado d’El Rey D. Philippe I”, aqui denominadas Ordenações Filipinas.

⁷⁰ Como destaca Murilo Marx (1988, p. 42), essas leis governaram as colônias americanas, africanas e asiáticas.

⁷¹ Um dos primeiros atos da Assembléia Constituinte, datado de 20 de outubro de 1823, foi ordenar a entrada em vigor das Ordenações Filipinas até a organização de um novo Código Civil.

ametade para os Captivos, e a outra para o accusador (Ordenações Filipinas, 1985 [1603], Livro V, Título CII, p. 1249).

A posse e o controle da informação em sua forma impressa era um dado fundamental ao exercício do poder (e continua a sê-lo, como veremos), considerando-se ainda a vigência, à época, do exclusivo religioso da monarquia portuguesa. Em outros Títulos das Ordenações, há ainda referências à utilização de pesos falsos para medidas, à falsificação do pão, à falsificação de ouro, prata ou pedras preciosas, à falsificação de selos reais, à falsificação de escrituras (ou seu uso), e à falsificação de moeda (ou a sua utilização) (respectivamente, do Livro Quinto, Títulos LVIII, LIX, LVI, LII, LIII, XII). A falsificação de mercadorias era igualmente prevista e punida neste diploma jurídico:

Dos que falsificão mercadorias

Se alguma pessoa falsificar alguma mercadoria, assi como cera, ou outra qualquer, se a falsidade, que nella fizer, valer hum marco de prata, morra por isso.

[...]

E se for de valia de hum marco para baixo, seja degradado para sempre para o Brazil (Ordenações Filipinas, 1985 [1603], Livro V, Título LVII, p. 1206).

A autoria é igual e progressivamente discutida em outros lugares do mundo. Se, como atesta Bouchony (2006, pp. 5-6), a dificuldade de reconhecimento da autoria de uma obra, nos sistemas jurídicos antigos, dava-se pela própria raridade dos seus suportes materiais, que diminuía ou impossibilitavam sua reprodução, como notadamente pode ser observado no caso das canções, mas, também dos livros e gravuras⁷², iniciativas corporativas de proteção tomam corpo e definem-se, criando as bases que estabelecerão, mais tarde, os marcos jurídicos dos direitos autorais de alguns países. Os plágios existiam, evidentemente, mas constituíam uma violação à moral, e não à propriedade sobre a obra, que ainda não era reconhecida.

Embora houvesse a constatação do autor, após sua morte o editor costumeiramente seguia reproduzindo seus trabalhos, especialmente as gravuras impressas. Aliás, na maior parte dos registros existentes, as demandas de privilégios de proteção a cópias junto às cortes (especialmente a partir do séc. XVI) eram realizadas por editores e não por autores, ou seja, tratava-se mais de um direito de

⁷² Mesmo após a introdução da impressão mecânica, a reprodução foi, por séculos, reduzida, não permitindo a produção que de algumas centenas de cópias e, ocasionalmente, a mais de um milhar delas.

reprodução e não de autoria, de um monopólio sobre a produção e a comercialização⁷³.

O sistema produtivo baseado nas corporações de ofício, guildas e sindicatos já havia criado, entretanto, formas de proteção aos seus trabalhos motivadas especialmente pela proteção de seus comércios que enfrentavam a concorrência trazida pelo aumento dos intercâmbios entre os lugares. Símbolos e selos passaram a ser utilizados para designar e proteger a produção de cada grupo. Para Bouchony (*ibidem*, p. 6), nasce aqui a idéia de *marca*.

Beaune (1998, pp. 76-78) discute esse período da história técnica da França. Para o autor, as organizações de artesãos eram uma cultura técnica multicelular, mas unificadas sob um mesmo código de sinais e modos de fazer⁷⁴. Independentes do Estado e da religião, possuíam suas próprias normas e “tribunais”. Nesse sistema, o conhecimento é mantido em segredo como forma de fazer perdurar uma relação de dependência: ensina-se tudo ao aprendiz, menos o *tour de main* (a destreza, o *savoir faire*). Tudo é levado a efeito para que algo do que o aprendiz faça seja incompreensível para ele mesmo. Os segredos são revelados ao poucos. A técnica do artesão, como define Ortega y Gasset (1963 [1939]), é um dom guardado como segredo, na qual o artesão “*segue o uso constituído*” (*idem, ibidem*, p. 81).

Para Beaune (1998, p. 78), esse conhecimento é o oposto de um conhecimento universal:

A característica principal da aprendizagem é o *segredo* e a recusa de uma tecnologia explícita. Tudo é segredo, aí compreendido os *tours de mains* que deve-se ensinar ao aprendiz. Aí compreendido mesmo a profissão. Tudo é feito para tornar incompreensível ao aprendiz uma parte daquilo que ele deve fazer (BEAUNE, 1998, p. 78. Tradução do autor)⁷⁵.

Para Simondon (2006, p. 348), no artesanato todas as condições dependem do homem: a fonte de energia é a mesma da informação. A energia é o exercício de uma força muscular, o gesto; a informação que aí reside é, às vezes, aquela da

⁷³ De acordo com Maës (2006, pp. 38, 74-75). Ainda segundo o autor, o Senado de Veneza concede esses privilégios desde 1500, o papa desde 1518, o Rei da França desde 1556 e, para a Holanda, há referências desde 1543 (*idem, ibidem*, p. 74).

⁷⁴ O *devoir*, conjunto de regras que regiam cada rito na comunidade dos artesãos.

⁷⁵ “*La caractéristique de l'apprentissage est le secret et le refus d'une technologie explicite. Tout est secret, y compris les tours de mains qu'on doit apprendre à l'apprenti. Y compris même le métier. Tout est fait pour rendre incompréhensible à l'apprenti une partie de ce qu'il doit faire*” (BEAUNE, 1998, p. 78).

aprendizagem, vinda do passado, mas enriquecida do exercício sensorial do momento.

Trata-se, empregando a nomenclatura utilizada por Gaudin (2005 [1978]), de um período de endurecimento técnico, de concentração dos saberes e fazeres. O conhecimento apresenta, igualmente, forte vínculo geográfico: as técnicas são diversas, haja vista a integração territorial ser, então, mais escassa. O aspirante, aquele que já possui um *métier*, mas não os *tours de mains*, percorria as principais cidades para aprender técnicas novas. Esse processo de formação era conhecido como *Tour de France* e durava de dois a sete anos. Tratava-se de um método de formação técnica e moral e, acrescentaríamos, fundamentado nos conhecimentos específicos dos lugares.

Essa peregrinação, de acordo com Beaune (1998, p. 78), fez do artesão um nômade da cultura, um pirata polêmico, por apropriar-se dos conhecimentos alheios e por ser, afinal, um estranho nos lugares aonde chegava e donde logo partia, levando consigo novas técnicas. Para o autor, “o artesão é pirata porque é *outro*. A tradição mais enraizada na nossa história transformou-se nesta alteridade geográfica - esta idéia exótica, considerada às vezes como uma prática selvagem” (*idem, ibidem*, p. 100. Tradução do autor)⁷⁶.

A conseqüente passagem para uma fase industrial da produção foi, para Bairoch (1973, pp. 168-169), facilitada pela quase ausência inicial de princípios científicos, apresentando uma simplicidade que tornava as técnicas industriais muito próximas daquelas artesanais. Tal essência teria facilitado, para o autor, a sua difusão espacial: a possibilidade de integração dos artesãos na produção e reparo das máquinas industriais somou-se à facilidade de imitação destes artefatos, graças ao baixo grau de diferença entre o *savoir-faire* tradicional e as técnicas novas. Todavia, como atesta Simondon (2006, p. 349), o aparecimento da indústria representou a separação da fonte de energia da fonte da informação⁷⁷. O homem deixou de ser a fonte da informação e a energia é demandada à natureza.

São esses os motivos que levaram Beaune (1998) a ressaltar a importância dessa categoria profissional no que ele denomina “transmissão espacial da industrialização” (*transmission spatiale de l’industrialisation*) (*idem, ibidem*, p.

⁷⁶ “*l’artisan est pirate parce qu’autre. La tradition la plus ancrée dans notre histoire est devenue cette altérité géographique - cette pensée exotique, considérée parfois comme une pratique sauvage*” (BEAUNE, 1998, p. 100).

⁷⁷ Para Simondon (2006, p. 350), a entrada da informação na máquina não é mais única, como no artesanato, mas dissociada em quatro níveis: sua invenção; sua construção; a aprendizagem sobre a máquina e a utilização da máquina.

168). Se entre 1717 e 1825 a emigração de artesãos chegou a ser proibida e havia restrições severas, até 1843, à exportação de bens, equipamentos e máquinas, estas barreiras são gradualmente subtraídas pela tomada de consciência da sua ineficácia perante a grande facilidade de imitação destes objetos. Foi esta característica que permitiu, para o autor, a industrialização da França. Todavia, a transmissão espacial da industrialização chegará aos países pobres somente passadas algumas gerações técnicas, já agregadas de ciência, o que torna sua cópia e utilização mais difícil nesses países, uma vez que os conhecimentos tradicionais eram muito mais distantes daqueles contidos nos objetos técnico-científicos.

A invenção da imprensa mecânica no séc. XV, na Alemanha, teve a função de uma potência histórica⁷⁸ nas palavras de Ortega y Gasset (1963 [1939], p. 74) e permitiu uma popularização das obras escritas anteriormente produzidas por copistas de ordens religiosas e destinadas a um público restrito, considerando que a maior parte da vida se organizava em formas principalmente não letradas de comunicação. Para o autor, esse é um objeto que juntamente com a pólvora, o compasso e a bússola, permitiram a união do homem com o distante, estabelecendo o subsolo das técnicas atuais: o canhão pôs o homem em contato imediato com os inimigos longínquos; a bússola e o compasso o relacionaram com os astros e os pontos cardeais enquanto a imprensa uniu o indivíduo solitário, ensimesmado, com a periferia infinita de conhecimentos e leitores.

Por ser um dos primeiros objetos a ter suas técnicas de produção transformadas em técnicas de reprodução em massa de seres idênticos, os livros (ou “obras impressas”, para sermos mais fiéis ao período) figuram igualmente entre os primeiros objetos a serem disciplinados na tentativa de evitar a sua reprodução não controlada.

As novas capacidades técnicas de impressão, mais simples e baratas, levaram, na Inglaterra, à análoga proliferação de editores e, em decorrência, de cópias não autorizadas⁷⁹. Para Lopez (1993 *apud* FONSECA, 2011),

⁷⁸ Trata-se de uma potência histórica, pois, para o autor, a imprensa e, posteriormente, a pólvora, descobertas séculos antes na China, não tiveram a mesma significação técnica que adquiriram depois no Ocidente.

⁷⁹ A nova base técnica permitiu o aumento da produção e reprodução de livros em geral, como destaca Burke (2002, p. 176): “Por volta do ano de 1500 havia impressoras em mais de 250 centros europeus e elas já haviam produzido cerca de 27 mil edições. Fazendo uma estimativa conservadora de 500 exemplares por edição, haveria então algo em torno de 13 milhões de livros em circulação no ano de 1500 numa Europa de 100 milhões de habitantes (excluindo-se o mundo ortodoxo, que escrevia em grego ou russo ou eslavo eclesiástico). Já para o período entre 1500 e 1750, foram publicados na Europa tantos volumes cujos totais os estudiosos da história do livro não conseguem ou não querem calcular

Foi preciso esperar que o progresso da técnica tornasse possível a reprodução das obras em quantidades consideráveis para que se sentisse a necessidade de tutelar os direitos do autor. A invenção da imprensa modificou por completo o estado das coisas (LOPEZ, 1993, p. 27 *apud* FONSECA, 2011, p. 2. Tradução do autor)⁸⁰.

Foi, portanto, a expansão de uma nova camada do meio técnico que motivou as discussões sobre a necessidade de proteção autoral.

Em 1662, promulgou-se, em Londres, o *Licensing Act*⁸¹, a primeira tentativa para combater as novas práticas de reprodução no Reino e defender as corporações de editores e impressores, promovendo o registro de obras impressas a partir do depósito legal de um exemplar⁸², além da doação “com o papel da melhor qualidade”, antes da venda pública e a cada impressão ou reimpressão, de três exemplares: um destinado à biblioteca real e os outros às duas bibliotecas públicas (*Publique Libraries*) das universidades. Esse controle era realizado pela Companhia dos Livreiros londrinos (*Worshipful Company of Stationers and Newspaper Makers* - existente até os dias atuais), a corporação detentora do direito de monopólio (*Royal Charter*, outorgado pelo Rei) de regulação das profissões ligadas à indústria de publicação e venda de obras impressas. Assim, os livros considerados piratas (isto é, não licenciados) poderiam ser apreendidos pelos membros da corporação. O Artigo II

(com base no índice de produção do século XV o total estaria ao redor de 130 milhões, mas de fato o índice de produção aumentou dramaticamente)”.

⁸⁰ “Había que esperar a que el progreso de la técnica hiciera posible la reproducción de las obras en cantidades considerables para que se sintiera la necesidad de tutelar los derechos del autor. La invención de la imprenta cambió por completo el estado de cosas” (LOPEZ, 1993, p. 27 *apud* FONSECA, 2011, p. 2).

⁸¹ *Licensing Act - an Act for Preventing Abuses in Printing Seditious, Treasonable, and Unlicensed Books and Pamphlets, and for Regulating of Printing and Printing Presses*, London, 1662. In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (editors). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em: http://copy.law.cam.ac.uk/record/uk_1662. Acesso em 28/11/2011.

⁸² De acordo com o Capítulo V: “And be it further enacted by the authority aforesaid, That no person or persons shall within this Kingdome, or elsewhere, imprint or cause to bee imprinted nor shall import or bring in or cause to be imported or brought into this Kingdome from or out of any other His Majesties dominions nor from any other parts beyond the seas any copy or copies, book or Books, or part of any book or books, or forms of blanck Bills or Indentures for any His Majesties islands printed beyond the seas, or elsewhere, which any person or persons by force or virtue of any Letters Patents granted or assigned, or which shall hereafter be granted or assigned to him or them, or (where the same are not granted by any Letters Patents) by force or virtue of any entry or entries thereof duly made or to be made in the Register-Book of the said Company of Stationers” (*idem, ibidem*, p. 140).

Por sua vez, o Capítulo II define a fidelidade das cópias em relação aos originais: “And be it further ordained and enacted by the Authority aforesaid, That no private person or persons whatsoever shall at any time hereafter print or cause to be printed any book or pamphlet whatsoever, unless the same book and pamphlet together with all and every the titles, epistles, prefaces, proems, preambles, introductions, tables, dedications, and other matters and things thereunto annexed be first entered in the book of the Register of the Company of Stationers of London” (*idem, ibidem*, p. 138).

desse Ato proibia a importação, publicação e venda de livros ou panfletos com idéias contrárias ao reinado e à fé cristã da “Igreja da Inglaterra”.

O primeiro evento de envergadura nacional, isto é, da soberania de um Estado em seu território, relativo aos direitos de autores é o Estatuto de Anne⁸³ (Reino Unido, 1710) que, fato novo, concedia aos autores o direito de ceder a terceiros o direito de reprodução (*copyright*) e comercialização de seus livros e outros escritos. Aqui, como será discutido adiante, a noção jurídica de *copyright* difere do direito moral sobre a autoria, pois, doravante, a autoria passa a ser reconhecida também como um direito econômico, vinculação que persiste nos dias atuais. Esse direito, no caso de obras ainda não impressas ou publicadas, era de 14 anos, prorrogáveis por outros 14 anos caso o autor continuasse vivo, e de 21 anos para os livros já publicados. Esse princípio, ainda em uso, buscava proteger os autores dos impressores ilegais que não os remuneravam pelo seu trabalho. A Lei visava, assim, encorajar os homens letrados a escrever livros⁸⁴, o que permite constatar a importância crescente da difusão de conhecimentos sistematicamente organizados. Os autores que descobrissem cópias não autorizadas de suas obras teriam direito à indenização de 1 *Penny* por página impressa e o material deveria ser destruído. Ao mesmo tempo, a lei manteve alguns privilégios anteriormente outorgados à Companhia dos Livreiros londrinos.

A inexistência de acordos bilaterais ou internacionais, isto é, a existência de uma soberania legislativa absoluta dos territórios nacionais, reflete-se também no debate filosófico acerca da conceitualização e da essência da autoria. Como se discutiu na Primeira Parte deste trabalho, a concepção de autoria é variável ao longo da história. Kant, em ensaio de 1785⁸⁵, apresenta o debate sobre os diversos modos

⁸³ *Statute of Anne*, cujo nome completo é “An Act for the Encouragement of Learning, by Vesting the Copies of Printed Books in the Authors or Purchasers of such Copies, During the Times therein mentioned”. Foi promulgado na Grã Bretanha, em 1710. Fonte: Statute of Anne, London (1710). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (editors). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em http://copy.law.cam.ac.uk/record/uk_1710. Acesso em 13 de agosto de 2012. O grifo é nosso e visa destacar a valorização do interesse público, qual seja, o encorajamento do aprendizado, isto é, a difusão de idéias.

⁸⁴ “Whereas printers Booksellers and other persons have of late frequently taken the liberty of printing reprinting and publishing or causing to be printed reprinted and published Books and other writings without the consent of the authors or proprietors of such books and writings to their very great detriment and too often to the Ruin of them and their families For preventing therefore such practices for the future and for the encouragement of learned men to compose and write useful books...” (*idem*, *ibidem*, Capítulo 1).

⁸⁵ O título original do ensaio é *Von der Unrechtmäßigkeit des Büchernachdrucks*, cuja tradução para o português seria: “Da ilegalidade da reprodução de livros”. Baseamo-nos nas seguintes traduções francesa e inglesa do texto: “De l’illégitimité de la contrefaçon de livres”, tradução de Jules Barni. In: HÉBRARD, D.; PRASSOLOFF, A. *L’appropriation de l’oral*, 1990 (primeira edição: “Petits écrits relatifs au droit”, Paris, Auguste Durand, 1853) e “On the Unlawfulness of Reprinting”. In: BENTLY, L.;

de vista então existentes, discutindo a ilegalidade da reprodução de livros e a legalidade da reprodução de obras de arte. Para esse autor, a partir de uma discussão fundada na idéia de direito natural, uma obra escrita é uma *opera* e não pode, conseqüentemente, ser transferida a um terceiro, uma vez que o livro é um meio, um objeto que contém as idéias de um autor. Assim, um editor não pode falar ao público que em nome de outro, ou seja, apresentar o discurso de outrem, o autor. O autor pode, evidentemente, permitir a um editor reproduzir as suas idéias, falar ao público *por intermédio de outro*. No entanto, ninguém pode falar *em nome de outro*, pois as idéias pertencem exclusivamente à pessoa do autor, isto é, trata-se de um direito inalienável (*ius personalissimum*).

A autoria, para Kant (*ibidem*), é, portanto, a expressão das idéias de alguém que toma a forma de livros para que possa ser difundida. Assim, Kant defende que se uma obra literária for modificada por um editor a tal ponto que não coincida mais com as idéias do autor original, tal fato não constituiria uma reimpressão, mas uma obra nova. Não se trataria, dessa maneira, de uma prática a ser interdita⁸⁶. Igualmente, a tradução de uma obra para uma língua estrangeira não caracterizaria uma reimpressão, pois não equivaleria ao mesmo discurso original do autor, que só pode fazê-lo em sua própria língua, mesmo que as idéias possam ser exatamente as mesmas.

As obras de arte, ao contrário, não possuiriam as mesmas características uma vez que são consideradas *obras (opus)*, isto é, possuem existência por elas mesmas e podem ser copiadas, reproduzidas e vendidas ao público, mesmo sem a autorização do autor do original, desde que legitimamente compradas:

Por tratar-se de uma obra de arte (*opus*, não *opera alterius*) que todos aqueles que são seus possuidores podem, sem mesmo indicar o nome do autor, vender e, por consequência, também copiar e colocar no comércio em seu próprio nome, como uma coisa que lhes pertença. Mas, o escrito de um outro é um discurso de uma pessoa (*opera*), e aquele que o edita não pode falar ao público que em nome deste outro, e ele não pode dizer de si mesmo outra coisa senão que o autor apresenta ao público o seguinte discurso por seu

KRETSCHMER, M. (editors). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. A tradução francesa utiliza a palavra *contrefaçon* em vez de *reproduction*, assim como uma das traduções inglesas ("Of the injustice of counterfeiting books". In: "Essays and treatises on moral, political and various philosophical subjects", Vol. I, tradução de William RICHARDSON. Londres, Royal Echange, 1798) que utiliza *counterfeiting* no lugar de *reprinting*. A diferença nos títulos das traduções inglesas também foi observada por Pievatolo (2010).

⁸⁶ Como observa Kawohl (2008), para Kant não é a propriedade de um autor que é violada numa reimpressão, mas o direito do autor de decidir a quem ele delegará a transferência do seu discurso ao público.

intermediário (*imprensus bibliopolae* [às custas do editor]). De fato, é contraditório tomar em seu nome um discurso que, segundo sua própria advertência e de acordo com as informações do público, deve ser o *discurso de um outro* (Kant, 1990 [1785], p. 48. Tradução do autor)⁸⁷.

É, grosso modo, essa interpretação da autoria das obras de arte que persistiu no Brasil até 1973⁸⁸, pois o Código Civil de 1916 define que:

Aquele, que, legalmente autorizado, reproduzir obra de arte mediante processo artístico diferente, ou pelo mesmo processo, havendo na composição novidade, será quanto à cópia, considerado autor (Livro II, Capítulo VI, Art. 656).

Autoria, direito autoral, direito de reprodução e meios de reprodução não são, portanto, sinônimos. O conteúdo está separado da forma. A conformação legal que tomará corpo nos séculos seguintes, hoje mundializada, significou a decantação de debates filosóficos e interesses corporativos que se tornaram leis.

Contemporâneo de Kant, Fichte (1793) também debate a distinção fundamental entre forma e conteúdo, e de como a autoria (idéia) se expressaria como direito legal. Segundo o autor, a porção intelectual de um livro é abstrata em relação à sua expressão física e será sempre propriedade do seu autor. O livro, como exemplar, é de propriedade de quem o compra, enquanto as suas idéias, uma vez publicadas, tornam-se algo comum, partilhado, entre o autor e seus leitores.

Para Fichte (*ibidem*, pp. 447-448), podem-se distinguir dois aspectos de um livro: o físico (o papel impresso) e o ideal. O primeiro pode ser comprado, lido, relido, emprestado, destruído ou queimado e ninguém poderia impedir seu proprietário de fazê-lo. O segundo é formado tanto pelas idéias que se articulam em frases quanto pelo modo como se combinam coerentemente para transmitir um pensamento. O livro pode ser comprado, mas não as idéias de seu autor que, evidentemente, não se transmitem para o comprador com a simples posse do objeto.

Entretanto, o século seguinte vislumbra uma nova fase da mundialização do mundo na qual alguns eventos são decisivos para a compreensão do processo recente

⁸⁷ “Car c’est une œuvre d’art (opus, non opera alterius) que tous ceux qui en sont possesseurs peuvent, sans même indiquer le nom de l’auteur, vendre, par conséquent aussi copier et mettre dans le commerce en leurs propre nom, comme une chose qui leurs appartient. Mais l’écrit d’un autre est un discours d’une personne (opera), et celui qui l’édite ne peut parler au public qu’au nom de cet autre, et il ne peut dire de lui-même autre chose sinon que l’auteur tient au public le discours suivant par son intermédiaire (*imprensus bibliopolae* [às custas do editor]). Il est en effet contradictoire de tenir en son nom un discours qui, d’après son propre avertissement et conformément aux informations du public, doit être le discours d’un autre” (KANT, 1990 [1785], p. 48).

⁸⁸ Ano de decreto da Lei 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regula os direitos autorais.

da história da planetarização das técnicas. Uma vez que o meio técnico-científico expande-se mais aceleradamente, as relações, antes mais simples, entre técnica, Estado e território se tornam cada vez mais complexas, pois, como observa Gille (1993 [1948], p. 1340), os progressos da técnica transbordam para o plano internacional. Era preciso criar os marcos regulatórios mundiais apoiadores da expansão técnica em voga.

O comércio e a diplomacia impõem a necessidade de tratados e acordos de alinhamento entre países que, mais e mais, compartilhavam relações e objetos. A esfera dos debates, todavia, é restrita: poucos são os países com poder de decisão enquanto muitos são os que, por opção ou obrigação, tornam-se signatários. Para Gille (*ibidem*, p. 1342), politicamente, esses tratados podem parecer a certos países do terceiro mundo uma nova forma de colonialismo. Aliás, muitos deles apresentam relações explícitas do colonialismo puro, como o fato de que tratados assinados pela França já no século XX são, obrigatoriamente, acatados por suas colônias⁸⁹. A internacionalização dos tratados poder ser apreendida a partir do resgate de alguns eventos fundamentais para a compreensão da atual fase de globalização das leis de propriedade intelectual, industrial e patentes.

Em relação às obras literárias e artísticas, o primeiro tratado internacional (antes existiram tratados bilaterais ou envolvendo alguns grupos de países) foi a Convenção de Berna, de 1886⁹⁰, na qual os países contratantes conformam uma União. No entanto, o tempo da diplomacia era outro: a menor concordância regulatória entre distintos territórios fez da Convenção um texto com regras gerais comuns no qual muitas atribuições são cabidas a cada país signatário. As discussões foram iniciadas em Berna, em 1886, mas o primeiro texto final foi completado em 1896, em Paris. Novas modificações foram efetuadas em Berna no ano de 1914 e, posteriormente, ocorreram as revisões de Berlim (1908), Roma (1928), Bruxelas (1948), Estocolmo (1967) e Paris (1971), sendo a sua última modificação a de 1979.

⁸⁹ O *International and Colonial Copyright Bill* (Reino Unido, 1886) refere-se tanto à metrópole como às colônias, como o nome indica. O texto esclarece que tal lei aplica-se, em relação ao direito de reprodução, a um trabalho artístico ou literário produzido pela primeira vez em uma possessão britânica da mesma maneira que no Reino Unido.

⁹⁰ Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas, cujo texto original é: “Convention de Berne concernant la création d’une Union internationale pour la protection des oeuvres littéraires et artistiques”, de 09/09/1886. In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (editors). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em http://copy.law.cam.ac.uk/record/uk_1886c. Acesso em 11/04/2012.

O Brasil aprova a Convenção em 1922⁹¹ e sua ratificação se faz em 1933, ano em que entra em vigor. Um novo decreto, de 1975⁹², ratifica as modificações do texto que passa a prever a proteção em todos os países unionistas de uma obra publicada em qualquer um deles. Além disso, destaca-se, na sua revisão mais recente, o “princípio da ausência de formalidades”, isto é, o direito de proteção a uma obra é garantido, mesmo posteriormente, ao seu autor (Item 2, Artigo 5) em todos os países membros da União (permitindo proteções adicionais das legislações nacionais), ainda que ele não tenha sido requerido no seu país de origem. O ato criador é valorizado, mas a proteção formal evitaria plágios e usurpações. O direito é garantido ao autor, seus sucessores ou herdeiros, até 50 anos após sua morte, pertencendo, após, ao “domínio público”. Na legislação brasileira mais recente, atualizada pela Lei 9.610 de 1998, atribui-se 70 anos de proteção (contra os 60 anos assegurados no Código Civil de 1916). Na revisão de 1971 (Artigos II e III) deve ser destacada a liberdade outorgada, especialmente aos países em desenvolvimento, de autorizar traduções e a decorrente impressão de obras literárias ou artísticas para propósitos educacionais e universitários, sem finalidade lucrativa e restrita ao território nacional.

Concomitantemente, avançam os debates concernindo à proteção de patentes, que, no Brasil, tornam-se norma com a vinda da Família Real. A primeira regulamentação brasileira acerca da proteção do que se poderia definir como propriedade intelectual ligada à indústria é o Alvará de 28 de abril 1809, assinado por D. João VI, que, objetivando *“que se promova por este meio a extensão, e aumento da Industria Nacional”* atestava privilégio de 14 anos para inventores e introdutores de novas máquinas no país:

Sendo muito conveniente , que os Inventores , e Introdutores de alguma nova Maquina , e Invenção nas Artes gozem do privilégio exclusivo além do direito , que possam ter ao favor Pecuniário , que Sou Servido Estabelecer em benefício da Indústria , e das Artes ; Ordeno , que todas as pessoas , que estiverem neste caso ,

⁹¹ Decreto 4.541 de 6 de fevereiro de 1922.

⁹² Promulgada no território nacional, em sua totalidade, pelo Decreto nº 75.699, de 6 de maio de 1975, assinado pelo então presidente Ernesto Geisel. De acordo com o Artigo 2º: *“Os termos “obras literárias e artísticas” abrangem todas as produções do domínio literário, científico e artístico, qualquer que seja o modo ou a forma de expressão, tais como os livros, brochuras e outros escritos; as conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza; as obras dramáticas ou dramático-musicais; as obras coreográficas e as pantomimas; as composições musicais, com ou sem palavras; as obras cinematográficas e as expressas por processo análogo ao da cinematografia; as obras de desenho, de pintura, de arquitetura, de escultura, de gravura e de litografia; as obras fotográficas e as expressas por processo análogo ao da fotografia; as obras de arte aplicada; as ilustrações e os mapas geográficos; os projetos, esboços e obras plásticas relativos à geografia, à topografia, à arquitetura ou às ciências”*.

aprezentem o Plano do seu novo Invento à Real Junta do Commercio ; e que esta , reconhecendo a verdade , e fundamento d'elle , lhes conceda o privilegio exclusivo por quatorze annos , ficando obrigadas a publicallo depois , para que no fim desse prazo toda a Nação goze do fructo dessa Invenção (Alvará de 28 de abril de 1809).

Outra norma correlata consta da Constituição Política do Império do Brasil de 1824, Art. 179, XXVI, que determina: *“Os inventores terão a propriedade das suas descobertas, ou das suas producções. A Lei lhes assegurará um privilegio exclusivo temporario, ou lhes remunerará em resarcimento da perda, que hajam de soffrer pela vulgarisação”*.

Seis anos mais tarde, a Lei de 28 de agosto de 1830, assinada por D. Pedro I, outorga patentes às descobertas úteis validadas pelo depósito da documentação comprobatória da invenção e privilegia o inventor nacional, uma vez que as invenções que forem patenteadas em país estrangeiro perdem sua validade no Brasil. Diz o texto:

Art. 1º A Lei assegura ao descobridor, ou inventor de uma industria util a propriedade e o uso exclusivo da sua descoberta, ou invenção.

[...]

Art. 3º Ao introductor de uma industria estrangeira se dará um premio proporcionado à utilidade, e difficuldade de introdução.

Art. 4º O direito do descobridor, ou inventor, será firmado por uma patente, concedida gratuitamente, pagando só o sello, e o feitiço; e para conseguil-a :

1º Mostrará por escripto que a industria, a que se refere, é da sua propria invenção, ou descoberta.

2º Depositara no Archivo Publico uma exacta e fiel exposição dos meios e processos, de que se serviu, com planos, desenhos ou modelos, que os esclareça, e sem elles, se não puder illustrar exatamente a matéria.

Art. 5º As patentes se concederão segundo a qualidade da descoberta ou invenção, por espaço de cinco até vinte annos : maior prazo só poderá ser concedido por lei.

[...]

Art. 10. Toda a patente cessa, e é nenhuma :

[...]

3º Se o agraciado não puzer em pratica a invenção, ou descoberta, dentro de dous annos depois de concedida a patente.

4º Se o descobridor, ou inventor, obteve pela mesma descoberta, ou invenção, patente em paiz estrangeiro. Neste caso porém terá,

como introductor, direito ao premio estabelecido no art. 3º (Lei de 28 de agosto de 1830. In: Colleção das Leis do Imperio do Brazil - 1830).

Porém, a internacionalização do território já se impunha: segundo Barbosa (2012 [2002?], p. 14), foram concedidas, *ad referendum* ao Legislativo, patentes a estrangeiros como o caso daquela envolvendo “*uma máchina denominada phonographo*”, atribuída a Thomaz Edison, em 1878.

Levando adiante a discussão envolvendo a escala mundial, destaca-se, em primeiro de abril de 1879 a aprovação do texto da primeira Convenção Internacional sobre Patentes, base à Convenção Internacional de União pela Proteção da Propriedade Industrial, idealizadora da União para a Proteção da Propriedade Industrial, em 1883. Os Estados Unidos do Brasil constam entre seus primeiros signatários. Como destaca Gille (1993 [1948]), o texto resultante é estreito, pois discutido e ratificado por poucos países, especialmente pelo fato de que essa Convenção emerge num período em que a cópia e o plágio eram as bases das políticas industriais de muitos países centrais.

Ainda de acordo com o autor (*idem, ibidem*, p. 1341), a internacionalização da proteção de patentes enfrenta empecilhos, pois se trata de um privilégio concedido pelas nações, ou seja, é por princípio nacional e, conseqüentemente, muitas normas se confrontam. Esse é o motivo pelo qual proliferaram, nos anos seguintes, acordos regionais ou multilaterais, como a unificação de procedimentos de patenteamentos entre Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia, em 1950, e a tentativa, em 1953, de uma unificação européia harmonizando procedimentos e documentos administrativos. Em 1963, essa união conduz à Convenção sobre a Unificação de Certos Aspectos de Direito Substantivo sobre Patentes de Invenção da Comunidade Européia, um processo caro cuja adoção pelos países foi lenta⁹³.

Contudo, o tempo do mundo passa a impor-se sobre os tempos nacionais: a passagem para uma nova etapa mais abrangente do processo de mundialização fez com que novos países e agentes sociais participassem de um debate antes restrito a poucos Estados Nacionais. Orquestram-se novos esforços na criação de um direito internacional relativo à proteção da propriedade intelectual e industrial. Essa base normativa fez-se necessária para criar o ambiente jurídico que permitirá a expansão, em bases seguras, das empresas pelo mundo.

⁹³ “Les Journées de droit comparé de la Gesellschaft für Rechtsvergleichung” (1966, p. 151); Gille (1993 [1948], p. 1350).

No intervalo de alguns anos, observa-se a adesão do Brasil a uma série de tratados internacionais de expansão normatizada das modernizações, como a aceitação, pelo país, dos códigos internacionais de sinais marítimos, em 1868; a adesão, em 1877, à União Geral dos Correios, datada de 1874; a Convenção Telegráfica Internacional⁹⁴ de 1875; a Convenção Internacional do Metro, em 1875; a Convenção Internacional criando uma união para a proteção dos cabos submarinos, ratificada em 1884; a assinatura, em 1888, da Convenção para a troca de documentos oficiais e publicações científicas e literárias (datada de 1886) e a assinatura, em 1890, da Convenção relativa ao estabelecimento de uma União Internacional para a Publicação das Tarifas Aduaneiras⁹⁵. Num caso exemplar da hibridez entre matéria e ação, a técnica ganha aqui o *status* de agente das políticas: a regulação do território decorre dos avanços do meio técnico-científico.

Por seu turno, o Código Civil Brasileiro de 1916⁹⁶, disciplina das falsificações no país, manifesta-se no bojo de um poder nacional centralizado, possuindo seu rebatimento num território já delineado. Alteram-se, em consequência, tanto as definições de crimes quanto suas punições e as respectivas nomenclaturas. Substituindo as Ordenações Filipinas, o Código, em seu Livro II, Título II - “Da propriedade” Capítulo VI, trata da “Proteção à propriedade literária, científica e artística”.

Tem-se aqui, com maior clareza, o primeiro marco legal acerca da propriedade intelectual cujas heranças são, ainda hoje, presentes. Entre essas heranças está o direito exclusivo – e moral – do autor sobre a sua obra e a transmissão desse direito aos seus herdeiros e sucessores, por 70 anos. Embora a autoria fosse moral, o seu reconhecimento jurídico era assegurado a partir do depósito de dois exemplares da obra na Biblioteca Nacional, no Instituto Nacional de Música ou na Escola Nacional de Belas Artes. Não se considerava contrafação a citação de excertos de obras para fins críticos, científicos, jornalísticos e artísticos, e a cópia, feita à mão e para fins pessoais, de qualquer obra.

Os editores, por sua vez, gozavam dos mesmos direitos de reprodução cabidos aos autores. Fato destacável dessa lei era, portanto, a duplicidade da autorização à impressão: o editor poderia reproduzir os livros sobre os quais possuía os direitos de

⁹⁴ Rebatizada, em 1932, de União Internacional das Telecomunicações (UIT), adequando seu nome ao conjunto mais amplo de objetos de telecomunicação que enriquecem o meio geográfico. Em 1947 a UIT se transformou numa Agência Especial da ONU.

⁹⁵ Com base em Almeida (2004).

⁹⁶ Código Civil dos Estados e Municípios do Brasil, Lei 3.071 de 1/01/1916.

edição, mas, ao mesmo tempo, assegurava-se aos autores a publicação “em separado” (Art. 650, parágrafo único). Todavia, embora a autoria fosse garantida como um direito pessoal e inalienável, União e Estados eram autorizados a desapropriar, para o interesse público, qualquer obra cujo dono não a quisesse reeditar (Art. 660, revogado em 1998). Como destacou Marx (2008 [1869], pp. 33-34) em sua análise acerca da Constituição Republicana francesa de 1848, pode-se dizer desta lei brasileira que cada um de seus parágrafos encerra a sua própria antítese.

A revisão do Código Civil data de 2002 (Lei 10.406) e não contempla mais o tema da autoria, da reprodução e da contrafação que passaram a ser objeto de leis específicas, notadamente a Lei 9.279, de 1996 – Lei da Propriedade Intelectual (LPI) – e a Lei n. 9.610 de 1998 – Lei do Direito Autoral –, que serão trazidas ao debate logo adiante.

No contexto internacional, o escritório permanente criado em Genebra pela Convenção da Propriedade Industrial de 1883 – ao qual se agregou o Escritório de propriedade literária e artística – é o responsável pela preparação do Tratado Internacional em Matéria de Patentes adotado em Washington em 19 de junho de 1970. Neste mesmo ano, um episódio simboliza os eventos que se sucederão nas décadas seguintes: o escritório de Genebra foi integrado à Organização Mundial de Propriedade Industrial (OMPI ou WIPO, em inglês) que havia sido criado, pela ONU, em 1967. Afunilam-se as divergências, concentram-se as decisões.

Se, como ressalta Gaudin (2005 [1978], p. 206), a chance de autonomia dos “países novos” residiria nas suas capacidades de se contrapor ao endurecimento tecnológico promovido pelos países centrais, os processos aqui expostos mostram a direção pelo caminho oposto, pois aqueles passaram a ser, cada vez mais, inseridos nos conjuntos técnico-normativos dos países centrais do capitalismo. Como destaca Väyrynen (1978, p. 333), a dominação das grandes sociedades empresariais sobre o tema das patentes é cada vez notável, pois estas se tornam um meio de concorrência não apenas nacional, mas internacional.

Ainda persiste, entretanto, um grande entrave a uma unificação mais ampla das normas: a diferença entre os sistemas jurídicos de herança romano-germânica (direito continental) e anglo-saxã (*common law*)⁹⁷, elemento fundamental de debates e disputas para a criação de um conjunto comum de leis, já que as tradições jurídicas das leis nacionais derivadas de cada um desses modelos se sustentam em

⁹⁷Para uma discussão geográfica dos distintos sistemas jurídicos, veja-se Antas Jr. (2002), especialmente os Capítulos 2 e 3.

princípios nem sempre concordantes. Esse foi também um dos motivos da entrada tardia dos Estados Unidos, em 1989, na União dos países signatários da Convenção de Berna. Esse país baseia-se e defende o princípio do *copyright* (©), oposto ao princípio do direito do autor (*droit d'auteur*) predominante no texto da convenção.

Para os sistemas de origem anglo-saxã, os direitos morais do autor desvinculam-se do direito autoral, isto é, trata-se de proteger o direito à reprodução (*copyright* significa literalmente direito de copiar, reproduzir) vinculado ao objeto e cabido aos impressores e editores. Nesse sistema, o autor não necessariamente é o detentor do *copyright*, que pode pertencer a um terceiro. Para o direito continental, os direitos morais são também autorais e de reconhecimento internacional e, reitera-se, não dependem de formalidades, ou seja, “os direitos morais do autor são inalienáveis e irrenunciáveis⁹⁸”.

Defende-se que se trata, igualmente, de uma contenda geopolítica, uma vez que a expansão geográfica de tal ou qual sistema jurídico beneficia ou prejudica as políticas nacionais de certos Estados e das corporações a ele vinculadas. Esse aspecto se evidencia no fato de que o *Copyright Act* (1909) estadunidense protegia prioritariamente cidadãos desse país. Para os autores estrangeiros, a proteção era rara e estava vinculada a uma autorização não definitiva fornecida diretamente pelo Presidente da República⁹⁹. Esse aspecto da lei estadunidense foi fundamental para incentivar a reprodução de obras estrangeiras naquele país, contribuindo sobremaneira para a difusão de conhecimentos técnico-científicos em seu território e catapultar a sua modernização. Os livros e manuais técnicos são, nessa época, fontes valiosas de informação, como atesta Kimura (1973, p. 158) ao explicar que a siderurgia moderna japonesa deveu seu impulso inicial à tradução, realizada por um samurai, de um livro belga, em flamengo, o que permitiu a construção do primeiro alto forno com técnicas ocidentais no Japão, no ano de 1858.

Apenas com a Convenção de Washington de 1946 foi possível harmonizar as duas formas de direito, concedendo às obras e autores de outros países os mesmos direitos reservados aos cidadãos estadunidenses¹⁰⁰ enquanto a Convenção de Genebra (de 1952, revisada em Paris em 1971) representou a adoção do *copyright* pelos países signatários da Convenção de Berna. Doravante, as obras publicadas em qualquer país

⁹⁸ Art. 27 da Lei brasileira de Direitos Autorais (Lei 9.610, de 1998).

⁹⁹ Considerava-se igualmente a existência de acordos bilaterais, mas de maneira circunstancial, bem como obras originalmente publicadas em inglês por cidadãos não-estadunidenses. Consulte-se o Artigo 9º do *Copyright Act - an Act to amend and consolidate the acts respecting copyright* (1909).

¹⁰⁰ De acordo com *Copyright Act* (*op. cit.*); ASSIS (2011, p. 118 e seguintes) e FONSECA (2012, pp. 4-5).

signatário devem conter o símbolo © ao lado do nome do titular do direito autoral e do ano da primeira publicação, nas páginas iniciais¹⁰¹.

Com essa nova norma, efetiva-se a expansão territorial da idéia jurídica do *copyright* nos países de tradição românica. Simultaneamente, a proteção de obras estrangeiras nos Estados Unidos simplifica-se. Mais que isso, o rol de objetos expande-se: além das obras impressas, as obras musicais, dramáticas, cinematográficas, pinturas, gravuras e esculturas passam a ser protegidas¹⁰². Normatizam-se, dessa maneira, algumas das bases técnicas mundiais de resguardo daquilo que, anos depois, denominar-se-á “indústria do entretenimento” e seus “bens culturais”, hoje mercadorias globalizadas. Cada vez mais, territórios são visados como sinônimo de mercados e o público como sinônimo de consumidor.

Ora, não é mera casualidade que também date de 1946 as discussões que, em 1947, culminaram na criação da ISO (Organização Internacional para Padronização), cujo objetivo foi o de “*facilitar a coordenação e a unificação internacionais dos padrões industriais*”¹⁰³. Os padrões internacionais de produção e de organização, mesmo não tendo o estatuto de lei, impõem-se ao comércio mundial: para que tal mercadoria possa ser exportada ou importada é necessário que a empresa que a produziu possua os selos adequados. Para países como o Brasil, trata-se de uma verdadeira barreira à venda de mercadorias, haja vista que essas normas, criadas no centro decisório do capitalismo, são estranhas a muitos agentes e modos de produzir nacionais.

Embora hoje não sejam apenas as grandes corporações a adotá-las, prova do seu poder de penetração nos lugares, as normas da ISO são dedicadas às exigências dos agentes vinculados ao circuito superior da economia, que se vinculam mais às empresas multinacionais do que locais, regionais ou nacionais. O poder regulador da ISO é subjugador: até o ano de 2012, já haviam sido publicadas mais de 19.000 normas internacionais relativas à tecnologia e indústria¹⁰⁴. A ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), criada em 1940, é membro fundador e representante

¹⁰¹ Artigo III da *Convention universelle sur le droit d'auteur*. Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 48.458, de 04 de Julho de 1960.

¹⁰² Em 1961 foi assinada a “Convenção Internacional para proteção aos artistas intérpretes ou executantes, aos produtores de fonogramas e aos organismos de radiodifusão”, ou Convenção de Roma, complementar à Convenção de Berna. Estes direitos são denominados “direitos conexos”. A Convenção foi promulgada no Brasil em 1965 (Decreto nº 57.125 de 19/10/1965). Os Estados Unidos não a assinaram, embora outros países baseados na *common law*, como Reino Unido e Canadá, tenham-no feito.

¹⁰³ De acordo com o sítio oficial da Organização: <http://www.iso.org/iso/home.htm>. Acesso em 10/07/2012.

¹⁰⁴ *Idem, ibidem*.

oficial da ISO no território nacional. Como assinala Ellul (1977, p. 180), a unicidade técnica exige uma ordem técnica ao segundo grau: a multiplicação das instâncias técnicas destinadas a organizar a unicidade técnica.

A anteriormente mencionada criação da OMPI, em 1970, é um evento simbólico desse período nascedouro da globalização. Em 1974, a Organização tornou-se um Organismo Especializado da ONU¹⁰⁵. No ano de 1973, a Lei brasileira n. 5.988 moderniza o sistema de direitos autorais do país e, em 1975 (Decreto 75.541), o país adere à OMPI, entidade que conta com 184 Estados membros em 2012. A passagem da sede da Organização, antes locada na Suíça, para a ONU é contemporânea a uma nova fase da orquestração da difusão do meio técnico-científico-informacional como subsídio à nova etapa de internacionalização do modo de produção capitalista que terá, nos anos 1970, forte aceleração. Decanta-se a idéia de Propriedade Intelectual dividida em duas categorias: a Propriedade Industrial, na qual estão incluídas as inovações (e patentes), desenhos industriais, marcas, indicações geográficas; e o *copyright*, que contempla os direitos autorais, além de filmes, músicas, esculturas, arquitetura, pinturas e fotografia.

Nacionalmente, assim como no caso da participação brasileira em outros acordos internacionais, a adesão do Brasil à OMPI dá-se no contexto da ditadura militar, isto é, da presença de um Estado fortemente centralizador no qual as instâncias de debates políticos (institucionais ou não) estão cerceadas. O projeto territorial então em voga é aquele da modernização do país, especialmente pelo esforço de integração regional a partir da criação de redes e sistemas técnicos e de engenharia que assegurem a complementaridade entre Estado, território e economia. Integração interna e integração externa se complementam. Todavia, a Constituição democrática de 1988 reafirmou os princípios contidos nesses acordos¹⁰⁶.

Internacionalmente, é graças ao sistema de Proteção Intelectual que os países pobres se integram, como define Väyrynen (1978, p. 342), à rede internacional de informação técnica. Para Harvey (2006 [2001], p. 132), o modo de produção capitalista é tecnologicamente dinâmico e a mudança tecnológica e organizacional dá aos capitalistas individuais vantagens sobre seus rivais e ajuda a obter lucro no

¹⁰⁵ A missão institucional da OMPI é a de elaborar um sistema internacional de propriedade intelectual que recompense a criatividade, estimule a inovação e contribua para o desenvolvimento econômico preservando o interesse geral. Para tanto, ela gerencia diversas Convenções, aí incluídas as de Berna, Roma e Washington e mais 21 outras. De acordo com o site oficial da Instituição: <http://www.wipo.int/portal/index.html.fr>. Acesso em 15/02/2012.

¹⁰⁶ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Artigo 5º, incisos XXVII, XXVIII e XXIX, que tratam dos direitos autorais e de patentes de criações industriais, marcas e nomes de empresas.

mercado. Se esse momento é o do florescimento das empresas de fato multinacionais (SANTOS, 2000), a ciência tornou-se uma força produtiva direta e a pesquisa um dos pilares das grandes firmas monopólicas na disputa entre si e sobre os países menos desenvolvidos (SANTOS, 2004 [1975], p. 119) pois, como destaca Väyrynen (1978, p. 342), as patentes são um meio de monopolizar a informação e, graças a este monopólio, o “metapoder” (*métapouvoir*) das multinacionais, ou seja, o poder de determinar as relações entre metrópoles e periferias técnicas, encontra-se consideravelmente reforçado. Nesse mesmo sentido, Bognár (1968, p. 47) apresenta os esforços dos poderes colonizadores para assegurar o que ele define como “monopólios intelectuais” (*intellectual monopolies*).

A vinculação das questões relativas à resguarda da propriedade intelectual junto à ONU buscou, portanto, homogeneizar e expandir a abrangência e a relevância política de tratados antes bilaterais ou restritos a grupos de países. Entretanto, como destaca Assis (2011, p. 124), a OMPI não possui atribuições para conferir o cumprimento dos acordos pelos Estados, tampouco para aplicação de sanções em caso de descumprimento dos mesmos.

Esse ponto nevrálgico precisava ser revisto: em 1994, atrela-se definitivamente a propriedade intelectual ao mercado – de fato globalizado – com a adoção do acordo TRIPS (do inglês *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* ou Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio). Transfere-se para a OMC (Organização Mundial do Comércio) a tutela dos acordos sobre propriedade intelectual antes ligados à ONU, que se atrelam, desta feita, aos acordos comerciais.

Menos abrangente do que a Convenção de Berna no que diz respeito à proteção da autoria, o texto do TRIPS, fruto das discussões do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade* ou Acordo Geral de Tarifas e Comércio), é resultado da chamada Rodada Uruguai, que se estendeu de 1986 a 1994. Como está explícito em seu Artigo nono, o texto não abarca a proteção da *autoria* entendida como direito moral, valorizando, ao contrário, a função das *autoridades* na implementação do tratado. Em realidade, a única menção à idéia de “autor”, no texto, vincula-se a programas de computador e trabalhos cinematográficos (Artigo 11), baseando-se, contudo, na concepção dos detentores do direito, isto é, do *copyright*.

O sistema *common law* pôde, assim, expandir-se geograficamente e, com ele, a base legal do mercado global de troca de mercadorias. Geopoliticamente, nota-se a consolidação, sobre outros países, da política dos Estados Unidos, uma vez que o

TRIPS defende preferencialmente os objetos e as ações mais presentes, na divisão internacional do trabalho, nesse país. Em 1909, com o *Copyright Act*, os Estados Unidos se autorizaram reproduzir, sem pagamento ou consentimento, o que existia em outros países. Em 1994, com o TRIPS, esse país, um dos protagonistas da difusão da moderna base técnica do mundo, protege-se dos usos não autorizados de suas técnicas e conhecimentos.

Nesse sentido, observa-se, como assinala Assis (2001, p. 128), um esvaziamento político da OMPI em face da OMC/TRIPS, já que naquela cada país é detentor de um voto enquanto nesta os países centrais do capitalismo possuem maior controle sobre as decisões perante os demais – a maioria – pobres. A provocação de Gille (1993 [1978]) auxilia a compreender este mundo novo, pois, para esse autor,

conquista de ontem, a norma nacional *pura* já é minoritária na maioria dos países [...]. Toda a arte de normatizar é, hoje, conferir a cada norma o suficiente de nacional, para que ela crie Raízes no país, o suficiente de internacional, para que ela o abra às trocas internacionais (GILLE, 1993 [1978], p. 1352. Tradução do autor)¹⁰⁷.

Antas Jr. (2005) também traduz essas mudanças. Para o autor,

Do mesmo modo que o estabelecimento de fronteiras nacionais acabou determinando o fim de uma forma de direito que começara a se constituir a partir do século XI, devido à urbanização e às relações comerciais entre mercadores de cidades diferentes, a flexibilização das fronteiras para o comércio e para o fluxo de capitais no período atual deu impulso à retomada de uma forma de direito na qual não há participação, pelo menos direta, do Estado (ANTAS JR., 2005, p. 158)¹⁰⁸.

¹⁰⁷ “*conquête d’hier, la norme nationale pure n’est déjà plus que minoritaire dans la plupart des pays [...]. Tout l’art de normaliser est aujourd’hui de conferir à chaque norme assez de national, pour qu’elle prenne Racine dans le pays, assez d’international pour qu’elle l’ouvre aux échanges extérieurs*” (GILLE, 1993 [1978], p. 1352).

¹⁰⁸ A expansão do meio técnico-científico-informacional enseja novas relações entre os países. A soberania segue definindo-se pelo território, mas seu conteúdo se resignifica. Isto pode ser observado em dois tratados internacionais emblemáticos assinados pelo Brasil. No primeiro, a Convenção de Aviação Civil Internacional de 1944 (promulgada nacionalmente em 1946), a idéia de soberania nacional, redefine-se a partir da aparição, na escala do mundo, de novas técnicas. Assim, ao mesmo tempo, internacionaliza padrões e condutas e reforça a idéia de soberania. Como discutem Rodrigues (1947) e Couto e Silva (1981 [1967]), espaço aéreo e marítimo são “condições vitais” do Estado. Os dois primeiros artigos da convenção esclarecem que:

ARTIGO 1º - Soberania: Os Estados contratantes reconhecem ter cada Estado a soberania exclusiva e absoluta sobre o espaço aéreo de seu território.
ARTIGO 2º - Territórios: Para os fins da presente Convenção, considera-se como território de um Estado a extensão terrestre e as águas territoriais adjacentes, sob a soberania, jurisdição, proteção ou mandato do citado Estado (Convenção de Aviação Civil Internacional, 1944).

Essas considerações se enriquecem com a análise de outro fator do TRIPS: a adoção do método de Solução de Controvérsias. Em casos de desentendimentos comerciais entre países, criam-se painéis especiais com autonomia, direito de mediação e arbitragem e nos quais os sistemas judiciários nacionais são inoperantes. Ainda segundo Antas Jr. (*ibidem*, pp. 159 e seguintes), no sistema de arbitragens, diferentemente do sistema de julgamentos, os profissionais envolvidos não possuem, necessariamente, formação em direito e não há uma perda ou ganho total de causa. O autor sugere, portanto, que se revigora a *Lex mercatoria*: antigo conjunto de leis baseado em usos e costumes independente de um sistema jurídico-estatal centralizador.

Verdadeiro tribunal de grandes causas nacionais e internacionais, a arbitragem permite que as empresas decidam entre si as disputas pelo uso do território e, como explicita Antas Jr. (*idem, ibidem*), a prática tornou-se comum no Brasil, tendo sido oficializada pelo Estado em 1996 (Lei 9.307 - Lei da Arbitragem) e uma das suas expressões mais visíveis é a forma como foram organizadas as Agências de Regulação criadas nas privatizações dos anos 1990.

A opção pela arbitragem é um avanço da racionalidade dos agentes da globalização sobre as divergências de normas e as autonomias político-jurídicas dos países. Os usos corporativos do território tornam o sistema jurídico nacional um entrave e um problema. A autonomia dos países em modificar as normas para adequá-las aos seus projetos nacionais é inconciliável com a existência de rígidos acordos internacionais de cunho corporativo. Naquilo que concerne mais especialmente à denominada luta anti-pirataria, os agentes corporativos argumentam que um dos principais empecilhos à sua maior eficácia é o fato de que a contrafação é uma prática global enquanto a sua repressão é, principalmente, nacional ou local¹⁰⁹, ou seja, é baseada nas ações estatais e não se afina com a racionalidade corporativa das arbitragens.

O Tratado sobre Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e uso do Espaço Cósmico, inclusive a Lua e demais Corpos Celestes, de 1967, declara, em seu Artigo 2º, que a Lua e demais corpos celestes não podem ser objeto de apropriação nacional por proclamação de soberania. Ora, a soberania se daria, neste caso, pelo uso e pela presença e não pela lei, afinal, quais os países tecnicamente soberanos que poderiam empreender viagens à Lua?

¹⁰⁹ Essa opinião se destaca nas entrevistas realizadas com o Conselheiro do *Comité National Anti Contrefaçon* (CNAC) da França, Sr. Jean-Baptiste Barbier, e com o Presidente da ContrAtak, empresa francesa especializada em consultorias a empresas vítimas de pirataria, Sr. Philippe Van Eeckhout. Entrevistas realizadas em 21 e 28 de junho de 2012, respectivamente.

Enfim, teria-se passado, no tempo presente, de acordo com Milton Santos (1997a), de uma política dos Estados para uma política das empresas. Isso significa que ações aparentemente definidas como políticas públicas são, na essência, políticas menores destinadas a atender tais ou quais demandas de agentes corporativos e suas políticas privatistas.

A compreensão deste movimento do mundo esclarece a idéia vulgar de *crise*, uma vez que escancara a totalidade dos agentes envolvidos em suas situações. Como se pretende mostrar, a política ou, melhor dizendo, a geopolítica entre os países é fortemente conduzida pelas corporações, tendo a propriedade intelectual e sua defesa como elemento central de eventos e situações contemporâneas. Assim, um agente hegemônico central destaca-se: os Estados Unidos.

Desde 1974 (quatro anos após a instalação da OMPI, portanto), com a criação do USTR (Escritório de Representação Comercial dos Estados Unidos ou *Office of the United States Trade Representative*¹¹⁰), os Estados Unidos têm aplicado sanções específicas aos países que não cumprem com a proteção à Propriedade Intelectual das empresas estadunidenses. Em 1988, com a promulgação da Lei *Omnibus Trade and Competitiveness Act*¹¹¹, passam a ser produzidos, anualmente, relatórios sobre os países com os quais os Estados Unidos mantêm relações comerciais mais intensas. Além disso, no caso de *superavit* de algum deles, o Secretário do Tesouro estadunidense deve investigar a conduta desse país e abrir negociações para reverter a situação desfavorável aos Estados Unidos na balança comercial. Os relatórios não são, oficialmente, reconhecidos pelas Uniões, Convenções e Tratados Internacionais, embora sejam elementos centrais da política comercial e da diplomacia estadunidenses. A proteção à Propriedade Intelectual é o objeto principal desses relatórios, denominados *Special 301 Report*, que classificam os países em três listas:

- *Priority Watch List* (Lista de Observação Prioritária): países com proteção insuficiente à Propriedade Intelectual ou que não desenvolvem esforços para impedir a sua violação.
- *Watch List* (Lista de Observação): países que, mesmo violando a Propriedade Intelectual estadunidense, esforçam-se para o cumprimento dos acordos.

¹¹⁰ O plano estratégico do Escritório está detalhado em *USTR Strategic Plan FY 2007-2012* (USPTO, 2008b). Deve-se destacar igualmente a função técnica e política do Escritório de Marcas e Patentes, *The United States Patent and Trademark Office*, uma Agência do Departamento de Comércio dos Estados Unidos.

¹¹¹ Disponível em: <http://www.treasury.gov/resource-center/international/exchange-rate-policies/Documents/authorizing-statute.pdf>. Acesso em 02/03/2010.

- **Monitoring** (Monitoramento): países cujas violações são consideradas mais graves, exigindo averiguações específicas.

Adota-se, ainda, a classificação *Priority Foreign Countries*, a mais grave, permitindo investigações especiais e medidas repressivas. O Brasil foi sancionado pelos Estados Unidos no ano de 1988 (investigação aberta em 1987) graças a uma ação promovida pelo USTR contra o sistema brasileiro de patentes de drogas, resultando no valor de USD 39 milhões em tarifas impostas ao país¹¹². No ano de 1993 o país é novamente classificado nessa categoria, tema que será retomado adiante.

A classificação do Brasil, entre 1989 e 2012, pode ser observada no QUADRO 02 (o ANEXO 01 apresenta a classificação dos países de 2008 a 2012):

QUADRO 02: BRASIL - Classificação do país no *Special 301 Report* (1989 - 2012)

Ano	Classificação do Brasil	Ano	Classificação do Brasil
1989	<i>Priority Watch List</i>	2001	<i>Watch List</i>
1990	<i>Priority Watch List</i>	2002	<i>Priority Watch List</i>
1991	<i>Priority Watch List</i>	2003	<i>Priority Watch List</i>
1992	<i>Priority Watch List</i>	2004	<i>Priority Watch List</i>
1993	<i>Priority Foreign Countries</i>	2005	<i>Priority Watch List</i>
1994	Excluído da lista	2006	<i>Priority Watch List</i>
1995	<i>Priority Watch List</i>	2007	<i>Watch List</i>
1996	<i>Watch List</i>	2008	<i>Watch List</i>
1997	<i>Watch List</i>	2009	<i>Watch List</i>
1998	Excluído da lista	2010	<i>Watch List</i>
1999	<i>Watch List</i>	2011	<i>Watch List</i>
2000	<i>Watch List</i>	2012	<i>Watch List</i>

Fonte: *Special 301 Report* (todas as edições, de 1989 a 2012). Organização do autor.

¹¹² USTR (2007). Para uma análise da importância e aplicação do *Priority Foreign Countries* vide Dimitrov (2009, p. 54 e seguintes).

O Brasil, de 1989 a 2012, apresenta classificação variável, sendo ora rebaixado ora promovido pela mudança de sua categoria. Desde 2007 o país está classificado na *Watch List*. Em 1993 é citado como *Priority Foreign Countries* e nos anos de 1994 e 1998 o país é excluído dos relatórios. Estes anos coincidem com eventos importantes da alteração das bases normativas do território nacional: em 1994 é aprovado o acordo TRIPS e a nova Lei de Patentes, enquanto em 1998 o país aprova a nova Lei do Direito Autoral (Lei n. 9.610 de 1998).

O relatório de 2012¹¹³, em sua página 41, elogia o CNCP (Conselho Nacional de Combate à Pirataria) como órgão de coordenação nacional cuja ação teria possibilitado a apreensão, em todo o país, de milhões de itens contrafeitos. Ressalta, entretanto, que os Estados Unidos procurarão trabalhar junto ao país para reforçar os regimes legais e a aplicação severa da legislação de luta contra a pirataria virtual (*idem, ibidem*, p. 17).

O Relatório Especial 301 vincula-se ao Sistema Geral de Preferências (SGP ou GSP na sigla em inglês), programa que exige renovação periódica, desenvolvido para “*promover o crescimento econômico dos países em desenvolvimento*” (aproximadamente 130 países classificam-se nesta categoria) através de tarifas preferenciais de importação a cerca de 5000 produtos. O SGP é, portanto, uma exceção aos Artigos do GATT que determinam a igualdade comercial entre os países e iniciou-se nos Estados Unidos em 1976 com o *Trade Act* de 1974. A partir de 1984¹¹⁴, a renovação do benefício tarifário passou a ser subordinada à proteção, nos países participantes, da Propriedade Intelectual estadunidense¹¹⁵.

Defende-se neste trabalho que os Relatórios Especiais se transmutaram num instrumento emblemático para a compreensão da combinação contemporânea entre políticas de Estado e políticas corporativas, moldando uma nova geopolítica assentada nas patentes e nos direitos autorais. As implicações dessa geopolítica no território nacional e nas relações entre Brasil e Estados Unidos serão analisadas, nos capítulos seguintes, a partir de três situações geográficas: aquela mais relacionada à

¹¹³ 2012 *Special 301 Report* (USTR, 2012a).

¹¹⁴ Este é um dos principais motivos pelos quais cria-se neste ano, nos Estados Unidos, a *International Intellectual Property Alliance* (IIPA), que produz relatórios anuais para o USTR. Nesses relatórios os países são analisados em relação às suas políticas e esforços de proteção à propriedade intelectual, incluindo a recomendação de ações corretivas.

¹¹⁵ Além dos Estados Unidos, outros 26 países denominados “industrializados” mantêm programas pelo SGP. As informações e dados baseiam-se em: USTR (2012b); GPOPAI (2010, pp. 5-6); *The Office of the United States Trade Representative*, sítio oficial: <http://www.ustr.gov/trade-topics/trade-development/preference-programs/generalized-system-preference-gsp>. e *GSP by the Numbers*, disponível em <http://www.ustr.gov/sites/default/files/GSP%20by%20the%20numbers.pdf>. Acessos em 08/03/2012; Receita Federal do Brasil, sítio oficial: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aduana/SGPEstUnidos/Introducao.htm>. Acesso em 29/06/2010.

publicação e pirataria de livros, num primeiro momento, seguida de uma análise da política de medicamentos e suas patentes e, finalmente, a situação geográfica relativa às disputas entre Brasil e Estados Unidos, no seio da OMC, contra os subsídios deste último à política algodoeira.

Capítulo 9

Autores, editores, livros e leitores. A lei e o direito autoral, o território e o direito à informação

Em 1939, José Ortega y Gasset, no prefácio do seu livro *Meditação da técnica* (1963 [1939]), protesta contra os pirateiros de seus textos. O autor tratava especificamente das anotações de um de seus cursos ministrados em Buenos Aires e publicadas dominicalmente no jornal *La Nación*, que haviam sido reproduzidas sem sua autorização. Não deveriam, por sua imaturidade, segundo suas próprias palavras, tais anotações serem publicadas em volume. No entanto, diz o filósofo:

Mas, vejo que os editores fraudulentos do Chile recortavam de *La Nación* estas informais prosas minhas e formavam com elas volumes. Em vista do que decidi fazer concorrência a êsses piratas do Pacífico e cometer a fraude de publicar eu êstes livros seus, que são meus (Buenos Aires, 27 de outubro de 1939).

Se o protesto do autor é legítimo, considerando o seu direito e, conseqüentemente, a sua liberdade de publicar ou não as suas idéias, as mudanças do mundo impõem, a cada nova geração, um novo conjunto moral acompanhado de um novo conjunto técnico. O meio e o período técnico-científico modificaram a idéia de autoria, não apenas no que tange à sua apropriação ou plágio, mas também naquilo que concerne à visibilidade das idéias de qualquer um. É próprio do meio geográfico que se estabelecia que as informações fossem difundidas.

A lembrança é válida: o começo do século XX teve, entre as suas representações estéticas, aquela que foi denominada Dadaísmo. Esse período, da expansão do meio técnico-científico, da constituição da civilização tecnicista, rodeia o homem de um número de objetos que aumenta dia a dia. A crítica à institucionalização da arte e à autoria teve, na utilização de objetos do cotidiano fazendo-se de objetos de arte (*ready-made*), um elemento fundamental particularmente simbolizado pelo mictório (*Fontaine*, 1917) de Marcel Duchamp¹¹⁶.

¹¹⁶ Como informa o Centre Pompidou, museu que acolheu e institucionalizou a obra, o original perdeu-se e a peça que está exposta é uma réplica, de 1964, do mictório original. Como o objeto não era mais fabricado, o mictório teve de ser feito sob encomenda. Trata-se, portanto, de uma cópia.

Em 2010, o escritor peruano Daniel Alarcón informava que em seu país ser pirateado é o critério mais eficiente que um autor pode ter para saber o sucesso editorial de seus livros. O autor descreve o funcionamento do imenso mercado de *libros de bajada* que funciona em Lima, além de pequenos comércios espalhados pela cidade e seu entorno e dos vendedores ambulantes de livros reproduzidos sem consentimento. O escritor narra sua alegria quando, finalmente, encontra seu livro sendo vendido por um ambulante num dos grandes congestionamentos da cidade. Ele o compra, mesmo notando sua qualidade gráfica inferior, que o desagrada. Ao menos, conclui, seu nome e sua foto foram preservados. Sua autoria lá está, respeitada, o que, segundo suas palavras, nem sempre é a regra. Essa narrativa nos remete à provocativa expressão do artista inglês Banksy (2005): *copyright* é para perdedores (*copyright is for losers*).

São numerosos os autores que questionam a sobrevalorização do poder dos proprietários de *copyrights*, que teria reorientado a produção intelectual e artística a partir de princípios mercadológicos. Uma das críticas mais enfáticas a essa autonomia da propriedade sobre o conteúdo foi feita, sintomaticamente, nos Estados Unidos. Na coda a seu romance *Fahrenheit 451* (1953), Ray Bradbury critica os editores, proprietários dos direitos de publicação, por esfoliarem, desmontarem, encurtarem e destruírem romances, peças teatrais, poesias e prosas. Os motivos para tais práticas eram diversos: palavras e construções gramaticais consideradas excessivamente complexas, minorias que se sentem discriminadas ou o desejo de simplificar textos para aumentar suas vendas.

Internacionalmente, outros países pobres comungam a prática da fotocópia: a situação peruana parece existir também na Índia, onde um relatório do governo, valorizando seus esforços em adequar-se aos acordos da Rodada Uruguai do GATT e ao TRIPS, demoniza o comércio popular de livros (entre outras mercadorias) a baixos custos, muitos dos quais traduzidos ilegalmente de outras línguas e reproduzidos em pequenas gráficas¹¹⁷. A persistência de dois circuitos da economia urbana faz-se notar e a pirataria que denominamos adaptativa encontra seus lugares de abrigo vinculando-se às necessidades da vida cotidiana.

No Brasil, não foram encontrados relatos sistemáticos de tais práticas em nossas pesquisas de campo. O mercado “profissional” de produtos piratas concentra-se em outros itens, do vestiário às peças de carro, de alimentos a perfumes. Por outro lado, a reprodução ilegal de livros é abundante no país, criando cópias

¹¹⁷ De acordo com relatório de autoria do Governo da Índia (INDIA, 1999).

integrais ou parciais de obras cuja presença acompanha a especialização dos lugares. Os *campi* universitários, as proximidades de colégios e centros de ensino e formação são pontos de apoio à reprodução não autorizada, considerando-se a importância capital que é ter acesso ao conteúdo de um livro no percurso da formação técnico-científica exigida pela própria modernização do meio geográfico. Se não há, no Brasil, obras literárias piratas prontas à venda¹¹⁸, é possível encomendar reproduções em copiadoras a partir de um original: um eficiente sistema *just-in-time* e *just-in-place* que elimina os desnecessários estoques e permite ao comerciante precaver-se das flutuações das encomendas de suas mercadorias e da fiscalização policial. Poderia-se mesmo dizer que, dadas as condições do ensino superior nacional, adiante expostas, essas práticas são um elemento central da sua própria estrutura e funcionamento. O circuito inferior da economia urbana satisfaz essa demanda de consumo que, diga-se de passagem, cresce junto à expansão do ensino universitário público e privado posto em prática nos últimos anos.

Mesmo estando entre os lugares centrais de produção do conhecimento no território nacional, as universidades, especialmente as públicas, têm sido, nos últimos anos, cerceadas nessa sua função social pela autonomia crescente das empresas editoriais e sua capacidade de fazer política a partir dos seus interesses privatistas. Mais grave é a constatação de que a produção de livros técnicos e científicos nacionais é fruto do acúmulo histórico de pesquisas financiadas por dinheiro público, isto é, as editoras raramente são as financiadoras das pesquisas cujos resultados se transformam em livros. Dedicam-se, ao contrário, às funções mercadológicas de impressão-reprodução, distribuição e comercialização das obras.

A questão é, portanto, pertinente: se historicamente a figura do pirata sempre foi associada àquele que se apropria de algo de outrem, não seria hoje necessário discutir, igualmente, a apropriação desse conhecimento público pelas editoras como uma forma de usurpação visando lucros? Entretanto, a psicosfera da pirataria é doutrinação pelas próprias empresas e pelos governos, conduzindo a discussões parciais da situação brasileira.

Ademais, como esclarecem Earp & Kornis (2005, pp. 86-87) e Craveiro, Machado & Ortellado (2008, pp. 19-22), os subsídios públicos para a indústria de livros compreendem a isenção de impostos desde a década de 1960. Desde 2004 acrescentou-se a não incidência de impostos nas contribuições PIS/PASEP (Programa

¹¹⁸ Nota-se, portanto, uma diferença nas formas de produção, distribuição e consumo de filmes e álbuns piratas e obras literárias.

de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, respectivamente) e COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), além da redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Produtos). Assim, de acordo com a estimativa dos autores (CRAVEIRO, MACHADO & ORTELLADO, 2008), os subsídios às editoras correspondem a aproximadamente 34% do seu faturamento. Em 2006, o valor total desses subsídios foi de R\$ 978 milhões. Essas políticas, pautadas no princípio do interesse público de difusão de conhecimento, tornaram-se um dado da contabilidade das corporações envolvidas, explicitando o apoio estatal ao circuito superior da economia urbana.

Além disso, o Governo Federal é o principal comprador de livros no Brasil, respondendo por cerca de 50% do total comercializado, especialmente por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) destinado ao Ensino Fundamental, Médio e Ensino de Jovens e Adultos. Para o ano de 2012, o orçamento comprometido com o Programa é de R\$ 1,327 bilhão para a compra de 162.392.410 livros, atendendo 37.422.460 alunos em 192.724 escolas em todo o país. As encomendas realizadas a cada editora beneficiada pelo PNLD são feitas em milhares e milhões de exemplares, como pode ser observado no ANEXO 02.

A pesquisa sobre a produção, consumo e uso de livros técnicos e científicos no Brasil, coordenada por Craveiro, Machado & Ortellado (2008), esclarece a disputa entre editoras e leitores em voga no país e a função social da pirataria na difusão de conhecimentos. A metodologia adotada pelos autores (*idem, ibidem*, pp. 23-25) selecionou seis cursos universitários entre instituições públicas e privadas “de excelência” ou de “sucesso comercial” (Biologia, Física, História, Medicina, Direito e Engenharia Civil), criando, a partir das ementas dos cursos, um banco de dados com 1910 títulos.

Os autores informam que entre 26% e 31% dos livros recomendados estavam esgotados, fato por si só grave. Além disso, os cursos classificados como de “excelência acadêmica”, um percentual de 86% dos livros cujos autores atuam no Brasil procedem de investimento público direto em ensino e pesquisa, isto é, os autores trabalham em instituições públicas em regime de trabalho classificado como de dedicação integral ou exclusiva (docentes ou pesquisadores). Quando considerados os livros resultantes de teses e dissertações, o financiamento público evidencia-se mais uma vez, já que apenas 10% do investimento num livro resultante de tese de

doutorado é privado, sendo esse percentual de 18% no caso de uma dissertação que se faça publicada (*idem, ibidem*, p. 33).

O financiamento das pesquisas, que tomam anos de trabalho, bem como os custos gerais de manutenção do sistema universitário são, em sua totalidade, públicos. Essa situação é extremamente vantajosa para os editores, mesmo se considerarmos os ‘riscos’ da cadeia produtiva do livro, que envolvem agentes e elementos autorais, editoriais, gráficos, produção de papel e de máquinas gráficas, distribuição, atacadistas, livreiros e bibliotecários, como destaca Earp & Kornis (2005, p. 18 e seguintes).

Se, por um lado, a renda dos estudantes é impedimento à compra dos livros sugeridos nas ementas dos cursos universitários (CRAVEIRO, MACHADO & ORTELLADO, 2008, p. 35), as editoras, por outro lado, insistem em manter suas políticas de preços elevados em relação à economia concreta do território. Como são, na maioria das vezes, os detentores dos direitos autorais, as empresas podem gozar de tal liberdade¹¹⁹. Nas palavras de Earp & Kornis (2005, p. 25), estamos diante de práticas de concorrência monopolística.

A pirataria de livros, tanto na sua forma mais tradicional que é a cópia parcial ou total de exemplares (seja doméstica seja em copiadoras) quanto na sua versão informacional, os *downloads* de edições digitalizadas e tornadas públicas, é forma essencial de acesso aos conteúdos utilizados pelos agentes diretamente envolvidos no sistema universitário: a instituição ela mesma, os professores e os alunos. As primeiras autorizam a existência de copiadoras dentro de seus *campi* e fornecem, através de suas bibliotecas, as matrizes para reprodução; os segundos também cumprem a função de fornecer os originais à cópia para que, finalmente, os alunos possam, então, obter os conteúdos necessários à sua formação. Cria-se, assim, um conjunto lugarizado de solidariedades orgânicas que tornam o acesso ao conhecimento um direito humano menos difícil.

É válido remarcar que em seu Artigo 46 do Capítulo IV - *Das Limitações aos Direitos Autorais*, a Lei 9.610 (1998) proíbe toda reprodução de obras literárias ou científicas que contemple lucro. Uma vez mais, norma e organização do território se desencontram, pois, para garantir o direito do autor ou do reproduzidor as condições concretas do território são excluídas. A única exceção permitida pela lei é o seu Item c, II, que autoriza “a reprodução, em um só exemplar, de pequenos trechos, para

¹¹⁹ Conforme entrevista concedida pela Sra. Anna Lúcia Gomes, Secretária Executiva Adjunta do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP - vinculado ao Ministério da Justiça), em 3 de setembro de 2009. Exceção deve ser feita às compras estatais de livros didáticos.

uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro". Tal ação, mesmo tendo sido facilitada pela banalização de *scanners* domésticos é, entretanto, seletiva em relação ao conjunto de alunos universitários, particularmente aqueles que, nos últimos anos, compõem a nova fase de expansão do ensino superior privado no Brasil. A opção assumida por alguns países que adotam normas próximas às brasileiras é oferecer máquinas copiadoras em livre-serviço, isto é, operadas pelo próprio usuário nas bibliotecas. Nesse caso, como não há uma empresa envolvida, não há lucro e o copista é o responsável pelas cópias que realiza. Essa prática, todavia, é raríssima no Brasil, pois aqui, dadas as particularidades da divisão territorial do trabalho, as copiadoras assumiram tal atividade.

A principal entidade representativa dos interesses das editoras, a ABDR (Associação Brasileira de Direitos Reprográficos), é um dos entes que participa do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, na cota às empresas interessadas na proteção aos direitos de propriedade intelectual. As ações do Conselho se concentram particularmente em campanhas educativas e apoio organizacional em parcerias com estados e municípios e associações empresárias. Os interesses representados pela ABDR são, entretanto, mais pragmáticos e a Associação adota outra estratégia¹²⁰: com apoio judicial e policial, passou a desenvolver ações como a notificação de copiadoras, apreensão de pastas de professores contendo cópia de textos, processando-os e efetuando prisões¹²¹. Nos processos contra as copiadoras, professores universitários cujas pastas foram apreendidas são citados nos inquéritos policiais como possíveis criminosos por fornecer textos cujos direitos de reprodução eram legalmente protegidos¹²².

Na onda de medo promovida pela ABDR e sua escolta jurídico-policial, muitos estabelecimentos pretadores deste serviço passaram a adotar, mesmo que provisoriamente, normas mais rígidas para a reprodução de livros¹²³. Mesmo o Comut

¹²⁰ *Idem*.

¹²¹ Como a proprietária de uma copiadora em Casa Amarela (Recife), presa em 2009 por possuir 400 cópias de livros em seu comércio, nas proximidades da Universidade Católica do município. Seu marido já havia sido preso pelo mesmo crime, em 2006 (Fonte: <http://www.abdr.org.br/site/textoview.asp?id=31>. Acesso em 16/09/2012).

¹²² De acordo com entrevistas realizadas com dois professores universitários citados em processos deste tipo. Ambos lecionavam, em 2009, num Centro Universitário na Região Metropolitana de São Paulo quando tais fatos ocorreram. É necessário dizer que ambos tiveram apoio acadêmico e jurídico da instituição universitária.

¹²³ A experiência narrada por um doutorando em lingüística da USP é esclarecedora, pois escancara a irracionalidade da presença desta racionalidade, qual seja, a aplicação *ipsis litteris* da lei apoiada na expansão do medo: em março de 2009 o aluno desejava realizar uma cópia de um artigo seu publicado em um livro coletivo, mas o funcionário da copiadora recusou-se a fazê-lo sob a justificativa de que ele era o autor do texto, mas não o detentor dos direitos autorais sobre a obra. Igualmente criticando o

(Programa de Comutação Bibliográfica criado em 1980 pelo Ministério da Educação) sofreu reclamação de ilegal pela ABDR. Ora, a atribuição do Programa é, entre outras, a de prover o acesso a obras que não existam em alguma instituição universitária a partir do empréstimo ou cópia fornecida por aquelas que a possuem, não havendo, portanto, finalidade lucrativa.

Nesse ínterim, grandes universidades brasileiras como a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e USP (Universidade de São Paulo) manifestaram-se contra as ações empreendidas pela ABDR. A Resolução Nº 5.213 de 02 de junho de 2005 da Universidade de São Paulo (ANEXO 03) regulamentou as cópias reprográficas de livros, revistas científicas e periódicos na Universidade, autorizando a reprodução, sem fins lucrativos, de trechos de obras, como capítulos de livros e artigos de revistas ou periódicos, para uso individual. Além disso, autorizou-se a reprodução integral de obras esgotadas e/ou publicadas no exterior pertencentes ao acervo da Universidade e indisponíveis no mercado nacional e o fornecimento, pelos docentes, do material destinado às disciplinas. A Instituição comprova, assim, que no Brasil a pirataria não é uma imoralidade ou uma ilegalidade, mas uma necessidade.

A Unicamp também edita, em 25 de junho de 2010, uma Resolução de conteúdo similar, institucionalizando a prática da pirataria:

Visando garantir as atividades-fins da Universidade, será permitida a extração de cópias de pequenos trechos, como capítulos de livros e artigos de periódicos ou revistas científicas, mediante solicitação individualizada, sem finalidade de lucro, para uso próprio do solicitante (Resolução GR-29, de 25 de junho de 2010).

Outra decisão com o mesmo objetivo foi tomada pela UFRJ, após a apreensão, pela Polícia Civil e agentes da Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Propriedade Imaterial (DRCPIM), no dia 13 de setembro de 2010, de duzentas pastas com textos que estavam depositados na copiadora da Escola de Serviço Social da Universidade. A Resolução foi aprovada na reunião do Conselho Universitário de 23 de setembro de 2010 e se fundamentou na autonomia didático-científica e administrativa assegurada pela Constituição Nacional¹²⁴ e na sua função social de garantidora do direito de acesso à informação a alunos, docentes e pesquisadores.

poder dos *copyrighters*, Dowbor (2011) descreve sua indignação ao descobrir que deveria “pagar pedágio” de USD 25 para ler seu próprio artigo publicado na *Latin American Perspectives* em 2011.

¹²⁴ “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Art. 207 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988).

Ademais, a Resolução proíbe a presença policial nos espaços universitários sem mandatos para tanto¹²⁵. O uso do território, ou seja, a vida pautada nas necessidades e nas limitações que os lugares oferecem se sobrepôs à lei de direitos autorais.

A questão central trazida por essa sucessão de eventos não se resume, entretanto, apenas aos debates sobre a seletividade da informação no território brasileiro e a possível violação da autonomia universitária. Os Relatórios Especiais 301 permitem compreender a relação de tais eventos com elementos da política de propriedade intelectual defendida pelos Estados Unidos.

No relatório anual de 2007 da IIPA (*International Intellectual Property Alliance*), subsídio para o *Special 301 Report* do mesmo ano (no qual o Brasil é reposicionado da Lista de Observação Prioritária para a Lista de Observação), há referências específicas à Resolução Nº 5.213, de 2005, aprovada pela USP, como um dos eventos mais perturbadores no país, naquele ano. Diz o texto:

Entre os eventos mais perturbadores de 2006 está a aprovação e implementação da Resolução n.º 5213/2005, uma portaria da Universidade do Estado de São Paulo (USP). Esta regra permite que (1) a cópia reprográfica de partes de livros por copiadoras comerciais, visando lucro, e (2) a cópia de obras estrangeiras (ou talvez toda obra que não esteja em Português) que "não são disponíveis no mercado brasileiro" sem a necessidade de licença. Esta última disposição aplica-se até mesmo à cópia de 100% de uma obra. Esta decisão apresenta vários problemas no conjunto das normas internacionais e deve ser revogada. Não deveria ser dada carta branca a entidades com fins lucrativos para que possam copiar obras fora dos limites normativos de uso internacional. Além disso, não está claramente definido o "não estar disponível no mercado brasileiro", e as indústrias denunciam que, na prática este dispositivo está sendo usado para copiar em massa todas as obras estrangeiras. Autoridades estaduais e nacionais (incluindo o Ministério da Educação) deveriam intervir para revogar essa regra, ou, no mínimo, revisá-la para enquadrá-la nas obrigações internacionais do Brasil sob o Acordo TRIPS e [Convenção de] Berna (IIPA, 2007, pp. 216-217. Grifos nossos. Tradução do autor)¹²⁶.

¹²⁵ FRANCO, B. "UFRJ regulamenta o direito à informação". In: *Jornal da UFRJ*, setembro de 2010. Disponível em: http://www.ufrj.br/mostraNoticia.php?noticia=10618_UFRJ-regulamenta-o-direito-a-informacao.html. Acesso 16/09/2012.

¹²⁶ "Among the most disturbing developments in 2006 was the issuance and implementation of Resolution No. 5213/2005, an administrative rule by the State of São Paulo University (USP). This rule allows (1) reprographic copying of portions of books by commercial, for profit copy centers; and (2) copying of foreign works (or perhaps all works not in Portuguese) that are "not available in the Brazilian market" without a license. The latter provision applies even to copying of 100% of a work. This ruling presents several problems under international norms and must be revoked. For-profit entities should not be given carte blanche to copy works outside the normal bounds of international fair use.

Furthermore, "not available in the Brazilian market" has not been defined, and industry reports that in practice this provision is being used to copy en masse all foreign works. State and national authorities (including the Ministry of Education) should step in to revoke this rule, or at a

Para a IIPA, a Resolução da USP *deve* ser revogada, com base em acordos como a Convenção de Berna e o TRIPS. Essa ordem baseia-se na interpretação corporativa e globalizada do direito e se sobrepõe, nesta leitura seletiva, à Constituição de 1988. O citado Ministério da Educação e outras autoridades nacionais não estão autorizados, portanto, a intervir nesta contenda, como também observam Craveiro, Machado & Ortellado (2008, p. 18).

O Relatório Especial final de 2007 do USTR não menciona a decisão da Universidade de São Paulo. Porém, no ano de 2010, há uma reincidência da crítica, pela IIPA, à Instituição. Entre os esforços legislativos que deveriam ser tomados pelo Brasil, a Associação afirma que a Universidade deveria reverter sua *prejudicial* Resolução e o país deveria instituir regras para controlar outras universidades que a seguiram:

A Universidade de São Paulo (USP) deve reverter sua prejudicial norma administrativa que permite a cópia reprográfica generalizada de parte de livros por copiadoras comerciais visando lucro, e instituir orientações para outras universidades que seguiram os passos da USP (IIPA, 2010, p. 141. Grifo nosso. Tradução do autor)¹²⁷.

O Relatório do USTR de 2010, mais uma vez, não menciona esse anseio da IIPA, concentrando seus julgamentos, como será discutido adiante, à função da ANVISA nos processos de patenteamento. Critica, todavia, as universidades e autoridades chinesas pela liberdade dada às cópias de obras impressas (USTR, 2007, p. 44 e seguintes), o que comprova, mais uma vez, que a situação brasileira não é uma exceção.

A cizânia entre universidades e a ABDR repercute também na revisão da Lei de Direitos Autorais (9.610/1998)¹²⁸. O texto apresentado para discussão pública em 2012 propõe, em seu Capítulo IX – “Da Reprografia”, que as copiadoras deverão possuir uma autorização prévia dos autores ou detentores dos direitos autorais para

minimum revise it to comport with Brazil's international obligations under TRIPs and Berne” (IIPA, 2007, pp. 216-217. Grifos nossos).

¹²⁷ “*Have the State of São Paulo University (USP) reverse its harmful administrative rule which allows widespread reprographic copying of portions of books by commercial, for-profit copy centers, and institute guidance for other universities that have followed in USP's footsteps*” (IIPA, 2012, p. 141. Grifo nosso).

¹²⁸ Texto em consulta pública nº 7863, elaborado pelo Ministério da Cultura, relativo ao Projeto de Lei que altera e acresce dispositivos à Lei de Direitos Autorais. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/consultadireitoautorais/consulta/>. Acesso em 09/09/2012. Solicitamos informações ao SIBI/USP se haviam sido consultados ou sugeriram alterações à proposta de mudança da lei, mas não obtivemos resposta.

exercer sua função, além do pagamento de uma taxa pelas cópias realizadas. O parágrafo 1º do item II do Artigo 88 menciona ainda que tais estabelecimentos deverão manter um registro das reproduções no qual conste a identificação e a quantidade de páginas reproduzidas de cada obra. O texto em consulta, um projeto de lei, será enviado para apreciação e votação institucional e essa proposta poderá tanto ser aprovado como modificada ou rejeitada.

Sabe-se de antemão, todavia, quais são os agentes, seus interesses e suas capacidades de ação. Essa situação não é exceção: as influências corporativas foram decisivas para a definição da nova Lei de Patentes brasileira, como será apresentado nesta tese. Pode-se imaginar, caso esse artigo seja aprovado, a nova demanda organizacional que será exigida das copiadoras, em sua maioria pequenos estabelecimentos do circuito inferior, como contrapartida às somas vultosas que serão direcionadas para o circuito superior da economia urbana.

Como alternativa às “cópias ilegais”¹²⁹, a ABDR propôs a criação de um serviço eletrônico, o sítio “Pasta do Professor”, criado em 2011, que oferece a venda, em linha, de textos que podem ser encomendados pelos alunos a um dos “pontos de venda”. Essa tentativa de apropriação, pelos agentes hegemônicos da edição, das formas de organização e difusão do conhecimento técnico e científico típicas do circuito inferior parece não ter logrado êxito: uma pesquisa realizada no confuso sistema de buscas oferece apenas 32 títulos com a palavra-chave *geografia*. Para *gestão*, entretanto, há 686 registros e, para *direito*, 1085. O número de pontos de venda é de apenas 32 em todo o município de São Paulo¹³⁰.

Ademais, a escassez e a seletividade territorial de livros e bibliotecas é a característica marcante da política pública no município de São Paulo, como revelam os mapas seguintes.

¹²⁹ Ilegais para a interpretação da ABDR, legais e legítimas para as universidades.

¹³⁰ Sítio oficial: <https://pastadoprofessor.com.br/portal/>. Informações com base no último acesso, em 03 de setembro de 2012.

MAPA 01 - SÃO PAULO (Município): Acervo de livros em bibliotecas ou Pontos de Leitura, por Subprefeitura (2010)¹³¹

Enquanto as reproduções são criminalizadas, o sistema universitário não fornece os livros necessários à formação de seus alunos, que, ainda, não podem contar com a estrutura pública municipal para suprir essa necessidade. O acervo de livros para adultos no município é concentrado e desigual (MAPA 01). A situação revela-se mais precisa se comparamos os livros disponíveis por habitantes nas diferentes subprefeituras (MAPA 02). Se a Subprefeitura da Sé concentra muitos livros e possui a maior relação livros por habitante, Cidade Ademar e São Mateus possuem zero livros. Ainda, são 19 as Subprefeituras que apresentam raros exemplares por moradores.

¹³¹ O ANEXO 06 apresenta o mapa do município de São Paulo com o nome das suas 31 Subprefeituras.

MAPA 02 - SÃO PAULO (MUNICÍPIO): Acervo de livros em bibliotecas ou pontos de leitura, por habitante, por subprefeitura (2010)

Entretanto, a perversidade das políticas dos proprietários de direitos autorais tem gestado propostas alternativas que rediscutem a autoria e sua propriedade, dentro do que se denomina *copyleft*. O *Creative Commons* (CC), administrado por uma organização estadunidense, permite a autores manter sua autoria sem cobrar pela reprodução, isto é, pela difusão e uso de idéias, sejam elas textos, músicas, filmes, *softwares* ou outras obras intelectuais, desde que seus autores sejam mencionados. Embora seja uma idéia recente, nascida no período informacional da história (foi colocada em prática há pouco mais de uma década), mostra-se uma alternativa ao sistema de *copyright* hoje hegemônico, baseando-se, todavia, na mesma idéia de uma standardização mundial da produção intelectual baseada em agentes e decisões centralizadas. O *Creative Commons* (CC) incorpora, entretanto, a

noção de “compartilhamento”, uma das concepções definidoras das tecnologias da informação, particularmente aquelas vinculadas à *internet* na qual o *público* é um agente como o autor. Assim, alguns princípios históricos da autoria são rediscutidos à luz do presente.

Internacionalmente predomina, entretanto, um mercado digital de idéias que cria agentes exponencialmente mais hegemônicos, cujos poderes crescem acompanhando a internacionalização em marcha forçada das universidades, professores e alunos, levando, nas palavras de Contel & Lima (2008, p. 19), a uma verdadeira “commoditização” do ensino superior. Novos agentes sociais se estabelecem, como as grandes corporações proprietárias de periódicos científicos, entre elas *Elsevier*, *Wiley-Blackwell* e *Springer Science+Business Media* que, de acordo com os seus relatórios financeiros, apresentam lucros anuais de bilhões de dólares¹³². Numa contradição característica da inserção brasileira na globalização, as mesmas universidades que defendem o direito de seus alunos à reprodução de textos essenciais são incentivadoras do produtivismo científico que beneficia a monopolização do conhecimento¹³³. Se se contrapõem ocasionalmente às políticas lesivas dos detentores dos direitos autorais, as Universidades contribuem, continuamente, à expansão da política de mercantilização do conhecimento e, como mostra esta tese, são agentes fundamentais da política nacional de patentes.

¹³² De acordo com os relatórios anuais disponíveis em: Elsevier: http://www.elsevier.com/wps/find/intro.cws_home/financial; Wiley-Blackwell: <http://www.wiley.com/WileyCDA/Section/id-301733.html>; e Springer Science+Business Media: <http://www.springer.com/about+springer/company+information/annual+report?SGWID=0-175705-0-0-0>. Acessos em 14/03/2012.

¹³³ É sintomático desse processo o convênio firmado em agosto de 2012 entre a Universidade de São Paulo e a BioMed Central, parte da Springer Science+Business Media. Pelo acordo, enviado à comunidade uspiana pelo correio eletrônico do Sistema Integrado de Bibliotecas, os autores da Universidade terão 25% de desconto no pagamento da publicação de seus artigos em qualquer revista da Biomed Central (no total são 243 periódicos) e a Universidade receberá, em contrapartida, uma cópia gratuita do artigo.

Capítulo 10

Do “paraíso da pirataria” ao santuário das corporações. A concessão de patentes a medicamentos no Brasil

O espírito de proteção e incentivo à indústria nacional presente nas normas de 1809, 1824 e 1830 vigorou na primeira lei geral da propriedade industrial do Brasil, o Código da Propriedade Industrial de 1945 (Decreto-Lei 7.903) no qual, mesmo que tenha sido declarado em seu Capítulo I – “Das Patentes de Invenção”, Seção I, que as invenções suscetíveis de utilização industrial terão direito a patenteamento, ressalta, contudo, na Seção II, Artigo 8º, Parágrafo 2º, que as invenções que tiverem por objeto químicos, ligas e substâncias ou produtos alimentícios e medicamentos de qualquer gênero não possuem tal privilégio. A revisão do Código em 1969 (Decreto-Lei 1.005) acrescenta, no Capítulo II – Das Invenções não Privilegiáveis, que os processos de obtenção ou modificação de tais substâncias e medicamentos não são protegidos, item reforçado na revisão de 1971 (Lei Nº 5.772).

Assim, no Brasil, a pirataria de medicamentos foi (e ainda o é, em certos aspectos) uma prática de Estado, coexistindo mesmo com o incentivo às políticas corporativas das grandes empresas farmacêuticas. Bicudo (2009) destaca, por exemplo, o papel desempenhado pelo Farmanguinhos (Instituto de Tecnologia em Fármacos, sediado no Rio de Janeiro), fundado em 1956 e ligado à Fundação Oswaldo Cruz desde 1970. O laboratório possui como uma de suas atividades principais a cópia de moléculas terapêuticas. Essa função social, para o autor, permitiu-o desenvolver produtos com preços inferiores àqueles praticados pelos laboratórios particulares.

Todavia, as demandas do período técnico-científico-informacional cambiam o discurso político institucional predominante no final dos anos 1990. A partir de então, tornou-se necessário “modernizar” o país, incluindo suas leis. Esse anseio “nacional” soma-se à pressão internacional, especialmente estadunidense, que cobrava maior “segurança jurídica” para a ação corporativa no território brasileiro. Essa ação manifesta-se mais visivelmente a partir da adoção do *Omnibus Trade and Competitiveness Act* e dos Relatórios Especiais 301. As críticas à política brasileira de patentes, especialmente no que concerne aos medicamentos, acentuam-se. Como pode ser observado no QUADRO 02, o país, em 1989 e 1993, figura, respectivamente,

na *Priority Watch List* e *Priority Foreign Countries*. Em seu relatório de 1993, o USTR menciona que “a Administração determinará o início de uma investigação das práticas brasileiras e anunciará sua decisão em ou antes de 30 de maio de 1993” (USTR, 1993, p. 4. Tradução do autor)¹³⁴. Nesse momento, tramitavam, no Legislativo brasileiro, projetos para uma nova lei de patentes.

O Projeto de Lei 824/1991, de autoria do Deputado Federal Ney Lopes (PFL - RN), foi o escolhido como o balizador das discussões. Em 13 de abril de 1993 o Plenário Nacional transforma a *Sessão Ordinária* em uma *Comissão Especial* para a discussão do Projeto. Em menos de dois meses, a 02 de junho de 1993, a redação final do texto é aprovada na Câmara dos Deputados e encaminhada ao Senado Federal. Essa agilidade da Câmara, presidida pelo Deputado Inocêncio de Oliveira (PFL - PE), escapava às maneiras tradicionais pelas quais os projetos de lei tramitavam na casa.

Esses encaminhamentos, no mesmo momento em que o país assina o acordo TRIPS, fizeram com que o Brasil fosse “promovido” pelos Estados Unidos com a sua exclusão do Relatório Especial do ano de 1994. O relatório informa ainda que a investigação especial iniciada no ano anterior foi concluída¹³⁵ e que os Estados Unidos acompanharão o desenrolar das novas medidas brasileiras em discussão que, todavia, merecem uma “Menção Especial”: “os bem-vindos esforços do Brasil em direitos propriedade intelectual são importantes para uma ampla parcela do setor privado dos Estados Unidos. Iremos acompanhar de perto esses esforços com grande interesse” (USTR, 1994, p. 15. Grifo nosso. Tradução nossa)¹³⁶.

Essa verdadeira ingerência estadunidense nas leis nacionais revela, na verdade, a presença das grandes corporações como agentes da política internacional. Outros elementos cooperam nessa hipótese. Laymert G. dos Santos (1998, p. 26 e seguintes) compreende esse momento como o da expansão das empresas de biotecnologia a partir dos laços estreitados entre as indústrias farmacêuticas, agroquímicas e de petróleo da Europa e dos Estados Unidos. Essas empresas miravam o Brasil como terreno fértil da sua expansão global, mas eram atrapalhadas, todavia,

¹³⁴ No original: “the Administration will determine whether to initiate an investigation of Brazilian practices and will announce its decisions on or before May 30, 1993” (USTR, 1993, p. 4).

¹³⁵ “Em 25 de fevereiro de 1994 os Estados Unidos concluíram uma investigação Seção 301 na qual o Brasil delineou as medidas que tem tomado e os planos que colocará em prática para aprimorar a proteção à propriedade intelectual” (USTR, 1994, p. 17. Tradução do autor). No original: “On February 25, 1994, the United States concluded a Section 301 investigation in which Brazil outlined steps it had taken and plans it will take to improve intellectual property protection” (USTR, 1994, p. 17).

¹³⁶ “Brazil’s welcomed reform efforts in intellectual property rights are important to a broad cross-section of the U.S. private sector. We will closely monitor these efforts with great interest” (USTR, 1994, p. 15. Grifo nosso).

pelo código normativo nacional pouco moderno, isto é, controlador dos seus projetos privativos de uso do território. O projeto do Deputado Ney Lopes seria, então, não apenas a solução desse impasse, mas uma medida necessária para preservar as exportações brasileiras pelo Sistema Geral de Preferências em face das ameaças de sanções estadunidenses. A resistência ao projeto organizou-se, de acordo com o autor, em torno de uma “Emenda de Salvação Nacional” que rejeitava o patenteamento de medicamentos, elementos químicos e alimentos, isto é, reafirmava as diretrizes então vigentes.

Os debates travados em torno das duas propostas culminaram na aprovação do texto de autoria de Ney Lopes e transformou-se na Lei 9.279 de 14 de maio 1996, denominada Lei de Patentes. Todavia, nunca foram esmiuçados os indícios (SANTOS, L.G., 1998, p. 27) de que tal texto tenha sido escrito pela Interfarma (Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa), entidade representativa dos laboratórios nacionais e internacionais (especialmente estes) no país. O trâmite do Projeto de Lei permite, contudo, acompanhar a participação dos agentes envolvidos. A Interfarma participa, oficialmente, do debate público sobre o tema desde a reunião da Comissão Especial sobre Propriedade Intelectual de 10 de dezembro de 1991. Em março de 1993, quando os debates estavam, portanto, acelerados, a Associação defendia que o Projeto de Lei era necessário uma vez que os laboratórios almejaram desenvolver pesquisas envolvendo plantas brasileiras, mas sem o suporte legal e o retorno financeiro equivalente esses projetos seriam inviáveis¹³⁷. Trata-se de uma normatização corporativa do território, isto é, a regulação do território direcionada a realizar os projetos de usos corporativos de determinados agentes sociais.

É igualmente sintomático o prefácio à segunda edição do livro de Francisco Teixeira (2006 [1997]), proprietário da Clever Consultoria Empresarial, do Rio de Janeiro, especializada na área de fármacos, químicos e biotecnologia. Enquanto a primeira edição teve apoio do laboratório GlaxoWellcome, a segunda foi patrocinada pela Interfarma. O prefácio da primeira edição coube a Ney Lopes enquanto o da segunda edição é de responsabilidade de Jorge Raimundo, presidente do Conselho Consultivo da Interfarma. No livro, verdadeiro catecismo do ideário das empresas

¹³⁷ Outros participantes dos debates foram: Abifina (Associação Brasileira de Química Fina), que defendia o fortalecimento do INPI e a salvaguarda da indústria nacional diante do poder monopolístico multinacional baseado nas patentes; INPI, que apoiou o Projeto de Lei; ABPI (Associação Brasileira de Propriedade Industrial), favorável ao Projeto; SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), que defendeu que a legislação não pode ser um entrave ao desenvolvimento de novos medicamentos, isto é, posicionou-se a favor do Projeto; CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que colocou-se contra o patenteamento de seres vivos e alertou para os riscos do patenteamento de sementes.

multinacionais em relação às patentes, não faltam ironias aos “ideais retrógrados” daqueles que são contrários ao patenteamento de medicamentos e afins.

O texto é enfático ao afirmar que se avançava, com a nova lei, na modernização do país rumo aos bons exemplos dos países civilizados. Afinal, a pirataria era uma prática dos países pobres e incultos. Abriam-se as portas para um novo e moderno país, globalizado, enfim. A psicoesfera entorno da pirataria reitera-se. Alargaram-se os diplomas legais que incriminam profissões, atividades, práticas sociais, usos do território. O novo quadro legal nacional não permitiria mais que o Brasil seguisse sendo o “*paraíso para a pirataria de marcas*”¹³⁸.

A questionável tese de Eells (1962, p. vi), que atribui legitimidade democrática ao “governo das corporações” (*government of corporations*), fez-se valer. Para o autor, trata-se de um princípio da democracia que o governo estatal não seja o único órgão normativo de uma sociedade: o *business* é um governo, pois está autorizado a organizar as regras para a condução de seus interesses. Isto é, elas próprias, as regras, são formas de governo, no sentido mais amplo do termo.

Em 1994, além da assinatura brasileira do acordo TRIPS, parece ser o trâmite acelerado do Projeto de Lei que levou o país a ser retirado, por bom comportamento, do Relatório do USTR de 1994. Se no ano seguinte o país volta a figurar na Lista de Observação Prioritária, em 1995, ano da aprovação da Lei da Propriedade Intelectual (LPI - Lei 9.279 de 1996), o país tem sua classificação melhorada para *Watch List*. A respeito da nova lei, considerada “um passo admirável” (*admirable step*), o Relatório menciona a sua modernidade e que, uma vez implementada, auxiliaria o Brasil a estabilizar sua liderança regional, tornando-o um local mais atrativo para os investimentos baseados em tecnologia¹³⁹. Há uma cumplicidade entre a adoção nacional das normas-base da globalização e a classificação do país no Relatório¹⁴⁰.

O Artigo 230 da nova Lei de Propriedade Intelectual expõe a nova redação legal das relações entre as corporações farmacêutico-químicas internacionais e o território nacional:

Poderá ser depositado pedido de patente relativo às substâncias, matérias ou produtos obtidos por meios ou processos químicos e as substâncias, matérias, misturas ou produtos alimentícios, químico-farmacêuticos e medicamentos de qualquer espécie, bem como os

¹³⁸ Expressão empregada por Esther Mirian Flesch e Lélío Denicoli Schmidt em “Caminhos certos, boas escolhas”, Editorial do *Boletim da ABPI* (Associação Brasileira da Propriedade Intelectual), n. 11, novembro de 2000.

¹³⁹ *1996 Special 301 Report* (USTR, 1996, p. 2; 12).

¹⁴⁰ Algumas dessas sincronias também foram observadas por GPOPAI (2010, p. 7 e seguintes).

respectivos processos de obtenção ou modificação, por quem tenha proteção garantida em tratado ou convenção em vigor no Brasil, ficando assegurada a data do primeiro depósito no exterior, desde que seu objeto não tenha sido colocado em qualquer mercado, por iniciativa direta do titular ou por terceiro com seu consentimento, nem tenham sido realizados, por terceiros, no País, sérios e efetivos preparativos para a exploração do objeto do pedido ou da patente (Art. 230, Título VIII, Lei 9.279 de 1996).

Ao contrário do que predominava anteriormente, não apenas qualquer espécie de produto alimentício, químico-farmacêutico e médico, mas também os seus processos de obtenção são doravante passíveis de patenteamento. Se o território é um conjunto indissociável de ações e objetos, aí incluída a natureza, ou seja, a cobiçada biodiversidade brasileira, ao permitir que ela seja patenteada por corporações estrangeiras, aliena-se, na verdade, o próprio território. Nesse aspecto, a legislação brasileira replicou a estadunidense, na qual toda invenção pode ser patenteada, mesmo tendo sido desenvolvida a partir daquilo que existe na natureza. Para Santos, L. G. (1998, p. 30), a Lei, encarnando uma obsessão pela modernidade, inseriu o país numa nova fase de submissão internacional.

Mesmo considerando a Lei um avanço notável, os Estados Unidos e suas corporações não se dão por satisfeitos. O Relatório Especial 301 de 2012 faz da política brasileira relacionada a medicamentos novamente objeto de sua crítica, desta vez em relação à ação da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária): os Estados Unidos encorajam (*encourages*) os paços necessários para que se formalize a opinião de que a ANVISA não tem autoridade para rever os requisitos necessários à obtenção de patentes farmacêuticas (*idem, ibidem*, p. 42). De fato, muitos laboratórios questionaram judicialmente a ANVISA por seus pareceres desfavoráveis às patentes por eles demandadas. Entretanto, como apresenta Bicudo (2009), essa queixa parece infundada, ou melhor, revela a insaciabilidade das corporações, pois, desde 1996, com a nova lei de patentes brasileira, o número de patentes a medicamentos multiplicou-se abundantemente. No mesmo ano de 2012, um Grupo de Trabalho Interministerial reelaborou o fluxo de todo pedido de patente para medicamentos no Brasil: a solicitação, agora, é feita ao INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) que encaminha o processo à ANVISA apenas para a análise das questões relativas aos seus efeitos sobre a saúde.

É ainda assegurada à ANVISA a prerrogativa de não aprovar o processo, mas a Agência não está mais vinculada à concessão da patente. A mudança nas funções da Agência exemplifica a crescente especialização técnica das decisões políticas. O

Relatório do Grupo Interministerial que sugere a divisão das funções entre INPI e ANVISA foi aprovado pela Portaria Interministerial nº 1.065, de 24 de maio de 2012, enquanto o relatório estadunidense com críticas à Agência data de abril do mesmo ano. A proximidade entre as datas não é fortuíta.

A situação é, contudo, mais complexa. Ibañez (2011) demonstra como há uma geopolítica envolvendo a inovação tecnológica na área da saúde no Brasil. Apesar dos esforços, especialmente governamentais, realizados nos últimos anos no país, a inovação continua sendo um tabu e sua concentração regional no país é um elemento relevante tanto da política nacional de saúde quanto da pauta nacional de exportações. David (2010, p. 62 e seguintes), por sua vez, comprova como a fabricação nacional de equipamentos médicos é refém da manipulação técnico-normativa, incluindo as patentes, promovida pelos conglomerados hegemônicos da saúde.

O número crescente de operações de fiscalização, locais inspecionados, interditados e prisões realizadas graças ao Acordo de Cooperação Técnica entre a ANVISA e o Ministério da Justiça (GRÁFICO 03) também mostra o esforço nacional de combate à contrafação de medicamentos¹⁴¹.

¹⁴¹ Também participam do acordo a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil e Delegacias especializadas no direito do consumidor ou nos crimes contra a saúde. As ações são amplas e incluem farmácias, drogarias, distribuidoras, indústrias, lojas em geral e academias de ginástica. O objeto das operações são produtos falsificados, contrabandeados, clandestinos ou sem registro nacional (CNCP, 2011, p. 107).

**GRÁFICO 03 - BRASIL: Operações conjuntas ANVISA - Ministério da justiça
(2007-2010)**

Fonte: CNCP (BRASIL, 2011, p. 107). Elaboração do autor.

Essas operações representam, por um lado, uma maior fiscalização sobre os medicamentos e produtos afins vendidos ao público, evitando riscos à saúde individual e pública. Por outro, manifestam o aumento geral de ações policiais vinculadas às novas leis nacionais de combate à pirataria. Os beneficiários econômicos finais dessas ações são os detentores das patentes envolvidas, ou seja, os laboratórios internacionais com ação no território nacional.

A política brasileira de produção e compra de genéricos¹⁴², mesmo sendo uma prerrogativa nacional legítima, também tem sofrido sanções. Em 2008, navios indianos com matérias-primas genéricas destinadas ao Brasil, durante uma parada na Alemanha, tiveram suas cargas apreendidas sob alegação de que desrespeitavam as

¹⁴² As políticas de saúde dos países pobres beneficiam-se dos medicamentos genéricos, ou seja, similares aos das empresas farmacêuticas, mas igualmente de medicamentos cujas patentes podem ser quebradas por decisões soberanas que objetivam ampliar o acesso e baratear o custo de medicamentos, geralmente aqueles de uso contínuo, mais caros, como no caso de tratamentos para a AIDS.

leis de patentes vigentes naquele país, embora fossem legais na Índia, país produtor, e no Brasil, país de destino. A preocupação alemã com o transporte de medicamentos em navios de outras nacionalidades parece maior do que com o transporte ilegal de armas em navios que estampam a sua bandeira.

Capítulo 11

Territórios em conflito: Brasil e Estados Unidos e a normatização corporativa do território

Como se tem procurado mostrar, os Relatórios Especiais 301 têm importância nuclear na política e no comércio estadunidense. A partir da intensidade das práticas unilateralmente consideradas como piratas em determinado país, este pode sofrer sanções comerciais vinculadas ao SGP. Em 2011, o Brasil foi o terceiro país a receber os maiores benefícios do SGP, totalizando USD 2,1 bilhões, antecedido por Índia e Tailândia (ambos com benefícios de USD 3,7 bilhões). Considerando-se a totalidade das importações estadunidenses baseadas no SGP, que foram da ordem de USD 18,5 bilhões em 2011, a maior parte está concentrada em itens pouco ou nada industrializados, como minérios e metais preciosos (prata e ouro), ligas metálicas, borracha, óleo cru, açúcar bruto e preparados alimentícios. Desvenda-se assim, de maneira cada vez mais clara, a centralidade dada à proteção da Propriedade Intelectual na política internacional contemporânea, envolvendo, contudo, pois mercadorias com os quais não está diretamente relacionada.

Como observa Lévy (2007, p. 144), no período atual, a política se mescla com a geopolítica que, acrescentaríamos, é cada vez mais fundamentada na política de apoio às grandes corporações multinacionais. Uma das situações mais explícitas vinculando a pirataria aos interesses comerciais estadunidenses no Brasil deu-se a partir de uma solicitação brasileira para a redução de subsídios aos produtores de algodão dos Estados Unidos. Em 2002, o Brasil questionou, nos termos do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC (referência WT/DS 267), a política daquele país. A queixa envolvia valores estimados em USD 12,5 bilhões, atribuídos a três programas nacionais de apoio à produção e consumo do algodão estadunidense¹⁴³.

¹⁴³ Os três programas são: *Marketing Loan*, que garante aos produtores um preço mínimo de compra do algodão; *Counter-Cyclical Payments* (Lei Agrícola de 2002), que garante os recursos que subsidiam a diferença entre o preço de mercado de uma safra e o preço estimado como o ideal; e *Step 2*, que se concretiza em pagamentos feitos aos exportadores e consumidores norte-americanos de algodão (indústria têxtil, especialmente) para compensar o preço mais elevado do produto estadunidense em relação ao preço no mercado mundial. De acordo com: OMC. *Dispute Settlement: Dispute DS267, United States – Subsidies on Upland Cotton*.

O Painel criado na OMC para solução da disputa, bem como seu Órgão de Apelação consideraram que tais políticas eram lesivas aos Acordos da Instituição e prejudicavam o Brasil, que teve sua causa ganha em 21 de março de 2005, isto é, os Estados Unidos deveriam retirar seus subsídios até 1º de julho daquele ano. Entretanto, os Estados Unidos não acatam a decisão da OMC, fato que levou o Brasil a solicitar autorização à Organização para retaliá-lo comercialmente em USD 4 bilhões. Nesse ínterim, os Estados Unidos aprofundam as discussões com o Brasil indicando a possibilidade de revisão de sua política agrícola, o que motivou o Brasil a suspender seu pedido de reparação.

Até o ano de 2009, entretanto, apenas o *Step 2* havia sido eliminado (desde 2006), enquanto os dois outros programas, mais abrangentes, permaneciam intactos. Assim, o Brasil retoma seu pedido de retaliação, que é aprovado em 19 de novembro de 2009. As patentes voltam, então, ao centro do debate, já que o país solicitou e teve aprovadas medidas de *retaliação cruzada*, ou seja, não diretamente correlatas ao sujeito ou acordo que foi motivo da queixa. A proposta brasileira pretendia, como parte das reparações de USD 829 milhões a que tinha direito, além de sobretaxar 102 itens cujas taxas de importação teriam aumento médio de 100% (somando USD 591 milhões), suspender um conjunto de direitos de propriedade intelectual relativos aos Estados Unidos num total de USD 238 milhões.

A proposta, convertida na Medida Provisória nº 482 (de 10/02/2010, transformada na Lei nº 12.270, de 24/06/2010) considera, como direitos relativos à propriedade intelectual:

- a) obras literárias, artísticas e científicas;
- b) artistas intérpretes ou executantes, produtores de fonogramas e organismos de radiodifusão;
- c) programas de computador;
- d) marcas;
- e) indicações geográficas;
- f) desenhos industriais;
- g) patentes de invenção e de modelos de utilidade;
- h) cultivares ou variedades vegetais;
- i) topografias de circuitos integrados;
- j) informações confidenciais ou não divulgadas e
- k) demais direitos de propriedade intelectual estabelecidos pela legislação brasileira vigente (Artigo 2º, item III, Lei nº 12.270, de 24/06/2010).

Por sua vez, o Art. 3º explicita as medidas que poderiam ser tomadas na compensação financeira ao Brasil:

Na aplicação desta Medida Provisória, poderão ser adotadas as seguintes medidas:

- I - suspensão de direitos de propriedade intelectual;
- II - limitação de direitos de propriedade intelectual;
- III - alteração de medidas para a aplicação de normas de proteção de direitos de propriedade intelectual;
- IV - alteração de medidas para obtenção e manutenção de direitos de propriedade intelectual;
- V - bloqueio temporário de remessa de **royalties** ou remuneração relativa ao exercício de direitos de propriedade intelectual e
- VI - aplicação de direitos de natureza comercial sobre a remuneração do titular de direitos de propriedade intelectual.

Parágrafo único. Para efeitos de aplicação das medidas de que trata este artigo, serão consideradas as disposições relativas aos procedimentos registraes previstos na legislação pertinente, respeitadas as atribuições do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (*idem, ibidem*, Artigo 3º).

Nota-se, aqui, a abrangente gama de itens que poderiam ter a suspensão de direitos de proteção. Uma lista esmiuçada das medidas foi elaborada pela CAMEX (Câmara de Comércio Exterior) para a realização de uma Consulta Pública e incluía, entre outros: subtração de direitos sobre patentes de produtos e processos relativos a medicamentos (inclusive veterinários), produtos químicos e biotecnologias agrícolas (incluindo sementes), licenciamento sem remuneração de obras literárias e audiovisuais e a supressão de direitos em matéria de marcas¹⁴⁴. As políticas de desapropriação de direitos de criação surgem, novamente, como instrumento de política nacional, institucionalizando, portanto, a pirataria.

Esta quebra de patentes, autorizada pela OMC, seria fato inédito e atingiria um elemento fundamental da economia dos Estados Unidos, especialmente se considerarmos a importância dos laboratórios farmacêuticos, empresas de biotecnologia e audiovisuais no país. As repercussões não tardaram: em seu relatório de 18 de fevereiro de 2010 (subsídio para o *2010 Special 301 Report* promovido pelo USTR), a IIPA (*International Intellectual Property Alliance*), defensora dos proprietários de direitos audiovisuais, preocupada com as retaliações cruzadas que o Brasil poderia adotar, recomenda, no item dedicado à legislação, que o Brasil deveria “evitar legislação ou outra implementação de ‘retaliação cruzada’ contra produtos de propriedade intelectual estadunidenses como compensação pela sentença do caso

¹⁴⁴ Resoluções CAMEX Nº 15 e 16, de 05 e 12 de março de 2010, respectivamente.

do algodão na OMC¹⁴⁵” (IIPA, 2010, p. 140. Tradução do autor), recomendando que o país seja classificado na *Watch List*.

O lobby farmacêutico mais uma vez se fez presente. Em relatório encaminhado ao USTR em 16 de fevereiro de 2010, a PhRMA (*Pharmaceutical Research And Manufacturers of America*) recomenda que o Brasil seja rebaixado para a *Priority Watch List*, pelas suas posições *inúteis* e *antagônicas* que poderiam pôr em risco o sistema internacional de patentes:

As posições inúteis e muitas vezes antagônicas, defendidas pelo Brasil em diversos fóruns multilaterais que poderiam, se bem sucedidas, minar o sistema internacional de patentes e, assim, diminuir os incentivos em P&D [Pesquisa e Desenvolvimento] em todo o mundo¹⁴⁶ (PhRMA, 2010, p. 122. Grifo nosso. Tradução do autor).

A mídia também repercutiu essa sucessão de acontecimentos, e “especialistas” econômicos alegaram que as compensações planejadas pelos Estados Unidos eram uma tentativa do governo federal subsidiar, com dinheiro dos contribuintes americanos, os fazendeiros brasileiros¹⁴⁷.

A entrada dos lobbies farmacêutico e audiovisual (além daquele dos produtores de algodão, *National Cotton Council*) leva a discussão a outros patamares políticos. Ameaças de represálias surgem contra o Brasil: cogita-se o rebaixamento do país para a Lista de Observação Prioritária e sua possível exclusão do Sistema Geral de Preferências. Essas deliberações, internas aos Estados Unidos, não são respaldadas pela OMC como são as represálias brasileiras cujo debate se prolongou em painéis com direito de reposta entre 2002 e 2010. Essa situação fornece indícios de que o sistema de arbitragens adotado na OMC já apresenta indícios de obsolescência em relação a certas demandas. Sua legitimidade é, portanto, variável, dependendo de quem são os ganhadores e os perdedores nas disputas. A

¹⁴⁵ “... avoid legislation or other implementation of “cross retaliation” against U.S. intellectual property products as compensation for the WTO cotton case ruling” (IIPA, 2010, p. 140).

¹⁴⁶ “The unhelpful, and often antagonistic, positions supported by Brazil in numerous multilateral fora that would, if successful, undermine the international patent system and thereby diminish incentives for critical R&D worldwide” (PhRMA, 2010, p. 122. Grifo nosso)

¹⁴⁷ Como, por exemplo, em “Picking a fight - Brazil fires another salvo in its dispute with America over cotton subsidies”. In: *The Economist*, 09/03/2010; “The Madness of cotton. The feds want U.S. taxpayers to subsidize Brazilian farmers”. Editorial. In: *The Wall Street Journal*, 21/05/2010; GRUNWALD, M. “Why the U.S. is also giving Brazilians farm subsidies”. In: *Time*, 09/04/2010. CAMPOS MELLO, R. L. “Lobbies tentam rebaixar Brasil em lista de propriedade intelectual”. In: *O Estado de São Paulo*, 20/02/2010; COELHO, L. “Patentes aceleram acordo sobre algodão. Pressão de laboratórios, que se viram ameaçados por retaliação cruzada, levou governo dos EUA a buscar entendimento”. In: *Folha de São Paulo*, 07/04/2010; RICÚPERO, R. “É melhor negociar que retaliar”. In: *Folha de São Paulo*, 07/04/2010.

desobediência é prerrogativa da política nacional estadunidense, ou seja, unilateral. Se, como temos discutido, o processo moderno de proteção às contrafações passa das leis nacionais aos acordos bilaterais conformando Convenções e Acordos mundiais, destaca-se aqui, o reforço da entidade Estado, isto é, a expansão a diversos territórios das bases jurídicas comuns de proteção à propriedade intelectual, seletivamente reapropriadas¹⁴⁸.

Os grupos lobistas estadunidenses são, todavia, mais eficazes que a diplomacia brasileira: em comunicado conjunto Brasil - Estados Unidos de 25 de agosto de 2010 afirma-se que em 30 de abril de 2010 o Brasil havia decidido adiar as medidas de retaliação uma vez que, como informa seu texto, atingiu-se um novo acordo no qual se buscava respeitar os apoios domésticos estadunidenses ao Algodão discutindo, conjuntamente com o Governo brasileiro, uma solução para que o país não fosse prejudicado. Ademais, os dois países se comprometeram na realização de reuniões conjuntas em torno de um Acordo-Quadro (*framework*) para a discussão das políticas agrícolas algodoeiras, bem como em relação aos créditos para exportações. O texto explicita, todavia, que o Brasil abriria mão das retaliações às quais tinha direito enquanto os trabalhos conjuntos estivessem em vigor: *"enquanto este acordo-quadro não estiver finalizado, ele [Brasil] não vai impor contramedidas autorizadas pela Organização Mundial do Comércio na disputa do Algodão"*¹⁴⁹.

Finalmente, decidiu-se, no acordo firmado entre os dois países, que os Estados Unidos transferirão anualmente, e até 2012, o montante de USD 147,3 milhões com o intuito de financiar pesquisas que aumentem a qualidade e a competitividade do algodão brasileiro no mercado internacional. Para tanto, criou-se, em junho de 2010, o Instituto Brasileiro do Algodão (IBA), responsável pela gestão de tais recursos. No mais, os Estados Unidos assumiram o compromisso de rever, conjuntamente com o Brasil, sua lei de subsídios aos produtores e consumidores de algodão deste país. Item inicialmente obtuso ao tema original, os Estados Unidos também reconheceram a carne suína *in natura* proveniente do estado de Santa Catarina como livre de aftosa sem vacinação¹⁵⁰.

¹⁴⁸ Outro caso de represália dos Estados Unidos teve lugar contra a Argentina. O país, nono beneficiário do SGP em 2011 (USD 477 milhões), foi suspenso do Sistema em 29 de março de 2012 sob a alegação de que as políticas do país não respeitavam os interesses dos investidores estadunidenses.

¹⁴⁹ *Joint Communication from Brazil and the United States*, WT/DS267/45 de 25 de agosto de 2010. Grifo nosso. No original: *"as long as this Framework is not terminated, it [Brasil] will not impose countermeasures authorized by the World Trade Organization in the Cotton dispute"*.

¹⁵⁰ De acordo com os seguintes documentos da OMC: *Joint Communication from Brazil and the United States*, WT/DS267/45 de 25/08/2010; *Communication from Brazil*, WT/DS267/40 de 30/09/2010; WT/DS267/44, *Communication from Brazil*, de 05/05/2010; "Decisão da CAMEX sobre o contencioso do

Mas, por que motivos, após oito anos de peleja, apenas no momento em que as patentes estadunidenses são ameaçadas por essa pirataria de Estado surge com força o peso da política americana? Uma análise econômica ou setorial não permitiria compreender a totalidade da situação. O que está em causa é um processo de alienação do território brasileiro. Não se trata, portanto, de apreender, setorialmente, a política algodoeira, a política de medicamentos ou a política editorial, mas sim elucidar a indissociabilidade entre política, normatização corporativa do território, uso corporativo do território e a psicoesfera de combate à pirataria enquanto crime.

A patente é uma norma simbólica do período técnico-científico-informacional. Atribuição soberana *de* cada Estado, transformou-se em artifício da política *entre* os Estados, isto é, de uma geopolítica. A importância das patentes na economia estadunidense acentua-se quanto mais o período e o meio técnico-científico-informacionais se consolidam. Trata-se de uma estratégia geopolítica global e capitalista, isto é, a defesa dos interesses das corporações sendo assumida, pelo Estado, nas relações internacionais.

Partindo para uma análise empírica das patentes como fator produtivo neste período, pode-se compreender a função desempenhada pelo escritório brasileiro e estadunidense (USPTO ou *The United States Patent and Trademark Office*) de proteção intelectual, além, evidentemente, da Organização Mundial de Propriedade Intelectual.

Faz-se necessário atentar-se, entretanto, para o fato de que há uma diferença entre as metodologias adotadas pelo INPI e pela OMPI, sendo que esta última adota os mesmos critérios utilizados pelo USPTO. Ambos contabilizam apenas as patentes de invenção, isto é, produtos ou processos que atendam aos requisitos de atividade inventiva, novidade e aplicação industrial. O INPI, além desses, considera também as patentes de modelos de utilidade e desenho industrial, isto é, trata-se muito mais de uma inovação incremental, com menor grau de novidade em relação ao que existe e que, normalmente, é complemento a uma patente existente. Tal diferença não é fortuita, mas corresponde à inserção brasileira na divisão internacional do trabalho. A conjunção entre capitalismo e meio técnico-científico-informacional fez com os

algodão”. Ministério das Relações Exteriores. Nota à imprensa nº 367, de 17 de junho de 2010. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/decisao-da-camex-sobre-o-contencioso-do-algodao>; Instituto Brasileiro do Algodão (IBA), página oficial: <http://iba-br.com/web/guest/home>. Acessos em 3/04/2012.

objetos modernos se planetarizassem, mas a sua concepção e seu controle normativo se tornaram mais restritos.

Considerando que a norma é também política, procurou-se explorar, no intuito de compreender com maior profundidade os processos de globalização e de fragmentação, ambas as classificações. Não se trata, ressaltamos, da realização de comparações fortuitas entre os países, mas de compreender, a partir das patentes, o poder de ação e normatização de cada um desses países. Assim, a análise de pedidos e concessões de patentes apresenta dois momentos coetâneos, complementares, utilizando as metodologias brasileiras e aquelas da OMPI/USPTO.

Com base nos dados fornecidos pelo escritório de patentes estadunidense, pode-se aferir a importância progressiva das patentes na economia desse país. O GRÁFICO 04 expõe o crescimento do número de pedidos e concessões de patentes, para residentes e estrangeiros, entre 1980 e 2011:

GRÁFICO 04 - ESTADOS UNIDOS: Número de Pedidos de patentes depositadas e concedidas pelo *The United States Patent and Trademark Office* (USPTO) (1980-2011)

Fonte: USPTO, 2011; 2007; 2004; 2000; 1996; USDC/USPTO, 1993. Para o ano de 1980: TIAGO, E. "Mais patente e pessoal qualificado no horizonte". In: *Valor Especial: tecnologia e inovação*. Junho de 2010, p.18. Elaboração do autor.

Se em 1980 o número de pedidos de patentes de invenção era de 112.315 para 61.227 concessões, em 2011 são 536.604 pedidos e 244.430 concessões. O número de

pedidos cresce continuamente no período, enquanto o de concessões, embora também cresça (multiplicou-se por quatro em trinta anos), não o faz proporcionalmente ao primeiro e ultrapassa duzentas mil concessões apenas em 2010. Esse crescimento, seja da quantidade de pedidos ou de concessões, revela o dinamismo econômico estadunidense centrado na política de proteção às inovações no período técnico-científico-informacional. A função jurídica e econômica da patente é a proteção, seja do inventor, seja do país. Entretanto, quando pensada na totalidade dos países envolvidos, ela fundamenta protecionismos.

Já a situação brasileira, de acordo com os dados do INPI, também revela que os anos recentes da globalização traduzem-se em aumento de demandas por proteção à propriedade intelectual. Mas, aqui, os patamares são diferentes: enquanto são centenas de milhares as solicitações e concessões em território estadunidense, no Brasil são dezenas de milhares, como mostra o GRÁFICO 05¹⁵¹:

GRÁFICO 05 - BRASIL: Número de pedidos de patentes depositadas e concedidas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (1998-2011)

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Elaboração do autor.

Obs.: Dados considerados conforme o ano de entrada no protocolo.

Entre 1998 e 2011 o número de pedidos de patentes no Brasil mais que dobrou, passando de 14.970 para 31.765. O aumento contínuo dos pedidos não

¹⁵¹ Os dados relativos a patentes anteriores a 1998 foram solicitados ao INPI, mas não nos foram encaminhados em tempo hábil para a sua inclusão nesta tese.

repercute, todavia, no número de concessões que, por sua vez, oscila ano a ano e tem seu nível mais baixo em 2007 (1.838 concessões), voltando a crescer a partir de 2009. Essa disritmia não deixa de ser motivo da preocupação governamental nacional e do próprio Instituto: a criação do INPI, em 1970, uma autarquia federal hoje vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, consta entre os eventos que se destacam da inserção brasileira na expansão de um quadro normativo global relativo à proteção da propriedade intelectual, já que assume uma função nuclear, a responsabilidade pela gestão do sistema brasileiro de concessão e garantias desse direito.

Sua estrutura organizacional (procedimentos de trabalho, número de funcionários e automação, especialmente) passa por importantes mudanças nos anos 2000, pois se acentuam as demandas por patentes e o tempo de análise torna-se, em contrapartida, mais lento. A nova Lei de propriedade intelectual, datada do final dos anos 1990, adéqua-se às demandas corporativas, especialmente estrangeiras e sobrecarregam o INPI. Em 2003, havia 103 mil pedidos de patentes em atraso e outros 605 mil pedidos de marcas pendentes. A capacidade de análise do Instituto era de seis mil pedidos ao ano, mas as demandas novas chegavam a 17 mil por ano. Assim, se existiam 150 examinadores em 2005, em 2010 são quase 400 os funcionários responsáveis por tal tarefa. O número total de servidores, que era de 570 em 2004, atinge 1.231 em 2011. Esse é um dos principais motivos do aumento recente do número de concessões, representando a contrapartida necessária à modernização normativa do território.

O Instituto pôde, em consequência, aprofundar sua internacionalização, aumentando a sua participação no Tratado de Cooperação em matéria de Patentes (PCT, sigla em inglês para *Patent Cooperation Treaty*¹⁵², também datado de 1970); isto significa que se tornou um órgão de reconhecimento internacional. Com o PCT a proteção intelectual pode ser demandada a um grande número de países ao mesmo tempo. Esses esforços aproximam o tempo do mundo (das grandes corporações) e o tempo normativo dos territórios nacionais, tornando mais coincidente a escala geográfica de ação das empresas com suas ambições mercantis globais. Simplificam-se, desta feita, os pedidos de patentes, passo fundamental para a vitalidade do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes, mecanismo unificador do glossário e dos procedimentos usuais entorno dos quais se desdobram os processos de

¹⁵² O Tratado de Cooperação em matéria de Patentes (PCT) foi concluído em Washington em 1970 e revisado em 1979 e 2001. O Brasil é um dos Estados fundadores, ratificando-o em 1970 e 1978, ano em que de fato o PCT começou a vigorar entre os países signatários.

patenteamento. Com ele, os países, constituindo uma União, cooperam em matéria do depósito, pesquisa e exame dos pedidos de proteção das invenções, bem como na prestação de serviços técnicos¹⁵³.

Coincidir o tempo nacional e o tempo do mundo é uma busca para a superação do descompasso entre a globalização dos mercados e a concessão de patentes, que permaneceu uma atribuição soberana dos Estados Nacionais assegurada pelo “princípio de territorialidade”. O processo total percorrido do pedido à concessão (ou rejeição) de uma patente demora, em média, seis anos no Brasil, enquanto na Europa é finalizado em quatro anos e meio e, nos Estados Unidos, em três anos e meio¹⁵⁴.

Não há surpresa, portanto, em que os estrangeiros e não os brasileiros sejam os maiores utilizadores do sistema nacional de proteção à propriedade intelectual e, por consequência, do INPI, como pode ser observado nos GRÁFICOS 06 e 07.

GRÁFICO 06 - BRASIL: Total de pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), segundo a origem do depositante (1998-2011)

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Elaboração do autor.

Obs.: Dados considerados conforme o ano de entrada no protocolo.

¹⁵³ De acordo com INPI (2011. pp. 10-13 entre outras).

¹⁵⁴ “Brasil licencia 11 vezes mais tecnologias estrangeiras”. INPI, 03/08/2012. Disponível em http://www.inpi.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1379%3Abrasil-licencia-11-vezes-mais-tecnolog&Itemid=148. Acesso em 05/08/2012.

Igualmente, é necessário atentar-se para as concessões de patentes efetuadas aos estrangeiros e aos residentes:

GRÁFICO 07 - BRASIL: Total de concessões de patentes segundo a origem do depositante pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (1998-2011)

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Elaboração do autor.

Como mostram os GRÁFICOS 06 e 07, o meio técnico-científico-informacional brasileiro beneficia mais os não-residentes do que os residentes do país. Enquanto o número de pedidos de patentes por residente estabelece-se na casa dos sete mil desde 2001, os pedidos efetuados por não-residentes aumentam 90%, passando de 12.615, em 2003, para 24.001 em 2011. Quanto às patentes concedidas, é preciso ressaltar que o ano de 2000 destaca-se graças a um mutirão realizado sob a gestão da nova diretoria do Instituto. Em todos os anos, o número de concessões aos não-residentes também é proporcionalmente maior que aquele dos residentes e dobrou entre 2007 e 2011. Aliás, em 2011, ante as 3.076 patentes concedidas a não-residentes, foram concedidas 725 a residentes. Não há dúvidas de que o esforço de internacionalização do país obteve êxito.

Faz-se ainda necessário esmiuçar qual o tipo de pedido e de patente outorgada para ambas as categorias de residência para compreender que a diferenciação não se resume, embora essa constatação já seja por si só sintomática, no número de pedidos e concessões, mas no conteúdo nelas embutido. Os gráficos e mapas seguintes permitem, então, avançar na análise da importância das patentes na inserção nacional daquilo que se fabula como globalização.

A análise das Patentes de Invenção (PI), aquelas consideradas como possuidoras de verdadeira capacidade inventiva, explicita o aumento do número de pedidos de residentes ao INPI (GRÁFICO 08) (multiplica-se por dois no período) e diminui para os não-residentes (de 2002 a 2011 altera-se pouco, mas os valores mantêm-se menores que aqueles entre 1998 e 2001), embora os dois últimos anos mostrem, novamente, crescimento dessa demanda. Isso significa que os pedidos de residentes nessa categoria tornaram-se mais importantes do que os de não-residentes desde 2001, respondendo, hoje, por mais da metade do total de solicitações. Este dado pode representar que uma nova divisão do trabalho, mais especializada, toma corpo no país, mesmo que timidamente.

Todavia, o número de concessões cai para ambos no período, notadamente para os pedidos de não-residentes, categoria que recebe, finalmente, o maior número de concessões em todos os anos (GRÁFICO 09). Assim, embora a maior parte da demanda seja nacional, a maior parte das outorgas é para estrangeiros.

GRÁFICO 08 - BRASIL: Pedidos de Patentes de Invenção (PI) segundo a origem do depositante pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (1998-2011)

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Elaboração do autor.

Obs.: Dados considerados conforme o ano de entrada no protocolo.

GRÁFICO 09 - BRASIL: Concessões de Patentes de Invenção (PI) segundo a origem do depositante pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (1998-2011)

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Elaboração do autor.

Quanto aos Modelos de Utilidade (UM) (GRÁFICO 10), invenções menores normalmente vinculadas a produtos e processos já existentes ou objetos de usos práticos, formam a segunda categoria no total de solicitações de residentes. Por outro lado, entre os não-residentes os pedidos são menos numerosos nos últimos treze anos: enquanto os brasileiros depositaram 2.095 pedidos em 2011, aqueles protocolados por estrangeiros foram apenas 100. As concessões de patentes, para este ano, foram respectivamente 332 e 13 (GRÁFICO 11). A diferença entre as duas categorias de residência pode ser compreendida por dois motivos principais: a inovação nacional apresenta menor densidade técnica em relação a outros países, isto é, o que se desenvolve nacionalmente é menos sofisticado, não merecendo uma Patente de Invenção¹⁵⁵; e a inexistência dessa categoria de patentes em grande número de países.

¹⁵⁵ Como destacou o Sr. Wagner Luis Latsch, Assessor da Diretoria de Patentes do INPI, em entrevista realizada em setembro de 2012.

GRÁFICO 10 - BRASIL: Pedidos de Patentes de Modelo de Utilidade (UM) segundo a origem do depositante pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (1998-2011)

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Elaboração do autor.

Obs.: Dados considerados conforme o ano de entrada no protocolo.

GRÁFICO 11 - BRASIL: Concessões de Patentes de Modelo de Utilidade (UM) segundo a origem do depositante pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (1998-2011)

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Elaboração do autor.

A mesma relação entre pedidos e concessões a residentes e não-residentes é encontrada nos Certificados de Adição de Invenção (C), fruto de um aperfeiçoamento numa invenção já existente, e considerado acessório a uma patente já existente. A categoria é a menos representativa em pedidos e concessões. Dos 74 pedidos protocolados em 2011 apenas quatro eram de não-residentes. Desse total, foram concedidas treze patentes para os residentes e nenhuma para os não-residentes. Desde 2007 os pedidos reduzem-se e o número de concessões, não raro, é zero (GRÁFICO 13).

**GRÁFICO 12 - BRASIL: Pedidos de Patentes de Certificados de Adição de Invenção
(C) segundo a origem do depositante pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (1998-2011)**

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Elaboração do autor.
Obs.: Dados considerados conforme o ano de entrada no protocolo.

GRÁFICO 13 - BRASIL: Concessões de Patentes de Certificados de Adição de Invenção (C) segundo a origem do depositante pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (1998-2011)

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Elaboração do autor.

A hipótese segundo a qual o aumento da capacidade nacional de análise do INPI significou um aumento da concessão de patentes a não-residentes, isto é, aos solicitantes de outros países, é reforçada quando a categoria Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT)¹⁵⁶ é analisada. De fato, o número de pedidos estrangeiros nesta categoria cresce continuamente desde 2004, aumentando mais de três vezes no período, passando de 6.789 para 21.196 (GRÁFICO 14). Esse parece ser o processo prioritário pelo qual agentes internacionais buscam proteger seus produtos da pirataria em território nacional, explicando, simultaneamente, a aparente estagnação dos pedidos e concessões de Patentes de Invenção nos últimos anos (GRÁFICOS 08 e 09).

O número de pedidos provenientes de residentes pelo PCT quase quadruplicou no histórico dos últimos 13 anos, mas as cifras são modestas e exigem, mais uma vez, outra escala comparativa: eram 71 pedidos em 2011 contra 19 pedidos em 1998. De 1998 a 2011 o número de concessões a estrangeiros quadruplicou, passando de 607

¹⁵⁶ O PCT, coordenado pela OMPI, possibilita que o solicitante escolha os países nos quais deseja solicitar o patenteamento de sua invenção.

para 2.337, enquanto o número total de concessões a residentes, no mesmo período, oscila entre zero e 13 (2004), sendo seis as concessões em 2011. Nota-se ainda que se os pedidos de não-residentes aumentam progressivamente, as concessões oscilam com frequência. É válido lembrar que o ano de 2000 se destaca graças ao esforço concentrado de trabalho do INPI. Entre 2001 e 2006 há oscilação nas concessões a não-residentes e apenas a partir de 2007 elas passam a ter aumento contínuo, embora os valores do ano 2000 ainda não tenham sido igualados (GRÁFICO 15). Urge, portanto, uma nova modernização do Instituto, pois seu tempo é demasiado lento para as exigências pragmáticas das corporações¹⁵⁷.

GRÁFICO 14 - BRASIL: Pedidos de Patentes pelo Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), segundo a origem do depositante pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (1998-2011)

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Elaboração do autor.
Obs.: Depósitos considerados pelo ano de entrada em Fase Nacional.

¹⁵⁷ Obtivemos a informação, enquanto esta tese era escrita, de que o INPI colocaria em prática novas medidas para acelerar o processo de análise de patentes e aumentaria, novamente, o número de seus técnicos.

GRÁFICO 15 - BRASIL: Concessões de Patentes pelo Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), segundo a origem do depositante, pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (1998-2011)

Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Elaboração do autor.
Obs.: Dados considerados conforme o ano de entrada no protocolo.

Uma pesquisa detalhada, que foge ao objetivo deste trabalho, permitiria avançar na compreensão das novas estratégias corporativas dos pedidos e concessões pelo PCT. Como o solicitante da patente pode fazê-lo em qualquer um dos países participantes do Acordo, o processo de patenteamento, mesmo tendo sido iniciado no país de origem do requerente, pode ter continuidade apenas em outros países por ele selecionados. Por isso, o fato de uma patente ser concedida a um brasileiro nos Estados Unidos, por exemplo, não significa sua proteção no Brasil, pois, nunca é demais repetir, a patente é vinculada ao princípio de territorialidade. Nomear os solicitantes e acompanhar o processo dos pedidos pelo PCT forneceria elementos significativos para a compreensão da política territorial das corporações mundo afora.

Enfim, a categoria “não-residente” representaria qual nacionalidade? Nota-se, agora, a predominância estadunidense nos depósitos de patentes junto ao INPI, como apresenta o GRÁFICO 16:

GRÁFICO 16 - BRASIL: Maiores depositantes estrangeiros (%) de patentes junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) (1990 - 2003)

Fonte: IPEA (2008, p. 481), a partir de dados do INPI. Elaboração do autor.

Embora os dados mais atuais não nos tenham sido disponibilizados, de 1980 a 2003, em 13 anos, portanto, os Estados Unidos lideram o número de concessões de patentes pelo INPI, respondendo por 42% do total, seguido pela Alemanha, com 14% e França, com 7%. Em 2012, até o mês de agosto, o país havia licenciado 11 vezes mais tecnologias estrangeiras do que brasileiras, totalizando 142 concessões nacionais ante 1.611 pedidos originários do estrangeiro, especialmente para os Estados Unidos, com 483 certificados, seguido pela Alemanha, com 248 certificados¹⁵⁸.

Se predomina, no Brasil, a participação estrangeira estadunidense no quadro geral de patentes, qual seria a presença brasileira nos Estados Unidos? O GRÁFICO 17 representa o aumento contínuo de pedidos e concessões a brasileiros desde 1980. São, entretanto, números que contrastam com a totalidade de pedidos e de concessões anuais do USPTO.

¹⁵⁸ “Brasil licencia 11 vezes mais tecnologias estrangeiras”. INPI, 03/08/2012. Disponível em http://www.inpi.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1379%3ABrasil-licencia-11-vezes-mais-tecnolog&Itemid=148. Acesso em 05/08/2012.

GRÁFICO 17 - BRASIL: Pedidos de patentes depositadas e concedidas pelo *The United States Patent and Trademark Office (USPTO)* (1980-2010)

Fonte: USPTO, 2011; 2007; 2004; 2000; 1996; USDC/USPTO, 1993. Para o ano de 1980: TIAGO, E. “Mais patente e pessoal qualificado no horizonte”. In: *Valor Especial: tecnologia e inovação*. Junho de 2010, p.18. Elaboração do autor. Obs.: Dados considerados conforme o ano de entrada no protocolo.

O MAPA 03 representa, para o ano de 2011, o fluxo de troca de informações (patentes) entre os dois países:

MAPA 03 - BRASIL E ESTADOS UNIDOS: Fluxo de patentes concedidas por cada país (2011)

Os dados históricos apresentados nos GRÁFICOS 04 a 17 e os fluxos de concessões mútuas de patentes ilustrados no MAPA 03 escancaram as diferenças na divisão territorial do trabalho entre os dois países. Dagnino (2007, pp. 91-92) revela a participação do capital estrangeiro na produção nacional de inovação. Para o autor, em relação às suas matrizes, o esforço tecnológico das filiais brasileiras é pequeno¹⁵⁹, e, fato mais grave, é a constatação de que entre as 500 maiores empresas brasileiras, aquelas cuja propriedade é estrangeira, respondem por 46% da produção total nacional. Concentram-se particularmente nas áreas caracterizadas como de maior intensidade tecnológica, com 92% de participação no segmento eletro-eletrônico, 85% do automobilístico, 78% do segmento de computação e 74% daquele de telecomunicações (*idem, ibidem*, pp. 91-92). Às matrizes, cabe criar, às filiais reproduzir. Esse é o quadro atual que explicita a permanência e a ampliação do efeito demonstração internacional no Brasil, coincidente com o envio de *royalties* ao estrangeiro e à importação de equipamentos modernos.

Esse fenômeno é compartilhado por outros países como mostram os MAPAS 04 e 05, que trazem os pedidos e as concessões de patentes efetuadas pelo USPTO no ano de 2011.

¹⁵⁹ De acordo com o autor, “observando 4 dos 6 segmentos industriais brasileiros de maior intensidade tecnológica, constata-se que esse esforço é de 15% no segmento de eletroeletrônicos, 32% no de automóveis, 10% no de computação e 15% no de telecomunicações em relação ao esforço tecnológico realizado pelas matrizes” (DAGNINO, 2007, p. 92).

MAPA 04 - PAÍSES SELECIONADOS: Pedidos de patentes demandados ao *The United States Patent and Trademark Office (USPTO)* (1997-2011)

MAPA 05 - PAÍSES SELECIONADOS: concessão de patentes pelo *The United States Patent and Trademark Office (USPTO)* (1997-2011)

A comparação internacional revela a maior ou menor inserção de cada país selecionado no seio da política de patentes estadunidense. Detendo-se nas diferenças de pedidos e concessões de patentes à Coreia do Sul e ao Brasil, observa-se que em 2011 o primeiro país apresenta 27.289 (5,5 vezes em relação a 1997) pedidos e 13.239 concessões de patentes pelo USPTO (multiplicou sua participação por sete em relação a 1997). O Brasil apresentou 586 pedidos e 254 concessões. Se os valores se multiplicam por quatro no período, as quantidades totais são, entretanto, extremamente desiguais. A situação brasileira relativa ao número de pedidos e concessões é, grosso modo, partilhada pela Rússia.

Retomando a análise do território nacional, as universidades públicas brasileiras reaparecem como agentes fundamentais: são elas e não as empresas privadas as principais produtoras de patentes, especialmente aquelas situadas na Região Concentrada¹⁶⁰ do território (*vide* MAPA 20). O maior número de depósitos de patentes é da Unicamp, com 60% dos registros, seguida pela USP, com 23%, UNESP (Universidade Estadual Paulista), com 8%, UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), com 5% e Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), com 4% (INOVA, 2010; PROSPECTIVA, 2009; TORKOMIAN & AMADEI, 2009; SILVA & DAGNINO, 2009).

Ademais, à divisão internacional do trabalho entre os países soma-se outra, interna, que concerne a divisão do trabalho entre os lugares. O MAPA 06 apresenta quais são as Unidades da Federação mais ou menos inseridas na moderna divisão do trabalho, isto é, em quais estados residem os inventores.

¹⁶⁰ A Região Concentrada, de acordo com Santos & Silveira (2001), é a porção do território nacional na qual o meio técnico-científico-informacional se faz mais presente e contíguo.

MAPA 06 - BRASIL: Patentes depositadas por estado da federação de residência do inventor (2009)

Como pode ser visto no ANEXO 04, mesmo variando entre os anos de 1998 e 2009, a maior densidade de concessões de patentes vincula-se aos estados que constituem a Região Concentrada (MAPA 20) do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

É preciso ainda ressaltar que o crescimento da importância da repressão à pirataria nas escalas nacionais e mundiais, nas leis nacionais e nos acordos internacionais acompanha o crescimento da importância econômica e política das patentes. Como a pirataria pressupõe a desapropriação de um direito de criação, o que está em jogo não são apenas os valores pagos aos seus detentores, mas o próprio sistema de relações hoje estabelecido entre os países, sob tutelas corporativas, pois, como ensina Chesnais (1996 [1994]),

a internacionalização das tecnologias pelas multinacionais não se limita a suas atividades de P&D, de acompanhamento tecnológico e de centralização e apropriação de conhecimento. Inclui as medidas

tomadas pelos grupos para proteger suas tecnologias privadas e impedir que sejam imitadas ou utilizadas sem a concordância dos proprietários, conforme as leis de patentes e instrumentos jurídicos internacionais (CHESNAIS, 1996 [1994], p. 163).

Ainda para esse autor, nos países em que agem diretamente, as patentes são maneiras empregadas pelas empresas para a preparação da produção local, para a exportação ou para a venda de patentes e cessão de licenças. Já nos países em que não atuam, são mecanismos de proteção contra imitações ou concorrência, lançando mão de processos judiciais contra aqueles que as desrespeitam. Como os países pobres possuem uma participação insignificante nos fluxos mundiais de tecnologia, o autor conclui que as patentes tornaram-se, além das suas dívidas externas, um novo tributo que lhes foi imposto pelos países e empresas centrais do capitalismo.

Como as contas nacionais têm a ver com a totalidade do território¹⁶¹ em face da pressão para modernizar-se e integrar-se, mesmo que pontualmente, à globalização, os países pobres, como o Brasil, endividam-se. Os custos dessa empreitada pesam sobre todas as dimensões da vida e da produção, pois tal modernização pressupõe a remuneração pelo direito de uso das técnicas e das normas que caracterizam o presente histórico, por meio das patentes e dos *royalties*, que *“despontam como o pagamento de um direito à circulação de inovações, como uma taxa para o deslocamento da inovação do seu lugar de origem para seu lugar de uso”* (SILVEIRA, 2000, p. 217).

Por seu turno, o GRÁFICO 18 e o MAPA 07 apresentam as transferências financeiras brasileiras para o exterior em dois períodos: entre 1993 e 2005 e de 2007 a 2011, referentes à propriedade intelectual, uma tentativa de empiricizar o rebatimento financeiro da dependência tecnológica. A separação analítica das informações em dois gráficos distintos fez-se necessária uma vez que as bases de dados a que tivemos acesso não são coincidentes para os dois períodos, havendo algumas diferenças metodológicas. Mesmo assim, ambos permitem comprovar nossa hipótese do aumento contínuo da transferência de recursos nacionais para o estrangeiro.

¹⁶¹ Ou, nas palavras de French, Leyshon & Thrift (2009, p. 299), a geografia sempre é chamada a pagar a conta.

**GRÁFICO 18 - BRASIL: Transferências Financeiras para o Exterior (USD mil)
relativas à Propriedade Intelectual (1993 - 2005)**

Fonte: BRASIL, 2006, p. 68. Organização do autor.

* Considerando os 15 países que formavam a União Europeia (UE) até 2004.

Obs.: O cálculo das transferências financeiras ao exterior para pagamento de propriedade intelectual é composto por: aluguel de filmes cinematográficos, fitas e discos gravados, direitos autorais, licença de uso de marcas, exploração de patentes licenciadas, aquisição de *software* (para revenda) e aquisição de cópia única de *software* (para uso pessoal).

Apesar de algumas oscilações nos seus valores, o pagamento de *royalties* aumenta significativamente desde 1993, com destaque para o ano de 2005 sobre 2004, especialmente para os Estados Unidos e União Europeia. Com a inclusão de dez novos países à UE, deve-se incluir, para o ano de 2005, o pagamento de USD 33.239.700. O crescente pagamento por propriedade intelectual, especialmente aos Estados Unidos, mostra uma progressão da dependência brasileira em relação a esse país. O conteúdo desses *royalties*, mercadorias essencialmente informacionais (*softwares*, material videográfico e fonográfico, patentes e direitos autorais), revela a essência dessa dependência, trazendo aspectos importantes do papel central da informação no atual período histórico, confirmada pelas remessas efetuadas nos anos subseqüentes.

Entre 2000 e 2005, o aumento do envio de dinheiro pelo pagamento de *royalties* aos Estados Unidos foi de 49%. Fato comemorado pelo CNCP (Conselho Nacional de Combate à Pirataria), que o associa à eficiência de implementação de

políticas nacionais de combate à pirataria (BRASIL, 2006, p. 68). Os equívocos da análise setorial manifestam-se, pois o aumento de *royalties* pagos pode significar apenas o aumento de transações comerciais entre os países e não necessariamente o sucesso do combate à pirataria. Em segundo lugar, festejar o aumento de *royalties* pagos, mostrando uma maior conduta legalista do país, obscurece o fato de que na verdade o que aumenta é o envio de dinheiro nacional para o exterior. De nossa parte, consideramos que esse aumento representa a expressão financeira da influência do Estado e das corporações estadunidenses, especialmente por meio dos Relatórios Especiais 301, sobre o Brasil.

O crescimento dos envios acentua-se nos últimos anos: entre janeiro de 2007 e setembro de 2011 o total de remessas brasileiras ao exterior relativas ao pagamento de direitos autorais, marcas, patentes e uso de bancos de dados internacionais foi de USD 23,9 bilhões (MAPA 07). O total de remessas para os Estados Unidos foi de USD 10,9 bilhões, ou aproximadamente 46% do total. O aumento é contínuo no período, com exceção do ano de 2010, no qual se nota uma redução em relação ao ano precedente.

MAPA 07 - BRASIL: Transferências financeiras (USD mil) para o exterior relativas à Propriedade Intelectual (2007 - 2011)

Fonte: Banco Central do Brasil. Relatório de Remessas ao exterior. Organização do autor.

* Para o ano de 2011 foram considerados os valores mensais até o mês de setembro¹⁶².

** Considerando os 27 países que compõem a União Européia desde 2007.

Obs.: O cálculo das transferências financeiras ao exterior para pagamento de propriedade intelectual é composto por: cessão de patentes, licença de exploração de patentes, direitos autorais, direitos autorais sobre programas de computador, licença de uso de marcas, cessão de marcas, utilização de bancos de dados internacionais.

A União Européia coube receber USD 5,9 bilhões ou aproximadamente 25% do total das remessas nacionais dos últimos cinco anos. Entretanto, entre os 27 países da UE, 13 receberam 98% do total das remessas destinadas à região (TABELA 01 e MAPA 07). Um grupo restrito representa os grandes beneficiários dessas remessas: a Alemanha recebeu USD 1,3 bilhão ou 22,5% do total de remessas com destino à Europa, seguida pelos Países Baixos (Holanda), com USD 776 milhões, ou perto de 13% do total. A França, com USD 735 milhões, ou 12,5%, ficou em terceiro lugar, à frente do Reino Unido, com USD 641 milhões (aproximadamente 11%) e Suécia, com USD 543 milhões (9%). Os demais países apresentam participação entre 0,6% e 6,6%, conforme

¹⁶² A partir de outubro de 2011, de acordo com informações do Banco Central do Brasil, o país de destino das remessas não é mais informado. Conforme comunicação por correio eletrônico de setembro de 2012: “*Ressaltamos que a partir de outubro/2011, com o início do funcionamento do novo sistema de câmbio, as instituições financeiras não mais informaram o país de destino das remessas, por ocasião da contratação das operações de câmbio, razão pela qual esse dado não consta na tabela*”.

a TABELA 01. Mesmo existindo transferências tecnológicas vinculadas aos investimentos estrangeiros no Brasil, elas são usurpadas pelas remessas de lucros das empresas filiais às suas matrizes e pelo pagamento de *royalties*, patentes e direitos autorais.

TABELA 01 - UNIÃO EUROPÉIA: Principais países beneficiados pelas remessas brasileiras relativas ao pagamento de direitos de Propriedade Intelectual (2007 - 2011)

Posição do país	País	Valor recebido (milhões de USD)	Participação do país (%) do total enviado à UE
1	Alemanha	1.323	22,5
2	Países Baixos (Holanda)	776	13,2
3	França	735	12,5
4	Reino Unido	641	10,9
5	Suécia	543	9,2
6	Irlanda	387	6,6
7	Espanha	363	6,2
8	Finlândia	324	5,5
9	Itália	292	5,0
10	Hungria	233	4,0
11	Portugal	108	1,8
12	Dinamarca	20	0,4
13	Noruega	17	0,3

Fonte: Banco Central do Brasil. Relatório de Remessas ao exterior. Organização do autor.

Obs.: O cálculo das transferências financeiras ao exterior para pagamento de propriedade intelectual é composto por: cessão de patentes, licença de exploração de patentes, direitos autorais, direitos autorais sobre programas de computador, licença de uso de marcas, cessão de marcas, utilização de bancos de dados internacionais. Valores considerados até o mês de setembro de 2011.

O Japão recebeu, entre 2007 e setembro de 2012, USD 232 milhões, ou 1% do total, enquanto a China se beneficiou de USD 138 milhões, ou 0,6%, a Suíça USD 253 milhões, aproximadamente 1% e, ao conjunto de países da América Latina e Central foram enviados, no período, USD 311 milhões, ou 1,3 % do total das despesas do país. A proximidade, aqui, não repercute nas remessas de *royalties*.

Finalmente, dois agentes novos precisam ser trazidos ao debate para a compreensão dos recentes processos em curso: o projeto de implantação do ACTA

(*Anti-Counterfeiting Trade Agreement* ou Acordo Comercial Anticontrafação) e a importância crescente da China como agente geopolítico. Ambos reafirmam, com suas particularidades, a centralidade da pirataria.

O ACTA intenciona reforçar as patentes e *copyrights* globais defendendo, portanto, a manutenção dos fluxos de capital aqui expostos. Trata-se um acordo negociado à parte de todas as organizações internacionais aqui mencionadas, incluída a OMC. Suas negociações foram conduzidas pela diplomacia estadunidense, incluindo também a União Européia, o Japão, Suíça, Austrália, Canadá, México, Nova Zelândia, Coreia do Sul, Singapura e Marrocos. Desses países, quatro são os principais beneficiários das remessas de *royalties* do Brasil, país que, entretanto, não participou dos debates¹⁶³. Como propõem French, Leyshon & Thrift (2009, p. 294), as políticas nacionais e internacionais foram afastadas de qualquer esfera democrática ou daqueles que não comunguem da 'epistemologia financeira', tendo sido entregues aos especialistas do sistema financeiro.

O ACTA apresenta-se igualmente como uma tentativa de reforçar e fazer perseverar o princípio da economia baseada na propriedade da técnica, da ciência e da informação. Mas, hoje, mesmo no seio do capitalismo, esse princípio é questionado. Para Veltz (2010), a privatização desses três elementos tornou-se uma deseconomia.

O sistema de patentes e da propriedade industrial, hoje profundamente em crise, poderá sobreviver? Nada é menos certo. A expansão das redes abertas e de modelos de produção distribuídos e de inovação colaborativa apresenta a mesma dinâmica. No entanto, esta expansão não elimina absolutamente o espaço concorrencial do mercado em benefício de um espaço puramente cooperativo e altruísta: ela cria novos e estranhos espaços híbridos (estranhos aos nossos olhos acostumados a divisões mais marcadas, mas que em breve deixarão de sê-la, tão logo elas [redes abertas] se tornem a norma) (VELTZ, 2010, p. 3. Tradução do autor)¹⁶⁴.

¹⁶³ Em 2010, sítios de *internet* (*Wikileaks*, especialmente) divulgaram os documentos secretos resultantes das negociações do Acordo, cujos conteúdos eram, até então, desconhecidos. Entretanto, para o Sr. Jean-Baptiste Barbier (Conselheiro do *Comité National Anti Contrefaçon da França*, em entrevista realizada em 21 de junho de 2012), que participou de diversas reuniões de discussão do ACTA, o Governo brasileiro sempre teve conhecimento desse projeto e optou por não participar das discussões. Mesmo que tal informação não possa ter sido comprovada, consideramos mais importante o fato de que as discussões não se deram em organismos internacionais existentes, como a ONU e a OMC.

¹⁶⁴ “*Le système des brevets et de la propriété industrielle, aujourd’hui profondément en crise, y survivra-t-il ? Rien n’est moins sûr. L’expansion des réseaux ouverts et des modèles distribués de production et d’innovation collaboratives relève de la même dynamique. Pour autant, cette expansion n’abolit nullement l’espace concurrentiel du marché au profit d’un espace purement coopératif et désintéressé: elle crée de nouveaux et étranges espaces hybrides (étranges pour nos yeux habitués à des divisions plus tranchées, mais qui cesseront bientôt de l’être, tant ils deviennent la norme)*” (VELTZ, 2010, p. 3).

De fato, os mentores ideológicos do ACTA são as corporações que nas últimas décadas têm ditado quais devem ser as normas e os comportamentos dos países onde elas agem, como se pode observar, no Brasil, na aprovação na Lei de Propriedade Intelectual. Os novos agentes da “economia da informação” não estão, a princípio, contemplados.

Mesmo que os conteúdos do Acordo tenham sido divulgados em 2010, há referências oficiais a sua discussão desde o *Special 301 Report* de 2007:

Em 23 de outubro de 2007, Susan C. Schwab, do Escritório de Representação Comercial dos Estados Unidos, anunciou que os Estados Unidos buscarão negociar um Acordo de Comércio Anti-Contrafacção (ACTA). O ACTA reunirá países que reconhecem a importância fundamental do cumprimento de sólidos DPI [Direitos de Propriedade Intelectual] para uma economia próspera. O ACTA é imaginado como um esforço de liderança entre os países que elevará o padrão internacional de aplicação dos DPI para enfrentar os desafios atuais da contrafacção e da pirataria (USTR, 2008, p. 4, Grifo Nosso. Tradução do autor)¹⁶⁵.

É explícita, na opinião do Escritório de Comércio estadunidense, a menção aos países que reconhecem a importância da severa aplicação de leis de proteção à propriedade intelectual. Essa opção exclui os países que são classificados nas suas listas anuais de Observação e Observação Prioritária, como é o caso do Brasil, sistematicamente acusado de pouca rigidez no combate à pirataria.

Uma vez aprovado, o ACTA seria agregado aos acordos bilaterais ou regionais. Assim, os países signatários assumiriam novas obrigações de combate à pirataria. Acredita-se que formas de retaliação ainda mais graves seriam vinculadas a esse acordo. Até o momento, o sucesso da implementação do Acordo é incerto. Muitos Estados Nacionais, como o Brasil, a China e a Índia o questionam, bem como partidos políticos europeus - entre eles o Partido Pirata - e diversos grupos defensores de movimentos sociais vinculados à liberdade de circulação de informações. A sua rejeição pelo Parlamento Europeu em julho de 2012 é sintomática desse processo de resistência. Todavia, o fato de que ele tenha sido concebido como instrumento das

¹⁶⁵ “On October 23, 2007, U.S. Trade Representative Susan C. Schwab announced that the United States will seek to negotiate an Anti-Counterfeiting Trade Agreement (ACTA). ACTA will bring together countries that recognize the critical importance of strong IPR [Intellectual Property Rights] enforcement for a prosperous economy. The ACTA is envisioned as a leadership effort among countries that will raise the international standard for IPR enforcement to address today’s challenges of counterfeiting and piracy”. (USTR, 2008, p. 4, Grifo nosso).

relações entre os países é que deve ser destacado. Mesmo rejeitado, o ACTA persiste, latente, como projeto¹⁶⁶.

A encruzilhada do presente, para utilizarmos a expressão de Richta (1974 [1968]), exige refletir, igualmente, sobre a emergência da China como agente da geopolítica no período técnico-científico-informacional. Para French, Leyshon & Thrift (2009, pp. 295-296). Graças à sua crescente produção de excedentes financeiros, o país pode ser considerado uma superpotência econômica, com novo papel geoeconômico e geopolítico no mundo. Suas exportações foram de USD 70 bilhões em 1990, atingindo USD 800 bilhões em 2005 e, apoiado na preparação técnico-normativa de seu território, o país tornou-se, em 2009, o maior exportador mundial, seguido por Alemanha e Estados Unidos¹⁶⁷.

Seu papel geopolítico se faz visível também na grande proporção de suas reservas asseguradas em Títulos do Tesouro Americano, o que leva a uma dependência estrutural sino-americana, pois ao mesmo tempo em que a China é um território privilegiado para a produção globalizada continua dependente dos Estados Unidos como principal país consumidor de seus produtos. Essa situação, no entanto, é comandada pela China, uma vez que suas compras de Títulos estadunidenses (MAPA 08) vitalizam o principal mercado consumidor de seus produtos.

¹⁶⁶ Na União Européia, o ACTA foi o primeiro acordo comercial internacional rejeitado pelo Parlamento. Obteve pareceres contrários das Comissões de Comércio Internacional, Comissão de Liberdades Cívicas, Comissão de Indústria, Comissão de Assuntos Jurídicos e Comissão de Desenvolvimento. Fontes para o conjunto de informações: UE. "Parlamento Europeu rejeita o ACTA". In: *Parlamento Europeu*. Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/news/pt/pressroom/content/20120703IPR48247/html/Parlamento-Europeu-rejeita-o-ACTA>. Acesso em 10/07/2012; LELOUP, D. "Le Parlement européen vote contre le traité anticontrefaçon ACTA". In: *Le Monde*, 04/07/2012; LATRIVE, F. "Diplomacia a portas fechadas". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, março de 2010. CANTANHÊDE, E. "Governo diz que reagirá a pacto antipirataria". In: *Folha de São Paulo*, 11/05/2010; COELHO, L. "Brasil é alvo de ricos em pacto antipirataria". In: *Folha de São Paulo*, 06/05/2010.

¹⁶⁷ French, Leyshon & Thrift (2009); O'BRIEN, R. & KEITH, A., 2009; CHADE, J. "China é a maior exportadora do mundo, diz OMC". In: *O Estado de São Paulo*, 25/08/2009.

MAPA 08 - MUNDO: Países detentores de Bônus do Tesouro Americano (2008)

Elaboração: Philippe Rekacewicz. Mapa sem escala.

Fonte: <http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/bonstresor>. Acesso em 22/12/2010.

Essa relação dialética entre os dois países traz à tona os possíveis limites a uma padronização ainda maior das normas globais de proteção de patentes. Presencia-se aqui uma contradição, essencial, entre a expansão atual do sistema capitalista e sua necessidade de homogeneização de técnicas e normas e a diversidade geográfica dos países. Da China, por exemplo, graças à sua inserção mundial como espaço da globalização, exige-se, por meio da OMC, que passe a honrar patentes e marcas globalizadas, uma vez que a idéia de respeito à propriedade intelectual, bem como a de pirataria, eram inexistentes ou ignorados na legislação e nos valores sociais do país.

Ora, o projeto chinês, como foram os projetos de países capitalistas¹⁶⁸, combina formas de pirataria imitativa, apoiada pelo Estado, tanto quanto a pirataria adaptativa, subsídio essencial da expansão recente do consumo popular observada no país. A engenharia reversa foi e é uma política de Estado chinesa. De acordo com Dimitrov (2012, pp. 250-251), o sistema de proteção à autoria e de patentes chinês esboça-se em 1898, sendo a primeira lei de patentes de 1912, com revisões até 1939, sendo que nenhuma delas atribui proteção para estrangeiros. Em 1949, as patentes são quase totalmente abolidas. Em 1950 desenvolve-se um novo sistema de certificações diferenciado para invenções mais ou menos inovadoras, mas apenas em 1984 promulga-se uma nova lei, revisada nos anos de 1992 e 2000. Nesse sentido,

¹⁶⁸ Como destaca Chang (2004 [2002], p. 13 e seguintes).

como argumenta Pinheiro Machado (2008, p. 121), “o boom da economia da China está imbricado à explosão do mercado de bugigangas e falsificações”. Era mais rápido, fácil e eficiente copiar do que criar.

A preocupação central trazida pela ascensão geopolítica do país é sua crescente capacidade de inovar, mesmo que essa inovação não se repercuta em patentes. Portanto, não é apenas a contrafação de produtos ou o mercado globalizado de mercadorias que estão em discussão, mas todo o sistema corporativo de inovação e as conseqüentes legislações e acordos implementados pelos países centrais do capitalismo nas últimas décadas. Apoiada em outros valores e normas, cujo rumo ainda é incerto, a ação chinesa já altera as relações produtivas e sociais, bem como a organização dos territórios, em escala mundial.

Para Jabour (2010), a opção chinesa combina Estado, mercado e tecnologia na conformação de um “socialismo de mercado”:

Na atualidade, o planejamento [chinês] em nível superior consiste numa ampla visão dos problemas internos e externos, da transformação da problemática da ciência e tecnologia não mais como expressão da cópia deste ou daquele produto ou mecanismo de produção, mas principalmente da capacidade financeira do Estado em, aproveitando-se de conjunturas recessivas, comprar pacotes fechados de tecnologia nova e até novíssima. É não somente planejar o comércio exterior pela entrada e saída de recursos e produtos como também dar cabo de processos de colocação de conglomerados estatais e privados no jogo da grande concorrência internacional, que na ponta do processo significa a própria concorrência entre capitalismo e socialismo (JABOUR, 2010, pp. 139-140).

O governo chinês é constantemente acusado por nações e corporações de ser conivente com as práticas de pirataria¹⁶⁹. Esse discurso é parcial, pois desconsidera que o território chinês é usado como recurso pelas grandes corporações mundiais, especialmente estadunidenses e européias, que ali se instalaram, nas últimas décadas, beneficiando-se dos incentivos territoriais ofertados pelo país.

Esse movimento novo e complexo do mundo é, logo, de difícil compreensão, especialmente pelo viés ocidental das análises científicas preponderantes, inconciliáveis com a filosofia, a política, a cultura, a economia e os usos do território chineses. De nossa parte, esperamos contribuir para este debate incorporando a categoria de meio geográfico à análise, afinal, a despeito de possuir um modo de

¹⁶⁹ Como, por exemplo, em *Special 301 Report* (vários anos) e WIPO (2011).

produção não capitalista, a China avança rapidamente na constituição de um meio técnico-científico-informacional em áreas selecionadas de seu território.

A grande questão, aqui lançada, é que a mesma base técnica que sustentou a globalização do capitalismo pode ser utilizada para outras formas de organização da produção. Evidentemente, trata-se de uma questão central para os principais agentes que orquestraram o mundo como ele tende a ser hoje.

Em seu livro *Le système technicien*, de 1977, Jacques Ellul questionava a existência de um modelo chinês próprio, pois a opção adotada pelo país, qual seja, a expansão da sociedade tecnicista, equiparava-se àquela dos países capitalistas. Para o autor,

esta ‘via chinesa original’ nada mais é do que um estágio, uma etapa durante a qual habituam-se os chineses à tecnicização e prepara-se um certo número de bases necessárias para o movimento ulterior e, neste caso, a China se tornará uma sociedade tecnicista exatamente comparável às outras, pois, repetimo-lo sem cessar, o sistema técnico traz consigo um conjunto de condições e de consequências sempre idênticas (ELLUL, 1977, p. 199. Tradução do autor)¹⁷⁰.

Igualmente, é válido retomar a tese defendida por Friedman (1968 [1960], p. 135) de que o meio técnico é um dado essencial da sociedade tecnicista e por Santos (1994a; 1996), da planetarização do meio técnico-científico-informacional.

Desde os anos 1970, a normatização de patentes globalizou-se. De acordo com WIPO (2011b, p. 7) existiam 7,3 milhões de patentes em vigor, no mundo, em 2010. Destas, dois milhões eram baseadas no USPTO e 1,4 milhão no JPO (*Japan Patent Office*), enquanto no Brasil vigoravam 40.022 patentes. O Escritório Chinês (*State Intellectual Property Office of China* - SIPO) tem aumentado, ano a ano, sua participação no total mundial de patentes concedidas no mundo. Se essa política chinesa for reforçada, seria dado novo fôlego ao sistema de patentes hoje existente. Todavia, o processo em curso não nos permite ter tal certeza. As patentes são pilares estruturais na atual geopolítica entre os países, mas não são dados definitivos. O território, em sua totalidade, continua sendo um elemento central de todas as decisões.

¹⁷⁰ “... cette “voie chinoise originale” n’est qu’un stade, une étape pendant laquelle on habitue les chinois à la technicisation et on prépare un certain nombre de bases nécessaires pour l’essor ultérieur, et dans ce cas, la Chine deviendra une société technicienne exactement comparable aux autres car, redisons-le sans cesse, le système technicien porte avec lui un ensemble de conditions et de conséquences toujours identiques” (ELLUL, 1977, p. 199).

Como procuramos mostrar na próxima parte desta tese, no Brasil também é o território o elemento central para a compreensão da pirataria. Mais que isso, o território, mesmo desigual, abriga formas mais generosas de produção e de vida. É o território sendo usado, contraponto existencial à rigidez normativa.

Cobogó, Ricardo Aprigio Fonseca, 2012.

TERCEIRA PARTE

SITUAÇÕES E USOS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO: PIRATARIA E MEIO GEOGRÁFICO NO BRASIL

*“Em certas tardes nós subíamos
ao edifício. A cidade diária,
como um jornal que todos liam,
ganhava um pulmão de cimento e vidro.”*

João Cabral de Melo Neto. *O engenheiro*, 1945.

Capítulo 12

O controle da fronteira Brasil - Paraguai: o país de portas fechadas à pirataria?

A pirataria faz parte da economia transnacionalizada cujas mercadorias, fluxos de capital e de normas atingem os espaços nacionais mais atraentes ao seu projeto, colocando em segundo plano a questão da legalidade do desígnio e valorizando a maior ou menor facilidade que certos países e lugares lhe dão à ação. Para Naím (2006 [2005], p. 14), as fronteiras abertas ao mercado mundial acabaram se tornando um perigo para as práticas ‘lícitas’, pois *“as fronteiras nacionais são uma dívida para os criminosos e um obstáculo para as agências da lei”*. Há discordâncias em relação à tese do autor, pois nossa pesquisa tem mostrado que os grandes agentes corporativos globais “lícitos”, os Estados e outros agentes hegemônicos beneficiam-se das fronteiras para a circulação de mercadorias pirateadas ou não. A ausência de homogeneidade dos territórios permite que esses agentes mantenham funcionando a estrutura e as redes que lhes dão suporte, aproveitando-se das situações seletivamente existentes pelo mundo, manifestas nas formações socioespaciais. Para Machado (2000):

Determinadas zonas francas (Hong Kong, Panamá, Miami, etc.) encarregam-se da distribuição global de mercadorias das mais variadas procedências, configurando uma verdadeira rede hierarquizada de zonas francas. Tanto a isenção alfandegária como a forma de organização em rede são essenciais para o barateamento das mercadorias e a rapidez no atendimento dos clientes, donde sua importância crescente para o comércio internacional (MACHADO, 2000, p. 24)¹⁷¹.

Concordando com Cataia (2007), pode-se dizer que

hoje, em face da globalização, a compartimentação do espaço mundial revela duas facetas contraditórias e solidárias. Por um lado, as fronteiras devem delimitar com clareza o território nacional que consagra à sociedade que nele vive seu abrigo, este é o princípio da soberania internacional, mas por outro lado a economia

¹⁷¹ O Paraguai (Ciudad del Este) é citado como um dos pontos de acesso (*hotspots*) do contrabando internacional juntamente com Latvia, Lituânia, Emirados Árabes Unidos (Abu Dhabi e Fujairah), China (Hong Kong, Xangai e Guangdong), Panamá, Taiwan e México (região fronteira Norte) (ICC, 2009, p. 27).

transnacionalizada opera fluxos financeiros e normativos que atravessam as fronteiras, promovendo um enfraquecimento de suas funções destinadas à proteção (CATAIA, 2007, p. 1).

Conforme Raffestin (1993 [1980]), a fronteira é uma informação e, portanto, pode ser usada de formas diferentes pelos diversos agentes sociais. Na sua função de reserva dos interesses de uma nação, a fronteira é o arcabouço da validade das leis e, por conseguinte, da conseqüente fiscalização e punição às suas infrações. As fronteiras, dessa forma, são informações que se impõem ao sistema de repressão. Como argumenta Cataia (2007), *“a fronteira como linha é sempre mais absoluta, servindo como marco onde os Estados nacionais, segundo a intensidade de seus poderes, exercem a vigilância (sanitária, demográfica, ideológica, policial ou militar)”* (CATAIA, 2007, p. 4).

É preciso destaca que os fluxos globais de mercadorias, especialmente aquelas transportadas em contêineres, permitiu mesclar aquelas que entram legalmente no país, aquelas que se destinam ao contrabando e aquelas que são fruto de práticas da pirataria imitativa. Mesmo sendo fenômenos distintos, pirataria e contrabando são tratados pelas autoridades e legislações brasileiras como associações da ilegalidade¹⁷². As operações de combate ao contrabando e pirataria realizadas pela Receita Federal se concentram na região Sul do país, sob o argumento de que é a partir da fronteira Sul que a maior parte de produtos ilegais entra no Brasil, opinião compartilhada por Machado (2000):

É conhecida a centralidade de Ciudad del Este (Paraguai), vizinha a Foz de Iguaçu, para os circuitos de pequenos comerciantes brasileiros procedentes de todos os lugares do Brasil que, de forma legal ou ilegal, compram mercadorias do outro lado da fronteira. Uma parcela considerável dos produtos estrangeiros vendidos em feiras populares nas cidades brasileiras tem origem nessas zonas, com preponderância dos entrepostos paraguaios (MACHADO, 2000, p. 23).

Nesse sentido, na cidade de Foz do Iguaçu (PR), a Secretaria da Receita Federal desenvolveu uma operação, “Fronteira Blindada”, com o objetivo de reprimir a pirataria e o contrabando. Em 20 de junho de 2005, Brasil e Paraguai assinaram um “Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Grupo Bilateral de Inteligência Brasil-Paraguai na Esfera de Pirataria, da Falsificação e do Contrabando

¹⁷² O contrabando ou descaminho é definido pelo artigo 334 do Código Penal (Decreto-Lei n. 2. 848, de 07/12/1940), e denota a importação ou exportação de mercadorias proibidas ou aquelas cujos impostos devidos não foram pagos.

de Produtos Pirateados e Falsificados” com o objetivo de coordenar ações de combate às práticas de pirataria, falsificação e contrabando. Já em 2006, uma nova aduana começou a operar em Foz do Iguaçu, com capacidade para fiscalizar, com apoio da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, uma porcentagem maior dos pedestres e veículos que retornam de Ciudad del Este¹⁷³. Entretanto, como nosso trabalho de campo comprovou, a fiscalização total é inviável, pois a quantidade de pessoas e mercadorias exigiria estruturas faraônicas de controle, tecnologias ainda mais avançadas e grande número de fiscais.

Os usos da fronteira servem aqui à repressão na medida em que normatizam a estreita relação socioespacial cotidiana entre os dois países limítrofes. Tanto assim que o maior rigor do governo brasileiro gerou protestos no Paraguai: a Ponte da Amizade ficou impedida por quase três dias, como forma de manifestação contra o aumento de exigências de fiscalização e mudanças na cota de importação brasileira. Essa situação mostra elementos fundamentais do debate político no qual não apenas a legalidade, mas a legitimidade das ações que é considerada. Afinal, das relações permitidas pela fronteira dependem não exclusivamente a economia, mas a organização do território e da sociedade paraguaios (no caso Ciudad del Este) e iguaçuenses. Nos dias de protesto, lojas, escolas e outras instituições públicas não funcionaram¹⁷⁴.

A região da tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina é tida, conforme já foi apresentado, como uma das principais portas de entrada da pirataria e do contrabando no Brasil, especialmente pelo papel vinculador exercido pelas cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. A Ponte Internacional da Amizade (PIA) é o símbolo desse comércio pujante entre Brasil e Paraguai, embora, na prática, não seja o único e talvez tampouco o principal caminho para a entrada das mercadorias piratas nessa região do país¹⁷⁵. Aliás, como revela Dorfman (2008), as áreas de fronteira do Brasil sempre apresentaram intensa relação comercial. Trata-se,

¹⁷³ Fonte das informações: BRASIL (2006, pp. 15-16); entrevistas realizadas com o Sr. Edgar Francisco Abadie, Auditor Fiscal da Receita Federal em Foz do Iguaçu e Sr. Ricardo Schneider, Chefe da Delegacia da Polícia Rodoviária Federal de Foz do Iguaçu. Entrevistas realizadas em 05 e 06 de julho de 2010, respectivamente.

¹⁷⁴ MARIN, D. C. “Brasil e Paraguai chegam a acordo sobre Ponte da Amizade”. In: *O Estado de São Paulo*, 22/03/2006; “Paralizan el comercio en el Este y van a Brasil a buscar soluciones”. In: *Digital ABC*. Disponível em <http://www.abc.com.py/2006-03-21/articulos/240973/paralizan-el-comercio-en-el-este-y-van-a-brasil-a-buscar-soluciones>. Acesso em 27/01/2009; *Países farão mudanças na fronteira*. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2303200620.htm>. Acesso em 26/01/2009.

¹⁷⁵ Nossa pesquisa revelou que é cada vez maior o transporte de mercadorias pelo Rio Paraná. Por outro lado, o aumento da fiscalização na fronteira e nas principais rodovias de ligação do país com a Região Sul (entre Ciudad del Este e São Paulo são nove postos de fiscalização fixos) tem levado outros municípios fronteiriços a tornarem-se rotas comerciais.

portanto, de uma divisão territorial do trabalho especializada que acompanha a formação socioespacial brasileira, concretizando-se em cidades e municípios.

Embora muito relacionadas, pirataria e contrabando diferenciam-se. Esta pesquisa permitiu comprovar que a maior parte da pirataria não entra via Paraguai, como acredita-se, mas sim por outros lugares, especialmente o Porto de Santos, em São Paulo. No que se refere ao contrabando, é importante lembrar que Ciudad del Este é uma Zona Franca onde há uma taxa de importação única para todos os produtos: 10%. Essa é uma legítima decisão soberana paraguaia e a importação brasileira de produtos inicialmente introduzidos pelo Paraguai não é ilegal desde que respeitados os limites de isenção para o chamado ‘turismo de compras’ (USD 300 por pessoa a cada trinta dias) e os impostos de importação (50% do valor da mercadoria) para tudo que ultrapasse essa cota ou, no caso de atacadistas, o respeito às normas gerais de importação pelo Brasil. A grande questão tributária é o desvio na importação brasileira que se realiza sem pagamento de impostos, o que caracteriza o contrabando.

Para tanto, há uma pulverização do trabalho, ou, melhor dizendo, uma divisão territorial do trabalho: milhares de *sacoleiros* ou *muambeiros* diariamente atravessam a PIA; os *laranjas*, em geral moradores de Foz do Iguaçu que passam as mercadorias pela Aduana, vendendo sua cota de compras aos sacoleiros; os *taxistas* e as *vans* que atravessam a Ponte com encomendas de pessoas que se instalam nos hotéis de Foz do Iguaçu¹⁷⁶; e os *moto-taxistas* que, em dezenas de viagens diárias, transportam mercadorias menores, em geral com maior valor agregado¹⁷⁷.

Na PIA há um novo posto da Receita Federal, inaugurado em 2006, mais amplo e moderno que o anterior, mas o controle daqueles que por ali passam só pode ser realizado por amostragem. Nos dias mais freqüentados pelos ‘compristas’¹⁷⁸, quartas e sábados, a fiscalização de todos levaria horas e exigiria um batalhão de fiscais, motivo pelo qual se pode sair do Brasil por uma fila na qual as pessoas empunham seus RGs (Registro Geral, ou Carteira de Identidade), sem que eles, no entanto, sejam conferidos. Isso significa que a saída do país se dá sem qualquer registro ou

¹⁷⁶ O turismo para compras no Paraguai é um elemento central da ocupação da rede hoteleira de Foz do Iguaçu.

¹⁷⁷ A fiscalização dos taxistas é menor do que a de carros comuns e vans e a dos moto-taxistas é ainda menor, pois são em grande número e circulam rapidamente por uma faixa exclusiva. Ambos beneficiam-se da dúvida, pelas autoridades, em distinguir esses profissionais, no ato de atravessar mercadorias, daquele que também viaja sozinho por ter deixado ou por ir buscar algum passageiro.

¹⁷⁸ Categoria nativa, o *comprista* é aquele que compra no atacado e difere-se do *turista*, o que compra no varejo. A separação entre ambos é também espacial: as lojas, galerias e *shoppings* que vendem para um geralmente não são os mesmos que vendem para os outros. Pode-se dizer que, em linhas gerais, entrando na cidade pela PIA, o lado direito concentra lojas para turistas e o esquerdo para compristas.

comprovante. Nos dias de menor movimento, cada pessoa é obrigada a entregar seus documentos ao passar pela PIA, onde um funcionário registra as saídas do país num sistema de controle.

O fato de uma pessoa ou mercadoria ter sido fiscalizada, porém, pode significar uma legalização da entrada no país de produtos piratas, ou seja, uma ação que, sem qualquer corrupção, acoberta um crime. Isso ocorre porque o fiscal da Receita Federal não está habilitado a distinguir produtos falsos de originais. No caso de piratarias adaptativas facilmente identificáveis, como DVDs, a mercadoria é apreendida, mas no caso de reproduções mais fidedignas, imitativas, tal procedimento não é óbvio. Assim, certa quantidade de tênis ou relógios falsos, por exemplo, que ultrapasse a cota de USD 300 pode, no momento da entrada no Brasil, pagar imposto de importação e ser legalizada como uma mercadoria original¹⁷⁹. A IMAGEM 08 mostra parte da estrutura de fiscalização da PIA:

IMAGEM 08 - FOZ DO IGUAÇU: Estrutura de fiscalização da PIA (2010)

O grande prédio da Aduana brasileira num dos dias de menor frequência de turistas e compristas (terça-feira). Na imagem à esquerda, funcionário fiscaliza bagagens enquanto as pessoas preenchem os formulários de DBA (Declaração de Bagagem Acompanhada) e, na imagem da direita, veículos são fiscalizados. Autoria: Fábio Tozi, julho de 2010.

Um Decreto da Presidência da República (Decreto nº 6.956, de 9 de setembro de 2009), criou o Regime de Tributação Unificada (RTU) para importação, via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Essa norma, regulamentada em

¹⁷⁹ Tal situação pode não ser economicamente vantajosa, mas essa discussão não é o objeto do exemplo apresentado. Em caso de dúvida sobre a originalidade de um produto, o fiscal deve chamar um perito da marca presumidamente falsificada, a quem cabe abrir uma queixa policial e um processo judicial, procedimento que raramente ocorre. Aparece, assim, uma vantagem dos sacoleiros: a mercadoria pirateada trazida por cada um é pouca para justificar os ônus de abertura de uma investigação, mas a frequência das viagens e o grande número de compristas dão outra dimensão ao comércio quando considera-se a totalidade dos agentes e dos objetos envolvidos.

2010 (Instrução Normativa RFB nº 1.098, de 14 de dezembro de 2010), criou uma alíquota única de importação de 25% e ficou conhecida como “Lei dos Sacoleiros”. Para beneficiar-se dessa tributação é necessário tornar-se um microempresário e aderir ao Simples Nacional (regime tributário simplificado), o que permite a importação de até R\$ 110.000/ano. Essa ‘profissionalização’ dos sacoleiros deseja, em nossa opinião, diminuir a entrada de mercadorias sonegadas no país, expressando um novo evento da institucionalização e controle do comércio do circuito inferior.

Todavia, a Ponte da Amizade, apesar da fiscalização, ainda é um dos importantes caminhos pelos quais entram a pirataria e o contrabando no Brasil. Para tanto, há muitas estratégias: atravessá-la à noite é uma delas (o número de fiscais é menor), assim como a prática, hoje eliminada¹⁸⁰, da realização de comboios de ônibus que possuíam hora e local de encontro combinados para que todos chegassem juntos ao posto de fiscalização, o que inviabilizava a inspeção e, conseqüentemente, liberava a maioria deles.

Outras estratégias para a entrada de pirataria e/ou contrabando são mais explícitas, como o arremesso das embalagens pelas laterais da Ponte (ação conhecida como “rapel”) em seguida recuperadas na margem brasileira do Rio Paraná, a poucos metros da Aduana. Essa atitude, ainda comum, realiza-se às vistas da fiscalização, uma vez que a Ponte possui pouco menos de 300 metros de comprimento, metade pertencendo a cada país fronteiriço. Em sua parte brasileira, há grades sobre o parapeito na tentativa de impedir essa ação, como é possível verificar na IMAGEM 09. Do lado paraguaio, é importante frisar que há uma nova estrutura para a Aduana e uma polícia de apoio ao turismo (Polícia Turística) implantada em 2008 com o objetivo de garantir a “segurança dos compradores”.

¹⁸⁰ A Lei nº 10.833, de 29/12/2003, especialmente em seu Artigo 75, permitiu que o veículo fosse retido, mesmo nos casos em que o motorista não seja o seu proprietário, quando do transporte de mercadoria sujeita a pena de perdimento (contrabando de mercadorias em geral além de produtos piratas, drogas, armas e cigarros, entre outros). Estipula também multa de R\$ 15.000. A Lei 10.865, de 30/04/2004, também corroborou no desmantelamento dos comboios, pois trata da entrada e retenção aduaneira de bens estrangeiros no território nacional.

IMAGEM 09 - FOZ DO IGUAÇU: Ponte Internacional da Amizade - PIA (2010)

Na imagem à esquerda, pode-se ver Ciudad del Este ao fundo e uma parte da grade da Ponte destruída (detalhe aproximado na imagem à direita) por onde a mercadoria é lançada para cair na margem brasileira, a poucos metros da cerca da Aduana, de onde a fotografia foi tirada. Autoria: Fábio Tozi, julho de 2010.

Ciudad del Este é um espaço especializado da globalização, preparado para atender e mediar as intensas relações comerciais entre o Brasil e o Mundo, embora sua paisagem possa revelar, aparentemente, o oposto. Nas áreas mais próximas à Ponte localizam-se incontáveis lojas, galerias, barraqueiros e vendedores ambulantes que atendem às demandas de consumo especialmente de brasileiros. Há presença de argentinos que a partir de Puerto Iguazú atravessam Foz do Iguaçu para chegar a Ciudad del Este, mas a alta interação espacial entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este revela-se, entre outros aspectos, no fato de que os cidadãos brasileiros são a maioria, e a tal ponto que o português é língua corrente nas relações de compra de venda¹⁸¹.

Igualmente, é uma característica marcante a presença, em Ciudad del Este, de uma culinária adequada ao gosto brasileiro e de uma agência do Banco do Brasil¹⁸². No mais, graças à proximidade física com Foz do Iguaçu, muitos celulares de

¹⁸¹ Deve-se considerar também que são milhares os brasileiros que trabalham em Ciudad del Este.

¹⁸² Outro aspecto importante das relações de troca é a aceitação corriqueira do Real, mesmo que os preços sejam todos apresentados em Dólares estadunidenses. A convivência de cinco moedas nacionais constantemente intercambiáveis (devemos acrescentar à lista o Euro, o Guarani e o Peso argentino) exige uma alta racionalidade econômica que, aqui, parece resgatar a ancestral astúcia do comerciante. A calculadora, sempre à mão, é ferramenta indispensável nas negociações, assim como a rapidez do

operadoras brasileiras funcionam na cidade permitindo que, mesmo estando no exterior, a tarifação das chamadas seja nacional, o que altera os custos comunicacionais e pode permitir novos usos desse sistema técnico. Igualmente, o uso freqüente de programas que possibilitam ligações telefônicas e troca de mensagens pela *internet*, como Skype e MSN, foi relatado pelos informantes entrevistados sobretudo para a realização de encomendas por atacadistas brasileiros. Por outro lado, as diferenças de fuso horário entre os dois países (uma hora a menos no Paraguai em relação a Brasília, fora do horário brasileiro de verão) exigem uma adequação do tempo nas relações dos brasileiros com a cidade.

Os iguaçuenses também realizam compras nos supermercados argentinos ou paraguaios e se aproveitam do combustível mais barato nesses países, além do câmbio favorável ao Real. As escolas de Foz do Iguaçu, como argumenta Carvalho (2011), criaram políticas específicas a partir de sua condição de influência das fronteiras: a presença de alunos argentinos, paraguaios e árabes.

Ademais, há que se considerar o acordo existente entre Brasil e Paraguai para que as importações deste país utilizem o Porto de Paranaguá (PR). Pelo acordo, há uma zona paraguaia dentro do porto, na qual valem suas taxas de importação e normas, excetuando-se qualquer tipo de controle ou fiscalização brasileira. Chegados ao porto, os contêineres devem seguir um caminho fixo com horários controlados até a sua entrada no Paraguai, mas isso nem sempre ocorre¹⁸³.

A paisagem revela um meio construído deteriorado que abriga tanto o comércio de produtos populares e baratos como outros sofisticados e caros. Mesmo com as modernizações recentes (construção de calçadas, padronização de bancas de comércio, novos edifícios para a Aduana e a Polícia Turística), a paisagem concretiza a escassez e a abundância da sociedade: pobreza generalizada e áreas de riqueza concentrada. Algumas galerias sofisticadas, como a Monalisa, são modernas e luxuosas, mas em sua maioria são edifícios individuais posteriormente interligados sem grandes reformas externas, como pode ser visto a seguir (IMAGEM 10).

raciocínio matemático. Um objeto técnico materializa essa diversidade que compartilha um mesmo lugar: as imensas gavetas das caixas registradoras, onde se alojam, racional e harmoniosamente, notas e moedas de cinco origens diferentes.

¹⁸³ Nossa investigação mostra que parte do que é importado é desviado antes de entrar no Paraguai, outra parte entra no país legalmente para ser exportada ilegalmente, além de uma terceira parte exportada legalmente.

IMAGEM 10 - CIUDAD DEL ESTE: Meio construído deteriorado e vista geral de algumas ruas e galerias (2010)

Na imagem superior esquerda, uma das principais ruas de comércio da cidade, com destaque para uma das galerias. Na imagem à direita, em destaque, chamamos a atenção para a situação do meio urbano construído: uso intenso em bases físicas pouco renovadas, abundância de fios elétricos, edifícios com pouca conservação, sobreposição de aparelhos de ar condicionado, letreiros e propagandas diversas. Nas imagens inferiores: à esquerda, detalhe de outra rua, onde é possível visualizar a mistura entre pessoas, veículos, lojas, vendedores de rua, compras (grandes volumes) e lixo. À direita, as novas bancas padronizadas localizadas nas laterais da avenida de acesso à PIA. Nas ruas e nas bancas é mais comum e explícita a presença de produtos baratos e contrafeitos. Autoria: Fábio Tozi, julho de 2010.

Dois países e duas cidades cujas vidas de relação imbricam-se em dimensões distintas: o acontecer cotidiano, lugarizado e mesmo regionalizado, as competências das administrações municipais e a diplomacia dos acordos internacionais.

Os contornos seletivos da formação socioespacial brasileira, suas fronteiras, autorizam-nos, agora, a adentrar em outras escalas territoriais de análise. A formação socioespacial, como define Santos (1977) é a mediação entre o Mundo e os lugares. Dediquemo-nos, doravante, a estes últimos, às situações geográficas manifestas em escalas internas ao território nacional.

Capítulo 13

A Feira da Madrugada: a infra-estrutura ociosa é abrigo

Um dos lugares emblemáticos na mistura entre comércio popular, pirataria e sua institucionalização é a Feira da Madrugada, ou Feira do Brás, adotando o nome do bairro que a acolhe no centro de São Paulo. Realiza-se num terreno pertencente à União (um antigo leito ferroviário) e é administrada pela Prefeitura Municipal de São Paulo desde novembro de 2010. Deve sua criação, há mais de dez anos, a partir de um cadastro da Prefeitura com desempregados que, selecionados, ganharam o direito de possuir uma banca no interior da sua estrutura original. Hoje, entre 03H e 07H30, a Feira da Madrugada ocupa, além do terreno original, as ruas Oriente, São Caetano, Monsenhor de Andrade e algumas de suas travessas. As vendas de rua se encerram às 7H30, pouco antes do início do “horário comercial” tradicional e, portanto, da abertura das lojas, enquanto no terreno geminal segue até as 16H, aproximadamente. De acordo com dados da prefeitura e da organização da Feira, são cerca de quatro mil barracas e 15 mil visitantes por dia¹⁸⁴.

Além desse fato, a entrada para pedestres da Feira, no cruzamento das Ruas Oriente com Rua Monsenhor Andrade, mostra-se como a área mais valorizada por concentrar ou ser ponto de passagem dos compradores. É esse também o caminho para a Estação Brás, conexão de diversas linhas da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) com a Linha 3 - Vermelha do Metrô. Nesse meandro, há muitas galerias com lojas ou balcões onde as mercadorias, falsas ou não, são expostas (IMAGEM 11).

¹⁸⁴ Silva (SILVA, C. F., 2008, p. 116), afirma que não há uma contabilidade precisa de ambos e que o número de barracas pode chegar a sete mil e o de visitantes a 20 mil. A Prefeitura Municipal cadastrou 4,7 mil vendedores no início de 2011.

IMAGEM 11 - SÃO PAULO: Feira da Madrugada (2010)

Acima, à esquerda, parte do galpão principal da Feira da Madrugada às 9H da manhã, horário em que o movimento já diminuiu. Na imagem superior direita, visão geral do interior da Feira. No canto inferior esquerdo, a Rua Oriente e no inferior direito a Rua Monsenhor de Andrade, ambas nas proximidades da entrada da Feira, ao amanhecer. Destaque para a “fila dupla” de camelôs nos dois lados da rua, com iluminação própria, além daqueles no meio da mesma, com estruturas móveis (carrinhos de mercado ou carriolas) e ambulantes que carregam suas mercadorias. Autoria: Fábio Tozi, 2010, exceção da imagem do canto superior direito, que tem como fonte: <http://anjutour.blogspot.com> (acesso em 11/03/2011).

As franjas da Feira estendem-se por quilômetros e, nas áreas menos movimentadas, nota-se a concentração de vendedores estrangeiros, particularmente bolivianos que, de acordo com Silva (SILVA, S. C., 2009, pp. 10-11) e Silva (SILVA, C. F., 2008, p. 105 e seguintes), são migrantes ilegais contratados sem registros oficiais, direitos trabalhistas e com baixa remuneração. São agentes essenciais dessa zona da cidade de São Paulo especializada no comércio de produtos têxteis, que concentra também as oficinas de confecção e de seus nexos nacionais e internacionais¹⁸⁵. Mesclando a pirataria imitativa e a adaptativa, encontra-se na Feira desde cópias dos

¹⁸⁵ A poucas quadras da Feira da Madrugada (na Rua Barão de Ladário, 566/670) encontra-se o *Shopping Mega Pólo Moda*, um edifício moderno que concentra lojas atacadistas, hotel, centro de eventos e centro empresarial. Especializado, esse centro comercial oferece guarda volumes, estacionamento para ônibus e heliporto. A pesquisa revelou que os hóspedes do hotel, cuja diária para duas pessoas é de R\$ 180 (em 02/2011), também fazem suas compras na Feira da Madrugada e as mercadorias são lá entregues.

modelos das lojas que atendem aos atacadistas, roupas de marcas notórias falsificadas, CDs e DVDs piratas, perfumes, bijuterias, carteiras, cintos, óculos e brinquedos contrafeitos, além de alguns produtos eletrônicos. A centralidade de São Paulo em relação ao território nacional revela-se também nas excursões para compras provenientes de todas as Unidades da Federação e de países vizinhos. Os ônibus lotam os estacionamentos e destaca-se o oferecimento de “pacotes” de viagens à Feira da Madrugada e, já no horário comercial, à Rua 25 de março.

Aqui, a cidade e sua complexa diversidade mais uma vez mostram que a pirataria não é algo isolado do contexto das relações socioespaciais. OS trabalhos de campo revelaram que a venda de produtos piratas ocorre tranquilamente e em grande quantidade, mesclada à venda de outros produtos, legalizados ou de produção própria. Aliás, o mesmo vendedor (no caso de alguns boxes investigados) pode migrar da venda de um produto a outro (intercalando pirataria, contrabando, produção própria e mercadorias legais) dependendo da conjuntura de venda: o que é mais procurado em cada momento, a escassez de tal ou qual produto, modismos ou a possibilidade financeira do próprio vendedor. Isso revela a vitalidade do comércio nessas áreas e nos fornece argumentos que comprovam nossa hipótese de que a pirataria não pode ser tratada como uma aberração ou como um *subsetor* de um *setor informal*.

É importante frisar que desde o início da Feira do Brás os seus administradores alertavam os vendedores sobre a ilegalidade da venda de produtos falsos, e há um longo histórico de fiscalizações e apreensões. É sintomático que haja também, na entrada da Feira e ao lado da sede administrativa, placas que alertam para a ilegalidade da aquisição de produtos pirateados, contrabandeados ou roubados, como mostra a IMAGEM 12. Essas ações, entretanto, não inibem as relações comerciais que se estabelecem mediadas pelos artefatos piratas.

IMAGEM 12 - SÃO PAULO: Placa alertando para a ilegalidade da compra de produtos piratas na Feira da Madrugada (2010)

Placa na entrada da Feira da Madrugada. Autoria: Fábio Tozi e Silvana Cristina da Silva, agosto de 2010.

Uma das estratégias empregadas em alguns casos para enganar a fiscalização e dificultar a caracterização da mercadoria original desapropriada é camuflar a sua marca. Num dos casos averiguados, uma loja de óculos (de atacado e varejo) dentro do terreno que define a Feira deixa suas mercadorias à mostra sem o logotipo das marcas originais (no caso específico Oakley), que é colocado na hora da venda (no varejo), tarefa que fica a cargo do comprador atacadista. Assim, ao pagar o produto, os pequenos anéis prateados são encaixados às hastes laterais dos óculos, enquanto o atacadista os leva para montagem posterior. Essa estratégia visa dificultar a caracterização do produto como falso, diminuindo a visibilidade do crime.

Por outro lado, o comércio ilícito não afugenta grandes empresas do circuito superior da economia, como o Banco Bradesco, que possui caixas eletrônicos dentro da Feira, tampouco as redes Visa e Mastercard, que fornecem máquinas para os vendedores, mesmo os de produtos piratas, para a venda com cartão de débito e crédito (IMAGEM 13).

IMAGEM 13 - SÃO PAULO: Logotipos e máquinas Visa e Mastercard na Feira da Madrugada (2010)

Corredores da Feira da Madrugada (esquerda) e loja em uma das galerias que funcionam durante a madrugada. Autoria: Fábio Tozi, 2010.

Com início tímido e tumultuado nas madrugadas vazias de consumidores (havia brigas constantes com os camelôs da área além de forte pressão dos lojistas para que ela fosse extinta), a Feira da Madrugada tornou-se um evento diário de grandes dimensões (IMAGEM 11) e presenciou seguidas reformas para ampliação e melhoria da sua infra-estrutura, embora o meio construído seja ainda pouco modernizado. Fato importante de nota é que se o início deu-se a partir de uma política municipal de oferecimento de oportunidades de empreendimento para desempregados, que foram os donos originais dos boxes, muitos não estão mais lá: abandonaram o projeto especialmente pelas dificuldades financeiras referentes à compra de produtos, particularmente quando se considera o capital que é necessário mobilizar para as vendas no atacado.

Assim, muitos comerciantes das proximidades da Rua 25 de Março compraram boxes e passaram a vender também na Feira, na medida em que ela foi se consolidando, diminuindo, por efeito, a possível concorrência que poderia existir entre ambos os lugares. Como o ‘aluguel’ mensal na Feira é menor (cerca de R\$ 300 ao mês, pagos à Administração, enquanto o aluguel de um box na Galeria Pagé, de acordo com nossa pesquisa, chega a R\$ 1.000 ao dia¹⁸⁶), o retorno financeiro pode ser maior. Além desses, lojistas do próprio Brás compraram alguns dos boxes, fazendo-se

¹⁸⁶ Valor fornecido por um informante locatário de um box para a venda de videogames e jogos, na Galeria Pagé, Rua Barão de Duprat, 315.

atuantes no horário da madrugada, antes comercialmente ocioso, além do horário comercial tradicional¹⁸⁷. Uma de nossas informantes vendeu seu boxe, em 2004, por R\$ 2.000. Em 2011, ele é avaliado em R\$ 100.000.

Por fim, muitos boxes foram comprados por chineses, coreanos e árabes que chegaram em grande quantidade nos últimos anos. Tudo isso impôs um comércio mais capitalizado, obscurecendo a origem mais humilde do lugar. Mas, tal processo não é definitivo, uma vez que, como dissemos, as franjas da Feira da Madrugada alcançam as ruas ao redor do terreno original, revelando uma nova apropriação, mais popular, das infra-estruturas anteriormente ociosas¹⁸⁸. As ruas que na paisagem da madrugada eram quase desertas abrigam, agora, novos e dinâmicos usos.

É essa relação ativa com o meio construído, reveladora de usos diversos e simultâneos, que impede que a Feira seja considerada ‘informal’, uma vez que sua forma, altamente personalizada, revela sua estrutura de organização e define, em parte, as relações que ali se estabelecem. O novo arranjo geográfico que dá suporte ao virtuoso comércio é extremamente organizado e hierarquizado, com pontos de venda claramente delimitados e administrados pela Prefeitura Municipal, apesar da sua ilegalidade e aparente efemeridade. Se o período inicial da instalação da Feira foi repleto de brigas entre aqueles que chegavam e os lojistas, hoje, impõe-se uma nova ordem onde esses confrontos são raros. O incentivo que a Feira do Brás trouxe à especialização territorial tornou-se, de fato, um novo elemento de atração de consumidores, que acaba fomentando a economia da zona como um todo.

O que inicialmente apareceu como fragilidade, a realização de negócios nas madrugadas, revelou-se algo duradouro e constante. Ao usar as configurações territoriais nos horários em que elas estavam ociosas, os agentes sociais ali presentes mostram que elas estão disponíveis a novos desígnios, mesmo que a paisagem mostrasse uma aparente estabilidade de usos.

Por outro lado ainda, novas formas de controle e opressão dos usos do território são postos em prática pela administração municipal. A rigidez das normas globais, paulatinamente adotadas no país, municipalizam-se, como se verá a seguir.

¹⁸⁷ Outra estratégia dos lojistas é a instalação de uma barraca na rua durante a madrugada, geralmente em frente à própria loja, mesmo que ela ainda não esteja aberta.

¹⁸⁸ Na madrugada, a iluminação oferecida pelos postes das ruas não é suficiente para expor, de forma evidente, as mercadorias. Esse constrangimento foi superado, particularmente na Rua Oriente, como mostra a IMAGEM 08, com um longo cabo de energia munido de inúmeros pontos de luz.

Capítulo 14

Convencimento e opressão: a municipalização das políticas de combate à pirataria e a militarização do território paulistano

Especialmente após a criação da OMPI, em 1970, a rigidez normativa da proteção à propriedade intelectual se planetarizou. Nacionalmente, reformulam-se o quadro jurídico na década final do século XX, como já foi apresentado. Nos anos mais recentes, além dos esforços da União no combate à pirataria, pode-se notar que os outros entes federativos (estados e municípios) passam a desenvolver ações específicas e complementares de combate à pirataria.

Muitos estados instalam Delegacias especializadas em crimes de pirataria. Em São Paulo criou-se, em 2001, junto ao DEIC (Departamento Estadual de Investigações Criminais), a Divisão de Investigações Gerais (DIG), responsável pela 1ª Delegacia de Polícia de Investigações sobre Propriedade Imaterial, igualmente denominada 1ª Delegacia - Antipirataria¹⁸⁹. No Rio de Janeiro, a Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Propriedade Imaterial (DRCPIM) foi instituída, no seio da Polícia Civil do Estado, no ano de 2003¹⁹⁰, cuja atribuição principal é *“investigar e reprimir a falsificação, distribuição e comercialização de bens produzidos ou reproduzidos com violação de direito autoral”*.

Além disso, também há delegacias especializadas em crimes de pirataria em Pernambuco, Delegacia de Crimes Contra a Propriedade Imaterial de Pernambuco, instituída em 2010, no Distrito Federal (Delegacia de Combate à Pirataria no Distrito Federal e DICAT - Divisão de Repressão aos Crimes de Alta Tecnologia da Polícia Civil do Distrito Federal), na Bahia (GEPI - Grupo Especializado de Proteção a Propriedade Intelectual, vinculado à Polícia Civil), no Rio Grande do Sul (Decon - Delegacia de Polícia de Proteção aos Direitos do Consumidor, Saúde Pública e da Propriedade Intelectual, Imaterial, Industrial e Afins, vinculada ao Departamento Estadual de Investigações Criminais - Deic)¹⁹¹. Como observa Silva (SILVA, F. A., 2012,

¹⁸⁹ Decreto Nº 46.149, de 2 de outubro de 2001.

¹⁹⁰ Decreto Nº 33.535, de 7 de julho de 2003.

¹⁹¹ Este levantamento, representativo e não exaustivo, foi realizado a partir da consulta às páginas oficiais das Delegacias e Departamentos Estaduais e com base em BRASIL (2011) e SILVA (SILVA, F. A., 2012).

p. 77) há uma relação entre essas delegacias especiais e a expansão do meio técnico-científico-informacional no território brasileiro.

Além da criação de uma delegacia exclusiva, o Governo do Estado de São Paulo instituiu, em 2006, sob o mandato de Geraldo Alckmin (PSDB), o Comitê Intersecretarial de Combate à Pirataria¹⁹², vinculada à Casa Civil, com a função de estudar e propor medidas de combate aos crimes à propriedade imaterial. Os titulares do Comitê são: Casa Civil; Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania; Secretaria da Segurança Pública; Secretaria da Fazenda; Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico; Secretaria da Cultura; Secretaria do Emprego e das Relações do Trabalho; Procuradoria Geral do Estado, entidades privadas e do “terceiro setor”. Outro decreto¹⁹³, do mesmo ano, inclui a Secretaria de Educação entre as Secretarias participantes. Em 2007, com a posse do Governador José Serra (PSDB) o Comitê é transferido para a Secretaria da Fazenda¹⁹⁴, retornando à Casa Civil em 2008 graças a um Decreto do Governador em exercício Alberto Goldman (PSDB)¹⁹⁵.

Por sua vez, a municipalização do combate à pirataria é incentivado pelo Ministério da Justiça, especialmente por meio do CNCP, que busca, nos últimos anos, aprofundar a ação dos municípios no combate à pirataria. O programa “Cidade Livre de Pirataria”, com destacado apoio da APCM (Associação Antipirataria de Cinema e Música) entre outras associações, foi iniciado em 2009 com o objetivo de “*municipalizar o combate à pirataria, por meio de incentivos às prefeituras, para criar mecanismos locais de prevenção e repressão à pirataria*”¹⁹⁶. Em 2010, São Paulo e Curitiba foram as duas primeiras cidades a assinar o Acordo de Cooperação com o Ministério da Justiça, seguidas por Brasília, Rio de Janeiro e Ribeirão Preto. A ambição do projeto é estar presente em todos os municípios-sede da Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014) e Jogos Olímpicos (2016) haja vista o comprometimento nacional firmado com FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado), para a proteção às marcas dos patrocinadores¹⁹⁷. Aliás, é necessário dizer que uma política especial de proteção de marcas foi auferida à FIFA e, por

¹⁹² Decreto Nº 50.472, de 13 de janeiro de 2006.

¹⁹³ Decreto Nº 51.243, de 3 de novembro de 2006.

¹⁹⁴ Decreto Nº 51.460, de 1 de janeiro de 2007.

¹⁹⁵ Decreto Nº 53.145, de 20 de junho de 2008.

¹⁹⁶ De acordo com o site oficial do projeto, sediado no Ministério da Justiça: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?ViewID={B5E55862-D283-4483-AF44-7C48913B1956}¶ms=itemID={930C518B-C707-4108-9D2E-793DF1C9BD08};&UIPartUID={2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26}>. Acesso em 12/11/2011.

¹⁹⁷ Relatório de Atividades. Conselho Nacional de Combate à Pirataria (BRASIL, 2010, pp. 66-70).

consequência, a seus patrocinadores, consideradas como sendo de “alto renome” pela Lei Nº 12.663, de 5 de junho de 2012¹⁹⁸ (“Lei da Copa”) e gozando, portanto, dos benefícios previstos no Art. 125 da Lei de Propriedade Industrial¹⁹⁹.

No município de São Paulo, o projeto “Cidade Livre de Pirataria” possui apoio da Secretaria de Segurança Urbana (SSU) e da Secretaria de Controle Urbano (SCU). Solicitamos entrevistas a essas duas Secretarias, em julho de 2012, mas nunca obtivemos respostas aos pedidos. Colaboram no projeto: a Guarda Civil Metropolitana, o Departamento de Controle do Uso de Imóveis (CONTRU), a Secretaria de Educação, a Secretaria da Fazenda, o Ministério Público do Estado de São Paulo, as polícias Civil e Militar (incluída a Delegacia especializada em pirataria), a Secretaria estadual da Fazenda, além da Polícia Federal e Receita Federal, representando a União.

Trata-se, portanto, de uma grande orquestração entre os três níveis federados da República para discutir e oprimir práticas de contrafação. Mas, como procura-se mostrar, predomina, no município de São Paulo, um viés repressivo vinculado aos trabalhadores do circuito inferior da economia urbana, que cotidianamente enfrentam a fiscalização, enquanto que grandes agentes nacionais e internacionais das redes corporativas da pirataria são menos atingidos. Embora a lida com esses agentes exija um trabalho mais investigativo do que opressivo, constata-se que eles não são os alvos prioritários das políticas municipais. Da mesma forma, a pirataria digital doméstica aumenta continuamente sem que a municipalidade possa, inclusive por questões legais, impedi-la.

Outro projeto que reforça a municipalização do combate à pirataria é aquele financiado pela AMCHAM Brasil - Câmara Americana de Comércio (*American Chamber of Commerce*) intitulado “Projeto Escola Legal” (AMCHAM BRASIL, 2010a), apoiado pelo CNCP. Se a Universidade de São Paulo sofre a influência corporativa estadunidense através da IIPA (*International Intellectual Property Alliance*), como discutido no Capítulo 9, o sistema de ensino básico e fundamental paulista e

¹⁹⁸ O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) está incumbido de adotar procedimentos especiais para os pedidos da FIFA, sem requerer, em contrapartida, comprovação das marcas, tidas como “notoriamente conhecidas” e promoverá a anotação em seus cadastros dessas marcas, consideradas como símbolos oficiais de titularidade da FIFA. De acordo com o Capítulo II - “Da Proteção e Exploração de Direitos Comerciais”, Seção I - “Da Proteção Especial aos Direitos de Propriedade Industrial Relacionados aos Eventos”, Art. 3º, da Lei Nº 12.663, de 5 de junho de 2012. A ordem de exceção aplica-se, como já foi apresentado, a um instituto incapaz de lidar com a demanda corriqueira de pedidos.

¹⁹⁹ Seção III - “Marca de Alto Renome”. Art. 125: “À marca registrada no Brasil considerada de alto renome será assegurada proteção especial, em todos os ramos de atividade” (Lei Nº 9.279, de 14 de maio de 1996).

paulistano é utilizado como meio de dispersão da psicoesfera da pirataria como crime pelo projeto. Buscando desenvolver a “cultura da propriedade intelectual” entre os alunos, a ação iniciou-se em 2007 em cinco escolas do município de São Paulo, isto é, logo após a inclusão, em novembro de 2006, da Secretaria Estadual da Educação entre os membros do Comitê Intersecretarial de Combate à Pirataria do Governo do Estado de São Paulo. Desde então, a estrutura pública tem acolhido eventos e palestras patrocinadas pela AMCHAM Brasil e seus parceiros, entre os quais ABES (Associação Brasileira das Empresas de *Software*), BSA (*Business Software Alliance*), ETCO (Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial), MPA (Motion Picture Association), Interfarma, Microsoft, MSD (Merck Sharp & Dohme - Schering-Plough), Nokia e HP.

O projeto expandiu-se, nos anos seguintes, para outros municípios paulistas e de outras unidades da Federação: Caieiras, São Bernardo do Campo, Campinas, Goiânia, Blumenau e Porto Alegre. Igualmente, escolas privadas passaram a participar do programa²⁰⁰. A TABELA 02 relata a expansão do projeto Cidade Livre de Pirataria.

**TABELA 02 - BRASIL: Expansão do programa Cidade Livre de Pirataria
(2007-2012)**

	2007	2008	2009	2010	2011
Cidades participantes	01	04	02	06	07
Escolas envolvidas	05	62	60	81	117*
Total de alunos das escolas	1.433	12.064	8.500	13.200	11.517*
Professores participantes	94	302	557	1.006	1.210*

Fonte: Projeto Escola Legal, 2012. Informações disponíveis em: <http://www.projetoescallegal.org.br>. Acesso em 06/05/2012. Elaboração do autor.

* Estimativas para o ano de 2011. Os dados consideram apenas os municípios de São Paulo, Campinas e Goiânia.

O município de São Paulo concentra os maiores investimentos no projeto. Em 2011, foram envolvidas 80 escolas, com a participação de 1.000 professores,

²⁰⁰ De acordo com informações fornecidas pelo sítio institucional do Projeto Escola Legal: <http://www.projetoescallegal.org.br>. Acesso em 11/01/2012.

atingindo 6.500 alunos. A dinâmica dos eventos²⁰¹, normalmente realizados com os professores e aos sábados, é marcada por palestras, *coffe breaks*, e oficinas de trabalho em grupo. A cartilha fornecida aos professores, além de informações legais sobre patentes e pirataria, reproduz o linguajar corporativo vinculando a pirataria ao crime e, ao invés de compreendê-la ou analisá-la, julga-a moralmente. Sugerem-se ainda atividades pedagógicas a serem desenvolvidas com os alunos nas disciplinas de Geografia, História, Português, Matemática, Educação Artística e Ciências. Destaca-se no convite enviado aos professores, em negrito, que após o evento serão fornecidos certificados de participação que valem pontos na evolução dos servidores públicos.

A escolha do público escolar pela AMCHAM busca enfrentar, em nossa opinião, o fato de que a concepção de propriedade intelectual possui um caráter geracional, isto é, as novas gerações trazem consigo uma nova moral. Nascidos no período informacional da história e tendo o meio técnico-científico-informacional como entorno, os jovens normalmente usam as tecnologias contemporâneas com maior familiaridade, sendo os principais agentes praticantes ou consumidores da pirataria adaptativa, tendo, portanto, concepções de propriedade intelectual que não coincidem com a interpretação - legal ou não - que as empresas e o Estado possuem.

O embate de idéias visa doutrinar os usos da técnica, difundindo a psicosfera da pirataria como crime e convencendo os professores a tornarem-se porta-vozes dos interesses dos detentores da propriedade de marcas e direitos autorais. Numa confusão clara de conceitos e pautada na exclusão da realidade territorial de vida dos agentes envolvidos, como mostra a cartografia apresentada nesta tese, o Projeto trata como sinônimos “combate à pirataria” e “cidadania”²⁰². Ignorando a economia urbana brasileira e as condições de desigualdade do país, o Projeto vincula diretamente a compra de produtos piratas ao desemprego:

Como sabemos, o desemprego e a precariedade empregatícia estão entre os principais problemas sociais enfrentados pelos brasileiros na atualidade: são 9,5 milhões atualmente desempregados no Brasil. Portanto, não é exagero afirmar que ao comprar um produto pirata, um indivíduo está dificultando suas próprias chances de conseguir emprego, ou mesmo provocando o desemprego de um de seus parentes ou amigos (AMCHAM BRASIL, 2010b, p. 10).

²⁰¹ De acordo com o relato de um professor da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, que também nos forneceu o convite e a programação que lhe foram enviados por correio eletrônico para o evento “IV Fórum de conscientização de educadores no combate à pirataria”, realizado em São Paulo em 29 de maio de 2010.

²⁰² Como, particularmente, em AMCHAM BRASIL (2010b, p. 11 e seguintes).

A criminalização da pirataria se expressa também na sua vinculação direta ao narcotráfico e ao tráfico de armas²⁰³:

Além dos malefícios individuais e coletivos que a pirataria acarreta, o dinheiro arrecadado com a venda de produtos piratas é em grande parte destinado a financiar a corrupção política, o narcotráfico e o terrorismo. Portanto, quem compra produtos piratas, inadvertidamente dá seu dinheiro ao crime organizado (AMCHAM BRASIL, 2010b, p. 11).

A escolha do município de São Paulo como local sede desse projeto não é alheatória. A dinâmica territorial do município sempre foi influenciada pelas modernizações dos diferentes períodos históricos. Trata-se, igualmente, da consolidação de uma nova divisão territorial do trabalho: um novo meio geográfico exige novas atividades e vice-versa. Entretanto, as áreas que são, literalmente, abandonadas pelas novas forças da modernização continuam sendo extremamente favoráveis a uma variedade imensa de outras formas de produção e de vida pertencentes tanto ao circuito superior quanto ao circuito inferior da economia urbana. Uma vez que em São Paulo a seletividade é a marca contínua das políticas corporativas e governamentais, esse câmbio nas ‘centralidades’ revela-se um processo contínuo da organização do território paulistano. Mais que isso, expõe a impossibilidade da homogeneização das modernizações, o que levou Santos (1990) a denominar São Paulo como uma metrópole corporativa fragmentada. Ora, são os deslocamentos necessários às atividades do dia a dia impostos pela cidade de São Paulo que fazem que parte das compras de produtos piratas se realizem no percurso casa-trabalho ou casa-local de estudo, como pôde ser constatado em nossa pesquisa de campo:

²⁰³ A mesma violência pôde ser vista na campanha “Brasil sem pirataria”, de 2010, promovida pela Fecomercio Rio de Janeiro (Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro) em parceria com o Governo Federal. Nos cartazes espalhados em locais como o metrô, podia-se ler, junto a uma fotografia de um homem na prisão: “*Quem compra CD e DVD pirata paga com a vida*”.

GRÁFICO 19 - SÃO PAULO: Local principal de compra de produtos piratas pelos entrevistados (2012)

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2012. Elaboração própria.

As antigas ‘centralidades’, mesmo sob sucessivos processos de renovação do meio construído, são inaptas a muitas funções que ligam a metrópole ao mundo dito da globalização. Isso leva à constatação de que o circuito inferior da economia urbana tende a manter-se e, mesmo, ampliar-se nos lugares abandonados pelas atividades modernas, abrigos preches a infinito número de outras atividades menos ilustres, aí contidas a produção, distribuição e venda de produtos falsificados. Da aurora ao crepúsculo da industrialização, do nascimento ao apogeu do período informacional, a cidade gesta um novo período histórico: os usos populares do território tendem a se impor.

Concomitantemente, o recrudescimento de práticas policiais opressivas reforça-se aliada a noções do que se denomina higienismo urbano: renova-se a relação entre “ordem urbana” e “segurança”, “moralidade” e “desenvolvimento”.

Um dos eventos mais sintomáticos desse processo é a “Operação Delegada”²⁰⁴, proposta em setembro de 2009, no segundo mandato de Gilberto Kassab (DEM, e, a partir de 2011, PSD), uma lei municipal que implementa um acordo de cooperação entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Polícia Militar (estadual) permitindo

²⁰⁴ A “Gratificação por Desempenho de Atividade Delegada”, criada pela Lei nº 14.977, de 11 de setembro de 2009, traz em seu Artigo primeiro: “Fica criada a Gratificação por Desempenho de Atividade Delegada, nos termos especificados nesta lei, a ser mensalmente paga aos integrantes da Polícia Militar e da Polícia Civil que exercem atividade municipal delegada ao Estado de São Paulo por força de convênio celebrado com o Município de São Paulo”.

que os policiais, nos seus dias de folga, possam trabalhar na fiscalização dos vendedores de rua e de suas mercadorias.

Implementada de forma gradual, a Operação Delegada iniciou-se pelas Subprefeituras da Sé, Mooca e Santo Amaro em dezembro de 2009, mês que é um dos mais importantes em vendas, graças às festas de Natal e Ano Novo. Eram, no início, cerca de 250 policiais fiscalizando as ruas nos seus horários de folga. Já no ano seguinte, a ação amplia-se em direção às áreas mais periféricas e outras 11 subprefeituras dão início à Operação Delegada. Em uma entrevista, o Secretário da Coordenação das Subprefeituras, Ronaldo Camargo, afirma: *"não tenha dúvida de que a bandeira da segunda gestão²⁰⁵ [do Prefeito Gilberto Kassab] é o controle do comércio ilegal²⁰⁶".*

Antes dessa Lei, a fiscalização dos vendedores de rua era autorizada apenas à Guarda Municipal Metropolitana enquanto que a Polícia Civil cuidava das investigações e processos criminais vinculados à venda de produtos falsificados e/ou roubados. A entrada em cena da Polícia Militar é um evento que reorienta essa situação, uma vez que cerca de 3.500 policiais "folguistas" aumentam a capacidade fiscalizadora e opressiva do município, malgrado o fato dessa não ser a função original dessa corporação militar.

Participando da Operação Delegada, um policial pode aumentar seus rendimentos mensais de 75% a 100%, em razão de sua patente. Para realizar esse trabalho extra, o Policial usa farda, colete, arma e viatura. Essa nova normatização do território é contrária às competências atribuídas na Constituição Federal às Polícias Civil e Militar, o que motivou a Associação Brasileira dos Guardas Municipais a impetrar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a Lei, alegando que ela

adotana prática uma vinculação orçamentária do ente municipal com a realização de grande transferência de recursos para a esfera estadual, com isto ao interferir de maneira anômala no orçamento municipal através do instituto do convênio, o qual tem a clara intenção de subsidiar órgão estadual, fere a autonomia do município (Ação de autoria da Associação Brasileira dos Guardas Municipais. ADI/4.329, Supremo Tribunal Federal, Brasília, 7 de outubro de 2009).

²⁰⁵ Gilberto Kassab assume a Prefeitura em 2006, após a renúncia do então Prefeito José Serra (PSDB).

²⁰⁶ SALDAÑA, P. "Combate a comércio ilegal é bandeira de Kassab na 2ª gestão". In: *O Estado de São Paulo*, 29/03/2011.

A Ação, porém, foi considerada improcedente por não ser considerado o instrumento jurídico adequado à contestação e a entidade proponente não apresentar legitimidade de representação. Ademais, considerou-se justo o convênio uma vez que são atribuições da Polícia Militar o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública²⁰⁷.

Assim, a ampliação do ‘bico oficial’²⁰⁸, como ficou conhecida essa nova função dos policiais militares, exigiu um orçamento de R\$ 120 milhões em 2011 (quatro vezes maior em relação ao ano anterior). Em 2012, todas as Subprefeituras do município participam da Operação, que envolve 4.000 policiais, com custos estimados, para este ano, em R\$ 150 milhões. Os gastos com o pagamento de gratificações a funcionários estaduais ultrapassam aqueles executados com a Guarda Civil Metropolitana, que em 2010 foram de R\$ 139.046.146. Além disso, discute-se a ampliação do convênio para os outros 38 municípios da Região Metropolitana de São Paulo²⁰⁹.

Desde a reformulação da Secretaria Municipal de Segurança Urbana (Lei nº 14.879, de 7 de janeiro de 2009), o orçamento dedicado a esta Secretaria tem aumentado ano a ano, conforme o GRÁFICO 20.

²⁰⁷ Decisão, ADI 4.329, do Supremo Tribunal Federal. Brasília, de 22 de junho de 2010. Autoria da Ministra Cármen Lúcia.

²⁰⁸ “Bico” é utilizado para caracterizar um trabalho eventual realizado nos dias/horários livres de um trabalhador, podendo ou não vincular-se à sua profissão principal. No caso dos Policiais Militares a Lei em questão também objetiva inibir a prática, bastante comum, segundo a qual policiais trabalham, nas suas folgas, como seguranças privados ou guarda-costas. No entanto, a política salarial não é alterada, pois se trata de uma gratificação.

²⁰⁹ De acordo com a Execução Orçamentária de 2010 da Prefeitura da Cidade de São Paulo; *Operação Delegada pode ser ampliada para toda a RMSP*. In: *Portal da Câmara Municipal de São Paulo*. 05/12/2011. Disponível em:

http://www.camara.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7457:parlamento.

Acesso em 10/03/2012; SALDAÑA, P. “Operação Delegada alcança toda SP e 3.500 PMs poderão fazer ‘bico oficial’”. In: *O Estado de São Paulo*, 29/03/2011; SALDAÑA, P. “‘Bico oficial’ será ampliado em abril”. In: *O Estado de São Paulo*, 28/03/2011. “Operação Delegada pode ser ampliada para toda a RMSP”. In: *Portal da Câmara Municipal de São Paulo*. 05/12/2011. Disponível em: http://www.camara.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7457:parlamento. Acesso em 10/03/2012.

GRÁFICO 20 - SÃO PAULO (Município): Orçamento anual da Secretaria Municipal de Segurança Urbana (2009-2012)

Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo, Demonstrativo da Despesa por Órgão e Operação Especial, Projeto e Atividade para os anos 2009, 2010, 2011 e 2012. Elaboração do autor.

* Previsão orçamentária, de acordo com a Lei Nº 15.520, de 5 de janeiro de 2012.

Nessa conjuntura e graças à pressão dos trabalhadores da Guarda Civil Metropolitana, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou, em março de 2011, gratificações que variam entre 20% e 80% do salário, como “Prêmio de Desempenho em Segurança Urbana”, em função do atuação de cada Guarda Civil²¹⁰. Assim, sem alterar a política de salários de seus Guardas, a municipalidade pôde acalmar os descontentamentos dos Guardas Metropolitanos face os ganhos extras dos Policiais Militares.

As ações de combate à pirataria e de ordenação do território intensificam-se. A Prefeitura afirma já ter banido 15 mil vendedores ambulantes das ruas de São Paulo, particularmente do centro. Ademais, não se emitem novos Termos de Permissão de Uso (TPU) para vendedores de rua desde 2007, além do cancelamento daqueles existentes²¹¹. Ao mesmo tempo, um grande acordo entre empresas privadas,

²¹⁰ Fontes das informações: Lei nº 15.366, de 08 de abril de 2011; Lei nº 15.367, de 8 de abril de 2011; “Operação Delegada é ampliada para toda a cidade” In: *Portal da Prefeitura de São Paulo*, 29/03/2011. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=43670. Acesso em 22/05/2011.

²¹¹ “Prefeitura inicia atualização cadastral de vendedores ambulantes”. In: *Portal da Prefeitura de São Paulo*, 14/05/2009. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=28459; “Prefeitura suspende emissão de TPUs para vendedores ambulantes”. In: *Portal da Prefeitura de São Paulo*, 14/05/2009. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=29736. Acessos

associações de combate à pirataria, governos municipal e estadual e as Polícias Civil, Militar e Federal tem multiplicado o número de fiscalizações, apreensões e prisões, tanto entre os vendedores de rua como entre aqueles que trabalham nas galerias localizadas principalmente nas áreas da Rua 25 de Março, Santa Ifigênia e Avenida Paulista.

Nessa “tolerância zero à pirataria”²¹², não são visados os grandes empresários do crime organizado, mas, freqüentemente, os pequenos vendedores de rua. Em decisões judiciais antes raras no país, muitos desses vendedores têm sido condenados na justiça à prisão ou à prestação de serviços, apesar de terem cometido um delito de menor importância, o que mostra a articulação do Sistema Judiciário ao Executivo e Legislativo.

A Operação Delegada tornou mais freqüente paisagens que se repetem pelas ruas de São Paulo: a venda de produtos falsificados realizada sobre lonas plásticas ou sobre caixas de papelão, como apresentam as IMAGENS 14,15 e 16.

IMAGEM 14 - SÃO PAULO (Município): Estratégia de resistência de um vendedor de filmes piratas à Operação Delegada - caixa de papelão (2011)

A caixa de papelão temporariamente abandonada testemunha a fuga do vendedor de programas para computador à fiscalização na Rua Augusta, Bairro da Consolação, São Paulo, em 13/05/2011. Autoria: Fábio Tozi.

em 22/05/2011; FERRAZ, A.; RODRIGUES, A.; ZANCHETTA, D. “Kassab anula licença até de deficiente e dá 1 mês para camelôs saírem do centro”. In: *O Estado de São Paulo*, 21/05/2012.

²¹² O aumento da racionalidade no combate ao crime leva a irracionalidades, como o paradoxo de Nova Iorque e das outras cidades seguidoras do *Zero Tolerance way*: a violência como um todo aumenta, particularmente aquela praticada pela polícia, desproporcionalmente em relação aos delitos, e os índices de criminalidade abaxam. O que comprova a ineficácia dos dados de criminalidade como parâmetro exclusivo norteador da violência de um território.

A IMAGEM 14 mostra uma caixa de papelão utilizada como suporte de exposição para a venda de discos ópticos com programas falsos para computadores. A fotografia foi tirada logo após a passagem da fiscalização.

Na IMAGEM 15, lonas plásticas são utilizadas para a exposição de produtos falsos ou com estampas não autorizadas de marcas famosas, principalmente roupas e meias. Caso a fiscalização se aproxime, basta que o vendedor junte as pontas da lona e saia do local para evitar a apreensão de suas mercadorias²¹³.

IMAGEM 15 - SÃO PAULO (Município): Estratégias de resistência de vendedores de produtos piratas à Operação Delegada - o uso de lonas plásticas (2011)

Rua General Carneiro, Centro de São Paulo. Embora não tenha sido possível captá-la na mesma imagem, havia uma base móvel da Polícia Militar há cerca de 50 metros do local fotografado. Nos arredores desta base não havia vendedores. Autoria: Fábio Tozi, 08/05/2011.

Na IMAGEM 16, à esquerda, uma fotografia tirada em Curitiba (Paraná - Brasil) e escolhida por sua qualidade gráfica (nem sempre possível de ser equiparada nos trabalhos de campo), detalha o funcionamento de estratégia amplamente utilizada em São Paulo. Os filmes são armazenados em sacos plásticos flexíveis e não em caixas rígidas. Um conjunto de fios cruza a lona, acima dos filmes. Esse artefato permite que, puxados a partir do centro, todo o conjunto se recolha rapidamente,

²¹³ Embora seja possível, a abertura de processo criminal é rara nesses casos, especialmente pela demanda de trabalho que seria incorporada às Delegacias caso tal ação fosse posta em prática. O meio geográfico escancara, uma vez mais, a irracionalidade da lei.

permitindo a camuflagem da mercadoria e a fuga rápida à fiscalização. A imagem da direita capta o momento em que a fiscalização se aproxima e o mecanismo é colocado em prática.

IMAGEM 16 - SÃO PAULO (Município): Estratégias de resistência de vendedores de filmes piratas e detalhe do sistema técnico empregado nas lonas plásticas (2011)

Fonte: para a imagem da esquerda: www.jornaldelondrina.com.br, 2010. A imagem da direita é de autoria de Ricardo Aprício Fonseca, Centro de São Paulo, maio de 2012.

Outras estratégias de resistência à Operação Delegada pode ser observada na Rua Augusta em São Paulo (MAPA 09). Quando há fiscalização, lanchonetes e o estacionamento do *Shopping Center 3* são utilizados como esconderijo pelos vendedores de CDs e DVDs piratas. Assim que a polícia é avistada, gritos e assovios avisam do perigo os demais vendedores. Os vendedores da pirataria de maior qualidade, talvez pelo preço e tempo de trabalho empenhado em suas mercadorias, possuem um olheiro estrategicamente localizado na esquina das Ruas Augusta e Luis Coelho. Aqui, a dialética observada por Antas Jr. (2002) parece revelar-se, pois o território normado prevalece, nos desígnios e nas políticas públicas, ao território como norma, e *“no território normado, o elemento repressivo sobrepõe-se aos demais; no território como norma, o elemento comunicacional fornece o referencial diretor”* (ANTAS JR., 2002, p. 33).

MAPA 09 - SÃO PAULO (Município): Estratégias de resistência de vendedores de produtos piratas à Operação Delegada - venda de filmes especializados na Rua Augusta (2010 - 2011)

É necessário destacar a combinação entre simplicidade e eficiência empregada nas estratégias apresentadas, utilizadas para driblar o aumento da fiscalização no município. Além dessas, é freqüente o uso de ‘olheiros’ em pontos estratégicos, que previnem a chegada da fiscalização, e de sistemas técnicos informacionais como radiocomunicadores e telefones celulares que permitem a comunicação entre os vendedores, alertando a chegada da Guarda Civil Metropolitana ou dos Policiais Militares. As formas de organização para a venda de produtos falsos nas ruas, em São Paulo e em outras cidades, são reveladoras das alternativas encontradas para a realização de trabalhos classificados como ilegais. A

dimensão vital depositada nos objetos, símbolos da política espacializada defendida por Smith (1992), revela-se, novamente, na sua funcionalidade, no seu uso.

Embora revelada pela paisagem geográfica²¹⁴, as dificuldades vinculadas ao campo de estudos da pirataria apresentam-se tanto como um desafio quanto uma manifestação da sua forma e estrutura: sua aparente camuflagem e as conexões invisíveis essenciais para a continuidade de sua existência. Acreditamos que tal 'invisibilidade' é uma estratégia. Nesse sentido, a expressão *economia subterrânea*, de Tarrius (2002) é mais uma metáfora do que uma categoria de análise. Mesmo combatido sistematicamente, esse comércio, no entanto, reproduz-se e amplia-se. A venda por ambulantes e camelôs ou em lojas, galerias e seus boxes é a configuração territorial da pujança desse mercado, é a forma visível do abrigo que o território oferece.

Hoje, a violência da informação, na forma tirânica a partir da qual é oferecida (e ocultada) à humanidade e a do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social são, para Milton Santos (2000, p. 18) as mais impactantes desse período histórico. De maneira próxima, Octávio Ianni (2004) explicita que o capitalismo nacional e internacional combina violência e terrorismo como sustentáculos à globalização. Melgaço (2010, p. 104) comprova o aumento da violência e da opressão contemporâneas sustentados pelo que ele denomina uma *psicoesfera do medo*. O autor constata que as cidades e suas arquiteturas são redefinidas mais em razão do medo da violência do que do crescimento da violência real, entendida como crime. Criam-se, assim, as arquiteturas anti-indesejáveis. Para o autor, *“esse medo generalizado não é, porém, algo somente do âmbito do imaginário. Ele se concretiza e transforma as paisagens urbanas através de processos de securização”* (idem, *ibidem*, p. 104). A idéia de uma *militarização do espaço urbano* é, então, central na sua análise.

De nossa parte, para a compreensão dos processos em curso no município de São Paulo, consideramos mais pertinente falar em uma militarização do território, pela adoção da violência policial como forma de seu ordenamento. Além disso, concomitantemente à implantação da Operação Delegada, ocorre a indicação de militares para cargos administrativos, particularmente nas Subprefeituras da capital.

²¹⁴ Fel (1978) ressalta que a paisagem nada mais é do que um ponto de partida das análises geográficas, pois se os objetos tomam um lugar específico na superfície da terra é para relacionarem-se com as necessidades materiais fundamentais do homem: *“si les objets techniques prennent place à la surface de la terre c’est pour répondre aux besoins matériels fondamentaux des hommes: se nourrir, se loger, se déplacer, s’entourer d’objets utiles”* (FEL, 1978, p. 1062).

Policiais militares assumem, cada vez mais, funções ligadas à gestão cotidiana da cidade.

Desde 2008, o Prefeito Gilberto Kassab, nomeia militares da reserva para diversos cargos de gestão da vida cidadina, especialmente Subprefeitos. Esta prática consolida-se a partir de 2009, quando o Prefeito inicia seu segundo mandato. Em maio de 2011, entre os 31 Subprefeitos do município, 25 eram militares. Entre os seis civis, havia dois Administradores de Empresas (um deles com Pós-graduação em Marketing), dois Engenheiros Civis (um deles proprietário de uma empresa de construções metálicas), um Economista e, finalmente, um Subprefeito formado em Ciências Físicas com Pós-graduação em Ciências Sociais e Políticas e Mestrado em Educação²¹⁵. Em 2012, apenas um dos Subprefeitos era Civil, como pode ser observado no MAPA 10:

MAPA 10 - SÃO PAULO (Município): Subprefeitos e Chefes de Gabinete militares (2012)

²¹⁵ Levantamento próprio, com base nos dados oficiais disponíveis na Prefeitura do Município de São Paulo.

Entre os 31 Subprefeitos do município, 30 são militares. Entretanto, é de 27 o número de Subprefeituras cujos Subprefeitos e respectivos Chefes de Gabinete são militares, enquanto em três delas apenas o primeiro o seja. A única Subprefeitura sob responsabilidade de um civil é a de M'Boi Mirim. As informações datam de setembro de 2012.

Nota-se, no caso da indicação de militares, um discurso que valoriza a escolha de 'técnicos' para a função, associado à idéia de combate à corrupção. No entanto, o sentido dado ao termo 'técnico' jamais é qualificado. Caberia questionar, nesse sentido, qual seria o 'perfil técnico' indicado para pensar e cuidar das zonas do município, uma vez que abundam no Brasil profissões preocupadas em compreender e intervir na administração da cidade. A militarização do território paulistano é ainda mais perversa quando contraposta à história recente da formação socioespacial brasileira, já que ela contrasta com o esforço nacional empreendido na últimas décadas em favor da desmilitarização dos governos e da sociedade como um todo. Afinal, nos anos posteriores ao golpe militar de 1964 sucederam-se presidentes, governadores e prefeitos militares²¹⁶.

Todavia, pode o aumento da opressão à venda de produtos falsificados obter êxito em São Paulo? Ou seus resultados, *vis-à-vis* à expansão do meio geográfico, são apenas efêmeros?

A situação paulistana combina um território fragmentado no qual as infra-estruturas e a informação são seletivos, à desigualdade de renda e manutenção de baixos salários; aceleração da difusão de novas mercadorias; consumismo incentivado pela propaganda intensiva e preço elevado das mercadorias ditas 'originais'. Ainda, a expansão do meio técnico-científico-informacional é uma característica da formação territorial brasileira e enseja novas piratarias. Aliás, poderíamos dizer que São Paulo, município onde despontam mais lugares vinculados à globalização, esse fenômeno é intensificado. Os objetos, as informações e a cidade impõem necessidades e usos a tal ponto dinâmicos que os sistemas normativos, educativos e opressivos não possuem capacidade de conter. Os produtos piratas e, portanto, seus vendedores continuam sendo necessários.

Dessa forma, podemos argumentar que as escolhas da Prefeitura Municipal de São Paulo relativas ao combate à comercialização de produtos piratas são políticas contra o consumo das classes populares, haja vista que ao coibir a venda de discos e

²¹⁶ Nesse período, as eleições diretas foram abolidas e os prefeitos (das capitais, áreas de segurança nacional e estâncias hidrominerais) e governadores não eram eleitos, mas indicados.

filmes nas ruas, por exemplo, atinge apenas a menor parte do problema, pois os conteúdos são, cada vez mais, facilmente baixados pela *internet*, como apresenta a FIGURA 01, atividade na qual as classes ricas destacam-se. Combatem-se os pequenos vendedores de rua ou em boxes de galerias, enquanto as redes de proteção e de corrupção dos grandes agentes envolvidos os protegem do mesmo risco.

Em São Paulo, os empregos vinculados ao circuito superior tendem a ser especializados, aproveitando-se de uma divisão territorial do trabalho específica, que, por sua vez, está disponível apenas em lugares selecionados do município. O circuito inferior, na sua complementaridade dialética, acaba sendo o *“verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação”* (SANTOS, 2004 [1975], p. 45). Voláteis, as contratações e a divisão do trabalho são instáveis, caracterizando uma verdadeira flexibilidade tropical (*idem*, 1996, pp. 259-260). Para Silveira (2011),

No momento em que a política atenta somente para a divisão territorial do trabalho hegemônica, está confundindo a repartição do trabalho de uma grande corporação ou de um punhado delas com a divisão social do trabalho e a divisão territorial do trabalho da nação. Daí que se fustigue toda outra forma de sobrevivência pela sua lentidão, falta de modernidade e desempenho ou, mesmo, ilegalidade, acusando as vítimas de responsáveis pelo seu drama e pelo atraso da nação. O problema é imaginar que essa economia, que corresponde à maioria da nação e do território, não cria riqueza nem emprego. Por isso pensamos que o circuito inferior da economia urbana é extremamente criativo na produção da vida e que o estudo de suas formas poderia apontar caminhos para a política (SILVEIRA, 2011, p. 162).

As opções políticas postas em prática nos últimos anos no município setorizam a ação estatal. A inexistência de opções de meios de trabalho não diz respeito apenas à quase ausência de políticas públicas, mas deve considerar igualmente a inserção desses trabalhadores na divisão territorial do trabalho no município. Também é emblemática a relação que se estabelece entre “ordem urbana”, combate à venda de produtos falsificados nas ruas e valorização imobiliária. Grandes projetos compartilhados entre a administração pública e agentes privados desenham-se em áreas prioritárias da Operação Delegada e da ação de Subprefeituras sob comando militar. Nelas, as formas organizacionais já estabelecidas, vinculadas, sobretudo, ao circuito inferior da economia urbana, são desestabilizados pelos projetos de modernização do território.

Projetos como o Nova Luz, na região da Santa Ifigênia, estudado por Montenegro (2011, p. 85 e seguintes) ou do Circuito das Compras, analisado por Silva (SILVA, S. C., 2012, p. 251 e seguintes), buscam implementar novos objetos e novos usos às áreas nas quais têm predominado formas de vida e de trabalho mais generosas, acolhedoras daqueles que não podem se inserir em divisões do trabalho mais especializadas. Se o primeiro baseia-se em leis controversas que autorizam, pelo instrumento da Concessão Urbanística, a gerência privada do território, o segundo transforma o terreno da Feira da Madrugada e entorno num complexo de compras com *shopping*, hotéis e torres comerciais. A valorização imobiliária dos terrenos, um presente da administração municipal aos especuladores, é a decorrência direta das políticas de modernização do território associadas à Operação Delegada e à militarização das Subprefeituras.

Há, contudo, outro limite ao combate à pirataria no município: São Paulo tornou-se o centro de distribuição nacional de produtos piratas (e, também, contrabandeados). Ou seja, a economia urbana depende e se beneficia da logística, depósitos, centros e meios de distribuição. A cidade de São Paulo está materialmente e imaterialmente estruturada como centro vinculador de diversas etapas da produção, distribuição e consumo de produtos falsificados, no Brasil e no mundo. Em nosso trabalho de campo em Ciudad del Este, obtivemos informações de que grandes redes de supermercados, hipermercados e lojas são grandes compradores de itens falsificados e contrabandeados, que, saindo da cidade (ou do Porto de Paranaguá), destinam-se à São Paulo, que é ora destino final, ora centro de distribuição nacional dessas mercadorias. Para Silva (2012),

Dessa forma, o sistema de cidades nacional, comandado por São Paulo, está em interação com outros lugares do mundo em função dos fluxos de mercadorias, pessoas e dinheiro mobilizados pelos mais diferentes circuitos espaciais de produção, que por sua vez, formam a economia urbana da cidade (*idem, ibidem*, 2012, p. 45).

É preciso livrar-se, igualmente, da falácia que defende que apenas os mais pobres consomem ou utilizam produtos falsificados. Quando não são os consumidores diretos dos produtos que compram, os menos pobres são atacadistas que, vindos de cidades e estados mais ou menos distantes, realizam suas compras em São Paulo para revendê-las. Esse é um dos principais motivos que levam comerciantes e vendedores em geral, de produtos contrafeitos ou não, a queixarem-se do aumento da fiscalização em São Paulo. Como “Ordem urbana” é sinônimo de policiais nas ruas, os

conflitos com vendedores aumentaram nos últimos anos, ou seja, a fiscalização afugenta compradores e comerciantes das ruas.

Uma vez que a administração municipal preocupa-se mais em oprimir as formas de sobrevivência da população do que em desenvolver políticas que possam conduzir a uma redução das desigualdades socioespaciais, as contradições tendem a acirrar-se. O próximo Capítulo aprofunda outros matizes das desigualdade socioespaciais de São Paulo no século XXI e a pertinência, na sua compreensão, da pirataria como uso do território.

Capítulo 15

O território como cultura: a flexibilidade das tecnologias da informação, a rigidez da organização do território em São Paulo

As configurações do meio geográfico, em cada lugar e momento da história, criam possibilidades e constrangimentos para o acesso do conjunto de informações que se definem como bens culturais. Durante séculos, prevaleceu o *hic et nunc*, o aqui e agora, conforme a definição, anteriormente discutida, de Benjamin (1975 [1961]): a música só podia ser apreciada na sua exibição pública, ao vivo, no lugar. O teatro, *idem*. Mas, chegada a era da reprodução técnica das obras de arte a relação entre cultura e território se modifica. O advento do cinema exigiu grandes estruturas técnicas para a sua exibição. No século XX, a urbanização trouxe as salas de cinema como espaços públicos da contemplação estética das obras. A cidade proporcionava o meio geográfico necessário à existência desse novo hábito. O disco de vinil representou, igualmente, uma popularização da execução musical, que, pouco a pouco, instalou-se nos lares, assim como a televisão que, a partir dos anos 1970 torna-se um meio de informação doméstico nacional, graças à criação do sistema nacional de transmissão, como observa Ribeiro (1991). A constituição de um meio técnico-científico-informacional exige, igualmente, uma nova etapa de renovação do meio construído. Às flexíveis técnicas atuais combina-se uma flexibilidade tropical dos países pobres e uma rigidez técnico-normativa comandada pelos Estados, pelas corporações e pelas instituições multinacionais.

Igualmente, as práticas de desapropriação, de pirataria, avançam com as condições que se estabelecem a cada período nos lugares. As fitas cassetes magnéticas permitiram replicar originais, fomentando uma pirataria adaptativa antes impossível. Aparelhos eletrônicos que facilitavam essa prática, especialmente aqueles providos de reprodutores duplos, banalizaram essa ação. As cópias eram também realizadas a partir de discos de vinil ou de emissões radiofônicas. Existiu, e, como constatamos, ainda existe²¹⁷, um grande mercado de cópias piratas desses artefatos.

²¹⁷ Em nossos trabalhos de campo em São Paulo e Belém o Pará não era raro encontrar vendedores de fitas cassetes pirateadas. Entre as justificativas para a sua persistência no mercado, encontra-se o fato

As fitas de vídeo aliadas aos sistemas domésticos de reprodução, como argumenta Catia Antonia da Silva (1994), alteram a relação que existia entre cultura e território. Este objeto técnico é emblemático ao representar, na cultura cinematográfica de massa, o momento em que as cópias não são mais um direito exclusivo dos detentores dos direitos de reprodução. Demais, com as fitas, era possível maior independência de horários em relação às programações pré-estabelecidas pelas emissoras de televisão. Assim como o que se dava com as fitas de áudio, o uso de aparelhos reprodutores permitia a elaboração de cópias idênticas, ainda que com certa perda de qualidade, tanto para uso doméstico quanto para a venda. A pirataria se tornou mais comum e as corporações cinematográficas fomentam a psicoesfera de que o cidadão se tornou um criminoso. Nos anos de 1980 um dos principais agentes difusores desta psicoesfera foi a UBV (União Brasileira de Vídeo)²¹⁸, cuja ação foi diminuída pela criação da APCM.

Países e regiões do mundo adotavam padrões técnicos diferenciados de exibição e reprodução de sinais televisivos²¹⁹ e de aparelhos de videocassete. Conseqüentemente, a técnica se impôs como norma, possibilitando o controle da circulação, pelo mundo, da informação. Como a cooperação entre as corporações era menor, cada uma delas desenvolvia um sistema técnico próprio aos seus equipamentos. A decisão de primeira ordem era a consolidação, pelas políticas nacionais de comunicação de cada país, do sistema técnico vigente. A decisão de segunda ordem cabia às corporações, que decidiam quando e onde seus filmes eram transcritos de um formato a outro.

O sistema doméstico de reprodução foi motivo de disputas entre as corporações produtoras de conteúdos e as corporações produtoras desses equipamentos. Ao contrário dos dias atuais, ambos não haviam harmonizado suas bases técnico-normativas. Nos Estados Unidos, estúdios de cinema se opuseram à banalização do sistema Betamax desenvolvido pela Sony. O caso *Universal Studios vs. Sony Corporation* (1984) é sua expressão jurídica. O estúdio alegava que a tecnologia do grupo japonês levaria os usuários a infringir seus direitos de reprodução (*copyright*) legalmente definidos. A deliberação da Suprema Corte dos Estados Unidos, no entanto, definiu que o fabricante do videocassete não poderia ser

de que muitos dos seus compradores não possuam leitores de CDs ou DVDs, seja por impedimentos financeiros seja pela dificuldade de utilizá-los.

²¹⁸ Vide, por exemplo, UBV (1985).

²¹⁹ Havia, grosso modo, quatro padrões territoriais principais: o brasileiro PAL-M, o europeu PAL, o estadunidense NTSC e o soviético SECAM.

responsabilizado por haver desenvolvido uma tecnologia cujos usos por seus compradores ocorressem em infração de direitos autorais²²⁰.

A difusão dos discos ópticos versáteis (DVD) testemunhou uma maior uniformização técnica aportando a adoção de um padrão internacional comum, mesmo que a regionalização do mundo em padrões técnicos se fizesse ainda presente (os padrões tecnológicos PAL, PAL-M, NTSC, SECAM). O objetivo era evitar, pelo controle geográfico da distribuição, que uma nova vaga pirata interferisse nas políticas das produtoras e distribuidoras. Assim, seis grandes zonas (RPC - *Regional Playback Control*) foram criadas, cada uma delas agrupando países específicos: Estados Unidos e Canadá, por exemplo, compartilham a Zona 1, enquanto Brasil, juntamente com a América Latina, Austrália e Nova Zelândia, compartilham a Zona 4. Uma Zona 0, cujo formato é lido em todas as demais, também foi desenvolvido. O conjunto técnico-normativo permitiu tanto a dispersão quanto o domínio sobre os conteúdos. Assim, as decisões técnicas das corporações são adendos normativos complementares aos conjuntos legislativos nacionais e multinacionais de proteção aos direitos autorais e de reprodução já discutidos.

A tutela dessas normas é de responsabilidade da *The DVD Copy Control Association* (DVD CCA), sediada nos Estados Unidos. A escolha da zona ou das zonas que serão incluídas em cada DVD é relativa à política territorial da corporação detentora do *copyright*. Embora continuem vigentes, esses monopólios normativos foram decodificados pela pirataria, física ou digital. Aliás, muitos leitores de DVDs hoje vendidos no Brasil decodificam discos de todas as zonas, assim como os leitores presentes nos computadores, que jamais incorporaram esta censura técnica.

Esses novos conjuntos técnicos se expandem coetaneamente à constituição do sistema normativo internacional já aqui descrito. Atualmente, a maior cobrança por normas rígidas de proteção contra a pirataria cria as condições para que uma nova geração de técnicas e tecnologias, agindo em sistemas, tome lugar: *Blu-ray disc*, filmes gravados e exibidos com efeitos em três dimensões (3D), salas, telas, projetores, sistemas digitais de sonorização, preços e efeitos especiais. Esse novo conjunto sustenta e é sustentado, sem que seja feito aqui um julgamento estético das obras, no cinema como técnica de reprodução vinculada ao mercado mais do que no cinema como processo criador artístico.

²²⁰ De acordo com a decisão da Suprema Corte: “*Sony Corporation of America et al. v. Universal City Studios, Inc., et al.*”. No. 81-1687. *Supreme Court of the United States*, 17 de janeiro de 1984.

O novo pacote tecnológico atualmente em implementação caminha para a solidificação de um pretendido monopólio internacional na produção e exibição de filmes a partir de algumas grandes empresas *hollywoodianas*²²¹. Aliás, esse conjunto técnico é ele mesmo uma nova forma de combate à pirataria: os efeitos especiais, a proclamada qualidade superior de som e imagem ou o ressurgimento dos filmes em 3D são artifícios dificilmente reproduzíveis nos lares e outros locais privados de exibição, além, evidentemente, dos custos de sua instalação, normalmente efetuados em grandes salas de grandes empresas igualmente internacionalizadas. Ademais, o sistema de mídias óticas *blu-ray* reproduz a idéia de regiões com códigos de leitura diferenciados que impediram, encareceram e dificultaram, durante alguns anos, o início de seu processo de replicação.

As cidades, por sua vez, vivem a dialética de serem ao mesmo tempo empurradas para o consumo e incapazes de satisfazer os desejos de seus habitantes, sejam estes desejos autônomos ou impostos. Dessa forma, é o circuito inferior que responde ao aumento do consumo, especialmente pela população de baixa renda ou daquela geograficamente banida do uso desses objetos e sistemas técnicos. A pirataria possui, aqui, uma atribuição fundamental, suprimindo as novas necessidades do período, pois nem sempre a originalidade do produto é um quesito decisivo para sua compra. São Paulo permite uma reflexão empírica rica sobre este tema.

Um simples exercício econômico mostra o papel que a pirataria tem nesse sistema dos objetos: enquanto um DVD original de jogos para Playstation 2, da Sony, custa, em média, de R\$ 50 a R\$ 150, ele pode ser comprado por R\$ 5,00 na Galeria Pagé, ou por um pouco mais do que isso nos pequenos comércios de bairro. Esse videogame custa, na mesma Galeria, R\$ 360, enquanto nas lojas ‘legalizadas’ seu preço é de R\$ 700²²².

A ida de uma família ao cinema (com dois filhos, média do município de São Paulo, de acordo com SEADE, 2009), explicita a relação entre território, pobreza e pirataria: em transporte público (ida e volta) serão gastos R\$ 24,00 e com os ingressos, cerca de R\$ 45 (preço unitário médio de R\$15, com duas entradas com 50% de desconto). Desconsiderando qualquer refeição ou despesa extra, o gasto total é de R\$ 69,00. Como informa WIPO (2011b, p. 60), entre 2004 e 2009 o preço médio de um ingresso de cinema no Brasil quase dobrou.

²²¹ Organizadas entorno à *Motion Picture Association of America* (MPA).

²²² Valores observados no primeiro semestre de 2010.

A locação de um filme em vídeo locadoras também é cara em São Paulo, variando entre R\$ 3,00 e R\$ 10,00²²³. Por outro lado, com R\$ 10 pode-se comprar de três a cinco DVDs piratas. A diferença é expressiva, especialmente se considerarmos o Salário Mínimo brasileiro (R\$ 622 em janeiro de 2012) que, em 2008, era o rendimento médio de 18% das pessoas na Região Metropolitana de São Paulo (IBGE, 2009). A compra de DVDs piratas é crime no Brasil, mas como lidar, eticamente, com o fato de que a baixa renda ou o local de moradia seja um impedimento ao acesso à informação?

Pesquisa recente realizada pela Organização Internacional de Propriedade Intelectual (WIPO, 2010, 2011a) revela elementos que colaboram com a hipótese do desencaixe dos preços dos produtos originais em relação à renda média dos brasileiros. Realizada em países selecionados pela forte presença de pirataria, o trabalho compara o preço de um mesmo produto em cada um deles, seu preço relativo ao poder de compra (tendo o mercado estadunidense como parâmetro de comparação) e qual seria o seu valor quando comparado à renda de um cidadão estadunidense. Os resultados são apresentados nas TABELAS 03 e 04.

TABELA 03 - PAÍSES SELECIONADOS: Comparação entre o preço (USD) oficial e pirata do CD *Viva la Vida* (EMI Music) (2008/2009)

País	Preço Oficial	Preço Oficial em relação ao poder de compra nos EUA (PCC)*	Preço Pirata	Preço Pirata em relação ao poder de compra nos EUA (PCC)*
EUA	17	---	N/A	---
Rússia	11	59	5	26
Brasil	14	80	2,5	14
África do Sul	20,5	164	2,7	22
Índia	8,5	385	1,2	54
México	13,7	75	0,4 a 1	5,75

Fonte: WIPO (2010, p. 10).

N/A = Não Avaliado

*PCC = Poder Comparativo de Compra. Calcula quanto a mercadoria custaria para um cidadão americano em relação aos seus rendimentos médios na mesma proporção encontrada nos outros países avaliados.

²²³ As vídeo locadoras também se reformulam com a pirataria: no Distrito de Aprazível, em Sobral (CE), há uma vídeo locadora que se aproveita das condições locais do meio geográfico, como baixa renda dos moradores, escassez e baixa velocidade do serviço de *internet* para locar filmes piratas a R\$ 1,00.

O CD *Viva la Vida*, da banda inglesa Coldplay, vendido pela gravadora EMI Music, tem o preço original, em USD, próximo entre os diferentes países. No entanto, quando o preço é comparado ao poder de compra em cada país e esse fator é transposto para os Estados Unidos, os valores modificam-se drasticamente: os USD 14 pagos por um brasileiro na compra de um CD original equivaleria a USD 59 se comparado ao poder de compra de cada cidadania. Em relação ao que gastam um sul-africano e um indiano, seria como se um estadunidense desembolsasse, respectivamente, USD 164 e USD 385.

Os preços do equivalente pirata, expressivamente menores, são mais adequados às características de cada formação socioespacial, isto é, dialogam mais efetivamente com a economia concreta. O estudo nos permite dizer que a quantidade de dinheiro destinada para a compra do CD original por um estadunidense é bastante próxima à quantidade necessária para que um habitante dos outros países analisados compre o mesmo CD, em sua versão pirata.

TABELA 04 - PAÍSES SELECIONADOS: Comparação entre o preço (USD) oficial e pirata do DVD *Batman, o cavaleiro das trevas* (Warner Bros.) (2008/2009)

País	Preço Oficial	Preço Oficial em relação ao poder de compra nos EUA (PCC)*	Preço Pirata	Preço Pirata em relação ao poder de compra nos EUA (PCC)*
EUA	24	---	5	---
Rússia	15	79	5	26
Brasil	15	85	3,5	20
África do Sul	14	129	0,4 a 2,8	22
Índia	14	635	03 a 1,2	54
México	27	154	0,4 a 0,75	4

Fonte: WIPO (2010, p. 10).

*PCC = Poder Comparativo de Compra. Calcula quanto a mercadoria custaria para um cidadão americano em relação aos seus rendimentos médios na mesma proporção encontrada nos outros países avaliados.

O mais recente DVD da sequência de filmes de *Batman*, do estúdio Warner Bros., possui preço maior nos Estados Unidos. Mas, quando comparado ao poder de consumo de cada país, esses valores novamente escancaram a distância entre a microeconomia do estúdio cinematográfico e a macroeconomia dos territórios. Se um estadunidense gastasse proporcionalmente o mesmo que um brasileiro para a compra

do filme, o DVD lhe custaria USD 85 e não USD 24. Se nos atentarmos à situação indiana, seria como se um americano mobilizasse USD 635 para comprá-lo. Na comparação mostrada na TABELA 04, o preço da versão pirata nos países em questão, à exceção da Índia, equivaleria, comparativamente ao poder de compra, ao que um estadunidense paga pelo original.

Os dois produtos analisados possuem preços internacionais nivelados a partir dos Estados Unidos e da União Européia em países cujas rendas médias anuais são menores, num contexto de barateamento das tecnologias informacionais. Dessa combinação entre pobreza, meio geográfico informacional e necessidades de consumo, a pirataria, embora panfletada como irracional, acaba mostrando-se, ao contrário, a forma econômica mais racional, aproximando economia e território. Para as grandes gravadoras e estúdios, agentes hegemônicos do período, o território é um recurso e o sistema jurídico-opressivo do Estado é acionado para que seus interesses sejam respeitados, a despeito da incapacidade econômica da maioria dos consumidores.

Em nosso trabalho de campo com alunos da Universidade de São Paulo, este tema foi abordado (GRÁFICO 21). Dentre os 36 entrevistados que compram produtos piratas, os filmes são o principal objeto comprado, com 31 menções. Álbuns e coletâneas musicais foram citados 11 vezes. Foram 33 aqueles que declararam assistir filmes piratas. Considerando que mais de uma resposta era possível, o uso mais corriqueiro dado aos filmes após terem sido assistidos é guardá-los, opção citada 30 vezes. Entretanto, mais de 30% dos entrevistados empresta ou doa os DVDs, o que revela que os objetos pirateados estabelecem relações sociais lugarizadas.

GRÁFICO 21 - SÃO PAULO: Entrevistados que compram e assistem a filmes piratas e uso dado aos DVDs piratas depois de assistidos (2012)

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2012. Elaboração própria.

A venda de CDs e DVDs piratas em São Paulo acompanha, muitas vezes, a especialização dos lugares. Certas mercadorias são, elas mesmas, fortemente especializadas e se encaixam em lugares igualmente especializados. Essa é a circunstância encontrada no centro de São Paulo, particularmente na Rua Augusta, nas proximidades das Avenidas Paulista e Consolação, onde ocorre a venda de DVDs de filmes e também de programas para computador. Trata-se de uma área da cidade onde há cinemas de rua cujas programações não são estritamente *hollywoodianas*²²⁴. Do mesmo modo, há uma especialização na seleção dos filmes piratas à venda, denominados *cults* (filmes antigos, clássicos ou fora do 'circuito comercial', documentários, palestras), que atendem a um público também específico.

O objeto oferecido à venda também é apresentado de forma distinta dos DVDs piratas normalmente encontrados: a produção, a qualidade das imagens e das mídias (caixas acrílicas com capas e discos impressos em alta qualidade) e a forma de expor as mercadorias são diferenciadas (IMAGEM 17), o que revela um uso específico e lugarizado da pirataria. O preço também é outro: enquanto filmes piratas são vendidos nessa região a R\$ 5,00, estes são vendidos a R\$ 10,00. No mesmo lugar também são encontrados, particularmente nas noites entre quinta-feira e domingo,

²²⁴ Localizam-se nessa área as principais salas de cinema de rua da cidade: Cine Belas Artes (hoje fechado), Cine Livraria Cultura, Reserva Cultural, Espaço Unibanco de Cinema, Unibanco Artplex e Cine SESC. Todas com programação que não se restringe aos *blockbusters* estadunidenses. Além desses, a área ainda abriga salas da rede Cinemark, no Shopping Pátio Paulista, e da rede Playart no Shopping Center 3 (vide MAPA 09).

vendedores de artesanato, livros, quadros, camisetas e acessórios (bolsas, cintos, pulseiras, entre outros), como é apresetnado no MAPA 09.

**IMAGEM 17 - SÃO PAULO (Município): Especialização do lugar para a pirataria -
Rua Augusta (2010 - 2011)**

À esquerda, em madeira e com cobertura em veludo, as barracas usadas para a venda de filmes *cults* pirateados, a poucos metros da porta do Espaço Unibanco de Cinema. Um quarteirão acima, próximo à Estação Consolação do Metrô, em frente ao centro comercial PortoPaulista, encontram-se as barracas nas quais se vendem filmes *blockbusters* e programas de computador. Feitas a partir de caixas de papelão, são dobráveis e podem ser transportadas facilmente uma vez que as mercadorias estão presas por fitas adesivas (na fuga da fiscalização, a base é deixada). Autoria: imagem da esquerda: Fábio Tozi, 13/01/2011. Imagem da direita: <http://maps.google.com/maps?hl=pt-BR&q=rua+augusta+sao+ paulo&um> (acesso em 13/01/2011).

Outro lugar da cidade revelador de uma especialização pirática apoiada na especialização do meio geográfico é o Bairro da Liberdade, que possui grande número de moradores e visitantes de origem, ascendência ou tradições japonesas, chinesas e coreanas²²⁵. Em alguns pontos do Bairro ocorre a venda de DVDs e CDs com filmes, séries, novelas, seriados e animações em suas versões originais, a maioria sem legendas ou dublagem para o português. Aqui, no entanto, a apresentação dos discos ópticos é simples: sacos plásticos com livretos de qualidade inferior e discos sem impressão, com nomes ou numeração escritos à mão (quando existem). A unidade é vendida por R\$ 10,00, em média²²⁶.

Dediquemo-nos, doravante, à organização do território: além do uso do objeto é preciso se dedicar à compreensão do uso do território possibilitado pelas características do meio geográfico facilitadoras ou constrangedoras da ação de assistir a filmes. Se no Brasil a idéia de consumidor substituiu a de cidadão, o

²²⁵ De acordo com <http://www.emplasa.sp.gov.br/portalemplasa/uit/> acesso em 13/01/2010.

²²⁶ Os preços praticados, embora apresentem uma certa delimitação territorial, variam de acordo com as quantidades compradas. Na Rua Santa Ifigênia e 25 de Março podem-se comprar de três a cinco discos por R\$ 10,00. Nas proximidades da Avenida Paulista os mesmos discos são vendidos por R\$ 5,00 a unidade. Programas de computador possuem, em geral, preços maiores. Valores verificados durante o ano de 2010.

consumo, no modo de produção capitalista, é seletivo não apenas pela renda, mas, como se procura mostrar, pela desigualdade entre os lugares. Como define Milton Santos (1987, p. 81), cada homem vale pelo lugar onde está, portanto a acessibilidade das pessoas aos lugares deve ser compreendida juntamente ao entendimento global do funcionamento da sociedade.

A distribuição regional das salas de cinema é bastante desigual no país: a Região Sudeste concentra 56% delas (1244 salas), seguida pelo Sul, com 20% (328 salas), o Nordeste aparece com 12% (273 salas), seguido pelo Centro-Oeste, com 7% (193 salas) e Norte, com 5% (60 salas). A concentração desse objeto técnico acompanha, no Brasil, a Região Concentrada (MAPA 20), ou seja, a porção do território na qual o meio técnico-científico-informacional se faz mais presente e contíguo. Mas, mesmo dentro dessa região, há uma desigualdade na localização dos equipamentos, como se pode comprovar para os estados da Região Sudeste. Considerando-se cada Unidade da Federação e a porcentagem de municípios com salas de cinema em cada uma, obtém-se uma cartografia mais detalhada dessa seletividade territorial (MAPAS 11 e 12):

MAPA 11 - BRASIL: Distribuição das salas de cinema por UF (2007)

MAPA 12 - BRASIL: Percentual de municípios com salas de cinema por Unidade Federativa (2007)

Aproximadamente 9% dos municípios do Brasil possuíam sala de cinema em 2007. São Paulo concentrava 722 salas ou 58% da Região, quantidade que equivale ainda a 34% de todas as salas do país. O Rio de Janeiro reunia 23% das salas, seguido por Minas Gerais, com 16% e por Espírito Santo, com 7% das salas da Região Sudeste. No entanto, a porcentagem de municípios com salas de cinema nessa Região, a situação se modifica: o Rio de Janeiro era o estado com maior porcentagem de municípios com sala de cinema: 41%. Em São Paulo eram 22% os municípios que possuíam o equipamento em 2007, seguido por Espírito Santo, com salas em 17% dos municípios e Minas Gerais, com 9%. Na maioria dos outros estados esse índice era inferior a 10%, sendo menor que 5% em nove deles (MAPA 12). Inventado no século XIX, o cinema é uma raridade no Brasil do século XXI.

O MAPA 13 traz informações que mostram a relevância do meio geográfico na pirataria de músicas a partir da disponibilidade das lojas de discos no território.

MAPA 13 - BRASIL: Percentual de municípios com lojas de discos, CDs, DVDs e fitas K7 (2008)

No Brasil, aproximadamente 60% dos municípios possuíam lojas de discos em 2008, ou seja, podemos dizer que os vendedores de mercadorias piratas preenchem os vazios da rede oficial, ou legitimada, de distribuição e, nesse sentido, desempenham um papel social importantíssimo na socialização de informações. Considerando-se a raridade das lojas, a pirataria (compra de discos ou *downloads*) pode ser considerada, em muitos casos, como a única maneira disponível, nos lugares, para o acesso a essas informações. Essa configuração do meio geográfico é reveladora de seletividades, é anterior e se impõe, na dinâmica dos lugares, às práticas que a lei e as empresas oprimem. O oferecimento de acesso público a esses conteúdos é raro e a intenção de compra de um CD ou DVD original é barrada, na sua efetivação, não apenas pelo preço, mas pelas *distâncias perversas*, como denominou Sartre (2002 [1968], p. 278), isto é, pela configuração territorial, incluindo a condição das estradas, dos transportes, dos meios de comunicação e as relações entre uma e outra cidade. Por isso,

por toda parte, estar distante é estar prejudicado; nos países subdesenvolvidos, estar distante é ainda pior: é se condenar a ser pobre. O termo distância deve ser tomado numa acepção sócio-econômica que caracteriza a situação geográfica das periferias; não é uma questão de distância física, mas de acessibilidade (SANTOS, 2004 [1977], p. 292).

Apresenta-se, a seguir, a organização do território paulistano referente a alguns dos fixos possibilitadores de informações e atividades normalmente designadas como “culturais”. A análise dessa organização permite prosseguir o diálogo territorial com a municipalização da opressão à pirataria discutida no Capítulo anterior.

A seletividade dos equipamentos públicos e privados de cultura no território paulistano, apresentada nos mapas a seguir, traz outros elementos à discussão sobre a pirataria. As distâncias de acessibilidade latejam. Os objetos da cultura estão afastados da população (mapas 14, 15, 16 E 17).

MAPA 14 - SÃO PAULO (Município): População por Subprefeitura (2010)

MAPA 15 - SÃO PAULO (Município): Salas de cinema por Subprefeitura (2010)

Pode-se dizer que, grosso modo, onde há mais habitantes há menos salas de cinema em São Paulo. Não são poucas as Subprefeituras do município onde, mesmo habitando milhões de pessoas, elas são inexistentes. Das 31 Subprefeituras, especialmente três concentram a maior parte das salas: Sé, Pinheiros e Santo Amaro.

Ao impedimento financeiro da ida ao cinema se acrescenta o impedimento criado pela organização do território. Em contrapartida, os vendedores de filmes piratas estão dispersos por todo o território, nas proximidades dos lugares de moradia e de trabalho, junto aos sistemas de transporte, cumprindo uma função social que jamais foi assumida, em São Paulo, por nenhum outro agente social público ou privado.

A distribuição de salas de shows e concertos e teatros no município é ainda menos democrática, como apresentam os MAPAS 16 e 17:

MAPA 16 - SÃO PAULO (Município): Salas de teatro por Subprefeitura (2010)

Uma única Subprefeitura, a da Sé, possui 147 salas de teatro, isto é, mais da metade das 288 salas existentes no município em 2010. Em segundo lugar, com 42 salas, aparece a Subprefeitura de Pinheiros. Ainda, 13 Subprefeituras não possuíam salas de teatro.

MAPA 17 - SÃO PAULO (Município): Salas de shows e concertos por Subprefeitura (2010)

No que se refere a casas de shows e concertos do município, a Subprefeitura de Pinheiros possui o maior número delas, 127, seguido pela Sé, com 73 salas e Vila Mariana, com 25. A concentração desses objetos técnicos é ainda maior do que aquela das salas de teatro e cinema.

A racionalidade da metrópole corporativa fragmentada (SANTOS, 1990) enseja piratarias, ao contrário do que difunde o discurso dos agentes do mercado, como no Projeto Escola Legal, discutido mais detalhadamente no Capítulo 14. Ignorando as informações sobre a distribuição geográfica de salas de cinema, teatros, *shows* e bibliotecas, o texto do Projeto informa:

a produção de filmes, músicas, livros, etc. é bastante vasta e, por isso, se não conseguimos comprar o ingresso para assistir a algum filme, não podemos dizer que não temos acesso à cultura, mas apenas àquele determinado filme, naquele local e momento específico. Como alternativas, podemos procurar um cinema cujo preço do ingresso seja mais barato ou alugar o filme em DVD. Podemos ainda escolher uma peça de teatro no centro cultural local ou retirar um livro na biblioteca municipal - opções que nos mantêm em contato constante e direto com a cultura em suas mais variadas formas” (AMCHAM BRASIL, 2010b, p. 16).

O resultado racional dessas desigualdades socioterritoriais manifesta-se: a importação nacional de CDs virgens apresentou crescimento espantoso, passando de 1.438.694 unidades em 1998 para 55.277.260 em 2002, acompanhado de um aumento no número de firmas importadores que passaram de nove para 43. O aumento das importações é incompatível com o mercado de CDs musicais vendidos por gravadoras que, por sua vez, encolheu cerca de 50% entre 1997 e 2003 (GRÁFICO 22)²²⁷. Os mesmos CDs produzidos sob licença da Philips (detentora da patente desses discos ópticos) servem à difusão de conteúdos pirateados.

Outro fato geograficamente importante é que das 10 maiores firmas importadoras de CDs em 2004, seis estavam em São Paulo, duas no Espírito Santo, uma no Paraná e uma no Amazonas (BRASIL, 2004, pp. 121-122), mostrando novamente a pertinência do meio geográfico e, mais especificamente, da Região Concentrada, como suporte territorial da logística internacional da pirataria. Finalmente, a relação entre a venda de CDs originais e piratas inverteu-se no Brasil, como mostra o GRÁFICO 22:

²²⁷ Dados disponíveis em BRASIL (2004, p. 121-122) com base na Secretaria de Comércio Exterior.

GRÁFICO 22 - BRASIL: Venda (%) de CDs originais e piratas (1997-2002)

Fonte: BRASIL (2004, p. 116). Elaboração do autor.

A pertinência da fronteira internacional Sul do país se faz ativa, novamente, na constatação de que o número de apreensões de CDs e DVDs ilegais é maior na porção Sul do país, especialmente na 9ª e 10ª Regiões Fiscais (RF) da Receita Federal, nas quais estão incluídos os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, de acordo com o MAPA 18:

MAPA 18 - BRASIL: Apreensões de CDs e DVDs piratas por Região (2008)

Em todo o Brasil, no ano de 2008, foram realizadas 3,6 mil ações de combate à pirataria por autoridades públicas em parceria com agentes da APCM (Associação Antipirataria Cinema e Música). Foram apreendidos mais de 41 milhões de CDs e DVDs piratas, dos quais 17 milhões eram mídias virgens. Ainda neste ano, 195 pessoas foram judicialmente condenadas por pirataria no país. A região Sul concentra 52% das apreensões, seguida pela Sudeste, com 41%. As regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte possuem, juntas, 7% das apreensões registradas.

A pirataria de CDs e DVDs merece destaque, pois exemplifica e materializa as condições do período técnico-científico-informacional e sua apropriação pirata. As novas possibilidades do período, quando difundidas, desagradam os agentes sociais que antes exclusivamente as detinham. Esse fato é observável na área fonográfica com a criação, em 2007, da APCM por grandes empresas como Universal, Warner Bros., Sony, Globo, Columbia, Metro Goldwyn-Mayer, Paramount e Fox das quais é representante autorizada com apoio da *Motion Picture Association of America*

(MPAA)²²⁸. Anteriormente, cada uma dessas empresas mantinha um departamento especializado no combate à pirataria, mas o crescimento da prática de falsificação levou-as a criarem uma Associação que cuidasse do interesse comum a todas. Essa opção mostra que apesar de competirem, as empresas cooperam para objetivos e vantagens comuns, como propõe, a partir de uma análise geográfica, SMITH (1988 [1984]).

De fato, desde a sua criação, a APCM tem desenvolvido rigidamente sua função. Está organizada em três departamentos: **jurídico**, que encaminha e acompanha crimes de pirataria, de **internet**, que busca sítios com conteúdo não autorizado, e **organizacional**, que cuida das ações da Associação pelo país, mesmo que os esforços estejam concentrados em São Paulo e Rio de Janeiro. Aliás, cabe ressaltar que a Associação beneficia-se das condições técnicas do atual período, pois mesmo que a maioria das apreensões de mídias piratas se dê no Sul do país (MAPA 18), sua sede localiza-se em São Paulo, ao lado da Avenida Paulista, uma das porções do país na qual o meio técnico-científico-informacional se faz mais presente.

A ação da APCM se dá na identificação de produtos falsos, persuasão e apoio logístico. Assim, uma vez identificada uma prática pirata, a Associação efetua uma queixa-crime junto às Delegacias de Polícia. Visto que há grande quantidade de crimes (às vezes mais graves) a serem investigados, a Associação efetua um trabalho de convencimento, junto às delegacias, para que as queixas apresentadas sejam levadas adiante, ou seja, realiza persuasão alegando que todo crime deve ser combatido. Como as autoridades policiais em geral alegam não possuírem equipamentos e pessoas para a apreensão, transporte e armazenamento de material, a Associação oferece apoio logístico que inclui desde pessoas para acompanhar as diligências policiais, caminhões para o transporte do material apreendido e o oferecimento de um depósito especialmente destinado a preservar o material das apreensões até o julgamento do caso²²⁹. Como já foi apresentado, a APCM vincula-se nuclearmente nas diversas instâncias políticas brasileiras, agindo em união com o CNCP no nível nacional, com os estados e com os municípios.

Nota-se que a APCM acaba desenvolvendo um papel de polícia no sentido de que cria parcerias com as instituições públicas de repressão que podem distorcer a

²²⁸ A MPAA representa os seis maiores estúdios dos EUA, responsáveis pela produção e distribuição de conteúdos para cinema, TV (aberta e paga) e vídeo: Walt Disney, Sony, Paramount, Twentieth Century Fox, Universal Pictures e Warner Bros.

²²⁹ Informações organizadas a partir de entrevistas realizadas na sede da APCM em 04/09/2008 e materiais de divulgação da Associação.

função social de cada um dos agentes. Por isso, é sintomático que os títulos de algumas mensagens eletrônicas de divulgação enviadas pela Associação sugiram que ela teria realizado apreensões ou retirado páginas da *internet* do ar quando, na verdade, ela apenas acompanhou e auxiliou as instituições policiais e judiciais²³⁰.

Concomitante à presença da pirataria pelas ruas das cidades, faz-se necessário destacar a expansão da rede mundial de computadores como um dos principais meios através dos quais a “pirataria digital” se desenvolve nos últimos anos, complementando e/ou substituindo a venda de filmes e músicas pirateadas em discos ópticos.

Se a idéia original da rede, posta em prática nos anos 1960 nos Estados Unidos, era essencialmente possibilitar comunicações militares seguras, na década seguinte seu uso foi expandido para o sistema universitário do país. Entretanto, sua linguagem, seu ambiente de interação e, por seguinte, seus usos, eram ainda demasiado herméticos para sua banalização. No começo dos anos 1990, todavia, a idéia de um sistema mais aberto e acessível e ao mesmo tempo mundialmente padronizado de troca de informações é posto em prática, o padrão WWW (*World Wide Web*, ou, literalmente, a ampla teia, ou rede, mundial). Pouco tempo depois, a adoção da linguagem digital HTML (*HyperText Markup Language* ou Linguagem de Marcação de Hipertexto), associada a um endereço de URL (*Uniform Resource Locator*, ou Localizador Padrão de Fonte) e aos programas de navegação permitiu a publicação e o acesso público a textos, imagens, sons, vídeos, entre outros.

A respeito da pirataria digital doméstica e a tecnoesfera exigida para que ela se realize, não se pode esquecer que no Brasil as redes são rarefeitas, ou seja, sua distribuição e sua qualidade de funcionamento variam nos lugares. A infra-estrutura necessária a tal pirataria concentra-se em parte do território, já que depende das condições materiais do meio geográfico: minimamente energia elétrica, computador e rede de comunicação. O MAPA 19 mostra a desigualdade da *internet* no Brasil:

²³⁰ Como, por exemplo, no título das mensagens: “APCM retira mais de 2,5 mil links piratas da Madonna da internet”, de 18/12/2008; “APCM desmantela laboratório de CDs e DVDs piratas em Americana, Interior de São Paulo”, de 21/11/2008 e “APCM apreende 17 CPUs em lan house no RJ”, de 27/01/2009.

MAPA 19 - BRASIL: Domicílios com microcomputador e *internet*, por Região (2008)

As Regiões Sudeste, com 31,5% e Sul, com 28,6%, concentram o maior número de computadores ligados à *internet*, além das conexões mais eficientes para a troca de informações, seguidos pela Região Centro-Oeste, com 23,5%, Nordeste, com 11,6% e Norte, com 10,6% dos domicílios com microcomputador e acesso à rede. No país como um todo, o computador, verdadeiro objeto-símbolo do presente, está em 31,2% dos domicílios, sendo que apenas 23,8% destes possuem acesso à *internet*, em 2008. Os resultados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2011 do

IBGE reforçam a tese acerca da expansão veloz do meio técnico-científico-informacional no Brasil. A pesquisa mostra que a posse de computadores com acesso à *internet* foi o bem durável com maior crescimento nos domicílios pesquisados: aproximadamente 40%. O segundo objeto cuja presença mais cresceu nos lares brasileiros em comparação à pesquisa de 2009 foi o microcomputador, com 30%, seguido do telefone celular, próximo a 27% de aumento²³¹.

No entanto, esse é apenas um momento de um processo extremamente dinâmico da modernização desigual do território brasileiro. Se o percentual de computadores, um objeto técnico recente, é baixo, ele é, por outro lado, em muitos Estados da Federação, colado ou superior ao percentual de máquinas de lavar roupas, *freezers* ou filtros de água, como revela a pesquisa do IBGE (2009, p. 59). Assim, o fato de que grande número de lugares seja desprovido dos objetos típicos das modernizações precedentes não impede que os objetos representativos da atualidade do mundo ali se instalem, mostrando que a pobreza não é um dado puramente econômico e quantitativo, mas também geográfico e qualitativo, pois tem a ver com os objetos e os conteúdos dos lugares.

Na Região Norte, em 2008, enquanto o número de domicílios com microcomputadores é de 17,4%, o de telefonia celular é de 49,0%, rádio 76,4%, TV 90%, o de *freezers* é de 15,3%, o de máquinas de lavar roupas é de 26,7% e o de filtro de água 31,4%. A idade mais antiga da invenção não significa sua maior capilaridade no território, graças à flexibilidade das tecnologias da informação²³². Aliás, como será visto no Capítulo seguinte, essa expansão recente, mesmo que incompleta, de computadores, *internet* e telefones celulares na Região Norte subsidia novas economias urbanas baseadas em outras concepções de direitos autorais.

Isso permite ir além e compreender a própria relação entre as diversas práticas da pirataria e o meio geográfico. O acesso à informação e aos objetos é mais ativo, no caso brasileiro, na Região Concentrada do território, aquela na qual a base geográfica do período da globalização faz-se presente de forma contígua, como se pode verificar no MAPA 20. Aqui, é a riqueza, e não a pobreza, a variável-chave para compreender a pirataria. Aliás, nossa pesquisa bibliográfica e empírica tem mostrado

²³¹ IBGE (2011); IBGE. *PNAD 2011: crescimento da renda foi maior nas classes de rendimento mais baixas*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2222&id_pagina=1. Acesso em 22/09/2012.

²³² Para Castells, a “... *Revolução Industrial estendeu-se para a maior parte do globo durante os dois séculos seguintes*” [ao seu início na Inglaterra] enquanto que “... *as novas tecnologias da informação difundiram-se pelo globo com a velocidade da luz em menos de duas décadas, entre meados dos anos 70 e 90...*” (CASTELLS, 2000, p. 52).

que o consumo de discos (CDs e DVDs) se concentra entre os mais pobres e/ou velhos, enquanto os mais ricos e jovens descarregam os filmes e as músicas da *internet*.

MAPA 20 - BRASIL: Meio técnico-científico-informacional e as Regiões do Brasil

Elaboração: Markelly Fonseca, com base em SANTOS & SILVERIA, 2001.

Se o desenvolvimento técnico e normativo da *internet* se pautou em diretrizes de corporações e Estados, sua banalização, acompanhada do crescente número de objetos que a ela se conectam, fez com que a denominada pirataria digital torna-se uma prática, doméstica ou não, em expansão contínua. O esquema apresentado na FIGURA 01 explicita as diferentes formas pelas quais os *downloads* e *uploads* podem se realizar.

FIGURA 01: Sistemas de troca de informações pela *internet*

Elaboração gráfica: Danilo Vergueiro Martins e Fábio Tozi, a partir de *Libération*, Paris, 22/01/2012.

A automação dos processos permitiu que os usuários de computadores pudessem compartilhar informações sem a necessidade de compreender os sofisticados sistemas técnicos que os sustentam. Enquanto o descarregamento direto realiza uma cópia integral da informação no computador (ou *tablet*, telefone celular, entre outros) do utilizador, o método *Peer to peer* é mais complexo: a informação original, uma música, por exemplo, é fragmentada. Qualquer usuário que a possua pode ser o fornecedor de fragmentos, se assim o desejar. O programa reconstitui automaticamente, no seu destino final, uma cópia idêntica da informação original. Se no primeiro caso o fornecedor é facilmente identificado pelo seu IP (*internet protocol*), no segundo, essa ação é dificultada, pois os sítios não hospedam os conteúdos, apenas os atalhos para localizá-los. Para as corporações detentoras de direitos autorais, especialmente filmes, seriados e músicas, essa tecnologia é considera a principal preocupação de violação de seus direitos de proprietários. Por sua vez, o sistema *streaming* não efetua a cópia de informações, mas de acordo com a legislação, mesmo o ato de assistir a um filme ilegalmente disponibilizado por esse método configura um crime.

A rapidez com que os filmes, mesmo antes de seu lançamento, aparecem nas ruas da cidade é uma combinação explícita da flexibilidade tropical característica

dos países pobres com a docilidade técnica do período. No caso de algumas séries estadunidenses de TV, há uma versão para *download*, com legendas em português, apenas algumas horas após sua exibição nos Estados Unidos. Esse procedimento envolve uma complexa rede que põe em relação tradutores anônimos que solidariamente legendam filmes e séries, especialmente do inglês para o português, colocando-os em sítios da *internet* para que possam ser descarregados. Os episódios da série *Lost*, a título de exemplo, possuíam uma versão completa em português disponível para *download* apenas quatro horas após sua exibição nos Estados Unidos²³³. Essa é uma das manifestações empíricas das tecnologias doces, cujos objetos geram convivialidade e cumplicidade, contrapondo-se ao centralismo do controle da técnica, de acordo com a análise de Gaudin (2005 [1978], p. 204 entre outras).

Diferentemente do que ocorria no período industrial, Simondon (2006) considera que nas redes digitais de informação a energia e a informação são reunidas novamente. Já para ELLUL (1977, p. 85) a impressora mecânica era um objeto inútil em relação à memória do trabalho que executava enquanto o computador, por outro lado, cumpre o papel de uma memória coletiva e organiza as informações que o mundo fornece.

Ademais, essa comunhão é um campo fértil para a gestão de novas formas de economia urbana. A economia das idéias, na definição de Veltz (2010), traz novos referenciais aos paradigmas econômicos predominantes, pois, diferentemente da economia dos objetos, a posse de uma informação por um indivíduo não impede que outros também a possuam. A simultaneidade é um dado central dessas solidariedades. Além disso, uma informação apóia-se nas demais, condenando a um plano inferior o princípio de monopólio na apropriação das idéias.

Considerando que os objetos informacionais se impõem ao uso, as entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo buscaram apreender a relação entre possuir esses artefatos modernos e a prática de *download*, como pode ser observado no GRÁFICO 23.

²³³ WIPO (2011a, p. 48).

GRÁFICO 23 - SÃO PAULO: Posse de objetos informacionais, prática de *download* e compra de produtos piratas entre os entrevistados (2012)

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2012. Elaboração própria.

A posse de alguns dos objetos simbólicos da contemporaneidade é, em geral, ampla entre os entrevistados. O menor número de respostas, embora significativo, concentra-se na posse de TV a cabo no domicílio. Nas entrevistas realizadas com os estudantes da Universidade de São Paulo, dos 50 entrevistados, 49 alegaram possuir computador ou *notebook* no domicílio e 15 deles possuem também *netbook* ou *tablet*²³⁴. O acesso à *internet* no domicílio é comum a 45 deles. Se todos possuem telefones celulares, destaca-se igualmente que 31 entrevistados possuem aparelhos que permitem o acesso à *internet*. *Downloads* são realizados por 46 deles, número de respostas maior do que a compra de produtos piratas.

Esses números são superiores às médias regionais brasileiras de posse de computador e acesso à *internet* apresentados no MAPA 19. A psicoesfera criminalizante da pirataria acompanha consigo a premissa de que a compra de produtos piratas e a prática de *downloads* são causados pela pobreza. Tal premissa, comprova-se, é falsa. Entre os entrevistados de nosso trabalho de campo, o maior número de pessoas que faz *downloads* concentra-se entre aqueles que declararam possuir maior renda.

Outro elemento relevante para a compreensão da importância dos computadores como objeto essencial do período informacional é o fato de que dentre

²³⁴ *Netbook* é um computador portátil de pequenas dimensões e peso reduzido. O *Tablet* é uma prancheta digital que pode ser utilizada como computador. Possui tela tátil, pequenas dimensões e peso reduzido permitindo, igualmente, acesso à *internet*.

os 49 entrevistados que os possuem, 37 alegaram que eles são de uso pessoal e 12 responderam que o uso do objeto é compartilhado. O uso de *internet* é pessoal para 18 dos entrevistados e coletivo para 27 deles. Ademais, em vários domicílios, embora o número de objetos como geladeira, *freezers* ou televisão seja unitário e de uso compartilhado, muitos dos entrevistados alegaram possuir dois, três ou quatro computadores ou telefones celulares no domicílio, usados individualmente.

Em relação à prática de pirataria pela *internet* entre os entrevistados, 40 mencionaram o *download* direto como o principal meio de copiar conteúdos, seguido pelo uso de programas de compartilhamento, com 28 menções (GRÁFICO 24). O uso deste método de obtenção de arquivos digitais auxilia a compreender o fato de que 14 entrevistados realizam *uploads*, isto é, nem todos aqueles que baixam arquivos da *internet* disponibilizam arquivos para que outros usuários o também o façam.

GRÁFICO 24 - SÃO PAULO: Métodos de *download* e utilizados pelos entrevistados (2012)

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2012. Elaboração própria.

A pesquisa também procurou relacionar o conhecimento de idiomas com a prática de *downloads*. É válido lembrar que o conjunto de entrevistados está cursando o ensino superior ou já possui formação universitária (GRÁFICO 25).

GRÁFICO 25 - SÃO PAULO: Entrevistados que compreendem um segundo idioma e realizam *downloads* (2012)

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2012. Elaboração própria.

Entre os 23 entrevistados que compreendem, no mínimo, um segundo idioma, 21 fazem *downloads*, atividade mais comum do que a compra de produtos contrafeitos, realizada por 17 deles. Dentre os 10 entrevistados que falam dois ou mais idiomas, todos fazem *downloads*.

Finalmente, analisando os conteúdos mais baixados pelos entrevistados, constata-se que “músicas” é o item mais mencionado, com 42 citações, seguido por filmes, programas de computador, séries de televisão e, em último lugar, livros. O *download* de programas de computador empiriciza outro dado importante da política de preços das empresas para o território nacional. O pacote de programas Microsoft Office, por exemplo, é vendido, em julho de 2012, por cerca de R\$300. A opção pirata vendida nas ruas custava entre R\$ 10 e R\$15. O *download* da versão pirata não exige o desembolso de qualquer quantia.

Ora, a banalidade da pirataria doméstica digital no território brasileiro é apropriada pelos fornecedores de acesso à *internet*, que utilizam este fato como elemento central de suas propagandas, mesmo que não a mencionem explicitamente. Operadores como Vivo e Net vendem como destaques de seus serviços a capacidade de fazer *downloads* de filmes e músicas (ANEXO 05).

GRÁFICO 26 - SÃO PAULO: Conteúdos baixados pelos entrevistados que realizam downloads (2012)

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2012. Elaboração própria.

Afinal, embora possa ser tecnicamente possível, rastrear a origem de cada *bit* transferido na rede mundial de computadores torna-se uma tarefa inviável seja pelo número de usuários envolvidos, seja pelo número de vezes que ele foi replicado. Nesse sentido, tentativas de controlar os usos da rede definem-se em vários países, ensaiando novas formalidades para a rigidez normativa do presente. A criação da HADOPI (*Haute Autorité pour la diffusion des œuvres et la protection des droits sur internet* ou Alta Autoridade para a difusão de obras e proteção de direitos na *internet*) na França em 2009 foi um dos marcos normativos mais importantes. A Autoridade criada pra fiscalizar o uso da *internet* pode fiscalizar os conteúdos baixados pelos usuários, enviar-lhes advertências e, na terceira reincidência, o acesso à *internet* pode ser cancelado. Essa vigilância da rede também é discutida no Brasil, especialmente a partir do Projeto de Lei 84/99 de autoria do Deputado Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

A *internet* permite usos que ainda não estão regulados e, principalmente, é um ambiente no qual o sentido de propriedade de idéia é raro, quando não prejudicial ao seu funcionamento. Se para Benjamim (1975 [1961]) as técnicas de produção modernas são também técnicas de reprodução, na *internet* a reprodução é um dos seus fundamentos principais, pois, como rede de troca de informações, os controles tradicionais seriam um empecilho ao seu potencial técnico, ou, nas palavras de Simondon (1969) um desvio na direção de sua tecnicidade.

Mas, a normatização da *internet* defendida por grandes corporações e Estados é, de fato, a definição de quais agentes sociais serão beneficiados e não possui qualquer relação com o seu funcionamento como sistema técnico. A nova composição informacional do meio geográfico permitiu que novos agentes se destaquem e vislumbrem fontes antes inéditas de lucros: uma estrutura pequena, com poucos funcionários, permite faturamento milionário.

O fechamento do sítio de *downloads* Megauload em 2011 exemplifica a disputa em curso: o *site* vendia a seus assinantes o direito de baixar filmes, músicas e seriados, mas não pagava os *copyrights* aos seus proprietários. Da mesma forma, as leis estadunidenses atualmente em discussão (SOPA - *Stop Online Piracy Act* ou PIPA - *Preventing Real Online Threats to Economic Creativity and Theft of Intellectual Property Act*) revelam os interesses divergentes entre as formas estabelecidas de negócios e as novas formas possibilitadas pela rede de computadores.

Reafirmamos, portanto, o alerta há pouco realizado: a rejeição ao ACTA é menos importante do que o fato de que ele continue ativo como desígnio de institucionalização do controle centralizado das técnicas contemporâneas. OS agentes envolvidos na classificação dos países nos *Special 301 Report* (vide Capítulos 09, 10 e 11) almejam mudanças na regulação dos territórios.

Ora, a questão, aqui, não é o direito à informação, à liberdade ou à democracia da *internet*, mas um duelo entre os “antigos” agentes controladores da difusão da informação contra os novos aspirantes ao comando de tal hegemonia. Basta notar que um dos agentes sociais centrais, o *autor* não participa dos debates e, geralmente, nem mesmo é citado. Se os indivíduos são tratados como usuários na *internet*, a quem se atribui uma pretensa liberdade de escolha, é preciso constatar que ele é cada vez mais consumidor de informações.

Capítulo 16

Meio técnico, tecnologia e tecnobrega: a cidade e a pirataria em Belém do Pará

Mesmo estando fora da Região Concentrada do país, o município de Belém do Pará, com 1.437.600 habitantes em 2009 e taxa de urbanização superior a 99%²³⁵, bem como sua Região Metropolitana, apresenta um meio geográfico no qual se fazem presentes, em menor densidade, os elementos principais do período. Dessa forma, mais do que o território em si, como adensamento de técnicas, interessa compreender o *território usado*, ou seja, o espaço de todos os agentes sociais e seus múltiplos *usos do território*, como propõe Milton Santos (1994b), já que usado o território ganha sentido ético e político.

O circuito espacial produtivo e os círculos de cooperação do tecnobrega em Belém manifestam a cumplicidade que existe entre cultura, sociedade e espaço. Território abandonado pelas gravadoras, que escolhem seus lugares de ação mais motivadas pelo lucro do que por questões artísticas ou sociais, a situação existente em relação ao tecnobrega paraense expressa a dissociação entre cultura e mercado fonográfico. Enquanto o território é abrigo para a cultura e para o tecnobrega, para as corporações musicais ele é recurso. Por isso, 88% dos grupos de tecnobrega nunca teve contrato com uma gravadora (FGV, 2007, p. 127).

Apoiados nas novas tecnologias da informação, os grupos reinventam o processo de produção de CDs e DVDs, bem como de distribuição e de *marketing*. Feitos em pequenos estúdios profissionais ou caseiros (IMAGEM 18), os CDs e DVDs são criados, distribuídos e vendidos pelas próprias bandas em suas apresentações, ou, apoiados em “pirateiros”, entram no mercado de rua a partir dos camelôs. O percentual de 80% dos CDs e DVDs vendidos nos camelôs da cidade de Belém têm como origem grandes pirateiros, enquanto 16% dos mesmos são reproduzidos por conta do próprio vendedor (*idem, ibidem*, p. 106).

Como argumenta Oliveira (OLIVERIA, A. L. 2008, p. 219), trata-se de outro circuito produtivo da música pautado em contra-racionalidades que reinventam o mercado fonográfico por meio de ações mais horizontalizadas, coletivas e solidárias:

²³⁵ Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 12/10/2010.

Através da música, destacamos que o lugar surge, espontaneamente, como sede da resistência [...], onde outra ordem, fundada numa racionalidade paralela - cuja força está nos espaços do aproximativo, da criatividade e da solidariedade - desafia a perversidade difundida (*idem, ibidem*, 2008, p. 219).

IMAGEM 18 - BELÉM DO PARÁ: Estúdio da aparelhagem Nova Dimensão (2010)

Da esquerda para a direita: estúdio instalado na garagem de uma casa, seguida de duas imagens internas do estúdio, nas quais destacam-se o uso de computadores e impressoras domésticas para descarregar e gravar músicas e impressão de capas ou material de propaganda. As tarefas que exigiriam especialização e divisão sofisticada do trabalho numa gravadora são assumidas pelos DJs (dois irmãos), que são os donos da aparelhagem. Autoria: Fábio Tozi, setembro de 2010.

A pirataria tem possibilitado a criação de novas relações entre os músicos, os comerciantes e os ouvintes, ainda impensáveis em outros lugares do Brasil²³⁶: freqüentemente as bandas doam seus discos para que sejam pirateados em troca da divulgação que só a pirataria permite.

Assim, a reprodução não autorizada é uma das principais responsáveis pela difusão da música para o mercado consumidor em Belém. Os grandes agentes que atuam nesta atividade têm sido procurados por artistas que se interessam pela divulgação de sua música para fora do Estado do Pará, o que representa a possibilidade de expansão dos negócios das duas partes envolvidas (FGV, 2007, p. 107).

Nessa situação, a difusão do conteúdo se tornou mais importante que o direito autoral sobre ele, mostrando que nem sempre a legislação de direitos autorais, que é genérica, atende às especificidades de todos os lugares. Os processos de desapropriação que as dóceis tecnologias da informação permitem, pelo uso e não pela posse da autoria, questionam a definição e a difusão corporativas do conhecimento que nos últimos dois séculos se estabeleceu. Como sugere Gaudin

²³⁶ A pesquisa desenvolvida por Creuz (2011) mostra que novas formas de organização da produção musical apoiadas no meio técnico-científico-informacional ocorrem também em outras capitais do país.

(2005 [1978] p. 15), é preciso que se desfaça a concepção, a respeito da inovação industrial, de que a idéia é o que importa quando na realidade é a maneira como ela se realiza, se difunde e se transmite que transforma a sociedade e, acrescentaríamos, o território.

Por isso, pode-se dizer que cultura, meio geográfico e técnica são complementares, pois o cotidiano ressignifica o período. De acordo com Santos (1987):

A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento (SANTOS, 1987, P. 67).

A banda belenense *Calypso* mostra outra faceta dessa cena musical territorialmente gestada: o grupo, mesmo sem gravadora, vendeu mais de cinco milhões de cópias de seus CDs sem nunca ter aparecido em um programa de TV em rede nacional, utilizando-se de uma nova economia que independe de um agente social anteriormente tido como essencial: a gravadora. No processo produtivo convencional, de acordo com Earp & Kornis (2005, p. 21), a produção de um CD custa milhares de reais enquanto sua reprodução custa alguns centavos. A novidade inventada em Belém beneficia-se do segundo fato reduzindo os custos do primeiro. A produção e a distribuição dos CDs foram assumidas pelo próprio grupo. Por outro lado, após ter se tornado nacionalmente conhecida, a banda passou a aparecer nos programas de grande audiência transmitidos em rede nacional, como o *Domingão do Faustão*, na Rede Globo de Televisão, ocasião na qual ocorreu a entrega de discos de ouro, platina e diamante para uma banda que, ironicamente, não possui gravadora²³⁷.

Entretanto, a relação entre a música e sua base física (discos ópticos) já se modifica e o tecnobrega nos permite esclarecer essa mudança: a distribuição de arquivos digitais pela *internet* tem se mostrado mais rápida e eficiente para o circuito do tecnobrega, conquanto a presença da *internet* nos domicílios da Região Norte, como mostra o MAPA 19, seja a mais baixa entre as regiões brasileiras e as velocidades de conexão muito menores do que as disponíveis em outros Estados da

²³⁷ CALIL, R. "O líder da Calypso não fica parado e já pensa em reinventar outra vez o negócio da música". Entrevista. In: *Revista TRIP*, 13/03/2009; sítio oficial da Banda Calypso: <http://calypso1000.blogspot.com/2009/03/banda-calypso.html>, acessado em 31/05/2009.

Federação²³⁸. Embora menos modernizado, o meio geográfico ali presente supre as necessidades dos processos de desapropriação-criação vinculados ao tecnobrega.

O esquema apresentado na FIGURA 02 procura sintetizar, sem esgotá-la, a hibridez entre agentes e objetos relacionados nos caminhos percorridos entre a produção e a audição das músicas do tecnobrega.

²³⁸ Com o objetivo de contribuir para revelar a desigualdade técnica do território brasileiro, podemos comparar as velocidades de conexão existentes nos municípios de São Paulo e Belém do Pará. No município de Belém do Pará, o servidor Velox/Oi oferece duas velocidades: 600kb e 1Mb, por, respectivamente, R\$ 69,90 e R\$109,90 (valores mensais). Em São Paulo estão disponíveis velocidades que variam de 500Kb a 50Mb, por R\$ 49,90 e R\$ 399,90, respectivamente (valores mensais), no entanto, em pacotes combinados, a velocidade pode atingir 100Mb. Esses valores são para serviços comprados isoladamente, sem promoções. Portanto, embora exista como possibilidade concretizada no Brasil, a implantação da banda larga de alta velocidade nos lugares depende das políticas territoriais das empresas. Fontes (acessos em 12/10/2010): <http://oivelox.oi.com.br/portal/site/OiVelox/menuitem.ebeac1048536fb0248de9f76f26d02a0/?vgnextoid=c0456b009fcf2110VgnVCM10000090cb200aRCRD> e <http://www.nettvdigital.com.br/net-virtua.php>.

FIGURA 02 - BELÉM DO PARÁ: Híbridez entre agentes sociais e objetos técnicos no tecnobrega

A despeito da velocidade relativamente baixa da *internet*, há uma frenética velocidade de criação: todo dia há novas músicas e toda semana novos CDs e DVDs de grupos e DJs cujo alcance, mais que nacional ou regional, é particularmente local. A *internet* é um dos principais elementos articuladores da comunicação no tecnobrega, como revelam algumas situações apreendidas pela pesquisa de campo. Um DJ entrevistado²³⁹ relata uma ação que se mostrou rotineira: numa noite, ao ter ouvido uma música nova, ligou para um colega de profissão que imediatamente descarregou-a pela *internet* (sem pagar direitos autorais). Na tarde do dia seguinte, o mesmo DJ recebe uma ligação de seu colega que lhe mostra a versão tecnobrega da música do dia anterior. Está criada, graças às técnicas e à pirataria, uma nova música. A partir daí, desenvolve-se uma densa rede comunicacional digital pela qual o DJ envia sua música para seus colegas, também DJs ou produtores de música, especialmente através do programa de mensagens instantâneas *MSN*²⁴⁰. A pirataria adaptativa é a base da organização da produção musical.

As músicas ficam disponíveis gratuitamente nos sítios das *aparelhagens*²⁴¹ ou em sítios de hospedagem gratuita (um dos mais utilizados é o 4shared) cujos endereços são amplamente divulgados nas páginas de relacionamento pela *internet*, especialmente Orkut e FaceBook. Nesse circuito, há uma socialização necessária e forçada, visto que nenhuma música mantém-se exclusiva de um DJ ou uma aparelhagem, pois uma vez lançada ela está disponível e pode ser recriada (*remixada*) várias vezes, ampliando as suas chances de sucesso e, igualmente, apropriada por um pirateiro que a redistribui. Uma característica aparentemente trivial, mas que não pode passar despercebida, é que o número do telefone do DJ que recria a música é agregado, no arquivo digital, ao nome da mesma, bem como o seu endereço eletrônico no *4shared*, que fica visível nas propriedades do arquivo. Dessa maneira, com o envio de uma única música e com 'um clique' é possível divulgar um amplo banco de dados (o repertório do DJ), estimulando a publicidade dos produtores de música. Esses agentes e objetos empiricizam, ou lugarizam, as

²³⁹ DJ Edielson, da aparelhagem *Príncipe Negro*. Entrevista realizada durante o programa *Batidão do Príncipe* da Rádio Marajoara (FM 100,9), em 30/09/2010.

²⁴⁰ O DJ Anderson Melo havia recebido, pelo *MSN*, nove novas músicas no dia em que o acompanhei no programa *Batidão do Príncipe*, em 30/09/2010.

²⁴¹ Por *aparelhagem*, adotamos a definição de COSTA (2003, p. 03): “Empresas de sonorização voltadas especialmente para a realização de festas de brega. Normalmente de propriedade familiar e administradas por famílias [...] As aparelhagens são em geral classificadas como de pequeno, médio ou grande porte [...]. No sentido estrito, a aparelhagem é o equipamento sonoro composto de uma unidade de controle e seu operador (o D.J.), que possibilita o uso de diversos recursos e alta qualidade na emissão musical, e suas caixas de som, que comportam diversos alto-falantes e tweeters, agrupados no formato de colunas de 3 a 5 metros de altura, aproximadamente”.

trocas de informações possibilitadas pela rede mundial de computadores, como apresentado na FIGURA 01.

No circuito convencional da música, as gravadoras possuem um papel central e o ouvinte é induzido a comprar discos nas lojas. No tecnobrega, há diversos caminhos para que a música chegue ao ouvinte ou o ouvinte encontre a música (FIGURA 02). Essa diversidade de uso das bases técnicas no lugar parece ser um grande trunfo do tecnobrega.

A vitalidade desse circuito espacial produtivo é uma prova empírica daquilo que Gaudin (2005 [1978], p. 204 e outras) denominou de *tecnologias doces* (*technologies douces*), isto é, os objetos portadores de convivialidade e geradores de cumplicidade, que evitam o centralismo e possibilitariam a superação da domesticação tradicionalmente vinculada ao uso das técnicas. As tecnologias são doces porque se harmonizam com os lugares por serem autárquicas, ou seja, sua utilização local é capaz de oferecer autonomia local.

Como a fama, ou a sobrevivência, do DJ e das bandas não provêm da vendagem de discos, mas do fato de sua música ser tocada, cada nova canção é acompanhada da esperança de ser reproduzida maciçamente. Uma vez levada para as *festas de aparelhagens*, a música, caso vire sucesso, entra nos CDs e nas listas de música das aparelhagens e finalmente chega à rádio²⁴². Parece dar-se no tecnobrega de Belém do Pará um fenômeno similar ao observado por Oliveira (OLIVERIA, A. L., 2008) no Rio de Janeiro:

Atualmente, mais importante do que produzir é alcançar a circulação, a difusão da música. Transformações no mercado fonográfico surgem diretamente vinculadas a avanços tecnológicos que permitem que a música seja produzida de forma muito mais rápida e fácil, o que inclui sua circulação livre e ampliada e sua comercialização (OLIVEIRA, A. L. 2008, p. 154).

Mas, como a velocidade da criação é vertiginosa, a mesma *aceleração contemporânea* (SANTOS, 1997b) que os beneficia, ameaça-os: como muitos criam e difundem músicas rapidamente, elas tanto surgem como desaparecem com rapidez.

²⁴² Concordamos com Costa (2003), quando afirma que implementa-se uma nova hierarquia entre os agentes do tecnobrega, pois se por um lado o artista pode se libertar das gravadoras, por outro ele tornou-se muito dependente das aparelhagens, que são as principais protagonistas dos lançamentos dos novos sucessos musicais. Para o autor, “o sucesso musical do brega em Belém depende *“fundamentalmente” da presença dos novos lançamentos no “Play List” das aparelhagens. Esse é um fato reconhecido não só pelos artistas, mas também pelo público frequentador destas festas*” (COSTA, 2003, p. 5).

O caráter popular e periférico das casas de festa, mostrado por Costa (2009 [2007], pp. 115-118), estabelecimentos legais em geral instalados num meio construído deteriorado, é acompanhado da cara e sofisticada tecnologia das aparelhagens: telões de LED²⁴³, caixas de som potentes, *lasers* e outros efeitos especiais, como mostra a IMAGEM 19. Assim, enquanto desconstrói a importância dos agentes antes hegemônicos da produção e distribuição de música, o tecnobrega alimenta outros, como as empresas de som e luz, que instalam representações de seus escritórios em Belém do Pará, caso da empresa paulistana *Tec.Luz* que possui funcionários que acompanham algumas das festas para verificar o funcionamento dos equipamentos que fornecem. Da mesma forma, DJs e técnicos de som e luz visitam as feiras especializadas em equipamentos musicais, como a EXPOMUSIC, em São Paulo²⁴⁴.

IMAGEM 19 - BELÉM DO PARÁ: Aparelhagem *Rubi* (2010)

Apoiada em modernos sistemas de som e luz, essa festa (*Rubi Saudade*) realiza-se toda segunda-feira a partir de 15H, na casa *Metrópole*, e caracteriza-se por tocar o estilo *saudade*, que recupera e recria músicas do estilo *brega*. Autoria: Fábio Tozi, setembro de 2010.

A complexa rede que envolve o tecnobrega sustenta-se no seu próprio meio geográfico. A cidade abriga e fornece os elementos necessários à sua reprodução. Nisto, cabem as palavras de Maffesoli (2001[1979], p. 92) ao professar que “*longe das estruturas econômicas ou políticas, a comunicação, função essencial, inscreve-se nos lugares mais humildes, nas situações mais banais*”. Da produção caseira de músicas à venda de discos piratas nas ruas do centro velho (especialmente na Rua João Alfredo)

²⁴³ O LED (Diodo Emissor de Luz, na sigla em inglês) permite imagens em alta definição. Um telão de tamanho médio custa cerca de R\$ 80 mil, enquanto os telões usados nas aparelhagens de grande porte custam até R\$ 200 mil.

²⁴⁴ EXPOMUSIC - “Feira Internacional de Música, instrumentos musicais, áudio e acessórios”. Sua 27ª edição realizou-se entre 22 a 26 de setembro de 2010 no Expo Center Norte, no município de São Paulo.

ou dos bairros, a cidade, suas redes e relações, é uma constante: há festas todos os dias, mas especialmente entre quinta e segunda-feira, e o DJ, profissão normalmente vinculada ao conhecedor profundo de música, tornou-se uma profissão comum, exercida por pessoas sem os amplos e específicos conhecimentos técnicos e musicais normalmente requeridos.

Analisando a presença das instituições públicas nesse circuito, constata-se que tanto a FUMBEL (Fundação Cultural Municipal de Belém) quanto a SECON (Secretaria Municipal de Economia) não incorporam as dimensões culturais e econômicas do circuito do tecnobrega em suas políticas municipais²⁴⁵. A instituição policial, por sua vez, é presença ativa: de acordo com Costa (2003, p. 11) eram, em 2003, 614 as aparelhagens registradas no “Registro das Aparelhagens Sonoras de Belém”, sob responsabilidade da Polícia Civil. Esse registro, bem como um constante acompanhamento policial das festas manifesta, em nossa opinião, uma vinculação ideológica entre o tecnobrega, a periferia e a violência, e revela a incapacidade de incorporar a cultura e a economia populares nas endurecidas instituições públicas e suas normatizações.

²⁴⁵ Na FUMBEL, a Diretora do Departamento de Ação Cultural reconhece que o tecnobrega é a nova música popular de Belém e a valoriza. No entanto, esse reconhecimento não se concretiza em políticas municipais vinculadas ao estilo musical, à exceção do apoio pontual a um único DJ.

Cobogó, Ricardo Aprigio Fonseca, 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Sem dúvida, o nosso passado gravita sobre nós e nos inclina a ser isto mais do que aquilo, no futuro, mas não nos acorrenta nem nos arrasta.”

José Ortega y Gasset. *O homem e a gente - inter-comunicação humana*. 1957, p. 191.

Considerações Finais

Técnica, produção, reprodução e território, como este trabalho procurou abordar, sempre foram uma totalidade concreta, nos diferentes períodos da humanidade. A história da técnica revela movimentos de concentração e de dispersão das formas de produzir. O conceito de uso, pode-se afirmar, é indissociável do conceito de técnica e ambas são organicamente vinculadas à idéia de autoria que predominou na maior parte da história. A *norma* assume importância crescente na medida em que a propriedade se impõe como intermediária das relações entre os homens. Se técnica e arte eram expressas por uma mesma palavra, *techné*, hoje, ciência e técnica são, grosso modo, sinônimos. O mundo tornou-se artefato, ou seja, um elemento técnico-científico-informacional.

Reconstituir a idéia de técnica e de autoria em diferentes momentos da história é um recurso analítico fundamental para a compreensão da pirataria no mundo atual. Se a desapropriação, a reprodução e a cópia sempre existiram, o que caracteriza essa pirataria atual é, por sua vez, a sua densidade técnico-científico-informacional. Ademais, os atuais processos de criminalização da pirata atestam a dialética, que se manifesta no espaço, entre usos elitistas e usos populares da técnica. Há um embate entre a informação *contida* no próprio objeto, que incentiva o seu uso e a informação *sobre* o objeto, que visa reprimir suas possibilidades de mediação.

Os fundamentos teóricos, empíricos e técnicos trazidos ao debate procuraram evidenciar que o território usado, isto é, o espaço banal, impõe-se como categoria de análise central para a compreensão do presente e quiçá, do futuro. Tornando a pirataria uma ação humana e, conseqüente, territorial, espera-se contribuir para a compreensão das desigualdades do território brasileiro e, especialmente, superá-las. A pirataria, como se procurou mostrar, é incentivada, no Brasil, pelas condições do meio geográfico, inapto a fornecer aos habitantes as qualidades mínimas a uma vida digna.

A periodização da história da técnica e da noção de autoria e, num segundo momento, a periodização do endurecimento normativo contra as práticas de desapropriação permitem refletir sobre o processo contínuo de aproximação da relação lugar-mundo. Na vigência do período técnico-científico-informacional, as

simultaneidades cedem lugar às instantaneidades; a escala da ação e a escala geográfica ganham novas dimensões. A pirataria imitativa e adaptativa produzidas abundantemente no Brasil ou no estrangeiro mostram que o processo de vinculação das ações locais ao tempo do mundo não é mais um dado apenas dos agentes hegemônicos. Todavia, novos processos de desapropriação, liderados por estes últimos, ensaiam-se ou concretizam-se.

O período atual se caracteriza também pela tendência à homogeneização de bases comuns da vida e da produção. O meio técnico-científico-informacional se faz presente seja pelo planejamento estatal da normatização e organização do território, seja pelas políticas corporativas de uso do território ou, ainda, pela circulação ininterrupta da informação, o novo a ser compreendido. Esse é o motivo pelo qual a pirataria que denominamos imitativa, isto é, aquela vinculada ao circuito superior da economia, se expande em todas as classes sociais e em todos os países, configurando uma pirataria globalizada de alto nível técnico, científico e informacional.

Ademais, no Brasil, as grandes redes de lojas passam a vender os produtos que antes existiam apenas nos pequenos comércios populares ou eram fornecidos pelos vendedores de rua e galerias. Produtos genéricos globais, sem marcas e formas definidas, com qualidades inferiores, reproduzidos aos milhões, apóiam o consumo e o consumismo dos mais pobres no país.

Mas, a pirataria é portadora de alternativas no seio do próprio modo de produção capitalista: ela é representativa do desenvolvimento de técnicas e práticas sem as quais o próprio sistema não se renovaria. No entanto, simultaneamente, ela o desestabiliza. Nessa direção, Deleuze (2006 [1990], p. 223) sustenta que as sociedades de controle atuais operam por máquinas de informática e computadores cujo perigo passivo é a interferência e, o ativo, a pirataria e a introdução de vírus.

O período e o meio técnico-científico-informacional exibem lugares prenhos de comunicação. A técnica não é um dado absoluto e seus diversos usos lugarizados mostram que a riqueza da sociedade brasileira reside num território que é ao mesmo tempo desigual e perverso, mas também repleto de formas de vida que miram o futuro como possibilidade e criação e não o passado, como prisão e opressão. Acelera-se, no tempo presente, a novidade e a sua banalização e, dessa maneira, a intercomunicação técnica permite outras experiências de cognoscibilidade que engendram novas formas de pensar o mundo, de vivê-lo e de usá-lo. A técnica como

mediadora comum entre os homens pode servir, assim, na redefinição da ordem perversa estabelecida, no presente, entre informação e comunicação.

O enunciado de Santos (1996) é inspirador para os tempos presentes e futuros do território brasileiro:

As famílias de técnicas emergentes com o fim do século oferecem a possibilidade de superação do imperativo da tecnologia hegemônica e, paralelamente, admitem a proliferação de novos "artesanatos" com a retomada da criatividade, como, aliás, já se está dando nas áreas da sociedade onde a divisão do trabalho se produz de baixo para cima. Aqui a produção do novo e o uso da difusão do novo deixam de ser monopolizados por um capital cada vez mais concentrado, para pertencer ao domínio do maior número, possibilitando, afinal, a emergência de um verdadeiro mundo da inteligência. Desse modo, a utilização da técnica pode voltar a ser o resultado do encontro do engenho humano com um pedaço determinado da natureza, permitindo que essa relação seja fundada nas respectivas virtualidades e de modo a assegurar a restauração do homem em sua essência (SANTOS, 1999b, n.p.).

O território usado redefine, do mesmo modo, a economia. A criação de músicas em Belém do Pará, promotora de uma economia urbana regional, coloca o uso do território e da técnica como elementos decisivos dos projetos de futuro em gestação. As usagens empiricizam, a partir de decisões lugarizadas, as possibilidades de superação das dicotomias entre teoria e prática. Igualmente, as estratégias espaciais de resistência à crescente opressão estatal e corporativa em São Paulo escancaram a dialética do território.

Portanto, mais do que apresentar uma visão definitiva acerca da pirataria e suas diversas e intrincadas manifestações, nosso objetivo foi o de mostrar justamente as suas complexidades e a impossibilidade de se seguir utilizando definições simplistas para explicar sua existência. Afinal,

a mesma materialidade, atualmente utilizada para construir o mundo confuso e perverso, pode vir a ser uma condição da construção de um mundo mais humano. Basta que se completem as duas grandes mutações ora em gestação: a mutação tecnológica e a mutação filosófica da espécie humana (SANTOS, 2000, p. 174).

As técnicas contemporâneas, particularmente as técnicas da informação, a despeito de sua idealização subserviente a certos projetos hegemônicos, ganham usos, nos lugares, impregnados de racionalidades diversas, muitas vezes contrárias às suas racionalidades originais. Trata-se, de fato, de uma desinstitucionalização ou

abrandamento técnico, para seguirmos utilizando o vocabulário de nossos autores. Assim, às novas tecnologias correspondem novas piratarias.

O rádio e a televisão simbolizam objetos cuja característica marcante é a recepção de informações. A transformação desses artefatos e de todos os demais em objetos informacionais permitiu que seus utilizadores também possam produzir informações, isto é, podem, potencialmente, comunicar-se. As concepções jurídicas e econômicas de autoria e direito autoral tornaram-se, conseqüentemente, caducas. Nessas *conexões geográficas* (SOUZA, 1992), virtualmente planetárias, todos os que se comunicam criam conteúdos e se tornam autores. Haverá lei capaz de engessar esse processo? Será possível um sistema de pagamentos pelos usos de todas essas informações autorais? Mais do que desnecessários, esses controles são impossíveis ou inúteis, embora sejam, constantemente, com maior ou menor sutileza, impostos.

De maneira semelhante, a *internet* e os gravadores de discos óticos são considerados pela normatização corporativa do território como verdadeiros símbolos da permissividade da pirataria na era da globalização. Ora, esses objetos do século passado estão banalizados e suas implicações socioespaciais são já conhecidas. Qual será, entretanto, a mudança filosófica, cultural e jurídica que novos objetos ainda pouco conhecidos, ou ainda em projeto, trarão? Impressoras tridimensionais permitem, hoje, copiar e reproduzir formas à distância. Mais do que isso, essas impressoras, domésticas, podem ‘imprimir’ as peças necessárias para sua auto-reprodução, ou seja, são capazes de se replicar. Quais serão os usos e as implicações da popularização dessa nova técnica? Qual será a gama de objetos que poderá ser “baixada” no futuro próximo? Esse mundo novo precisa ser compreendido para que o totalitarismo das empresas e seus Estados apoiadores não conduza a humanidade a uma era de diminuição do seu conhecimento técnico geral.

O debate trazido pela pirataria vinculada à flexibilidade tropical recoloca a cidadania no centro do debate. Afinal, a pirataria é uma ação envolvida em contextos políticos mais amplos, pois não se trata apenas de consumir ou possuir algo sem remunerar seus proprietários. O que as situações atuais mostram é que o *uso* é mais importante do que a *posse*. A idéia de necessidade redefine-se no período informacional da humanidade, pois o necessário à vida, isto é, aquilo que é cabido a todos os homens, tornou-se um amplo conjunto de objetos e informações desigualmente disponíveis. Politicamente, piratear é permitir-se ter algo que é lhe é garantido pela própria existência.

Acreditamos, humildemente, que o esforço intelectual apresentado nesta tese seja importante na medida em que ele possa contribuir para desestabilizar as análises ideológicas e fragmentadas acerca da pirataria, normalmente condenando-a ao crime antes mesmo de qualquer entendimento mais denso dos sentidos de sua existência e das razões de sua criação. Grosso modo, esse discurso ideológico representado pelo Estado, pelas empresas e replicado pela mídia conduz a novas formas de criminalização dos lugares e das pessoas mais pobres, quando na realidade, as práticas piráticas são regra e não exceção, dialogam continuamente com a legitimidade e não apenas com a legalidade. A contribuição da disciplina geográfica, então, se esclarece, pois a concepção de totalidade é ponto de partida, contrapondo-se às visões setorializadas da vida ainda predominantes.

Como usos da técnica, as piratarias representam o engenho humano; os atritos sucedem da sua relação com os sistemas normativos e morais. As análises setoriais exigem escolhas exclusivistas. Acreditamos, como procurou-se mostrar aqui, que o espaço possui um papel ativo, totalizante, obrigando que se considere, na análise, o conjunto dos agentes, dos objetos e das ações. A planetarização dos objetos não elimina, mas dialoga com as existências lugarizadas. Por isso, modo de produção e formação socioespacial engendram, incessantemente, novos e complexos processos de criação de abundância e de escassez.

Do Brasil, como território alienado, sempre foi exigido reproduzir o que o mundo criava. O momento atual não garante mais a estabilidade dessa relação opressiva. Reproduzir, na era das técnicas da informação, é um ato criador e criativo, provedor de autonomias. O homem fez da técnica elemento intrínseco de seu projeto existencial: assim como na opereta de Giacomo Leopardi (1824), não há fuga.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCÓN, D. "Life Among the Pirates". In: *Granta 109: Work*. London: University of Cambridge, 2010.
- ALMEIDA, P. R. de. "O Brasil e a construção da ordem econômica internacional contemporânea". In: *Contexto Internacional*. V. 26, n.1, p. 7-63. Rio de Janeiro: 2004.
- AMADEI, J. R. P.; TORKOMIAN, A. L. V. "As patentes nas universidades: análise dos depósitos das universidades públicas paulistas (1995-2006)". In: *Ciência da Informação*. V. 38. Brasília: maio/agosto de 2009.
- AMCHAM BRASIL (American Chamber of Commerce do Brasil). *Projeto Escola Legal. Educação: o melhor caminho para a cidadania. Manual do Educador*. São Paulo: AMCHAM Brasil, 2010a.
- _____. *ABC do PEL (Projeto Escola Legal). Combater a pirataria se aprende na escola*. São Paulo: AMCHAM Brasil, 2010b.
- ANTAS JR., R. M. *Espaço geográfico: fonte material e não formal do direito*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2002.
- ARROYO, M. M. "A economia invisível dos pequenos". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 2, n. 15, 04 de Outubro de 2008.
- ASSIS ZANINI, L. E. de. "A proteção internacional do direito de autor e o embate entre os sistemas do *copyright* e do *droit d'auteur*". In: *Revista da SJRJ*. V. 18, nº 30. Rio de Janeiro: abril de 2011.
- BAIROCH, P. "Histoire des techniques et problématique du démarrage économique". In: *L'acquisition des techniques par les pays non-initiateurs*. N. 538. Paris: Éditions du CNRS, 1973. (Colloques Internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique. Pont-à-Mousson, 28 Juin - 05 Juillet 1970).
- BANKSY. *Wall and piece*. London: Century, 2005.
- BARBOSA, D. B. *Uma introdução à propriedade intelectual*. 2012 [2002?]. Disponível em: <http://www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/livros/umaintro2.pdf>. Acesso em 15/03/2011.
- BAUDRILLARD, J. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 2006 [1968].
- BEAUNE, J-C. *Philosophie des milieux techniques. La matière, l'instrument, l'automate*. Scyssel: Édition Champ Vallon, 1998.

- BEAUJEU-GARNIER, J. *Géographie Urbaine*. Paris: Masson & Armand Colin Éditeurs, 1997 [1980].
- BÉAUR, G.; BONIN, H.; LEMERCIER, C. “Introduction”. In: BÉAUR, G.; BONIN, H.; LEMERCIER, C. (éd.). *Fraude, contrefaçon et contrebande de l’Antiquité à nos jours*. Publications d’Histoire Économique et Sociale internationale N. 21. Genève: Librairie Droz S.A., 2006.
- BENJAMIN, W. “A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução”. In: *Textos escolhidos*. São Paulo: Ed. Abril, (1975 [1961]).
- BICUDO, E. “Produção de medicamentos no território brasileiro: política farmacêutica e política territorial”. In: *Geosp: espaço e tempo*. N. 25. São Paulo, 2009.
- BOGNÁR, J. *Economic policy and planning in developing countries*. Budapeste: Akadémiai Kiadó, 1968.
- BONNAIN-DULON, R. “‘Authenticité’ et faux dans les arts premiers”. In: BÉAUR, G.; BONIN, H.; LEMERCIER, C. (éd.). *Fraude, contrefaçon et contrebande de l’Antiquité à nos jours*. Publications d’Histoire Économique et Sociale internationale. N. 21. Genève: Librairie Droz S.A., 2006.
- BOSI, A. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOUCHONY, A. *La contrefaçon*. Paris: PUF (Coleção “Que sais-je ?”), 2006.
- BURKE, P. “Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna”. In: *Revista Estudos Avançados*. V. 16, nº 44. São Paulo: USP, 2002.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA - FUNARTE. *Cultura em números. Anuário de estatísticas culturais 2009*. Brasília: MINC, 2009.
- _____. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *III Relatório de Atividades. Conselho Nacional de Combate à Pirataria*. Brasília, 2006.
- _____. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. *Relatório Final. CPI da Pirataria*. Brasília, 2004.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII. Volume I: As estruturas do cotidiano: o impossível e o possível*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1979].
- CARVALHO, F. O. “Fronteiras instáveis na escola de Foz do Iguaçu: o início de um percurso”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*. São Paulo, julho de 2011.

- CASTELLS, M. *A sociedade em rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. I. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.
- CASTILLO, R. *Sistemas orbitais e uso do território. Conhecimento digital e integração eletrônica do território brasileiro*. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH/USP, 1999.
- CASTRO, J. de. “Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição”. In: *Correio da UNESCO*. Ano I, número 3, março de 1973.
- CATAIA, M. “A relevância das fronteiras no período atual: unificação técnica e compartimentação política dos territórios”. In: *IX Colóquio Internacional de Geocrítica*. Porto Alegre: Geocrítica, 2007.
- _____. “Alienação dos territórios frente aos processos da globalização econômica”. In: *Anales del 9º Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Mérida: 2003.
- _____. *Território nacional e fronteiras internas. A fragmentação do território brasileiro*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2001.
- CHANG, H-J. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2004 [2002].
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996 [1994].
- Colleção das Leis do Imperio do Brazil - 1830. Parte Primeira*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.
- CONDÉ, M. L. L. “TECHNICA/ARS e a produção do conhecimento do homem moderno”. In: MELLO, M. M. (org.). *Ars, techné, technica: A fundamentação teórica e cultural da perspectiva*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009 (Livro resultante do Seminário “A perspectiva e sua fundamentação teórica e cultural: techné-ars-technica”, realizado em 2007).
- CONTEL, F. B.; LIMA, M. C. “Internacionalização do ensino superior no Brasil: commoditização do ensino e uso corporativo do território”. In: *Anais do Encontro Internacional Geografia Tradições e Perspectivas*. São Paulo: 2008.
- COSTA, A. M. D. *Festa na cidade: o circuito bregueiro de Belém do Pará*. Belém do Pará: EDUEPA, 2009 [2007].
- _____. “Festa na cidade: o circuito bregueiro de Belém do Pará”. In: *Revista TOMO*. N. 6. São Cristóvão: NPPCS/UFS, 2003.
- COUTO E SILVA, G. do. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981 (1967).
- CRAVEIRO, G.; MACHADO, J.; ORTELLADO, P. (Coordenadores). *“O mercado de livros*

- técnicos e científicos no Brasil: subsídio público e acesso ao conhecimento*". Bauru: Canal 6, 2008.
- CREUZ, V. "Produção musical e economia urbana em metrópoles brasileiras". In: *Revista Geográfica de América Centra. Número Especial EGAL 2011*. Costa Rica: 2011.
- DAGNINO, R. "Os modelos cognitivos das políticas de interação universidade - empresa". In: *Convergencia - Revista de Ciencias Sociales*. N. 45. Mexico: UAEMex, septiembre-diciembre, 2007.
- DAVID, V. C. *Território usado e circuito superior marginal: equipamentos médico-hospitalares em Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto (SP)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2010.
- DE MASI, D. *Criatividade e grupos criativos - Volume I: descoberta e invenção*. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2005 [2003].
- DELEUZE, G. *Conversações 1972-1990*. São Paulo: Editora 34, 2006 [1990].
- DIDEROT, M. D.; D'ALEMBERT, J. L. R. *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres*. V. XVI. Paris: Briasson/David/Le Breton/Durand, 1751-1765.
- DIMITROV, M. K. *Piracy and the State: the politics of Intellectual Property Rights in China*. Nova York: Cambridge University Press, 2009.
- DORFMAN, A. "Fronteira e contrabando em Santana do Livramento (Br) - Rivera (Uy)". In: *Boletim Gaúcho de Geografia*. V. 32. Paraná: 2008.
- DOWBOR, L. "Criatividade ou lucro: o professor e a propriedade intelectual". In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, 30/09/2011.
- DURAN, J-M. "Écrit et parole au Proche-Orient ancien". In: HÉBRARD, D.; PRASSOLOFF, A. *L'appropriation de l'oral*". Cahiers textuel Paris 7. Paris: UFR, 1990.
- DURAN, L. D. *A construção da pirataria: o processo de formação do conceito de 'pirata' no período moderno*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2000.
- DURKHEIM, É. *Las reglas del método sociológico*. Madri: Folio, 2002 [1895].
- ELIAS, D. *Globalização e agricultura*. São Paulo: Edusp, 2003.
- EARP, F. S.; G. *A cadeia produtiva do livro no Brasil*. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.
- EELLS, R. *The government of corporations*. New York: The Free Press of Glencoe, 1962.
- ELLUL, J. *Le système technicien*. Paris: Calmann-Levy, 1977.

- FAILLE, J-B de La. *Les faux Van Gogh*. Paris/Bruxelles: Les Éditions G. Van Oest, 1930.
- FEL, A. “La Géographie et les techniques”. In: GILLE, B. (Dir.) *Histoire des techniques*. Encyclopédie de la Pléiade. Paris: Gallimard, 1978.
- FGV (Fundação Getúlio Vargas). *O tecnobrega Paraense e o modelo de negócio aberto*. Rio de Janeiro, FGV, 2007.
- FICHTE, J.G. “Proof of the Unlawfulness of Reprinting” (1793). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (ed.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*.
- FONSECA, Y. I. “O reconhecimento histórico dos direitos do autor e sua proteção internacional”. In: *Âmbito Jurídico*. V. XIV, n. 93. Rio Grande do Sul: out. 2011.
- FRÉMONT, A.; SOPPÉ, M. “Transport maritime conteneurisé et mondialisation”. In: *Annales de Géographie*. V. 114, N. 642. Paris: Armand Colin, 2005.
- FRENCH, S.; LEYSHON, A. & THRIFT, N. “A very geographical crisis: the making and breaking of the 2007-2008 financial crisis”. In: *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*. Londres, 2009.
- FRIEDMANN, G. *7 Estudos sobre o Homem e a Técnica*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968 [1960].
- FURTADO, C. FURTADO, C. “Reflexões sobre a crise brasileira”. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Orgs). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Edusp/Editora da UNESP, 2001.
- GAUDIN, T. *L'écoute des silences - les institutions contre l'innovation*. 2005 [1978]. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/contemporains/gaudin_thierry/ecoute_des_silences/ecoute_des_silences.html. Acesso em 10/04/2010.
- GILLE, B. *Histoire des techniques*. Paris: Encyclopedie de la Pléiade, 1993 [1948].
- GPOPAI (Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação - ECA/USP). *Estimativas do impacto de cópias não autorizadas de livros e discos sobre a produção industrial brasileira: aspectos políticos e revisão metodológica*. São Paulo: USP, 2010.
- GOSSE, P. *Histoire de la piraterie*. Paris: Payot, 1933.
- GOTTMANN, J. “The evolution of the concept of territory”. In: *Social Science Information*. N. 14. Paris: 1975.

- GUTTMANN, R.; PLIHO, D. “O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças”. In: *Economia e Sociedade*. V. 17. Número especial. Campinas: dezembro, 2008.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006 [2001].
- HEIDEGGER, M. “A questão da técnica”. In: *Scientiæ Studia*. V. 5, n. 3. São Paulo: 2007 [1953].
- HOBBSAWM, R. J. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.
- HOMBURG, C. *The copy turns original - Vincent Van Gogh and a new approach to traditional art practice*. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1996.
- IBAÑEZ, P. *Geopolítica e inovação tecnológica: uma análise da subvenção econômica e das políticas de inovação para a saúde*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2011.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2011*. V. 31. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- _____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - Síntese de indicadores: 2008*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- _____. “Tendências demográficas. Uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos 1940 e 2000”. In: *Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica*, n. 20. Rio de Janeiro, IBGE, 2007.
- ICC (International Chamber of Commerce). *Piracy and armed robbery against ships. Annual Report 2011*. London: ICC, 2012.
- _____. *The International Anti-Counterfeiting Directory 2009. A key information resource to combat the global plague of counterfeiting*. London: ICC, 2009.
- IIPA (International Intellectual Property Alliance). *2010 Special 301 Report on Copyright Protection and Enforcement: Brazil*. IIPA, 18 de fevereiro de 2010.
- _____. *2007 Special 301 Report on Copyright Protection and Enforcement: Brazil*. IIPA, 2007.
- INDIA (Ministry of Human Resource Development - Government of India). *Study on copyright piracy in India*. Government of India, 1999.
- INOVA (Agência de Inovação da Unicamp). *Relatório de atividades - Realizações da Agência de Inovação Inova Unicamp - 2010*. Campinas: Unicamp, 2010.
- INPI (Instituto Nacional de Propriedade Intelectual). *Balanço e Perspectivas: INPI em transformação*. Rio de Janeiro: CGCOM, 2011.

- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). *Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica*. DE NEGRI, J. A. & KUBOTA, L. C. (Editores). Brasília, 2008
- JABOUR, E. *Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2010.
- KAHIL, S. M. “Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo”. In: *Sociedade & Natureza*. N. 22 (3). Uberlândia: dez. 2010.
- KANT, I. “De l’illégitimité de la contrefaçon de livres”, tradução de Jules Barni. In: HÉBRARD, D.; PRASSOLOFF, A. *l’appropriation de l’oral*, 1990 (original: “Petits écrits relatifs au droit”. Paris: Auguste Durand, 1853).
- KANT, I. “On the Unlawfulness of Reprinting”. In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (editores). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. London: 2012.
- KAWOHL, F. (2008). “Commentary on Kant’s essay ‘On the Injustice of Reprinting Books’ (1785)”. In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (ed.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*.
- KIMURA, H. “Adaptation of new technology. A Japanese experience of economic development”. In: *L’acquisition des techniques par les pays non-initiateurs*. N. 538. Paris: Éditions du CNRS, 1973. (Colloques Internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique. Pont-à-Mousson, 28 Juin - 05 Juillet 1970).
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 2002 [1963].
- LATOUR, B. “Factures/fractures from the concept of network to the concept of attachment”. In: *Res. Anthropology and aesthetics*. N. 36. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- _____. *ARAMIS ou l’amour des techniques*. Paris: Éditions La Découverte, 1993.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2006 [1968].
- LEOPARDI, G. “Dialogo della Natura e di un Islandese”. In: GETTO, G. *Opere di Giacomo Leopardi*. Milano: Ugo Mursia Editore, 1966 [1824].
- LEOPOLDO E SILVA, F. “Martin Heidegger e a técnica”. In: *Scientiæ Studia*. V. 5, n. 3. São Paulo: 2007.
- “Les Journées de droit comparé de la Gesellschaft für Rechtsvergleichung. (Kiel, 8-11 septembre 1965)”. In: *Revue internationale de droit comparé*. Vol. 18, N°1. Paris: Société de Législation Comparée; Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, Janvier-mars 1966.

- LÉVY, J. “Mondialisation et sciences sociales - un enjeu épistémologique”. In: WIEVIORKA, M. (dir.). *Les sciences sociales em mutation*. Auxerre: éditions Sciences Humaines, 2007.
- MACHADO, L. O. “Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade”. In: *Revista Território*. Rio de Janeiro, ano V, n. 8, jan.-jun., 2000.
- MAËS, G. *Invention, interprétation, reproduction. Gravures des anciens Pays-Bas (1550-1700)*. Douai, Musée de la Chartreuse, 2006. (Catálogo da exposição homônima realizada no Musée de la Chartreuse entre 4 de novembro de 2006 e 4 de fevereiro de 2007).
- MAFFESOLI, M. *A conquista do presente*. Natal: Argos, 2001 [1979].
- MAMIGONIAN, A. “As bases naturais e sociais da civilização chinesa”. In: *Geografia Econômica - Anais de Geografia Econômica e Social. Dossiê Ásia/China*. Florianópolis: Departamento de Geociências/UFSC, Julho de 2008.
- MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 1967 [1966].
- MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Martin Claret, 2008 [1869, como primeira edição em livro. Artigos originais publicados em jornal em 1852].
- MARX, M. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: EDUSP, 1988 (Série *Espaço e Desenho*. Teses/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - USP).
- MASON, M. *The pirate's dilemma - How young culture is reinventing capitalism*. New York: Free Press, 2008.
- MONIÉ, F. “Globalização, modernização do sistema portuário e relações cidade-porto no Brasil”. In: SILVEIRA, M. R. *Circulação, transportes e logística - diferentes perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- MONTANARI, M. *A fome e a abundância. História da alimentação na Europa*. Bauru: Edusc, 2003 [2000].
- MONTENEGRO, M. R. *Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano. O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2011.
- _____. “Expansão do circuito inferior e novos conteúdos da pobreza metropolitana”. In: *Anais do Encontro Internacional Homenagem ao Centenário de Nascimento de Pierre Monbeig*. São Paulo: USP, 2008.

- _____. *O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2006.
- MORELLI, R. C. L. *Indústria fonográfica: um estudo antropológico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009 [1991].
- MUSSET, A. Mosquitos, piratas y cataclismos: las transformaciones de la red urbana en América Central (Siglos XVI-XVIII). In: *Yaxkin*. Vol. XIII, Tomos I e II. Instituto Hondureño de Antropología e Historia: Enero-Diciembre, 1995.
- NAÍM, M. *Ilícito - o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006 [2005].
- NASCIMENTO JR, F. C. “Do uso corporativo ao uso subversivo do território nos países periféricos”. In: *Mercator*. Fortaleza, v. 10, N. 23, set./dez. 2011.
- NURKSE, R. *Problems of capital formation in underdeveloped countries*. New York: Oxford University Press, 1953.
- O'BRIEN, R. & KEITH, A. “The geography of finance: after the storm”. In: *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*. Londres: 2009.
- OLIVEIRA, A. L. *Música e Vida Urbana: encontros e confrontos na cidade do Rio de Janeiro (1990 - 2008)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.
- OLIVERIA, E. L. *Divisão do trabalho e circuitos da economia urbana em Londrina - PR*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2009.
- Ordenações Filipinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 [1603]. Reprodução *fac-símile* da edição organizada por Candido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870. Décima quarta edição (segundo a primeira edição de 1603 e a nona de 1824).
- ORTEGA Y GASSET, J. “Sobre el estudiar y el estudiante (Primera lección de un curso)”. In: *Unas Lecciones de Metafísica*. Madrid: Alianza Editorial, 1966 [1933].
- _____. *Meditação da técnica*. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1963 [1939].
- OSTROWER, F. *Criatividade e processos de criação*. Petrópolis: Vozes, 1987 [1977].
- _____. *A grandeza humana: cinco séculos, cinco gênios da arte*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- PERRIG, A. *Michelangelo's drawings. The science of attribution*. New Heaven and London: Yale University Press, 1991.
- PHRMA (PHARMACEUTICAL RESEARCH AND MANUFACTURERS OF AMERICA). *Special 301 Testimony*. PhRMA, 2010.

- PIEVATOLO, M. C. "Freedom, ownership and copyright: why does Kant reject the concept of intellectual property?". In: *In Società italiana di filosofia politica*. 2010.
- PINHEIRO MACHADO, R. *Made in China: Produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- _____. "A garantia soy yo": *Etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad Del Este (Paraguai)*". Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRS, 2004.
- _____. "China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 23, n. 67, 2008.
- PRIGOGINE, I. *Do ser ao devir*. São Paulo: Editora UNESP; Belém do Pará: Editora da Universidade Estadual do Pará, 2002.
- PROSPECTIVA. *Propriedade intelectual e inovação: Uma análise das principais empresas e universidades brasileiras*. São Paulo: Prospectiva Negócios Internacionais e Políticas Públicas, maio de 2009 (Coordenadores: Ricardo Sennes, Ricardo Camargo Mendes e Gabriel Kohlmann).
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993 [1980].
- RIBEIRO, A. C. T. "Presenças recusadas: territórios populares em metrópoles brasileiras". In: NUNES, B. F. (org). *Sociologia de capitais brasileiras: participação e planejamento urbano*. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.
- _____. "Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário". In: RIBEIRO, A. C. T. et. ali. *Formas em crise. Utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Edições Arquimedes, 2005.
- _____. "Matéria e Espírito: o Poder (des)regulador dos Meios de Comunicação". In: PIQUET, R & RIBEIRO, A. C. T. *Brasil: Território da Desigualdade - Descaminhos da Modernização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1991.
- RICHTA, R. *La civilisation au Carrefour*. Paris: Éditions du Seuil, 1974 [1968].
- ROCHEFORT, M. "Um método de pesquisas das funções características de uma metrópole regional" [1965]. In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, n. 198, maio/junho de 1967.
- RODRIGUES, L. A. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro. 1947.
- SANTOS, L. G. "Tecnologia, natureza e a 'redescoberta' do Brasil". In: ARAÚJO, H. R. *Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2008 (1993).
- _____. “Por uma epistemologia existencial”. In: LEMOS, A. I. G. de; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. (org.). *Questões territoriais na América Latina*. Buenos Aires: Ed. Clacso, 2006.
- _____. *O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2004 [1975].
- _____. *O país distorcido. O Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002b.
- _____. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.
- _____. “O Território e o Saber Local: Algumas Categorias de Análise”. *Cadernos IPPUR*. Ano XIII, n. 2. Rio de Janeiro: 1999a.
- _____. *A revolução tecnológica, a experiência da escassez e os limites da globalização atual*. (Discurso proferido na ocasião do recebimento do título de Doutor *Honoris Causa*). Brasília: UnB, 1999b.
- _____. “Da Política dos Estados à Política das Empresas”. In: *Cadernos da Escola do Legislativo*. N. 6. Minas Gerais: jul/dez., 1997a.
- _____. “A Aceleração Contemporânea: Tempo Mundo e Espaço Mundo”. In: SOUZA, M. A. et al. *O Novo Mapa do Mundo: Fim de Século e Globalização*. São Paulo, HUCITEC. 1997b.
- _____. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- _____. *Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994a.
- _____. *Metrópole corporativa fragmentada. O caso de São Paulo*. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura/Nobel, 1990.
- _____. “O retorno do território”. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1994b.
- _____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- _____. “Circuitos espaciais da produção: um comentário”. In: SOUZA, M. A.; SANTOS, M. (org.) *A construção do espaço*. São Paulo: Ed. Nobel, 1986.
- _____. “Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método”. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54. São Paulo: AGB, 1977.
- _____. *Les villes du tiers monde*. Paris: Éditions M.-TH. Génin Librairies Techniques, 1971.

- SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. *O Brasil - território e sociedade no início do século XX*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SARTRE, J-P. *Crítica da razão dialética: precedido por Questões de método*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002 [1960].
- SASSEN, S. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998 [1994].
- SCHAFF, A. *A sociedade informática*. São Paulo: Unesp, 1990.
- SCHWEIDLER, C.; COSTANZA-CHOCK, S. "Pirataria". In: AMBROSI, A.; PEUGEOT, V.; PIMENTA, D. (Coord). *Desafios de Palavras: Enfoques Multiculturais sobre as Sociedades da Informação*. Lisboa: C & F Éditions: 2005.
- SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados). *Resenha de estatísticas vitais do estado de São Paulo*. São Paulo: SEADE, ano 9, n. 5, 2009.
- SENNETT, R. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006 [2004].
- SIBILIA, P. *O show do eu - a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- SILVA, C. A. *Novas Relações entre cultura e espaço: o mercado de filmes em videocassetes e vida metropolitana*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1994.
- SILVA, C. F. *Trabalho Informal e Redes de Subcontratação: Dinâmicas Urbanas da Indústria de Confeções em São Paulo*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2008.
- SILVA, F. A. *Da banalização técnica à reestruturação do circuito inferior no período popular da história: uma análise a partir do circuito espacial de produção dos CDs e DVDs "piratas" em União dos Palmares*. Monografia. União dos Palmares: UNEAL/CAMUZP, 2012.
- SILVA, M. A. C. *As cópias de Veronese por François Boucher, do acervo do Museu de Arte de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH/Unicamp, 2003.
- SILVA, R. B.; DAGNINO, R. "Universidades públicas brasileiras produzem mais patentes que empresas: isso deve ser comemorado?". In: *Economia & Tecnologia*. Ano 05, Vol. 17. Curitiba: UFPR, Abril/Junho de 2009.
- SILVA, S. C. *Circuito espacial produtivo das confecções e exploração do trabalho na Metrópole de São Paulo. Os dois circuitos da economia urbana nos bairros do Brás e Bom Retiro (SP)*. Tese de Doutorado. Campinas: IG/UNICAMP, 2012.
- _____. "A Importância do Circuito Inferior na Conformação do Papel da Metrópole de São Paulo na Atualidade". In: *Anais do XI SINPURB*. Brasília: 2009.

- SILVEIRA, M. L. “O Brasil: território e sociedade no início do século 21 - a história de um livro”. In: *ACTA Geográfica - Edição Especial Cidades na Amazônia Brasileira*. Boa Vista: UFRR, 2011.
- _____. “Metrópolis brasileñas: un análisis de los circuitos de la economía urbana”. In: *Eure*. N. 100. Santiago do Chile: dezembro de 2007.
- _____. “Indagando as técnicas... um caminho para entender o território”. In: GONÇALVES, N. M. S.; SILVA, M. A. da.; LAGE, C. S. (org). *Os lugares do mundo. A globalização dos lugares*. Salvador: UFB, 2000.
- _____. “Uma situação geográfica: do método à metodologia”. In: *Revista TERRITÓRIO*. Ano IV, n. 6. Jan/jun, 1999.
- SIMONDON, G. “Mentalité technique”. In: *Revue philosophique de la France et de l'étranger*. 3ème Tome. Paris: PUF, 2006.
- _____. “Sobre a tecno-estética: carta a Jacques Derrida”. In: ARAÚJO, H. R. *Tecnociência e cultura - ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998 [1992].
- _____. *“Du mode d’existence des objets techniques*. Paris: Aubier-Montaigne, 1969.
- SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute). “Maritime transport and destabilizing commodity flows”. In: *SIPRI Policy Paper*. Nº 32. Organized by GRIFFITHS, H. and JENKS, M. Stockholm: SIPRI, January, 2012.
- SMITH, N. “Contours of a Spatialized Politics: Homeless Vehicles and the Production of Geographical Scale”. In: *Social Text*. N. 33. Durham: Duke University Press, 1992.
- _____. *Desenvolvimento Desigual. Natureza, Capital e a Produção de Espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988 [1984].
- SORRE, M. *Geografia*. São Paulo: Ed. Ática, 1984 [1954].
- SOUZA, M. A. “A metrópole e o futuro: a dinâmica dos lugares e o período popular da história”. In: SOUZA, M. A. (org.). *A metrópole e o futuro: refletindo sobre Campinas*. Campinas: Edições Territorial, 2008.
- _____. “Geografia, paisagens e a felicidade”. In: *II Colóquio Internacional sobre a idéia de Felicidade*. Fortaleza: 10 e 11 de março de 2003.
- _____. Relatório Técnico-Científico do Projeto “Território, Lugar e Poder”. São Paulo: FAPESP, 2000 (mimeo).
- _____. “Geografias da Desigualdade: globalização e fragmentação”. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. *Território - Globalização e*

- Fragmentação*. São Paulo: ANPUR/HUCITEC, 1994.
- _____. “Conexões Geográficas: um ensaio metodológico (uma versão ainda preliminar)”. In: *Boletim Paulista de Geografia*. N. 71. 1º semestre. São Paulo: AGB, 1992.
- SOUZA, P. *Piracy in the graeco-roman world*. New York: Cambridge University Press, 2002 [1999].
- STANZIANI, A. “La fraude : un équipement juridique de l’action économique. In: BÉAUR, G.; BONIN, H.; LEMERCIER, C. (éd.). *Fraude, contrefaçon et contrebande de l’Antiquité à nos jours*. Publications d’Histoire Économique et Sociale internationale N. 21. Genève: Librairie Droz S.A., 2006.
- TARRIUS, A. *La mondialisation par les bas: les nouveaux nomades de l’économie souterraine*. Paris: Balland, 2002.
- TEIXEIRA, F. *Tudo o que você queria saber sobre patentes mas tinha vergonha de perguntar. E também sobre: marcas, pipeline, invenção, design, pirataria, falsificação, royalties... e muito mais*. Rio de Janeiro: Clever/Multimais Editorial, 2006 [1997].
- TELLES, V.; HIRATA, D. V. “Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito”. In: *Estudos Avançados*. n. 21 (61). São Paulo: Edusp, 2007.
- UBV (União Brasileira de Vídeo). *A pirataria de filmes cinematográficos em videocassetes*. Rio de Janeiro: UBV, 1985.
- USDC (United States Department of Commerce); USPTO (United States Patent and Trademark Office). *Annual Report Fiscal Year '93*. USPTO, 1993.
- UNICAMP (Universidade de Campinas). *Resolução GR-29 - Regula a extração de cópias reprográficas de livros, revistas científicas e periódicos no âmbito da Universidade Estadual de Campinas*. Campinas: UNICAMP, 25/06/2010.
- USTR (The Office of the United States Trade Representative). *2012 Special 301 Report*. Washington: Executive Office of the President of the United States, 2012a.
- _____. *U.S. Generalized System of Preferences (GSP) guidebook*. Washington: Executive Office of the President of the United States, 2012b.
- _____. *Performance and Accountability Report. Fiscal Year 2011*. USPTO, 2011.
- _____. *2010 Special 301 Report*: EUA, 30 de abril de 2010.
- _____. *2009 Special 301 Report*: EUA, 30 de abril de 2009.
- _____. *Performance and Accountability Report. Fiscal Year 2007*. USPTO, 2008a.

- _____. *USTR Strategic Plan FY 2007-2012*. Washington: Executive Office of the President of the United States, 2008b.
- _____. *Section 301 Annual Reports (2004-2006)*. Washington: Executive Office of the President of the United States, 2007.
- _____. *Performance and Accountability Report. Fiscal Year 2004*. USPTO, 2004.
- _____. *Performance and Accountability Report. Fiscal Year 2000*. USPTO, 2000.
- _____. *Managing change for global challenges. Fiscal Year 1996. A Patent and Trademark Office Review*. USPTO, 1996.
- VÄYRYNEN, R. “Les brevets internationaux, moyen de domination technologique”. In: *Revue Internatinale de Sciences Sociales*. Vol. XXX, N. 2. Paris: Unesco, 1978.
- VELTZ, P. “Economie de la connaissance: de quoi parle-t-on?”. In: PARIS. T.; VELTZ, P. (dir). *L'économie de la connaissance et ses territoires*. Paris: Hermann, 2010.
- WIPO (World Intellectual Property Organization). *Media piracy in emerging economies: price, market structure and consumer behavior*. Geneva: WIPO, 2011a.
- _____. “2011 World Intellectual Property Indicators”. In: *WIPO Economics & Statistics Series*. Geneva: WIPO, 2011b.
- _____. *Media piracy in emerging economies: price, market structure and consumer behavior*. Geneva: WIPO, 2010.
- _____. *WIPO Intellectual Property handbook*. Genebra, Suíça: WIPO, 2008 [2004].
- WYNNE, F. *Eu fui Vermeer. A lenda do falsário que enganou os nazistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [2006].
- YÁZIGI, E. A. *O Mundo das Calçadas: por uma política de espaços públicos em São Paulo*. Tese de Livre-Docência. São Paulo: FFLCH/USP, 1997a.
- _____. “A criatividade científica em geografia”. In: *Revista do Departamento de Geografia*. N. 11. São Paulo: USP, 1997b.

ANEXO 01: Classificação estadunidense dos países em relação ao respeito à Propriedade Intelectual (2008-2012)

	2008	2009	2010	2011	2012
Priority Watch List (Lista de Observação Prioritária)	(09 países)	(12 países)	(11 países)	(12 países)	(13 países)
	Argentina	Argélia*	Argélia	Argélia	Argélia
	Chile	Argentina	Argentina	Argentina	Argentina
	China	Canadá*	Canadá	Canadá	Canadá
	Índia	Chile	Chile	Chile	Chile
	Israel	China	China	China	China
	Paquistão	Índia	Índia	Índia	Índia
	Rússia	Indonésia*	Indonésia	Indonésia	Indonésia
	Tailândia	Israel	Paquistão	Israel*	Israel
	Venezuela	Paquistão	Rússia	Paquistão	Paquistão
		Rússia	Tailândia	Rússia	Rússia
		Tailândia	Venezuela	Tailândia	Tailândia
		Venezuela		Venezuela	Ucrânia*
					Venezuela
Watch List (Lista de Observação)	(36 países)	(33 países)	(29 países)	(29 países)	(26 países)
	Arábia Saudita	<u>Arábia Saudita</u>	Bielorrússia	Bielorrússia	Bielorrússia
	Argélia	Bielorrússia	Bolívia	Bolívia	Bolívia
	Bielorrússia	Bolívia	Brasil	Brasil	Brasil
	Bolívia	Brasil	Brunei	Brunei	Brunei
	Brasil	Brunei	Colômbia	Colômbia	Colômbia
	Canadá	Colômbia	Costa Rica	Costa Rica	Costa Rica
	Colômbia	Costa Rica	Equador	Equador	Equador
	Costa Rica	Equador	Egito	Egito	Egito
	Equador	Egito	Espanha	<u>Espanha</u>	Filipinas
	Egito	Espanha	Filipinas	Filipinas	Finlândia
	Espanha	Filipinas	Finlândia	Finlândia	Grécia
	Filipinas	Finlândia	Grécia	Grécia	Guatemala
	Grécia	Grécia	Guatemala	Guatemala	Itália
	Guatemala	Guatemala	Itália	Itália	Jamaica
	Hungria	<u>Hungria</u>	Jamaica	Jamaica	Kuait
	Indonésia	Itália	Kuait	Kuait	Líbano
	Itália	Jamaica	Líbano	Líbano	México
	Jamaica	Kuait	Malásia	<u>Malásia</u>	Noruega
	Kuait	Líbano	México	México	Peru
	Líbano	Malásia	Noruega	Noruega	República
	Malásia	México	Peru	Peru	Dominicana
	México	Noruega	República	República	Romênia
	Noruega	Peru	Dominicana	Dominicana	Tajiquistão
	Peru	<u>Polônia</u>	Romênia	Romênia	Turquia
	Polônia	República	Tajiquistão	Tajiquistão	Turquemenistão
	República Tcheca	Dominicana	Turquia	Turquia	Uzbequistão
	Romênia	<u>República</u>	Turquemenistão	Turquemenistão	Vietnã

	<u>Taiwan</u> Tajiquistão Turquia Turquemenistão Ucrânia Uzbequistão Vietnã República Dominicana <u>República da</u> <u>Coréia</u>	<u>Tcheca</u> Romênia Tajiquistão Turquia Turquemenistão Ucrânia Uzbequistão Vietnã	Ucrânia Uzbequistão Vietnã	Ucrânia Uzbequistão Vietnã	
Monitoring (Monitoramento)	Paraguai	Paraguai	Paraguai	Paraguai	Paraguai
Estatuto pendente	—	—	Israel*	—	—

Fonte: *Special 301 Report*, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012. Organização do autor.

* mudança de categoria em relação ao ano precedente.

País: excluído da lista no ano subsequente.

-- nenhum país classificado.

ANEXO 02 - BRASIL: Editoras beneficiadas com as compras do Programa Nacional do Livro Didático (PNDL) (2012)

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO - 2012
TIRAGENS E VALORES NEGOCIADOS - POR EDITORA

EDITORA	ENSINO FUNDAMENTAL					ENSINO MÉDIO E EJA (Ensino Médio)					TOTAL			AQUISIÇÃO	
	Tiragem Total	Titulos Adquiridos	Tiragem Média	Cadernos Tipográficos	Tiragem Total	Titulos Adquiridos	Tiragem Média	Cadernos Tipográficos	Tiragem Total	Titulos Adquiridos	Tiragem Média	Cadernos Tipográficos	R\$/ Caderno	R\$/ Livro	Valor Total
Ática	16.252.515	270	60.232	230.037.502	16.967.514	80	212.094	356.174.753	33.230.029	350	94.943	586.212.255	0,3322	5,85	194.550.185
Scipione	11.572.146	210	55.105	183.132.322	5.603.667	54	103.772	113.681.085	17.175.813	264	65.060	296.813.407	0,3466	5,98	102.786.747
Moderna	10.374.906	174	59.626	152.790.595	20.240.569	68	297.655	516.362.206	30.615.475	242	126.510	669.152.801	0,3300	7,21	220.734.328
Richmond					2.986.149	12	248.846	48.036.370	2.986.149	12	248.846	48.036.370	0,3300	5,31	15.842.659
Saraiva	8.290.564	216	38.382	125.812.389	22.590.137	88	256.706	467.098.968	30.890.701	304	101.581	612.911.355	0,3355	6,65	205.408.681
FTD	14.839.769	262	56.640	234.818.012	10.020.075	60	167.001	241.052.296	24.859.844	322	77.204	475.870.307	0,3400	6,51	161.795.904
SM	1.309.853	46	28.475	20.688.891	4.419.133	30	147.304	106.900.342	5.728.986	76	75.381	127.589.233	0,3922	8,73	50.018.206
Pueri Domus					456.494	6	76.082	7.547.458	456.494	6	76.082	7.547.458	0,6388	10,56	4.819.352
Positivo	3.011.095	102	29.521	42.260.669	840.769	18	46.711	15.070.159	3.851.884	120	32.099	57.330.828	0,5255	7,82	30.109.299
Escala	2.175.965	70	31.065	31.481.790	1.094.293	24	45.595	20.303.728	3.270.258	94	34.790	51.785.517	0,5377	8,51	27.828.402
Latorte					382.075	6	63.679	5.171.865	382.075	6	63.679	5.171.865	0,5377	7,27	2.777.524
Macmillan					2.438.043	18	135.447	41.520.925	2.438.043	18	135.447	41.520.925	0,4300	7,32	17.853.098
do Brasil	1.090.240	78	13.977	16.028.451	1.204.175	8	150.522	22.339.414	2.294.415	86	26.679	38.367.865	0,5900	9,86	22.629.741
Base	502.609	30	16.754	6.408.013	1.098.440	18	61.024	15.224.954	1.801.049	48	33.355	21.832.967	0,5599	7,56	12.098.451
Nova Geração					1.107.412	12	92.284	26.876.693	1.107.412	12	92.284	26.876.693	0,5533	13,42	14.864.632
AJS	350.659	8	43.832	5.720.322					350.659	8	43.832	5.720.322	0,6500	10,60	3.717.387
IBEP	322.512	40	8.063	4.508.847	183.695	6	30.616	2.407.284	506.207	46	11.005	6.915.031	0,7200	9,84	4.979.470
Cia Ed. Nacional	442.506	38	11.645	4.970.957					442.506	38	11.645	4.970.957	0,7200	8,09	3.570.089
Terra Sul					69.451	6	11.575	1.738.516	69.451	6	11.575	1.738.516	0,8822	22,08	1.533.294
Dimensão	60.847	24	2.535	590.795					60.847	24	2.535	590.795	0,9422	8,99	546.910
Sarandí	60.882	10	6.068	1.016.085					60.882	10	6.068	1.016.085	0,8900	14,90	904.316
Casa	16.189	8	2.024	321.798					16.189	8	2.024	321.798	0,7300	14,51	234.913
FAPI	5.702	2	2.851	57.086					5.702	2	2.851	57.086	1,5700	15,72	80.625
Aymará	1.540	6	257	22.856					1.540	6	257	22.856	1,9500	28,94	44.583
TOTAL	70.690.299	1.594	—	1.060.657.177	91.702.111	514	—	2.027.507.000	162.392.410	2.108	—	3.088.184.186	0,6597	10,51	1.090.837.675

ANEXO 03 - SÃO PAULO: RESOLUÇÃO Nº 5213, de 02 de junho de 2005 -

Universidade de São Paulo (USP)

(D.O.E. - 03.06.2005)

Regula a extração de cópias reprográficas de livros, revistas científicas ou periódicos no âmbito da Universidade de São Paulo.

O Reitor da Universidade de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art 207 da Constituição Federal e no art 42, IX, do Estatuto, baixado pela Resolução nº 3461, de 07.10.88, e de acordo com o deliberado pelo Conselho Universitário, em Sessão de 31 de maio de 2005, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - As normas constantes desse ato deverão ser observadas em todas as instalações e órgãos da Universidade de São Paulo, quer sejam vinculados diretamente à autarquia, quer se trate de permissionários ou concessionários de serviços.

Artigo 2º - Visando garantir as atividades-fins da Universidade, será permitida a extração de cópias de pequenos trechos, como capítulos de livros e artigos de periódicos ou revistas científicas, mediante solicitação individualizada, sem finalidade de lucro, para uso próprio do solicitante.

Artigo 3º - As bibliotecas deverão marcar seu acervo com sinais distintivos diferenciando as seguintes categorias de obras:

I - esgotadas sem republicação há mais de 10 anos;

II - estrangeiras indisponíveis no mercado nacional;

III - de domínio público;

IV - nas quais conste expressa autorização para reprodução.

Parágrafo único - De qualquer obra que contenha o sinal distintivo de uma dessas categorias, será permitida a reprodução reprográfica integral.

Artigo 4º - É permitido, por parte de docentes, o fornecimento de material destinado estritamente ao ministério de disciplina constante do programa da universidade, sendo autorizada sua reprodução para os alunos regularmente inscritos, observado o disposto nos artigos precedentes.

Artigo 5º - Fica garantido o livre exercício das atividades desenvolvidas pelas bibliotecas de intercâmbio de material entre instituições de ensino e pesquisa nos limites desta Resolução.

Artigo 6º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. (Proc. 2005.1.13361.1.1)

Reitoria da Universidade de São Paulo, 02 de junho de 2005.

ADOLPHO JOSÉ MELFI

Reitor

NINA BEATRIZ STOCCO RANIERI

Secretária Geral

ANEXO 04 - BRASIL: Patentes depositadas de acordo com o Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), na sua fase internacional, que designam o Escritório Europeu de Patentes (EPO) por unidade da federação de residência do inventor (1998-2009)

Grandes Regiões / Unidades da Federação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	159,2	183,5	176,6	221,5	228,6	321,1	331,0	346,2	450,4	531,3	547,4	521,4
Norte	-	1,0	-	-	1,3	2,7	1,5	2,2	7,2	8,8	4,0	1,6
Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,2	-	-
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	-	-	-	-	0,0	1,7	1,5	1,0	0,5	7,7	1,0	0,6
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	-	1,0	-	-	1,3	1,0	-	1,2	6,7	0,9	2,9	1,1
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1	-
Nordeste	3,3	2,3	0,4	0,4	9,7	4,6	6,9	7,9	16,4	18,5	15,9	21,6
Maranhão	-	-	-	-	-	0,3	-	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0
Piauí	0,3	-	-	-	0,2	-	0,6	0,3	-	-	1,2	-
Ceará	-	1,0	-	-	1,0	-	0,7	0,3	0,5	0,1	6,3	0,8
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	3,0	1,2	3,0	0,6	1,6	4,5	-	0,2
Paraíba	-	-	-	-	0,5	0,2	-	0,3	3,3	3,0	-	-
Pernambuco	1,0	1,0	-	-	1,4	2,3	1,0	-	10,0	5,5	2,0	10,5
Alagoas	-	0,3	-	-	-	-	-	1,0	-	-	1,0	1,1
Sergipe	-	-	-	-	1,0	-	-	-	-	0,5	-	1,0
Bahia	2,0	-	0,4	0,4	2,6	0,8	1,6	4,2	-	3,9	4,9	7,1
Sudeste	99,8	116,7	125,6	148,5	168,7	230,1	234,6	231,0	302,5	352,3	374,5	351,1
Minas Gerais	8,4	8,7	7,8	14,1	8,9	12,9	13,1	19,7	27,8	26,7	29,4	39,0
Espírito Santo	2,9	4,0	1,8	1,0	3,2	4,0	4,5	2,8	8,1	3,3	9,3	6,0
Rio de Janeiro	20,0	24,0	18,6	33,9	36,1	49,5	45,4	44,1	44,8	47,7	70,9	50,1
São Paulo	68,5	80,1	97,4	99,5	120,6	163,7	171,5	164,4	221,9	274,7	264,9	256,0
Sul	47,0	54,1	43,5	63,3	37,2	66,5	68,5	86,8	93,5	131,4	120,4	115,3
Paraná	5,3	10,2	6,3	7,3	4,8	11,6	20,4	25,6	14,0	27,3	33,0	37,2
Santa Catarina	13,0	23,8	21,9	46,0	25,6	39,9	21,4	30,5	27,1	47,5	44,8	43,9
Rio Grande do Sul	28,7	20,2	15,3	10,0	6,9	15,0	26,7	30,7	52,4	56,7	42,6	34,3
Centro-Oeste	6,0	4,3	4,3	7,2	6,1	5,5	10,1	8,6	8,1	6,6	9,7	13,4
Mato Grosso do Sul	-	-	-	0,1	-	-	2,0	-	1,1	1,0	0,2	-
Mato Grosso	1,5	1,0	3,1	2,0	1,0	-	-	1,0	3,8	-	5,7	-
Goiás	1,0	-	1,0	1,0	3,0	4,8	4,1	7,5	2,5	2,4	1,0	4,2
Distrito Federal	3,5	3,3	0,2	4,1	2,1	0,7	4,0	0,1	0,7	3,2	2,9	9,2

Não classificado	3,0	5,0	2,8	2,1	5,6	11,8	9,4	9,8	22,6	13,6	22,9	18,4
------------------	-----	-----	-----	-----	-----	------	-----	-----	------	------	------	------

Fonte: Banco de Dados do INPI, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. Base de dados bibliográfica EPO e PATSTAT. Regionalização extraída do Banco de Dados REGPAT da OCDE, janeiro de 2012. <http://stats.oecd.org/index.aspx?queryid=24774>

Elaboração: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE

Disponibilizada em:

<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/340877.html>

Aceso em 19/09/2012

O conjunto de dados fornece a contagem fracionada de patentes, pois a patente pode ter mais de um inventor, por regiões a partir de Patentes depositadas de acordo com o Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT, na sigla em Inglês), na sua fase internacional, que designam o Escritório Europeu de Patentes (EPO), de 1998 em diante.

internacional, que designam o Escritório Europeu de Patentes (EPO), de 1998 em diante.

ANEXO 06 - SÃO PAULO (Município): Base cartográfica por Subprefeituras (2012)